

JACQUES LE GOFF

O APOGEU DA CIDADE MEDIEVAL

TRADUÇÃO

ANTÔNIO DE PADUA DANESI

Martins Fontes

São Paulo — 1992



<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>

Título original: L'APOGÉE DE LA FRANCE URBAINE MEDIEVALE
publicado em HISTOIRE DE LA FRANCE URBAINE

Copyright © Editions du Seuil, 1980

Copyright © Livraria Martins Fontes Editora Ltda., São Paulo, 1989,
para a presente edição

1ª edição brasileira: novembro de 1992

Tradução: Antônio de Padua Danesi

Revisão da tradução: Monica Stahel

Revisão tipográfica:

Laila Dawa

Márcio della Rosa

Produção gráfica: Geraldo Alves

Composição: Antônio José da Cruz Pereira

Capa — Projeto: Alexandre Martins Fontes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Le Goff, Jacques, 1924-

O apogeu da cidade medieval / Jacques Le Goff ; [tradução
Antônio de Padua Danesi]. — São Paulo : Martins Fontes,
1992. — (O Homem e a História)

Bibliografia.

ISBN 85-336-0127-1

1. Cidades medievais – França – História 2. Civilização medieval.

I. Título.

92-3178

CDD-307.76094402

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidade medievais : França : Sociologia urbana 307.76094402
2. França : Idade Média : Cidades : Sociologia urbana 307.76094402
3. Idade Média : França : Cidades : Sociologia urbana 307.76094402

Todos os direitos para o Brasil reservados à

LIVRARIA MARTINS FONTES EDITORA LTDA.

Rua Conselheiro Ramalho, 330/340 — Tel.: 239-3677 01325-000 — São Paulo — SP — Brasil

SUMÁRIO

1150-1330	04
Crescimento e tomada de consciência urbana	05
A função econômica	39
Do movimento à instituição	55
O fenômeno urbano no corpo político francês	81
A nova sociedade urbana	94
A função cultural — a imagem e o vivido	124
Conclusão	146

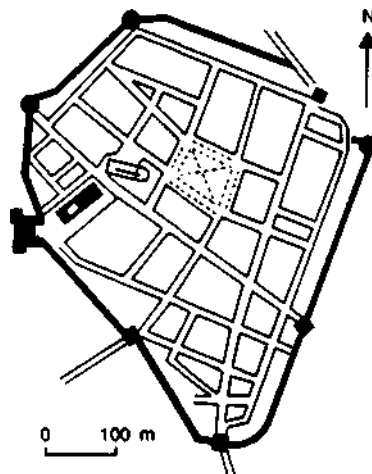
.

1150-1330

De meados do século XII a cerca de 1340, o desenvolvimento da cristandade latina atinge o seu apogeu. Nesse apogeu a França ocupa o primeiro lugar e o grande movimento de urbanização está no auge. As cidades são uma das principais manifestações e um dos motores essenciais dessa culminação medieval. A atividade econômica, cujo centro são as cidades, chega ao seu mais alto nível. Sob a égide de uma Igreja que se adapta à evolução e triunfa sobre a ameaça herética, particularmente viva em certos meios urbanos, uma nova sociedade, marcada pelo cunho urbano, manifesta-se num relativo equilíbrio entre nobreza, que participa do movimento urbano mais do que se tem afirmado, burguesia que dá o tom, se não o tom, à sociedade, e classes trabalhadoras, das quais uma parte — urbana — fornece a massa de mão-de-obra às cidades, e a outra — rural — alimenta a cidade e é penetrada por seu dinamismo. A cultura, a arte e a religião têm uma fisionomia eminentemente urbana. Mas a cidade tende também a se instalar, se não a estacionar. Ela cristaliza seu corpo físico nos lugares em que se fixou, quase sempre no interior das muralhas onde se encerra, institucionaliza seu impulso político numa comunidade vitoriosa mas estabilizada, sua atividade produtora se organiza segundo **[pág. 001]** uma tendência corporativa, sua efervescência escolar e intelectual se acomoda nas universidades. Ela estabelece sua imagem e constrói seu imaginário e sua ideologia. Mas acima dela o poder monárquico insere-a numa construção que a ultrapassa e a submete. Passa-se da cidade selvagem e conquistadora à "boa" cidade. Jerusalém, a cidade da esperança, não triunfou sobre Babilônia, a cidade da desordem. Em breve, a partir de 1260, com velocidade maior ou menor, conforme as regiões, desequilíbrios estruturais da economia e da sociedade, marcados por uma longa crise conjuntural que se aprofunda e se manifesta a princípio nas cidades, conduzem a uma crise de múltiplos aspectos. A ativação dos distúrbios sociais evoca uma realidade de desigualdades e lutas que uma harmonia de fachada mascarara durante algum tempo, as crises monetárias mostram a fragilidade de uma economia baseada no dinheiro com a qual as cidades quase se haviam identificado, a multiplicação das reclusões e das exclusões revela o aumento do número de marginais de todos os tipos, a teologia, a literatura e a arte deixam transparecer a inquietude que se exprime principalmente nas cidades. No Concílio de Vienne-sur-le-Rhône, em 1311, os contestatários franciscanos fazem a acusação da cidade. **[pág. 002]**

CRESCIMENTO E TOMADA DE CONSCIÊNCIA URBANA

Em nosso período termina o que Sidney R. Packard chama de "revolução urbana do século XII". Embora não seja certo que haja uma revolução nas estruturas, é indubitável a existência de uma revolução quantitativa. O número de cidades e o de sua população conhecem entre 1150 e 1340 — sobretudo entre 1150 e 1300, aproximadamente — um crescimento espetacular. Por certo, é difícil aventar cifras.



Uma realização do urbanismo voluntário (1144): Montauban. A praça é o centro da cidade, reproduzindo-lhe a forma trapezoidal. **[pág. 003]**

Será preciso chegar ao fim do século XIII e principalmente ao início do XIV para que, a partir dos documentos fiscais provindos seja das cidades, seja do governo monárquico — os primeiros a proceder a recenseamentos depois do século XIII, que viu a sensibilização ao número e as instituições doravante habituadas a contar, urbanas e monárquicas, levantar listas de chefes de família tributáveis —, se possam aventar aproximações documentadas. Restam, pois, métodos indiretos de avaliação dos quais o principal é a estimativa — delicada — do crescimento das superfícies urbanas ou urbanizadas. O aumento do perímetro das muralhas, o aparecimento de burgos e subúrbios, a multiplicação das paróquias, dos conventos e das casas permitem concluir por um considerável crescimento urbano e sugerir proporções. Os especialistas em demografia histórica são mais ou menos concordes em estimar que a população global do reino da França no mínimo duplicou entre os anos mil e 1328, passando de cerca de 6 milhões de habitantes para 13,5 milhões, 16 a 17 milhões com as regiões que desde então se tornaram francesas. Nesse número o crescimento da população deve ter sido proporcionalmente muito superior à média e da ordem, para nos mantermos prudentes, do triplo da população inicial; e múltiplos indícios levam a pensar que o essencial desse crescimento ocorreu entre 1150 e 1300, aproximadamente. Enfim, cumpre sublinhar que o impacto das variações da população urbana sobre a vida de uma nação é nitidamente maior

que o das variações da população rural. Fernand Braudel escreveu: "As cidades são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, urdem incessantemente a vida dos homens... São os aceleradores de todo o tempo da história." O peso dos homens é maior nas cidades.

Essas cidades mais populosas afirmam ao mesmo tempo sua personalidade. Observou-se com humor, mas não **[pág. 004]** sem exatidão, que os habitantes das novas cidades — e não todas, porque, cabe repeti-lo, a cidade medieval já não é a cidade da Antigüidade e da Alta Idade Média — não pensavam, ao obter os forais, as franquias, em criar uma *cidade*. Pensavam em formar uma comunidade capaz de fazer frente aos senhores, mas ainda sem nome próprio (*cives*, *hospites*, *oppidani*, isto é, cidadãos, hóspedes, habitantes de uma praça forte, ou ainda, simplesmente, *habitatores*, habitantes, ou mesmo *incolae* ou *homines*, termo ao mesmo tempo muito geral e que evoca um vínculo de dependência em face de um senhor), num lugar igualmente sem personalidade própria (*civitas*, ainda cidade, ou *burgus*, burgo, *suburbium*, subúrbio, *oppidum*, praça forte, ou mais vagamente *locus*, lugar, ou *villa*, que designa indistintamente cidade ou aldeia). O nome que esses beneficiários dos privilégios urbanos vão usar de preferência, *burgenses*, apenas continuará designando uma parte da população das cidades, mas a palavra francesa que o traduz, *bourgeois*, batizará uma classe social, a burguesia, que triunfará no século XIX com o capitalismo e uma nova revolução urbana, a da cidade, nascida da revolução industrial. Quanto à própria cidade, é efetivamente o nome que ela vai tomar de preferência, *ville*, *villa* nas regiões de língua de *oc**, enquanto as regiões de fala germânica, essencialmente a Alsácia no que concerne à França urbana, adotarão *Stadt*.

Nem sempre chegando à unidade física e jurídica, as cidades, entre 1150 e 1300, tomarão por si mesmas uma consciência a princípio física, separando-se quase sempre por muralhas do exterior não-urbano, adquirindo uma estrutura **[pág. 005]** interna com pontos de referência emblemáticos. Num tempo em que a religião e a Igreja conferem a qualquer realidade sua expressão ideológica, um novo quadriculado eclesiástico de dois componentes, um transformado, da velha rede paroquial e outro, novo, dos conventos das ordens medicantes, nascidos no começo do século XIII, nas cidades e para as cidades, exprimirá essa primeira tomada de consciência urbana.

O povoamento urbano

Portanto, sem poder medir o crescimento da população urbana, pode-se avaliar de maneira aproximada, para as cidades mais importantes, o ponto de chegada quantitativo, no

* *Langue d'oc*: conjunto de dialetos falados em regiões da França ao sul do rio Loire, em que *oc* significava *sim*. (N. T.)

princípio do século XIV. Mas as estimativas variam entre 80.000 e 200.000 habitantes. Embora a primeira estimativa seja mais verossímil, ela coloca Paris no nível das maiores cidades italianas, Veneza, Milão, Florença. Depois de Paris, Rouen e Montpellier provavelmente contavam cerca de 40.000 habitantes, Toulouse 35.000, Tours 30.000, Orléans, Estrasburgo e Narbonne 25.000, Amiens, Bordeaux, Lille e Metz 20.000. A população de Arras, Avignon, Beauvais, Bourges, Dijon, Douai, Lyon, Marselha e Reims situar-se-ia entre 10.000 e 20.000 habitantes. As grandes cidades da Flandres condal, Gand, Bruges, Tournai e Ypres, seriam povoadas respectivamente por 60.000, 30.000, 20.000 e 10.000 habitantes, aproximadamente.

Essas cidades conheceram, ao longo de um século e meio, um intenso crescimento, com fases de aceleração e de desaceleração.

Em meados do século XII, Lille adquire uma muralha que devia conter cerca de 80 ha. Na metade do século XIII, uma nova muralha eleva essa superfície a 100 ou 115 ha, **[pág. 006]** "englobando a ilha de Rihour, as pradarias adjacentes e o subúrbio de Weppes" (A. Derville).

Em Metz, em meados do século XII, à muralha galo-romana acrescenta-se uma muralha que protege o subúrbio mais ativo do ponto de vista econômico, o Neufbourg, ao sul, até Champ e Seille. No primeiro terço do século XIII, construiu-se uma nova muralha que englobou os subúrbios de além-Seille, Port-Moselle e além-Moselle. No final do século a muralha do bairro de além-Seille foi modificada para incluir a Greve. A muralha encerrava então uma superfície de 159 ha, enquanto a cidade romana cobria apenas 70 ha (J. Schneider).

Em Reims, o crescimento urbano é favorecido pelo arcebispo Guillaume de Champagne, Guillaume das Mãos Brancas, tio de Filipe Augusto (1176 -1202). A partir de 1183, ele realizou o loteamento da totalidade de seu domínio em torno de uma artéria central, a Nouvele Couture, e concedeu um foral aos habitantes do novo burgo. Loteou também uma parte do Jard (cercado) episcopal, que se tornou o Jard-au-Drapiers ou Jard-l'Archevêque. Por sua vez, os cônegos do capítulo urbanizaram o território denominado Terra Comum, e a abadia de Saint-Remi loteou os terrenos entre o mosteiro e o Vesle — em 1205, menciona-se ali uma rue des Moulins [rua dos moinhos]. Aqui, como em muitas outras cidades da época, "teve-se uma visão ampla e ambiciosa: nem todo o espaço oferecido foi ocupado; mas a superfície construída quase duplicou". Essa "explosão urbana" concentra-se no período 1160-1210: "Já nesta última data, a cidade atingiu seus limites extremos para o período medieval." Contrariamente ao período anterior, a urbanização, desta vez, é dirigida. "Fruto da vontade de um homem e não mais obra coletiva de gerações sucessivas, a segunda fase de desenvolvimento foi muito diferente. A lenta e cega progressão em mancha de óleo sucede o salto deliberado **[pág. 007]** e organizado... Desta vez a urbanização precede o povoamento em vez de ser a sua consequência... Em Reims, os urbanistas dos anos 1180-1210 fixaram definitivamente a configuração de sua cidade por vários séculos." (P. Desportes) Em 1209,

Filipe Augusto decide a construção de uma muralha, mas os urbanistas de Reims só a realizarão no século XIV.

Em Montbrison, a cidade também se desenvolve e conhece uma aceleração de seu impulso entre 1190 e 1220. O castelo tornou-se a residência habitual do conde do Forez, o mercado deixou de ser local para tornar-se regional, Montbrison se estende de ambos os lados do Grand Chemin, onde o tráfico comercial se intensifica (E. Fournial).

Em Montpellier, cujo nome aparece em 985 e que possui uma primeira muralha em 1901, constrói-se na segunda metade do século XII uma nova muralha, o muro comum, que engloba novos subúrbios. Em 1180, nos 40 ha fechados vivem provavelmente perto de 10.000 habitantes. No curso do século XIII essa população quadruplicará. Em Aix-en-Provence, já no fim do século XII, a superfície das três "cidades" que compõem a aglomeração (cidade condal, vila de Tours, burgo Saint-Sauveur) já duplicou desde a Alta Idade Média. "Durante o século XIII, os muros são transbordados por todos os lados e novos bairros brotam do outro lado de cada lanço de muralha." Uma muralha circunda antes de 1270 um novo bairro de casas construídas que se instalou sobre terrenos ditos incultos — entregues, porém, a uma cultura intensiva —, o futuro burgo dos Ingleses. "A superfície ocupada pela cidade ainda duplicou, ou mais que isso, entre 1200 e a Peste Negra." (N. Coulet)

Entre 1060 e o final do século XII, em Avignon, o número dos moinhos quase duplicou, uma muralha anterior a 1223 circunda 38 ha, o dobro do que encerrava a muralha do século X. **[pág. 008]**

Na Alsácia, graças ao *Atlas* de F. Himly, pode-se determinar facilmente as ampliações do solo urbano ocupado no interior de sucessivas muralhas. Em Colmar, uma primeira muralha é construída por volta de 1220, uma segunda, que engloba os subúrbios, é erigida de 1232 a 1328 e faz mais que duplicar a superfície da cidade. Em Erstein, a cidade encerrada numa muralha em 1260 é quase duplicada pelo muro do subúrbio do Niederheim em 1291. Em Haguenau, a cidade encerrada numa primeira muralha por volta de 1150 é englobada num espaço cerca de quatro vezes maior por volta de 1230 e absorve o Königsau (castelo imperial, dotado de uma muralha por volta de 1114) antes de conhecer um novo crescimento considerável na terceira muralha, por volta de 1300. Em Ribeauville são quatro "cidades" que se cercam sucessivamente de muralhas, a cidade antiga (Altstadt) antes de 1287, a cidade baixa (Unterstadt) e a cidade média por volta de 1298, o burgo superior (Oberdorf) antes de 1341. Em Sélestrat, três muralhas se sucedem, em 1216-1230, 1280 e 1370-1425. Estrasburgo conhece durante o nosso período duas ampliações que acarretam novas muralhas, em 1202-1220 e de 1228 a 1334. Wissemborg constrói uma primeira muralha que engloba a abadia de São Pedro e São Paulo, do século VII, e seu núcleo, fortificado antes de 1179, conhece uma primeira ampliação com o subúrbio de Bruch antes de 1213 e uma segunda com o subúrbio do Bannacker antes de 1265.

Com exceção de Estrasburgo, a maioria dessas cidades alsacianas surgiu na Idade

Média, como Lille ou Montpelher, a primeira a partir de um castelo feudal, a segunda a partir de um posto de parada numa estrada de peregrinação — O *camí roumieu* (caminho de Roma) —, que se torna no século XI uma aglomeração de caráter comercial.

Mas o crescimento urbano exprime-se também por criações propriamente ditas. No entanto, a maioria delas, pelo [pág. 009] menos depois de 1150, não origina verdadeiras cidades, apesar de algumas realizações dos templários, que fundam aglomerações ao lado de algumas de suas comendadorias, como, em 1192, La Couvertoirade (Aveyron), cuja muralha circular, com suas portas e torres, acha-se bem conservada.

Uma grande realização é Montauban, fundada em 1144 pelo conde de Toulouse, Alphonse Jourdain, defronte do burgo do mosteiro de Montauriol, cujos habitantes o abandonaram em massa para ir morar na nova cidade. Em pouco tempo Montauban cresceu e tornou-se importante. O papa de Avignon João XXII, elevou-a a bispado em 1317.

O século XIII, após as *sauvetés** do século XII, é, na ordem das criações de aglomerações, o século das *bastides***. Como o nome indica, o fenômeno é essencialmente um fato meridional, um fenômeno do Sudoeste. Ele afeta principalmente o Toulousain, o Albigeois, o Agenais e o Péri-gord. As *bastides* são antes de tudo criações de grandes personagens. Em primeiro lugar, seguindo o exemplo do conde de Toulouse, Raymond VII (criador, notadamente, de Cordes em 1222), os reis da França, São Luís, Filipe III, o Ousado, Filipe IV, o Belo, o primeiro sobretudo através de seu irmão, Afonso de Poitiers, conde de Toulouse de 1249 a 1271, os outros por intermédio de Eustache de Beaumarchais, senescal de Toulouse de 1272 a 1294. Um documento de 1271 atribui a Afonso de Poitiers quarenta e cinco criações ou recriações (*fecit, fecit fieri, fecit ãe novo*, criou, fez criar, criou de novo), especialmente Sainte-Foy-la-Grande (c. 1250), Villeneuve-sur-Lot (1253), Villefranche-de-Rouergue (1256), Villefranche-de-Lauraguais (1271). No reinado [pág. 010] de Filipe, o Ousado, e no início do reinado de Filipe, o Belo, aparecem outras, como Montréjeau, Revel (1280), Mi-rande (1282), Grenade-sur-Garonne (1290), Beaumont de Lomagne, etc. Os reis da Inglaterra, a oeste, fundam também suas *bastides*, entre as quais Créon, Libourne (1269), Beaumont-en-Périgord (1272), Monpazier (1285). Em menor grau, os grandes senhores da região, e em primeiro lugar os condes de Armagnac e os condes de Foix-Béarn, foram também fundadores de *bastides*. A última onda de *bastides* atingiu o Périgord entre 1261 e 1306 e, embora representem apenas 4% do habitat da região, as 23 *bastides* ali criadas forneceram 9 das 60 sedes de distrito de castelanismos, ou seja, 15%.

O que significa o fenômeno das *bastides*? Houve quem as considerasse o canto do cisne do movimento comunal, mas as lutas sociais não parecem ter desempenhado nenhum papel em sua criação. Foram vistas também como uma expressão do impulso demográfico do período, mas num momento em que esse impulso parece bastante atenuado. O aspecto militar

* Aldeolas francas criadas durante o feudalismo, por iniciativa dos mosteiros, para servir de refúgio e proceder ao arroteamento. (N. T.)

** Cidades fortificadas. (N. T.)

nessa zona fronteira onde reis da França e da Inglaterra disputam asperamente o terreno também chamou a atenção, e é provável que os soberanos tenham visto aí pontos de apoio estratégicos, mas a maioria dessas *bastides* não foi fortificada durante longo tempo. Finalmente, o grande especialista da questão, Charles Higounet, pensa que se trata sobretudo de uma Organização da ocupação do solo e de um agrupamento da população. Assim as *bastides* permanecem muito inseridas no tecido campestre, constituindo antes burgos rurais do que cidades propriamente ditas. Talvez seja sobretudo pela regularidade de sua planta, por uma certa idéia "urbanística" de sua estrutura — à qual voltaremos —, que as *bastides* trouxeram sua contribuição para a formação da França urbana. Mas pode ser que [pág. 011] essa estrutura esteja igualmente ligada à dos solos. Sua presença na França urbana é, salvo exceções, marginal.

Ao lado da criação de *bastides*, São Luís está na origem de duas realizações urbanas do Sul, entre o Ródano e o Ga-ronne; Carcassonne e Aigues-Mortes. Carcassonne, fundada em 1247, após a destruição do subúrbio consecutiva à revolta de Raymond Trencavel, foi cercada de muralhas — em pedra somente do lado do rio, contra as inundações, o resto em terra batida —, por ordem de Filipe, o Ousado, em 1276. Aigues-Mortes, concebida em 1240, dotada de um foral em 1246 e onde os genoveses tinham cônsules já em 1249, foi criada como base de partida para a cruzada. Só a torre de Constance foi construída no reinado de São Luís. O essencial das muralhas data do reinado de Filipe III e foram terminadas por Filipe, o Belo.

Embora menos intensa, a atividade de criação urbana entre 1150 e o começo do século XIV não foi inexistente nas regiões setentrionais do reino, e em especial, precoce-mente, no condado de Flandres, onde prossegue o dinamismo demográfico econômico e urbano do período anterior. No início do reinado do conde Filipe da Alsácia (1168-1191), associado ao seu pai desde 1157, novas cidades, como Gravelines (1163), Nieuport, Damme (1180), Biervliet (1183), Mardick e Dunkerque (c. 1183), portos situados às margens de estuários na proximidade da costa, testemunham uma política urbana do conde. Gravelines, por exemplo, fundada em 1163, desenvolveu-se rapidamente a partir de 1180.

Esse aumento da superfície urbana, que é em grande parte uma superfície construída, provém do afluxo dos homens. Tais homens vêm do campo e, em sua maioria, do campo próximo. O século XIII, século do início do recenseamento, é também o século do surgimento dos nomes próprios, nomes de família, nomes de ruas. É sobretudo estudando os patronímicos urbanos, dos quais um número considerável [pág. 012] é constituído pelo lugar de origem desses imigrados, em geral recentes, que se pode esboçar a história do povoamento das cidades.

A distância entre lugar de origem e a cidade de imigração depende evidentemente da importância dessa cidade, de sua atividade, de seu poder de atração.

No Forez, a cidadezinha de Montbrison encontra, entre 1220 e 1260, 40% de seus

imigrantes a menos de 10 km, 38% a uma distância entre 10 e 20 km, e apenas 3 famílias em cada 51 vêm relativamente de longe, uma de Lyon, uma de Auvergne e uma provavelmente de "France" (isto é, Île-de-France no sentido amplo). Para o período 1260-1340, a atração da cidade aumenta: 4/5 dos imigrantes provêm de um raio já não de 20, mas de 30 km. Entre 1300 e 1349, dois terços dos recém-chegados provêm de um raio de 40 km e para cada período algumas famílias vieram de lugares cada vez mais distantes (mesmo na Normandia e, no último período, da Itália e, talvez, da Espanha).

Para uma aglomeração foreziana mais modesta, Saint-Haon-le-Chatel, no período 1252-1348, 78% dos imigrantes são originários de uma zona de 20 km em torno da cidade e 75% são certamente de origem rural.

Para uma grande cidade como Metz, um estudo pioneiro de Charles-Edmond Perrin em 1924 mostrou que os imigrantes do século XIII vieram essencialmente da região lorena e mais particularmente da zona de Metz, sobretudo das aldeias próximas. Todavia algumas famílias patrícias conservavam em seu patronímico a lembrança de uma origem remota: Estrasburgo, Colônia, Veneza, Troyes e Huy. Arras, como Metz, recebe no século XIII o essencial de sua população de um raio de 40 km ao redor da cidade.

Para Reims, o estudo bastante preciso de Pierre Desportes, abrangendo os 600 nomes de lugares usados por famílias que figuram nas listas feitas entre 1304 e 1328, mostra **[pág. 013]** que 50% dessas famílias são originárias de localidades situadas a menos de 3 léguas (cerca de 13 km) da cidade, 60% provêm de menos de 30 km, 35% do restante é proveniente das Ardenas. A grande maioria desses lugares de origem é constituída por aldeias.

O caso de La Rochelle, para a qual possuímos uma lista dos nomes dos lugares de origem dos burgueses em 1224, é diferente. A atração se exerce sobre a maior parte da França, especialmente Flandres, Normandia, Bretanha, e sobre a Itália (Lombardia e Gênova), a Espanha (Santander, Pamplona, Saragoça) e a Inglaterra (Norwich, Londres, Southampton). É verdade que se trata de um porto e de uma cidade cuja atividade comercial e financeira (ligada sobretudo à exportação do vinho) se acha então em pleno desenvolvimento.

Ressalta desses dados que no nível dos homens, em primeiro lugar, os laços das cidades com a sua "terra" — seu meio geográfico — são muito fortes e que a origem de sua população é sobretudo rural. Como essa população, segundo veremos, é muito móvel, pode-se dizer que a cidade é povoada em grande parte por camponeses recém-urbanizados. Insiste-se, e com razão, como veremos, no caráter semi-rural das cidades medievais. A penetração dos campos nas cidades faz-se inicialmente no nível dos homens. A França urbana medieval é em grande parte uma França rural da cidade.

A cidade e o exterior: as muralhas

Nem todas as cidades medievais foram cercadas por muralhas; muitas só o foram

inteiramente após 1340, sob o efeito da Guerra dos Cem Anos. Ao contrário, numerosas aldeias foram fortificadas. E, não obstante, a muralha foi o **[pág. 014]** elemento mais importante da realidade física e simbólica das cidades medievais. Embora seja provável que motivos militares tenham estado na origem da construção das muralhas, nem por isso estas deixaram de constituir — inspiradas no modelo dos muros, antigos ou lendários, que definem um espaço sagrado da cidade — o elemento essencial para a tomada de consciência urbana na Idade Média. A muralha foi a base material da identidade urbana e estabeleceu uma dialética do interior e do exterior que dominou a atividade urbana, dialética que a cidade medieval ocidental não chegará a realizar plenamente, até a perfeita distinção entre o interior e o exterior. A cidade medieval situa-se entre dois tipos de cidades que souberam, com ou sem muralha, separar-se radicalmente do campo: a cidade antiga, que vivia na oposição *urbs/rus* e mantinha a rusticidade no exterior, e a cidade industrial e pós-industrial, que devorou o campo. Em ambos os casos, o que permanecia de "natureza" não passava de uma "imitação" sofisticada da natureza — os jardins na Antigüidade, os "espaços verdes" hoje. A cidade medieval permanece mesclada ao campo, deixando fora de suas muralhas subúrbios e um arrabalde plantados no campo, acolhendo no interior de seus muros, em compensação, pedaços de campo, terrenos cultivados, prados, espaços vazios e, ocasionalmente, camponeses refugiados. O termo "cidade campestre", dado às mais permeáveis ao campo, pode aplicar-se, na realidade, a qualquer cidade medieval.

Em novembro de 1388, o cronista Froissart, dirigindo-se a Orthez em companhia do conde de Foix, Gaston-Phébus, passa por Tharbes. A vista da cidade inspira-lhe a descrição de um verdadeiro ideograma urbano: "Tharbes é uma bela e grande cidade, situada em pleno campo e no meio de belos vinhedos; tem cidade, *cité* e castelo, fechados por portas, muros e torres, e separados um do outro." **[pág. 015]**

Para muitas cidades medievais, com efeito, é um problema alcançar a unidade a partir da multiplicidade dos núcleos que a princípio se justapuseram ou, em todo caso, da freqüente dualidade que opõe uma cidade antiga, a *cité*, cidade episcopal, senhorial, com grande proporção de eclesiásticos, a uma nova aglomeração nascida do artesanato e do comércio, o burgo. E o que Yves Barel chama de "cidades divididas" e "cidades reunidas", a que prefiro "cidades justapostas" e "cidades unificadas".

Essas cidades duplas ou múltiplas, cada qual dentro de sua muralha, nem sempre chegam, ou só chegam tardiamente, a se reunir.

Em Nevers, a reunião do burgo e da *cité* foi realizada já no fim do século XII, no interior de uma mesma muralha, mas cada comunidade conservou sua administração particular.

Em Narbonne e Arras não houve muralha de reunião, se bem que burgo e *cité* fossem contíguos. Em Limoges, 500m separavam a *cité* do burgo Saint-Martial, que a ultrapassou em importância em 1182, data aproximada da construção de uma muralha mais vasta, e burgo e

cité s   vieram a fundir-se coagidos e forçados pela Revolu  o, em 1792.

Aries compunha-se de quatro elementos, a *cité*, o burgo antigo, o burgo novo e o mercado," cada qual com sua muralha e sua administra  o. Só em 1623 eles se reuniram dentro de uma mesma muralha.

Em Nice,    cidade alta cercada por uma muralha desde o século XII se juntam, ao longo do século XIII, novos bairros, que se reúnem para formar o "Puy de la Mer" (*Podium maris*), a cidade "inferior" ou cidade baixa, cercada, no começo do século XIV, por uma muralha que se articula com a muralha da cidade alta, mas sem fundir-se com ela nem englob  -la.

Em Carcassonne, como vimos, a *cité* protegeu-se em três etapas. De 1228 a 1239, trata-se essencialmente de reparar [pág. 016] e reforçar a velha muralha do Baixo Império. Após o cerco de 1240, para proteger a *cité*, São Luís fez destruir o burgo e os subúrbios que se apoiavam    muralha e mandou construir na outra margem do Aude uma cidade nova para os habitantes refugiados. Uma terceira campanha, entre 1280 e 1287, consolidou e alargou um pouco os muros da *cité*.

No entanto, a dualidade das comunidades não impediu, muitas vezes, que se encontrassem para certos problemas terrenos de acordo — manifestando o espírito de unidade que penetrava cada vez mais os habitantes. Em Rodez o h  pital du Pas, atestado em 1192 e situado na fronteira entre o burgo e a *cité*, devia prestar contas anualmente aos c  nsules das duas comunidades.

Em Toulouse, a no  o de uma comunidade urbana englobando *cité* e burgo aparece já em 1141 e ela passa a chamar-se *Tolosa*, Toulouse. Do mesmo modo que os heróis cavaleirescos de Chrétien de Troyes aprendem sua identidade pela revela  o do seu nome, a cidade se revela a si mesma e se afirma perante as outras pela proclama  o de seu nome. A cidade adotou o nome de *cit  *. *Tolosa* passa a ser, como dizem os documentos, *urbs et suburbium*, a cidade e o subúrbio, a cidade e o burgo. A partir de 1190, *Tolosa*    empregado como termo geral. "A consciência da entidade global tornara-se bastante forte para não exigir a cada passo a evoca  o de seus constituintes." (Ph. Wolff) Foi encavalada no local do velho muro romano que separava as duas aglomera  es que se construiu a casa comum. Em 1222, os c  nsules promulgam um texto que organiza um "conselho comum", composto por metade dos c  nsules de cada comunidade.

Quaisquer que tenham sido para a tomada de consciência dos habitantes as conseqüências da constru  o e da existência de uma ou várias muralhas, a importância de seu papel militar    evidente. Ainda aqui o funcional e o simbólico, [pág. 017] o militar e o político estão estreitamente ligados. Veremos mais adiante a incidência da edifica  o das muralhas sobre as finanças urbanas. A guarda e a manuten  o desses muros e de suas portas constituiu desde logo um aspecto da luta dos novos cidadãos para assumir eles próprios suas responsabilidades. Mas t  mb  m, sem que seja possível distinguir o que prevaleceu, a vontade

dos cidadãos ou o desejo do senhor ou do rei, tem-se a impressão de que o desejo de livrar-se desse encargo de vigilância levou esses senhores ou o rei a conceder mais facilmente ou mais cedo, contra seu compromisso de vigiar as portas e os muros, outros privilégios aos habitantes das cidades. Por outro lado, às vezes vêem-se também estes, longe de reivindicar essa função de espreita, vigilância e manutenção, tentando isentar-se dela como do serviço militar.

Em Clermont, já no primeiro foral que conhecemos, em 1219, o conde Guy II faz estipular que, em troca do direito para a comunidade urbana de reunir-se e de fazer "o que lhe compete", os cidadãos (*cives*) deverão vigiar os muros e as torres e limpar os fossos.

Em Montpellier, a vigilância da muralha parece caminhar de par com a organização dos ofícios. Desde 1204 a guarda das portas é repartida entre trinta desses ofícios.

Ainda aqui aparece a ambigüidade da relação cidade/campo. A muralha define um espaço de exclusão, o do mundo rural, mas também é feita para acolher eventualmente, em caso de guerra, habitantes desse mesmo mundo. A função pode inverter-se e, em relação à população rural, a muralha pode definir, no interior, um espaço de refúgio, em conformidade, aliás, com uma das grandes imagens da cidade — a cidade do refúgio — que o Antigo Testamento lega à cidade medieval. Essa função tinha sido essencial nas *sauvetés*. **[pág. 018]**

Por conseguinte, os camponeses, eventuais beneficiários da proteção da muralha urbana, são chamados com bastante freqüência, ao que parece, a participar de sua vigilância. Em Poitiers, os aldeões dos povoados vizinhos colaboravam para a manutenção da muralha e participavam do serviço de *espreita*. Ressaltou-se que os 6km de muralhas, encerrando uma população relativamente pequena (15.000 habitantes?), requeriam, para ser eficazes, um grande número de vigias, de reparadores e, em certas ocasiões, de defensores (R. Crozet).

Durante o nosso período as muralhas tiveram relativamente pouca utilidade. A paz prevaleceu quase sempre sobre a guerra e o banditismo organizado em larga escala, como durante a Guerra dos Cem Anos. No entanto as empresas de Filipe Augusto contra os ingleses (conquista da Normandia) e os flamengos (campanha de Bouvines), as expedições militares, sobretudo dos senhores do Norte e, depois, dos reis Luís VIII e São Luís contra as populações meridionais, e enfim as campanhas de Filipe, o Belo, contra os ingleses no Sudoeste e contra os flamengos no Nordeste foram marcadas por um certo número de sítios de cidades.

Os mais espetaculares, os mais dramáticos, os mais significativos foram aqueles sofridos pelos habitantes de algumas cidades do Sul quando da cruzada dos albigenses.

Em 1209, os cruzados franceses sitiam Béziers. A canção em occitano iniciada por Guillaume de Tudèle conta assim a ilusão dos habitantes de Béziers¹: **[pág. 019]**

*E achavam que sua cité estava tão bem fechada,
E por muros cercada e estreitada,*

¹ Os textos a seguir são extraídos de Zerner-Chardavoine, *La croisade albigeoise*, Julliard, col. "Archives", 1979.

*Que não poderia ser forçada por um mês inteiro.**

Ora, logo após a chegada dos cruzados, libertinos (*truands, arlots, gars*, como ainda lhes chamam os textos da época), provavelmente mercenários especialmente treinados, arrombam as portas da cidade, abrindo o caminho para os cruzados, que se entregaram a um dos mais selvagens massacres da história.

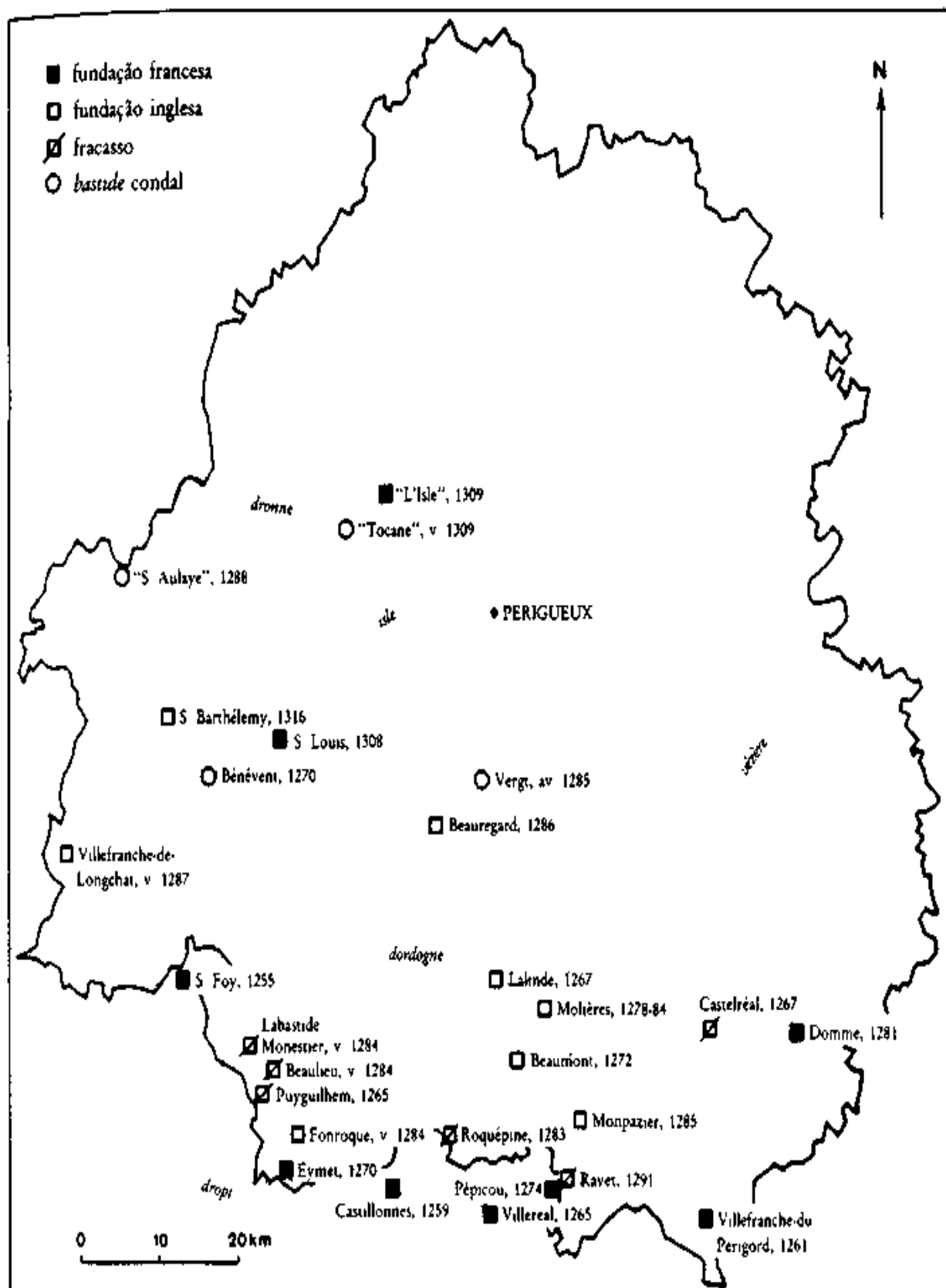
*São mais de quinze mil...
Cercam toda a cidade para demolir os muros,
Descem aos fossos e dão golpes de picareta,
Outros vão quebrar e despedaçar as portas.
Vendo isto, os burgueses foram tomados de pavor...***

Depois, nesse mesmo verão de 1209, é o sítio de Carcassonne. Seus habitantes tomam mais precauções do que os de Béziers, destruindo inclusive o refeitório, o celeiro e as estalas da igreja dos cônegos regulares para reforçar os muros da cidade. Eis o começo do relato do cerco pelos assaltantes:

"No terceiro dia, os nossos, esperando tomar de assalto e sem máquinas o primeiro subúrbio, que era um pouco menos fortificado que o outro, precipitaram-se sobre ele todos ao mesmo tempo... Tomaram o primeiro subúrbio, que os inimigos tinham abandonado imediatamente... Os nossos julgaram que poderiam tomar da mesma forma o segundo **[pág. 020]**

* *Et ils croyaient que leur cité était si bien fermée/Et de murs tout enclose et serrée./Qu'elle ne pourrait être forcée d'un mois tout entier.* (N. T.)

** *Ils sont plus de quinze mille.../Ils entourent toute la ville pour demolir les murs/Ils descendent dans les fosses et donnent des coups de pic./D'autres vont briser et mettre en pièces les portes./Les bourgeois a cette vue furent pris d'épouvante...* (N. T.)



Um capítulo tardio da criação das *bastides*: as *bastides* do Périgord (segundo Ch. Higounet, *Bordeaux pendant le haut Moyen Âge*, Féd. hist. du Sud-Ouest, 1963). [pág. 021]

subúrbio (que é, de longe, mais fortificado e mais bem defendido). Ante esse assalto, o visconde e os seus defenderam-se de maneira tão viril que os nossos tiveram de retirar-se do fosso onde haviam penetrado, sob um jato incessante de pedras. Os nossos levaram máquinas, chamadas roqueiras [*pierrières*], para demolir os muros. Quando o alto das muralhas foi abalado pelo arremesso das roqueiras, nossos ‘fogueteiros’ levaram um carro de quatro rodas, coberto de peles de bois... os adversários logo o destruíram, lançando ininterruptamente fogo, paus, pedras, sem conseguir retardar o trabalho dos sapadores, os quais se haviam introduzido no fundo de uma cavidade praticada na parede... No dia seguinte, ao raiar do dia, o muro demolido desabou..." A canção occitana conta-nos o último episódio.

*O visconde e os seus subiram aos muros,
Lançaram-se com balestras flechas munidas de pena,
E de ambos os lados muitos morreram.
Se o povo que se reunira não fosse tão grande,
Pois viera de toda a terra,
Jamais se teria conseguido tomá-la e forçá-la em menos de um ano,*

*Porque as torres eram altas e os muros ameaçados.
Mas a água lhes foi tomada, e os poços secaram,
Devido ao grande calor e ao pleno verão,
Devido a infecção que se espalha entre os homens, que caíram doentes.*

*E ao numeroso gado que se esfolara
E que fora trazido de toda a região,
Devido aos fortes gritos, que de toda parte soltavam
Mulheres e crianças, dos quais tudo estava atulhado... * [pág. 022]*

Em compensação, no ano de 1240, quando o descendente dos Trencavel — a família viscondal — tentou retomar a cidade e a sitiou, não teve êxito. O relato do senescal Guillaume d’Ormois em Branca de Castela especifica as consideráveis melhorias trazidas à muralha quando da reconstrução de 1228-1299. Fizeram-se liças protegidas por uma muralha em alvenaria munida de um parapeito ameaçado e flanqueado de torres de apoio e de pelo menos três barbacãs.

Assim, tal como nos castelos fortificados, a defensiva prevaleceu habitualmente nas cidades, e as muralhas dissuadiram ou resistiram. Quase sempre a fome, a sede, a doença ou a traição explicam as derrotas pouco numerosas dos cidadãos sitiados.

Compreende-se que o primeiro cuidado dos sitiados vencedores tenha sido o de fazer

* *Le vicomte et les siens sont montés sur les murs,/On lança avec des arbalètes des flèches gainées de plume,/Et départ et d’autre beaucoup moururent./Si le peuple qui s’était amassé n’avait été si grand/Car de toute la terre il en était entré,/On n’aurait jamais pu la prendre et la forcer en moins d’un an/Car les tours étaient hautes et les murs crénelés./Mais Veau leur a été prise, et les puits sont à sec,/A cause de la grande chaleur et du plein été,/A cause de l’infection qui se répand chez les hommes, tombes malades./Et du nombreux bétail qu’on avait écorché/Qui de tout le pays avait été amené,/A cause des grands cris, que poussaient de partout/Femmes et petits enfants, dont tout était encombré... (N. T.)*

destruir por razões militares e simbólicas essas muralhas, sinal insolente do espírito de resistência dos cidadãos.

Simon de Montfort, que não ousara atacar Toulouse após sua vitória de Muret, aproveitando as decisões do IV Concílio de Latrão e da entrega que lhe foi feita do castelo de Narbonne, a residência condal extramuros, recebeu então a submissão dos tolosanos: "Mandou destruir as muralhas da *cité* e os muros do burgo, nivelar os fossos e destruir as torres das casas fortes no interior da cidade..."

Rouen entregara-se em 1204 a Filipe Augusto, que entrou na cidade por uma brecha aberta na muralha, mandou arrasar o castelo ducal, s  par as muralhas e atulhar os fossos. **[pág. 023]** O panegirista do rei escreve: "Ela sucumbia enfim, a orgulhosa comuna, mutilada em seu poder, forçada a abrir ela própria uma brecha em suas muralhas e a derrubar com as próprias mãos sua antiga cidadela." Filipe Augusto mandou erigir sobre a colina Bouvreuil, que domina Rouen, uma enorme fortaleza para vigiar a cidade, e esta, tornada francesa, logo pôde, ao que parece, reerguer suas muralhas. A simbólica da destrui  o tinha esgotado sua eficácia.

O sistema de muralhas leva a privilegiar elementos essenciais do ponto de vista tanto funcional quanto simbólico: as portas. Elas são o instrumento da dialética do exterior e do interior. Por elas entram, para o melhor ou o pior, os produtos da terra e as mercadorias mais longínquas, os homens, imigrantes, camponeses, mercadores, soldados; por elas saem os produtos e os homens da cidade, tudo o que ela elabora em suas oficinas econ  micas, intelectuais e espirituais, em suas praças, em suas barracas, tavernas, escolas, igrejas.

A defesa das portas, pontos nevral  gicos da muralha,    um dever prioritário. O espaço contíguo    porta, externo e, mais ainda, interno,    um lugar privilegiado para assistir às idas e vindas, intervir no tráfico dos g  neros e dos homens. A cidade medieval    aqui a herdeira da ideologia urbana mais antiga, que sempre sacralizara o espaço ao redor da porta. O aspecto monumental e simbólico dessas portas teve como resultado, por outro lado, sua conserva  o, às vezes até os nossos dias, em lugares onde a muralha foi destruída há muito tempo.

Em fun  o da importância da cidade, mas também da estrutura de suas rela  es com o exterior, o número das portas    restrito ou elevado. Na *cité* de Carcassonne houve apenas duas portas, a porta de Narbonne e a porta de Aude. Em Metz, maior, aberta para múltiplos subúrbios e estradas, havia dez portas no século XIV. Em Paris, a muralha **[pág. 024]** de Filipe Augusto contou dezenove portas e poternas. Nem todas as portas de uma muralha urbana têm a mesma importância. Em Paris, por exemplo, a porta Saint-Denis distinguia-se entre todas as outras: dando para a basílica real e sua célebre feira do Lendit, atestada desde o século XII, ela era sobretudo a porta real por excelência: "Era por ali que os soberanos faziam sua entrada em Paris quando vinham de Saint-Denis; era por ali que eram conduzidos    sua derradeira morada: porta de alegria e porta de luto." (P. Lavedan)

Perto das portas instalam-se mercados, albergues e, no começo do século XIII, alguns

conventos das ordens mendicantes, a princípio por vezes no exterior, depois, quando podem fazê-lo, no interior, naquele posto de observação e captura (moral) do que entra e do que sai.

As portas ligam a cidade ao exterior — ao exterior próximo, ao exterior distante. Nelas desembocam, delas partem as estradas. A cidade é a encruzilhada de estradas. Muitas vezes a estrada, nas proximidades imediatas da cidade, transpõe um obstáculo, um rio. A relação das cidades, especialmente das cidades medievais, com seus rios é ambígua. O rio é sem dúvida, para a cidade medieval, também uma estrada, portadora de mercadorias e de homens. O transporte fluvial é um elemento importante da rede urbana. Rouen, Paris, Nantes, Tours, Orléans, Bordeaux, Agen, Toulouse, Aries, Avignon, Vienne, Lyon, como imaginá-las sem os seus rios? Mas também Metz, Besançon, Cahors, Périgueux, Angers, Caen, quantas outras mais modestas? No entanto o rio próximo é a princípio um obstáculo a transpor. A cidade vive, a cidade age, a cidade existe quando pelo menos uma ponte rompe o seu isolamento. A construção das pontes será uma das grandes empresas da cidade medieval. Uma cidade como Agen se empenhará nessa tarefa durante um século. Ponte estável, resistente, gloriosa se possível. **[pág. 025]** Cidades germânicas ou italianas, principalmente no circuito dos Alpes, glorificam-se com suas pontes cobertas em madeira. As cidades do espaço francês preocuparam-se sobretudo em substituir a madeira pela pedra. Nessa promoção pelo material de construção (Roma, outrora, orgulhara-se de sua metamorfose de tijolo em mármore), a ponte logo se inscreve, após as igrejas e o castelo senhorial, antes da casa comum e dos palácios dos ricos, como um dos monumentos principais das cidades.

Primeiro falemos das estradas. Arlette Higounet-Nadal descreve para Périgueux a dupla rede das estradas a grandes distâncias e dos caminhos para as paróquias vizinhas e os burgos mais afastados. Para as primeiras, para nos atermos àquelas explicitamente mencionadas nos documentos, estrada de Paris com vários itinerários possíveis a partir de Limoges (a estrada medieval é um fuso entre dois grandes centros), estrada de Angoulême e estrada de Toulouse, onde até Mon-tignac os guias de Périgueux acompanhavam as personalidades em viagem de inspeção ou em visita ("o caminho de Périgueux a Montignac", como lhe chama um texto de 1324) e de onde, em Bonneval, destacava-se um entroncamento para Brive, estrada para Limeuil, estrada para Bergerac, mencionada em 1318, 1333 e 1340, que se sobrepunha ao caminho de São Tiago, estrada longínqua para Avignon por Domme, Cahors e Montpellier, fragmento da grande estrada do Mediterrâneo ao Atlântico, descrita por Yves Renouard.

Numerosos, os caminhos para as paróquias vizinhas e os burgos mais afastados não diferiam, com frequência, das vias com destinações mais distantes; umas e outras eram quase sempre igualmente qualificadas de "caminhos", e artérias de pequeno alcance podiam ser chamadas de "grande caminho" [*grand chemin*], como o de Périgueux a Boulazac, ou mesmo *via publica*, "estrada pública", como a de Périgueux a Pranches. **[pág. 026]**

O mais importante talvez fosse "o emaranhado dos pequenos caminhos que serviam as

terras agrícolas", pois "era essencial que a cidade que abrigava grande número de lavradores tivesse relações cômodas com sua terra, onde, por outro lado, as parcelas eram muito pequenas e, portanto, numerosas".

Vemos, assim, os laços estreitos que unem cidade e campo, uma cidade que penetra e domina o campo mas que também está aberta às suas influências.

Vamos reencontrar em Reims essa rede de estradas de longo alcance para Paris, as cidades de Champagne, Verdun, Laon, mas também para as duas regiões essenciais às relações de Reims, a de Flandres e a de Ardenas. Em Reims, como em Besançon, destaca-se também o papel desempenhado pelas estradas na delimitação de seus subúrbios. "Os limites do espaço urbano só são fixados de maneira precisa nos lugares onde as estradas os traspõem... Esses pontos extremos distam de 5 a 7 km da *cité*, o que corresponde a pouco mais de uma légua francesa (4.440 m), nunca ultrapassando uma légua e meia." (P. Desportes)

O excelente estudo da rede rodoviária medieval de Forez de Étienne Fournial ressaltou também a densidade dessa rede, a ausência de "grandes estradas", de caminhos construídos com traçado nitidamente individualizado (ao contrário das estradas romanas, "só havia na Idade Média direções gerais que eram seguidas *grosso modo*, por numerosas variantes de detalhe"), salvo precisamente nas proximidades das cidades. Montbrison, capital do condado, atrai assim várias ramificações do "caminho de Forez", atestado já em 1163, ano em que Luís VII, voltando do Puy, det  m-se em Montbrison. No "caminho de Forez" se entronca, no Hôpital de Mallevall, uma via de extensão mais ambiciosa, o "grande caminho batido", via de grande comércio que se dirige para Roanne e Nevers. Ao longo da estrada principal **[pág. 027]** do Puy a Nevers "nasceram as primeiras cidades do Condado". Nas imediações do Forez passava ainda uma grande estrada meridiana, chamada ora "via francesa", ora caminho lion  s", e que era "a estrada pública principal de Lyon a Paris".

Sobre as estradas havia, para a travessia dos rios, pontes que se ligavam apenas a aglomerações modestas, como a que, ao norte de Charlieu, atravessava o Loire entre Chambilly e Marcigny. Mas as principais pontes eram pontes urbanas, e o período 1150-1340    o grande período de construção dessas pontes, notadamente das que foram então construídas ou reconstruídas em pedra.

A cada senhor sua honra. A ponte de Avignon, a única sobre o Ródano, quando o descemos desde Vienne,    construída de 1177 a 1185.

Em Rouen, onde a ponte, "a única existente sobre o baixo Sena, era de uma importância vital para a unidade do ducado" (L. Musset), realizaram-se dois feitos excepcionais. No final do século X ou no começo do XI construiu-se uma ponte de madeira, mas que constituía "uma obra de arte excepcional para a época". Na altura de 1144-1145 ela foi refeita, "muito forte", em pedra, e contava treze arcos. Nessa data, evidentemente, a ponte que serviu    cidade não foi obra de uma comunidade urbana, que mal existia, mas dos senhores da Norm  ndia, Godofredo Plantageneta e a imperatriz Matilde.

Narbonne possuía uma ponte romana. Essa ponte é, provavelmente, a que foi substituída no fim do século XII ou começo do XIII por uma ponte de pedra que pouco depois se chamará de Pont-Vieux. Em 1275 os "sábios homens da *cité* e do burgo" (Narbonne    uma cidade dupla) decidem a constru  o de uma ponte sobre o Aude que, da porta do burgo perto da qual estão instalados os carmelitas, no exterior das muralhas, conduzir   ao subúrbio de Belv  ze, e o **[pág. 028]** arcebispo, senhor da margem esquerda, autoriza sua constru  o, terminada em 1293. Mas essa ponte de madeira    frágil. Em 1326    decidida a reconstru  o da ponte de pedra. Ela    concluída em 1331.    a Pont-Neuf, também chamada ponte dos Carmelitas ou ponte de Belv  ze. No entanto, em 1315, os c  nsules da *cité* e do burgo tinham advertido o rei de que as duas pontes já não bastavam para a atividade da cidade, populosa e mercantil: "Todos os dias as pessoas que se encontram em Narbonne, tanto cidadãos da cidade como estrangeiros, não conseguem ir e vir livremente por essas pontes sem grande abarrotamento e grande dificuldade, donde o grande número de riscos." (J. Caille) Os c  nsules obt  m do rei e do arcebispo a autoriza  o para construir uma terceira ponte de pedra, fora dos muros, desta feita ao sul do burgo, perto da porta diante da qual se acham estabelecidos os pregadores (dominicanos). A ponte só foi terminada em 1345.

Constru  o e manuten  o são da competência da comunidade urbana; os c  nsules assinam os contratos de constru  o com os empreiteiros escolhidos através de leilão. As obras são financiadas por um pedágio autorizado pelo rei mas arrecadado por rendeiros por conta da comunidade urbana.    um imposto de circula  o, o *barragium*, cobrado para a passagem dos homens e dos animais.

Em Cahors, o consulado consolida a Vieux-Pont romana, edifica a Pont-Neuf em 1251 e, enfim, a célebre ponte de Valentr  , a partir de 1308. O selo dos c  nsules apresenta numa face uma ponte com torres. A ponte    o emblema da cidade.

Em Agen, a constru  o da ponte cogitada em 1189 são foi terminada um século mais tarde. Outorgada por Ricardo Cora  o de Leão, objeto de forais concedidos aos agenenses pelo conde de Toulouse e por Afonso de Poitiers, incentivada pelo rei da Inglaterra Eduardo I a partir de 1284, foi concluída em 1308. **[pág. 029]**

O significado da ponte (ou das pontes) para a identidade coletiva da cidade    tal que se chegou a escrever que "a constru  o e a manuten  o das pontes ensejaram o nascimento de alguns consulados" (Ph. Wolff).    o caso da ponte sobre o Aude em Carcassonne e da ponte sobre o Tarn em Albi.

A cidade e o interior: estrutura e pontos quentes

Com ou sem muralhas, a cidade tem uma forma. Essa forma depende em primeiro lugar, obviamente, do sítio geográfico. Há cidades de planície, cidades planas. Mas a maioria das cidades procura os terraços, os morros, as colinas, para proteger-se das inunda  es e para

defender-se — mas também para responder aos temas do imaginário. Ora, este é dominado pela ideologia bíblica. Um texto é freqüentemente comentado pelos teólogos, pelos pregadores. É o versículo de Mateus 5, 14, em que Cristo faz o elogio da cidade empoleirada: "Uma cidade edificada sobre um monte não pode se esconder."

O centro das cidades é por vezes tortuoso. É um *dédalo* de ruelas. Essa desordem provém da marca feudal muitas vezes impressa no solo urbano. Os limites dos feudos e das *censives*, espaço sobre o qual o senhor cobra um imposto em dinheiro, o censo, explicam-no freqüentemente. Mas esse aspecto de desordem não nos deve enganar.

A cidade medieval é ordenada. Em três casos, que compreendem a maioria das cidades francesas, uma estrutura se impõe.

O primeiro é o de cidades oriundas de uma *cité* da época romana. Têm um centro constituído pela cidade do Baixo Império que muitas vezes conservou as suas muralhas. Sobretudo, o cruzamento de dois eixos perpendiculares permaneceu [pág. 030] visível na fisionomia da cidade. Essas *cités* antigas engastadas na cidade medieval são em geral de pequena superfície. Toulouse, com 90 ha, e Metz, com 70, são duas exceções; a maioria tem entre 5 e 30 ha. É o caso de Bor-deaux, Orléans, Reims, Troyes, Nantes, Soissons, Nevers, Beauvais, Autun, Dijon, Tours, Rennes, Bayonne, Toul, Sen-lis e Périgueux.

Um segundo caso é o das cidades a que Pierre Lavedan chama "de adesão" [*d'accession*] e das cidades surgidas de núcleos pré-urbanos. Um castelo ou um mosteiro lhes deu origem. A cidade se desenvolve muitas vezes segundo uma espécie de atração exercida pelo castelo ou mosteiro, que ocupa seja uma posição excêntrica relativamente à cidade que se estende em sua direção ou a partir dele (Nice e Mon-tluçon, por exemplo, no flanco de colinas coroadas pelo castelo, Saint-Denis, Charlieu e Saint-Flour, cujas ruas convergem para o mosteiro original), às vezes com uma cidade alta e uma cidade baixa, como em Loches, seja, com uma posição central em relação à cidade que o circunda e da qual ele é o centro (caso de Brive, onde sete ruas irradiantes convergem para a igreja de Saint-Martin — "uma teia de aranha" —, e de Bergues, perfeitamente redonda e recortada por raios em torno da abadia de Saint-Winoc). No caso de vários núcleos pré-urbanos, a cidade, unificada ou não dentro de uma muralha de reunião, permanece policêntrica. Em Reims, por exemplo, há dois núcleos primitivos, a *cité* encerrada na muralha galo-romana de forma oval e o burgo desenvolvido ao redor da abadia de Saint-Remi. No fim do século XII, novos subúrbios se constituem nas terras do ar-cebispado, de um lado, e da abadia, de outro. Sua orientação, em geral determinada por ruas retilíneas que se cortam em ângulo reto e formam um quadriculado, assinala "uma profunda ruptura para com a orientação romana" (P. Desportes). [pág. 031]

Há, enfim, as cidades novas e as *bastides*. O grande especialista dessas aglomerações, Charles Higounet, observa, retomando uma constatação de Pierre Lavedan, que as plantas dessas cidades "foram o resultado de longas tentativas, e não se pode dizer que tenham sido sempre preconcebidas". Algumas vezes as *bastides* têm "o aspecto inorgânico de aldeias de

formação espontânea", outras, como Cordes, fundada em 1222, "simplesmente se adaptam ao terreno". Não obstante, a planta regular, reflexo de um pensamento "racional", predominou: "A planta geométrica acabou por impor-se pouco a pouco à maioria das fundações." A regularidade, ordenada em torno da praça central, acabou prevalecendo: "A praça central inscreveu-se a seguir numa figura em forma de losango ou de quadrilátero imperfeito (Villeréal, Marciac, Sauveterre) e depois num tabuleiro de xadrez quase perfeito (Sainte-Foy, Grenade). Essa perfeição da planta alcançada em Monpazier na segunda metade do século XIII ilustra bem o caráter *dirigido* desses empreendimentos de povoamento."

Finalmente, três elementos aproximam do tipo urbano algumas dessas *bastides*: as muralhas, a igreja e a praça. A construção de muralhas (Sauveterre, Vianne, Domme) data sobretudo do início do século XIV. A praça era "o centro de atração... para o qual se voltavam as preocupações de urbanismo dos construtores. Quadrada ou retangular, freqüentemente subtraída aos fluxos de circulação, chega-se a ela através de ruas de esquina; é cercada por *cobertos*... um mercado em madeira erguia-se na praça (Monpazier, Villeréal, Grenade); às vezes abriam-se nela subterrâneos para abastecimento (Sauveterre-en-Rouergue)".

A bem dizer, se muitas dessas *bastides* foram bem-sucedidas, poucas alcançaram um desenvolvimento propriamente urbano. Muitas continuaram sendo o que o próprio Charles Higounet chama de "aldeias". De um modo geral, [pág. 032] o vínculo entre cidade e campo, característico da cidade medieval, assinala-se aí por traços originais.

Em primeiro lugar pelo terreno: "O terreno da *bastide* dividia-se geralmente em três categorias de lotes: locais de construção (*platea*, *ayral* ou *localium*), de forma retangular, fachada estreita dando para a rua (8x24 m); jardim ou pequena parcela fechada, na periferia imediata da aglomeração (*casal*, cerca de um quarto de arpeno); arpentos de terras cultiváveis ou vinhas. Numa grande *bastide*, Grenade-sur-Garonne, foram previstos 3 mil locais de construção e o mesmo número de casais. Como os habitantes eram obrigados a construir o mais cedo possível, as primeiras edificações foram muito rudimentares, em madeira e em taipa."

O caráter urbano dessas *bastides* decorreria, segundo Charles Higounet, não apenas da ação de grandes oficiais, como o senescal Eustache de Beaumarchais, mas também da ação dos cistercienses, que, no século XIII, transformaram em *bastides* um certo número de suas "granjas": "Os criadores dessas *bastides* não se contentaram em traçar a planta de novas aglomerações, mas *organizaram* também, por vezes, o seu espaço agrário. As plantas parcelares e as vistas zenitais de Mazères, Cordes-Tolosannes, Saint-Lys, Boulogne-sur-Gesse e Grenade mostram todo um sistema de caminhos rurais que, prolongando as ruas principais do povoado, recorta o campo em bairros geométricos."

A nova cidade medieval, portanto fez-se principalmente a partir de uma implantação anterior, cidade galo-romana, mosteiro da Alta Idade Média, *castrum* do começo do feudalismo, entre o século IX e X. A história muda, mas faz-se quase sempre no mesmo local.

Daí as ilusões da continuidade.

Herdeira de uma história longa, cujo sentido ela modifica, a cidade medieval traz em seu próprio interior, mais ainda que em suas relações com o exterior, os sinais dessa **[pág. 033]** história de que ela procede. Tem uma memória topográfica, donde ser raríssimo que, como no caso das *bastides*, ela tenha *um* centro afirmado. A cidade medieval é policêntrica. E até mesmo, em cada um de seus elementos que permaneceram mais ou menos independentes, só raramente existe um verdadeiro centro. O que estrutura a cidade é um certo número de lugares e monumentos que determinam até certo ponto o ordenamento das casas e das ruas e, sobretudo, a circulação. Arlette Higounet-Nadal chama-os com razão de "pontos de referência", pois nos documentos eles servem de referência, tal como na vida cotidiana dos cidadãos, para localizar cada ponto de seu meio ambiente. Chamo-os também de "pontos quentes", porque exercem sobre os cidadãos um poder de atração (ou de repulsão) que faz subir a tensão ao seu redor. Mais ou menos excepcionais por seu material, forma, função e uma certa carga estética (provavelmente ainda percebida de maneira confusa nessa época em que um senso estético urbano desponta lentamente, a princípio, ao que parece, na Itália, são também o símbolo de poderes impressionantes. São aceleradores da vida urbana. Três poderes, sobretudo, manifestam-se nelas e representam as três funções indo-européias de Georges Dumézil. Em primeiro lugar está a função religiosa. A Igreja é a primeira a se fazer presente na cidade por seu peso monumental, incomparável ao dos outros poderes, e seu peso topográfico: igrejas, ocupação do solo pelos santuários (igrejas e conventos) e seus anexos. A isso se acrescenta sua atração como centros litúrgicos, centros de devoções e de cerimônias, relicários, pontos de partida de procissões. A Igreja se faz poderosamente presente em sua dupla função, de religião e de ideologia dominante. Vamos reencontrá-la também no exercício das duas outras funções: função econômica de arrecadação (dízimos, censos, rendas), função de comando (alta justiça). **[pág. 034]**

Depois vem a função econômica, característica da cidade medieval. Ela ainda tem poucos monumentos durante o nosso período, mas marca intensamente a topografia: praças e mercados, ruas de artesãos e de mercadores agrupados, moinhos urbanos ou suburbanos. Ela suscita, como veremos, uma rede hidráulica urbana essencial à cidade. Assinala-se também por seus avanços no sentido do poder econômico-político: mercados, peso público e logo casa comunal, futuro paço municipal, e, no nível individual, casas de pedra dos patrícios, freqüentemente, como as dos nobres, com torres.

Finalmente há a função política. Esta talvez seja, se não a menos visível, em todo caso a que age menos direta e cotidianamente sobre a estrutura e a vida da cidade. Da autoridade de um senhor local ou regional à do rei, a fortaleza senhorial ameaça, domina a cidade, mas ou se projeta sobre ela ou nela está enquistada, mais do que inserida. Decididamente, esse poder aparece principalmente pelas funções de repressão que ele conservou por intermédio da alta justiça: prisões e sobretudo pelourinho e patíbulo.

Para o conjunto desses pontos de referência ou pontos quentes, tomemos dois exemplos, o primeiro extraído de uma leitura das plantas do *Atlas* das cidades medievais da Alsácia, o segundo do magnífico livro de Arlette Higounet-Nadal sobre Périgueux.

Três elementos inscrevem na planta das cidades alsacianas um traço particularmente importante: o castelo senhorial, as igrejas, o ou os mercados. Estes dois últimos elementos, aliás, estão às vezes associados, como em Colmar, onde o mercado de Saint-Martin, atestado já em 1226, ergue-se em torno da igreja paroquial de Saint-Martin, tornada colegiada em 1234. Menções mais ocasionais põem em evidência outras edificações ou lugares econômicos, construções ligadas ao problema da água e dos locais judiciais. **[pág. 035]**

Para os primeiros, cumpre notar os estabelecimentos especializados em peixes, gado, grãos, tecidos, ervas, etc, os mercados, notadamente os mercados de trigo e sobretudo de tecidos ou *watschale* (Altkirch, 1285) ou *watlaube* (Ribeauvillé, 1302; Sélestat, 1314), os açougues e açougues-matadouros, os tornos e as arcadas de diferentes ofícios. Menção particular deve ser feita aos moinhos, as primeiras "fábricas" da economia ocidental (podem-se localizar sete deles em Colmar, entre 1262 e 1352, e seis em Hagueneau). Balanças públicas, pesos e medidas (*Sinne*) e moedas manifestam, ao lado do mercados, o controle do artesanato e do comércio pela cidade. Os diferentes usos comunitários da água são evocados pelos poços, fontes e banhos (há onze estabelecimentos de banhos localizáveis em Estrasburgo antes de 1350).

Finalmente, a justiça se mostra com os tribunais, as prisões (muitas vezes instaladas num edifício do castelo), os pelourinhos e, quase sempre situado fora da cidade, o patíbulo.

Um bordel é localizado em Sélestat em 1310.

Os cemitérios intra-urbanos indicam que os mortos adquiriram direitos de *cité* com o cristianismo e que constituem lugares de reunião.

Só tardiamente vêm-se surgir paços municipais, localizáveis em Mulhouse em 1293, em Turckheim em 1315, em Estrasburgo em 1321, em Ribeauvillé em 1342.

Em Périgueux, Arlette Higounet-Nadal ressalta inicialmente as casas de importantes senhores que trazem o nome de salas (*sala*). Há três delas: a sala do conde, a sala do vicário [*viguier*], que administrava justiça em nome do capítulo e foi relegado à sombra pelos burgueses na primeira metade do século XIV, a sala Grimoart, pertencente provavelmente a um cavaleiro e que era no fim do século XIII "um dos pontos da cidade em relação ao qual se definia todo **[pág. 036]** um setor de habitantes". Havia em seguida a casa do consulado, edificada provavelmente na segunda metade do século XIII, construção de vários andares flanqueada por uma torre de seis andares e ameada, semelhante a uma torre de atalaia. Os edifícios de ordem econômica eram um *chaufour*, forno de cal construído pelo consulado entre 1347 e 1352 para escapar à tutela dos irmãos pregadores, a cujo *chaufour* era preciso recorrer antes, edifícios cobertos encerrando os pesos oficiais, alguns deles próximos às entradas da cidade, e o Grande Peso ou "Peso dos Burgueses" (*pes de Borzes*), provavelmente

contíguo à casa do consulado. Os lugares que serviam de principais pontos de referência eram os cruzamentos, as praças, das quais a mais importante era a Clautre, onde ficavam o mercado (já atestado em 1240) e o único chafariz da cidade. Os pontos de referência de bairros eram a princípio as igrejas, depois as casas de notáveis, algumas das quais em pedra, os fornos e os lagares (de cada um conhecem-se cerca de vinte) e, enfim, os açougues. A importância dos rios aumentou com o desenvolvimento do artesanato, notadamente dos ofícios cujas técnicas requeriam a imersão dos produtos na água, tecelagem ou curtume. O "inventário" de 1296, inquérito feito nos domínios de Franche-Comté pelo rei da França, que acaba de adquiri-lo, recomenda, por exemplo, enviar fabricantes de tecidos de Paris a Gray, pois "em Gray está Dugeon, bom rio para cardar". Em Troyes, em 1355, os habitantes do Pequeno Curtume levam perante o parlamento de Paris seu conflito com os irmãos pregadores, que querem incluir no jardim de seu convento um caminho que permite aos habitantes ter acesso ao Sena. As cidades medievais utilizaram cuidadosamente toda uma rede, no interior de suas muralhas, de regatos, braços de rios e canais, muitos dos quais foram posteriormente cobertos ou atulhados. Chegou-se **[pág. 037]** a afirmar que as cidades medievais foram outras tantas "Venezas"².

A rede aquática está ligada a construção de moinhos. Eles dão às cidades no fim do século XIII um certo aspecto "industrial". Tais moinhos se estabelecem parcialmente no exterior das muralhas, às margens dos rios que circundam a cidade ou a costeiam num de seus lados, ou mesmo nos fossos, como em Cernay, na Alsácia, onde se fala em 1268 do "fosso dos moinhos". Em Albi, por exemplo, onde existem muitos moinhos às margens do Tarn (moinhos produtores de farinha de trigo, tecidos, tinturas e, no final da Idade Média, papel), há também moinhos às margens dos regatos afluentes. Em Périgueux, numerosos moinhos existem no século XIV, a montante e a jusante, às margens do Isle. Alguns deles são fortificados, como o moinho de Saint-Front, ao pé da colegiada, imediatamente a jusante da ponte de Tournepiche, não longe da rue Neuve, "elemento muito característico da paisagem urbana das margens do Isle". Às vezes, os habitantes se queixavam de que os moinhos eram um obstáculo à navegação fluvial. Em Périgueux, acusaram-se os moinhos e seus diques — que no entanto comportavam várias "represas" — de terem impedido a navegação no Isle. Entre os numerosos litígios e processos surgidos por causa desse problema, citemos a intervenção, em junho de 1216, em Compiègne, de Filipe Augusto para dirimir um conflito entre a abadia de Prémontré, de um lado, e os mercadores que utilizavam o Oise como via de transporte e os burgueses de Chauny (no Aisne atual), de outro, que se queixavam da dificuldade para a passagem dos **[pág. 038]** navios nas adjacências de dois moinhos pertencentes à abadia.

Nas cidades, os moinhos eram freqüentemente associado às pontes (as de Paris eram

² Segundo a tese de terceiro ciclo inédita de A. Guillerme, *Quelques problèmes de l'eau dans les villes du bassin parisien*, Paris, École des hautes études en sciences sociales, 1976.

célebres), e essas pontes, com seus moinhos-barcos e casas construídas em cima, muito originais, formavam um dos elementos mais espetaculares da paisagem urbana. No final de 1182 ou no começo de 1183, vê-se, por exemplo, Filipe Augusto conceder a seu copeiro real Baudoin um arco sobre o Grand-Pont em Paris para edificar ali uma casa sobre o moinho dos templários.

Os mercados mais impressionantes e mais ligados ao complexo "municipal" foram construídos em Flandres já no século XIII. Em Ypres, os mercados confinam com o paço municipal e a torre de atalaia, e sua fachada principal fica no lado longo do retângulo da Grand-Place [Grande Praça]. Em Bruges, estão igualmente associados à torre de atalaia. Em Gand, os célebres mercados de tecidos só no século XV vieram a juntar-se à torre de atalaia dos séculos XIII-XIV.

No que concerne à Grand-Place (que nem sempre existe) das cidades, notemos um caso-limite. Em Montauban, criada pelo rei da França em 1144, a praça ocupa exatamente o centro da cidade, cuja forma, um trapézio, ela reproduz; ela é o signo visível, simbolicamente repetido no centro da cidade, de sua forma exterior.

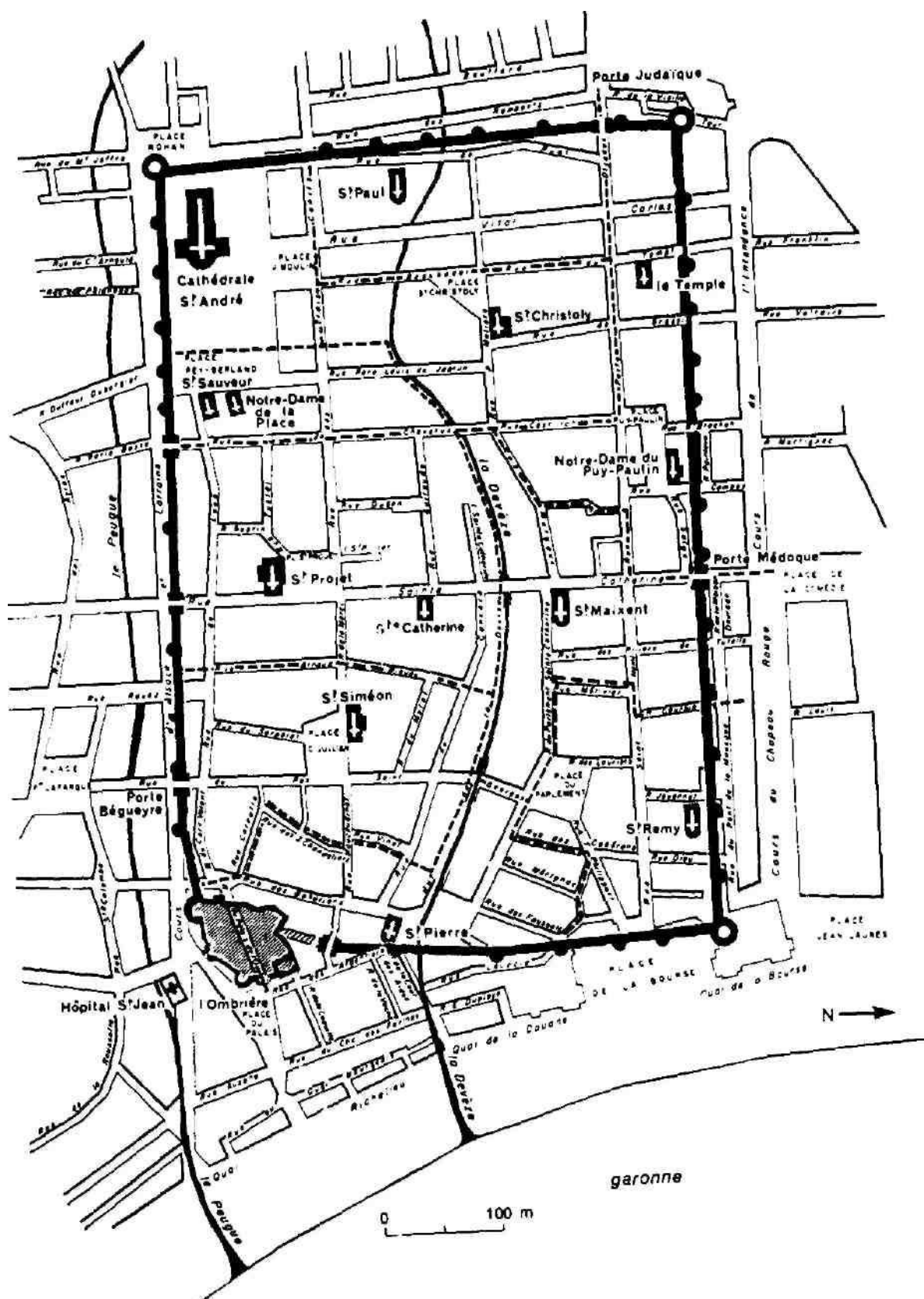
É curioso notar que a casa comum (o que chamamos de paço municipal) foi muitas vezes construída tardiamente e que nem todas as cidades a possuem. Em Bordeaux, grande cidade, a câmara municipal, a *jurade*, se reunia numa igreja. Nas *bastides*, a *jurade* e o consulado reúnem-se freqüentemente no andar superior dos mercados, que lhes é reservado. O mesmo ocorre em La Réole, Grenade, Villereal e Damazan. Em Gand, ainda em 1191-1192, o magistrado instala-se ao ar livre para julgar, na praça diante da igreja de Saint-Jean. [pág. 039]

O pelourinho situa-se geralmente num lugar bem central — por exemplo, em Poitiers, no Mercado Novo, fundado no fim do século XII. O patíbulo, em compensação, é erigido mais freqüentemente a alguma distância da cidade, como o célebre patíbulo parisiense de Montfaucon. Em Périgueux, o patíbulo estabelecido em 1315 no planalto de Écorneboeuf, ao sul da cidade, e de uso freqüente, é objeto de uma vigilante manutenção. Situado quase sempre nas proximidades de uma estrada importante, para ser visto por aqueles que entram na cidade e saem dela, é também um lugar de passeio para os cidadãos.

A cidade medieval encerra muitas vezes entre seus muros — onde ela flutua um pouco, pois tinham-se amplas perspectivas no fim do século XII e começo do XIII — espaços não-construídos, terrenos cultivados, jardins, prados que lhe conferem aquele caráter de "cidade campestre" a que já nos referimos. Em Périgueux, há poucos desses jardins no interior da cidade, salvo alguns "pomares". Mas a cidade é circundada por jardins e "rios" (*ribieyras*), franja de capim transformada em pradarias ao redor do vale do Isle e dos ribeiros afluentes.

Há, enfim, na maioria das cidades, divisões que não coincidem nem com um elemento constitutivo da cidade, nem com uma paróquia, formando conjuntos que estão entre os mais vivos e mais personalizados da cidade. São os bairros [*quartiers*], cujos nomes logo aparecem

com freqüência nos documentos, como o das "Aubergeries" em Périgueux, atestado já em 1254. Esses bairros parecem às vezes organizar-se em torno de uma rua que lhes dá o nome. Em Périgord, por exemplo, situam-se inicialmente ruas ou casas em relação à rue Neuve (*in carreria de Rua Nova*); depois, em meados do século XIV, aparece a expressão "o bairro de Rua-nova" ou "la quartieyra de Rua Nova". Assim, em Reims, o bairro da Nouvelle Couture, loteado pelo arcebispo a partir **[pág. 040]**



A *cité* e as paróquias urbanas de Bordeaux, segunda metade do século XII, conforme Ch. Higounet, *Bordeaux pendant le haut Moyen   ge*, F  d. hist. du Sud-Ouest, 1963. [pág. 041]

de 1183, tomou o nome de sua artéria central, que, em verdade, era muito larga porque destinada a ser um local de feira.

Realidades vivas, porém mal definidas, os bairros, componentes característicos da cidade medieval, ainda são mal conhecidos.

O equipamento religioso: paróquias e conventos mendicantes

Na Idade Média a religião exprime, enquadra, controla ou tenta controlar todos os fenômenos. Está presente, portanto, de maneira visível, espetacular, no coração da cidade. Suas encarnações urbanas permitem também detectar o crescimento das cidades, a mudança de sua natureza. E mais ainda. É muito difícil definir a cidade medieval e fazer uma lista das cidades da Idade Média. As palavras empregadas para designar a cidade nos documentos medievais são múltiplas e quase sempre vagas, o que torna sem maior interesse a definição de Erich Keyser e Carl Haase: "É cidade o que chama a si mesmo de cidade de maneira oficial." A palavra *ville*, em francês antigo, designa no século XIII tanto cidades como aldeias e, com efeito, é difícil estabelecer uma distinção na realidade. O critério físico da muralha — importante — é insuficiente, como vimos; há cidades sem muralhas e aldeias fortificadas. O critério do número de habitantes, que é hoje, oficialmente, o mais empregado, mas não satisfaz, com razão, aos geógrafos e aos especialistas das ciências humanas, é totalmente inaplicável à Idade Média, para a qual não dispomos de meios de avaliação satisfatória do número de habitantes. Mais discutível ainda é o critério jurídico: não há diferenças nos privilégios, *nas franquias* concedidas a aldeias ou a cidades, as fórmulas jurídicas da identidade [pág. 042] urbana são muito diversas. O critério econômico tem um duplo inconveniente: a dificuldade em defini-lo (aldeias são lugares de feiras e de mercados), o fato de que, embora capital na gênese e no fundamento da cidade, nem por isso ele esgota sua natureza e não basta para explicar o fenômeno urbano. Parece-me, porém, como se verá mais adiante, que a definição mais aproximada da cidade é a que parte da noção de setor terciário, formulada pelos economistas modernos. Mas, do ponto de vista da localização da rede urbana, para o período, o fenômeno mais estreitamente relacionado ao fenômeno urbano é o da implantação eclesiástica. Ele se manifesta duplamente: pelo salto numérico de uma rede antiga, a das paróquias, e pelo aparecimento de uma nova rede, a dos conventos mendicantes.

O valor da extensão da rede paroquial como critério de evolução histórica é limitado por dois fatos: o primeiro são as lacunas da documentação e a falta de estudos sobre esse fenômeno que, não obstante, é de primordial importância; o segundo é o "conservantismo" eclesiástico, principalmente no domínio secular, que preferiu proceder ao aumento do território das paróquias antigas a criar novas paróquias. A segunda metade do século XII e o começo do XIII foram, contudo, o período da elevação máxima do número de paróquias urbanas; estas atingiram uma cifra que por quase toda parte permaneceu imutável até a

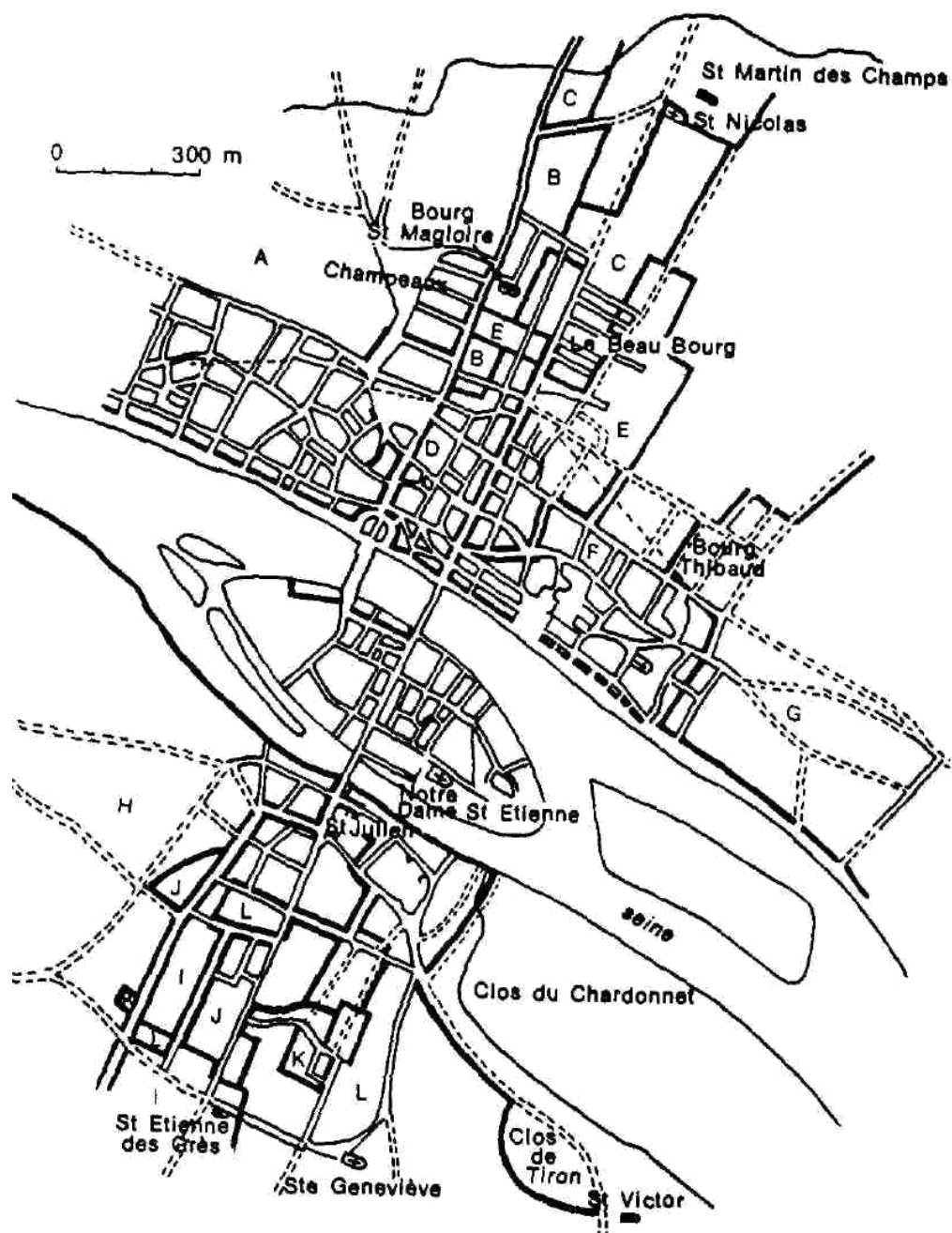
Revolução.

Em Rouen, por exemplo, a rede paroquial atingiu então a cifra de 35 paróquias, cerca de dois terços das quais atestados antes de 1204. A *cité* antiga e seu crescimento por ocupa  o de terras ganhas pelo Sena foi dividida numa dúzia de paróquias, os subúrbios oeste e noroeste formaram uma dúzia de outras paróquias, o arrabalde mais distante contou com uma dezena delas, mas o burgo formou apenas uma paróquia, Sainte-Croix-Saint-Ouen, cuja sede foi durante muito tempo a abadia. **[pág. 043]**

Em Périgueux, o burgo, a "cidade do Puy Saint-Front", compreendeu apenas duas paróquias: Saint-Front, que em 1342 se gabava de estar "totalmente compreendida no interior das muralhas", e Saint-Silain, muito menor. Em 1365, ano de um recenseamento, 85% das famílias arroladas residem na paróquia de Saint-Front e apenas 15% em Saint-Silain.

Em Paris, o excelente livro de Adrien Friedmann permite acompanhar a evolu  o paroquial juntamente com a evolu  o urbana. O grande período da expansão paroquial foi o século XII. Na margem direita, pouco após a instala  o do mercado de Champeaux, quatro centros paroquiais, como vimos, surgem ao longo da estrada de Saint-Denis; Saint-Leufroy, Sainte-Opportune e os Saints-Innocents foram criados por desmembramento de Saint-Germain-1  Auxerrois; Saint-Jacques-de-la-Boucherie assumiu uma importância considerável. Por ocasião da reconstru  o da catedral de Notre-Dame, o bispo Maurice de Sully procedeu em 1183 a uma reorganiza  o paroquial na Cité, transformando doze capelas em outras tantas paróquias. Um segundo arcipreste apareceu para a margem esquerda em Saint-S v rin — velha igreja merovíngia erigida em paróquia antes de 1080 —, enquanto o primeiro arcipreste, às vezes domiciliado numa paróquia da Cité ou da margem direita, logo se viu ligado de maneira estável   paróquia de Sainte-Madeleine de la Cité.

A constru  o do muro de Filipe Augusto teve uma conseq  ncia considerável. Obrigando   remodela  o as paróquias que, como Saint-Merry, Saint-Gervais e Saint-Paul-des-Champs, tinham um território encavalado no traçado da muralha, ela tendeu a desfazer os primitivos la os entre organiza  o dominial/senhorial e organiza  o paroquial, para ligar esta  ltima   organiza  o propriamente urbana. Na margem esquerda, o domínio de Saint-Germain-des-Pr s sofreu **[pág. 044]**



- | | |
|--|---|
| A. Paróquia de Saint-Germain-1' Auxerrois. | G. Paróquia de Saint-Paul-des-Champs. |
| B. Anexo paroquial de Saint-Barthélemy. | H. Paróquia do burgo de Saint-Germain-des-Prés. |
| C. Paróquia do burgo de Saint-Martin-des-Champs. | I. Paróquia de Saint-Séverin. |
| D. Paróquia de Saint-Jacques. | J. Paróquia de Saint-Benoit. |
| E. Paróquia de Saint-Merry. | K. Paróquia de Saint-Hilaire. |
| F. Paróquia de Saint-Gervais. | L. Paróquia do burgo de Sainte-Geneviève. |

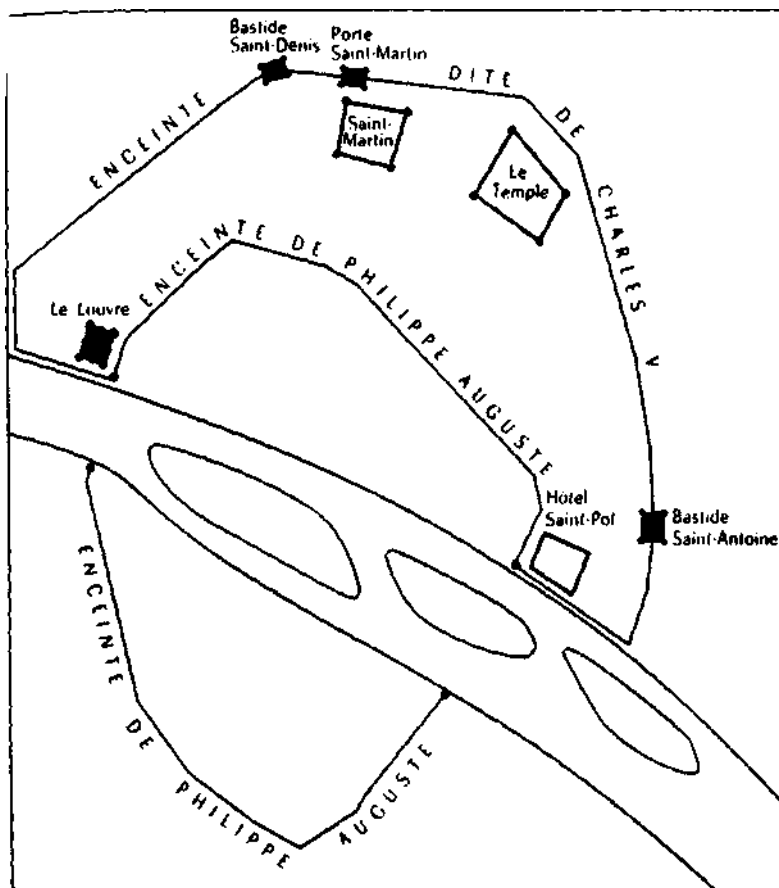
Paróquias da aglomeração parisiense por volta de 1150, segundo A. Friedmann, *Paris, ses rues, ses paroisses*, Plon, 1959. [pág. 045]

também, por isso mesmo, profundas modificações, assim como a construção de uma muralha em Gand trouxe-as aos domínios de Saint-Pierre e de Saint-Bavon.

Finalmente, o loteamento de antigos domínios eclesiásticos ou recintos para acolher hóspedes que gozavam de certos privilégios determinou também uma repercussão dessas hospedarias sobre a rede paroquial. Por exemplo, na margem esquerda o recinto de Garlande, propriedade do capítulo de Notre-Dame, e o recinto da abadia de Tiron passaram para a jurisdição paroquial, respectivamente, de Saint-Séverin e Saint-Nicolas-du-Chardonnet. Na margem direita, o arroteamento do pântano de Sainte-Opportune, pertencente ao capítulo de Notre-Dame, converteu, já em 1180, em novos colonos os paroquianos de Saint-Germain-1'Auxerrois.

Mas, sobretudo, a implantação, ao longo do século XIII, dos conventos das novas ordens mendicantes, reduzidas a quatro pelo segundo concílio de Lyon em 1274 — os pregadores ou jacobinos, nossos dominicanos, os menores ou *cordeliers*, nossos franciscanos, os agostinhos e os carmelitas —, revelou a nova fisionomia urbana e marcou-a profundamente.

As ordens mendicantes originaram-se do agudo sentimento que tiveram alguns homens e mulheres, principalmente dois, Domingos de Osma e Francisco de Assis, da inadequação das estruturas e práticas da Igreja às condições de um mundo submetido a uma aceleração da história. Suas motivações conscientes eram sobretudo, para o primeiro, a luta contra a heresia e, para o segundo, a luta contra o dinheiro. Mas cada um desses combates conduzia-os a um mesmo terreno, a cidade. Querendo romper com a tradição monástica que preconizava a instalação na solidão — ainda que essa solidão fosse muito freqüentada e não apenas combinasse com o modelo urbano da Alta Idade Média **[pág. 046]**



O crescimento urbano: as duas muralhas de Paris. Elas correspondem às duas grandes fases do crescimento parisiense: primeiro o século XII, depois o período 1200-1300, devido sobretudo ao desenvolvimento da região econômica da margem direita. A superfície protegida passa de 273 a 439 hectares (segundo R. Cazelles, *Nouvelle Histoire de Paris*). [pág. 047]

mas estivesse por vezes na origem de cidades de um novo estilo —, eles plantaram seus conventos (que não eram mosteiros) no meio dos homens e, a princípio, no meio daqueles "homens novos" de cujos problemas queriam encarregar-se e cujos desvios pretendiam combater, os homens das cidades. Um dístico não tardou a registrar esse momento decisivo na localização dos religiosos:

*Bernardus valles, montes Benedictus amabat,
Oppida Franciscus, celebres Dominkus urbes.*

(Bernardo amava os vales, Bento as montanhas,
Francisco os burgos, Domingos as cidades populosas.)

Empenhados em estar presentes onde quer que pudessem ser úteis, eles quadricularam a nova rede urbana, implantando-se em todas as cidades nas quais não depararam com resistência insuperável, isto é, a imensa maioria. Não dispendo de rendas dominiais, tirando seus recursos de coletas, isto é, de levantamentos de dinheiro ocasionais sobre a economia

monetária, vivendo num período em que, sobretudo nas cidades, difunde-se o espírito de cálculo e de previsão, eles estudaram as condições favoráveis ao seu estabelecimento em cada localidade considerada, dedicando-se assim, de maneira mais ou menos consciente, a um estudo do limiar a partir do qual uma cidade era suscetível de acolher e fazer viver um de seus conventos. Perceberam que esse cálculo punha em causa um mínimo de população, já que uma certa estrutura econômica e social apresentava, graças ao artesanato e ao comércio, meios sócio-profissionais capazes de dispor de uma parte de sua fortuna em dinheiro líquido passível de ser dado, na tradição das doações à Igreja, aos seus conventos.

Logo reconhecidos, incentivados, favorecidos e também controlados pelo papado, eles formaram a dois (dominicanos e franciscanos) [pág. 048] e depois a quatro (com os agostinhos e os carmelitas), apesar de certas rivalidades, um sistema que dividiu a rede urbana num nível duplo. Nas cidades pequenas, os franciscanos empenharam-se em estar presentes em quase toda parte. Nas cidades mais importantes, os dominicanos e, depois, na segunda metade do século XIII e no começo do XIV, os agostinhos e os carmelitas, que partiram mais tarde e não dispunham do poder de sedução que pregadores e menores deviam aos seus fundadores, à sua experiência e ao seu prestígio, juntaram-se aos franciscanos para produzir, segundo a capacidade das aglomerações urbanas, cidades com dois, três ou quatro conventos mendicantes. No interior de uma mesma cidade, em consequência de diversas medidas do papado unificadas por Clemente IV na bula *Quia plerumque* de 28 de junho de 1268, cada convento teve que se estabelecer a menos de trezentas "varas" em linha reta (cerca de 500 m) do convento mendicante mais próximo.

Sobre o clero regular das paróquias, sobre os monges dos mosteiros urbanos e suburbanos das ordens antigas ou mais recentes, os mendicantes tinham três vantagens. Não se ocupando juridicamente da *cura animarum*, o cuidado das almas, não estavam, malgrado sua implantação concertada, ligados a um território com a paróquia. Trabalhando para toda a cidade, estavam ligados à sua comunidade e à identidade coletiva desta. Em seguida, dirigiram seus esforços principalmente para três preocupações essenciais para os homens e mulheres do século XIII: a comunicação pela palavra (foram especialistas do sermão e atraíram multidões para esse grande espetáculo do fim da Idade Média), pela confissão (autores dos principais manuais de confessores, em virtude da obrigação determinada para todos os cristãos pelo Concílio de Latrão IV, em 1215, de se confessar ao menos uma vez por ano, influíram de maneira decisiva na vida [pág. 049] interior e na casuística moral dos fiéis) e pela morte (uma reorganização do além, que concedia novos poderes ao inferno e ao diabo, atribuía um território ao purgatório e concretizava de forma mais realista o paraíso, permitiu-lhes atrair os cidadãos preocupados com uma boa morte e com seguranças no novo além, sobretudo os ricos, antigos e novos, a quem, embora laicos, por um lance de gênio, abriram um espaço de sepultura nas suas igrejas). Enfim, paradoxalmente, nesse lugar por excelência da nova economia monetária, ofereceram, tanto aos que dela se aproveitavam quanto aos que

a sofriam, o contrapeso do ideal da pobreza.

Chocaram-se, certamente, contra a hostilidade do clero paroquial, cujas ovelhas reduziram e ao qual subtraíam uma parte dos seus recursos, o emolumento formado pelas oferendas para batismos, casamentos e sepulturas. No mais das vezes, porém, souberam encontrar fórmulas de acordo com os seculares para a partilha das rendas. Ao apoio do papado juntou-se, sobretudo na França, o favor do poder monárquico, tornado cada vez mais essencial, notadamente no meio urbano, no curso do século XIII. Branca de Castela e São Luís favoreceram por suas doações, em vida e nos seus testamentos, pelo lugar que concederam ao seu círculo (confessores e pregadores, familiares, preceptores dos filhos da monarquia, inquiridores no reino), os religiosos mendicantes. Chegou a correr o boato de que São Luís fizera-se um deles e de que, se não se decidiu a isso, foi por não ter sabido escolher entre os dominicanos e os franciscanos.

A implantação dos conventos mendicantes evoluiu com frequência ao longo do século XIII. Instalados a princípio na periferia e mais particularmente no exterior das muralhas, tanto por causa de sua falta de notoriedade, que não lhes permitia receber localidades mais centrais, quanto pela tendência a estar em contato com imigrantes recentes, a maioria desses conventos, à medida que os mendicantes **[pág. 050]** faziam a conquista social, financeira e moral dos cidadãos, transportaram-se para um lugar mais central.

Em Limoges, por exemplo, os dominicanos instalaram-se em 1219 numa casa "fora da cidade, do outro lado do Vienne, perto da ponte de Saint-Martial", que lhes é dada pelo arqui-diácono Guy de Clausello, pouco depois bispo de Limoges. Mas em 1240, "devido à grande inaptidão e desconforto desse lugar, afastado da cidade e pequeno demais, aonde os lemovicianos não vêm", os dominicanos manifestaram o desejo de deixar o local e, com a ajuda de Deus e da Virgem Maria, mais o dinheiro de Aymeri Palmetz, cônego tolosano da Daurade, conseguiram "miraculosamente" comprar um novo local no interior da cidade.

O interesse das comunidades urbanas pela instalação desses religiosos especializados no apostolado urbano manifesta-se, por exemplo, no apelo feito aos dominicanos em 1291, sempre no Limousin, pelos habitantes de Saint-Junien. A princípio são os cônegos que convidam os pregadores, de quem ouviram falar que "melhoravam tanto no espiritual quanto no temporal" o estado das "cidades e burgos onde se dignaram instalar-se". No ano seguinte, um grupo de burgueses e de outros habitantes doa aos irmãos casas situadas no bairro de Salern, perto de Saint-Junien, "com vergéis e grupos de edifícios".

Entre o Ródano e os Alpes, o P. Bernard Montagnes estudou os conventos dos pregadores, dos quais apenas um permaneceu em seu local primitivo, no exterior da muralha (Sisteron), e três situaram-se desde o início no interior da muralha (Die, Saint-Maximin e Seyne-les-Alpes); seis, em compensação, foram englobados numa nova muralha sem ter mudado de lugar (Avignon, Valence, Nice, Aix, Draguignan, Carpentras); nove, estabelecidos a princípio fora dos muros, foram transferidos mais tarde para o interior (Tarascon, Orange,

O P. Vicaire estudou com precisão o financiamento das ampliações do convento dos jacobinos em Toulouse em três campanhas, 1224-1234, 1242-1254 e de c. 1275 a c. 1340. A primeira fase, embora se tenha beneficiado da doação do terreno pelo "maior capitalista" de Toulouse, Ponce de Capdenier, um "novo-rico", três vezes *capitoul**, residente num palácio de pedra com torre e capela, é essencialmente financiada pela mendicidade, a segunda pelos notáveis e pelos laicos poderosos da cidade e a terceira por um grupo de personalidades de primeiro plano, inclusive eclesiásticos. A superfície coberta é enorme, as edificações consideráveis, a igreja uma obra-prima artística. Os jacobinos de Toulouse são doravante "totalmente inseparáveis da grande cidade oc-citana".

A história do convento de Saint-Jacques, convento dos dominicanos de Paris, ilustra os problemas e os êxitos da implantação de um convento mendicante numa grande cidade. Em 1218, Jean de Barastre, deão de Saint-Quentin, mestre de teologia do claustro de Notre-Dame, cede aos pregadores, na saída de Paris, perto da porta de Orléans (no interior da muralha de Filipe Augusto, nos arredores da atual rua Soufflot), o asilo de Saint-Jacques (São Tiago, na estrada de peregrinação de Compostela) com sua capela, que se erguia no meio das vinhas. Os pregadores entram imediatamente em litígio com o clero da paróquia de Saint-Benoît, que queria notadamente proibir-lhes ter mais um sino e obrigá-los a pagar um censo anual. Mas, já em 1221, o capítulo de Notre-Dame lhes dá permissão para celebrar a missa e ter um cemitério particular. Filipe Augusto concede-lhes o usufruto, muito procurado, da muralha e das cinco torres redondas que limitavam seu domínio. Em 1226 eles [pág. 052] adquirem vinhas e, por uma série de compras e doações, formam um imenso jardim fora das muralhas, o feudo do Clos, no subúrbio de Saint-Jacques. Mandam construir uma grande igreja e um vasto convento (devido aos seus vínculos com a Universidade, acolhem numerosos mestres e estudantes da ordem, e o convento teria contado mais de cem irmãos). O claustro é terminado em 1256, a igreja por volta de 1259, a sala capitular no final do século XIII e a enfermaria no XIV. A igreja tinha duas naves de treze vãos de largura desigual, mas de igual altura, separados por uma fileira de colunas. A nave mais estreita terminava no coro dos irmãos, a nave e o coro mais largos eram destinados à pregação aos laicos, do alto de um púlpito fixo que adería à arquitetura da nave. Uma confraria do rosário logo foi fundada. No final do século XIII os jacobinos tinham-se tornado a necrópole de famílias ilustres, de príncipes e princesas das casas de Bourbon e Valois, notadamente. Receberam o coração dos reis Filipe III e Carlos IV, após a morte destes em 1285 e 1328, e as entranhas de Filipe V e Filipe VI em 1321 e 1350. Acolheram igualmente os túmulos de três superiores das beguinhas de Paris: Agnès d'Orchies (1284), Jeanne la Bricharde (1312) e Jeanne Romaine (1355).

Trabalhos recentes estudaram a implantação dos mendicantes numa cidade e

* Nome dos antigos magistrados municipais de Toulouse. (N. T.)

principalmente numa região³. Hervé Martin mostrou a tardia e lenta inserção das ordens mendicantes na Bretanha no século XIII e na primeira metade do século XIV. Entre as razões dessa difícil penetração naquele fim do mundo geográfico e religioso, conta-se certamente o modesto nível de desenvolvimento do ducado. As **[pág. 053]** igrejas, ali, assemelham-se às igrejas dos mendicantes no resto da França. A dos jacobinos de Morlaix, com duas naves desiguais, como a dos jacobinos de Paris, é adequadamente definida por Hervé Martin como "um mercado para pregações".

Com o auxílio do catálogo dos conventos mendicantes da França medieval de Richard W. Emery, foi possível localizar 423 conventos fundados entre o início dos anos 1210-1220 e 1275, 215 entre 1275 e 1350. O número cairá para 110 no período 1350-1450. Em 1330 há 226 cidades com conventos mendicantes, dos quais 28 com 4 conventos e 24 com 3 conventos⁴. A população mínima de uma cidade com convento é difícil de avaliar e muda conforme as regiões, as ordens e os períodos. Pode-se pensar que, na Provença do começo do século XV, uma aglomeração deveria ter cerca de 1.500 habitantes para poder tornar-se uma cidade com convento franciscano. Na Bretanha do começo do século XV serão necessários 3.000 para uma cidade com convento dominicano. Penso que esta lista representa, aproximadamente, o mapa da França urbana no apogeu da Idade Média. **[pág. 054]**

³ Estudos inéditos de Annie Cazenave para o Aude e o Ariège (dissertação da VI Seção da Ecole pratique des hautes études) e de Roland Fiétier (Franche-Comté), artigo de Robert Fabreau sobre o Centro-Oeste e o livro de Hervé Martin para a Bretanha.

⁴ A respectiva lista encontra-se mais adiante, pp. 231-2.

A FUNÇÃO ECONÔMICA

O fenômeno urbano no sistema feudal

É inegável que uma nova função econômica está na origem do grande movimento urbano medieval, tanto na França como em outros lugares. Mas, quando a cidade se constitui em entidade própria, no âmago de nosso período, que papel desempenha nela a função econômica? Mais ainda: as novas atividades que desencadeiam o processo urbano e permanecem essenciais à vida das cidades fazem destas organismos destruidores do sistema socioeconômico baseado na terra, fenômenos à parte ou elementos que modificam esse sistema sem transformá-lo profundamente? Em outros termos, quais foram as relações entre a cidade e o feudalismo?

No mundo dos séculos XII e XIII, o setor de produção é essencialmente agrícola e inscreve-se no contexto de um modo de produção que os marxistas denominaram feudal e que Georges Duby recentemente propôs chamar de senhorial — já que o feudo, aqui, nada tem a ver. Esse modo de produção baseia-se na exploração da terra por camponeses submetidos a um senhor que exerce sobre os súditos da senhoria um conjunto de poderes e direitos. O senhor vive [pág. 055] da renda feudal que os camponeses lhe entregam seja em produtos, seja em dinheiro. Com o dinheiro dos censos dos camponeses e a venda dos produtos da terra, o senhor adquire os bens de que tem necessidade e que aumentam durante o período em função do custo crescente do equipamento militar e da totalidade das despesas necessárias à "vida nobre". Para vender seus produtos e comprar os bens que deseja, o senhor tem necessidade do mercado. O camponês, por sua vez, para pagar a parte monetária de censos ao seu senhor e o mínimo de bens de que precisa e que ele não produz, compra e vende, também ele, no mercado.

O mercado urbano é, pois, indispensável ao mundo rural. Pode, ademais, ser a fonte de lucros suplementares para o senhor, que cobra, sobre o transporte e a venda das mercadorias no seu domínio, taxas, pedágios e diversos direitos. O que o senhor não pode permitir aos habitantes da cidade é a perda integral de seus direitos e de seus lucros na cidade, e sobretudo sua evicção da exploração da terra e dos camponeses ou sua intrusão maciça na nobreza.

Os cidadãos, por sua vez, ou antes, a camada superior que assume, ao lado do senhor ou dos senhores, um lugar dominante na cidade, os burgueses, têm três preocupações essenciais: o direito de enriquecer, o direito de administrar e a possibilidade de dispor facilmente da mão-de-obra. É preciso, portanto, que não haja sobre a produção artesanal e o comércio direitos senhoriais exorbitantes; os burgueses devem ser livres e poder dedicar-se aos seus negócios, ter o direito de se reunir livremente e a possibilidade de controlar a vida econômica e administrativa da cidade; todos os habitantes devem ser livres como os

burgueses, que poderão assim obter a mão-de-obra, sobre a qual não pesa nenhuma coação senhorial. Atendidas essas condições, os burgueses não têm razões para se opor ao modo de produção senhorial, que lhes proporciona a baixo preço as matérias-primas para o artesanato e o comércio. **[pág. 056]**

Portanto, se houve, durante o período de formação da comunidade, choques mais ou menos violentos entre os habitantes que lutavam por uma certa autonomia e os senhores desejosos de renunciar apenas o mínimo possível aos seus direitos e lucros, se, uma vez constituídas e reconhecidas a cidade e a burguesia no sentido jurídico, ainda existem conflitos latentes e abertos, no mais das vezes senhores e habitantes das cidades chegaram a acordos que satisfaziam a ambas as partes, fossem eles mais ou menos voluntariamente concedidos pelos senhores ou arrancados pelos habitantes das cidades. As relações foram ruins sobretudo entre senhores eclesiásticos — bispos e abades — e cidadãos, porque esses prelados, senhores principais ou exclusivos das *cites* mais importantes da Alta Idade Média, tinham mais a perder em face das exigências dos habitantes e porque, persuadidos de que a ordem econômica e social da qual eram herdeiros era de direito divino, consideravam as pretensões dos cidadãos como sacrilégios. Mesmo depois de ter concedido franquias aos burgueses, muitas vezes eles continuavam a amofiná-los nos seus negócios, condenando o lucro e todas as operações financeiras e comerciais que comportassem um ganho sobre o tempo — propriedade de Deus — e tachadas de usura (empréstimo a juros e práticas similares).

No fundo, porém, as cidades adaptavam-se ao modo de produção senhorial e, reciprocamente, os senhores aceitavam as cidades.

Três opiniões sobre as relações entre cidade e feudalismo me parecem, por conseguinte, erradas: a que assimila a cidade a uma senhoria e na verdade, portanto, a um poder feudal, a que vê na cidade um fenômeno essencialmente "antifeudal" e aquela, mais interessante, que considera a cidade como um "encrave territorial" no sistema feudal e o "sistema urbano como sistema aliado do feudalismo" **[pág. 057]** (Y. Barel). A cidade encontrou o seu lugar no sistema feudal e formou com ele, não como aliada mas como parte integrante, o que José Luis Romero denominou sistema feudoburguês. Esse sistema durou enquanto o modo de produção senhorial não entrou o funcionamento econômico do mercado nem freou em demasia as ambições da burguesia, e também enquanto esta, renovando-se rapidamente pelo jogo de empreendimentos sem longa duração (os contratos de sociedade sucederam-se em cadência rápida com parceiros diferentes, porquanto as operações eram pontuais) e de famílias que se extinguíam com bastante rapidez, não se engajava num processo de acumulação. Mas é verdade que a cidade medieval, por sua lógica econômica fundada mais no dinheiro do que na terra, por seu sistema de valores no qual, em face do ideal aristocrático de hierarquia vertical, de duração, de ociosidade e de largueza (desperdício), impunha a si mesma outra concepção, outro ideal de hierarquia horizontal, do tempo, do trabalho e do cálculo, podia minar por dentro o sistema feudal para transformá-lo em sistema

capitalista. Foi preciso, entretanto, esperar pela revolução industrial.

Pode-se, quanto a um certo número de aspectos, especificar a simbiose entre cidade e feudalismo que a França conheceu em seu passado medieval.

Em primeiro lugar, é preciso não esquecer que, apesar das limitações por vezes consideráveis de seus direitos e poderes, o senhor ou os senhores do solo urbano exerciam sempre uma parte de suas prerrogativas e conservavam uma posição proeminente, se não dominante. Em Reims, por exemplo, o arcebispo, o capítulo da catedral, as abadias de Saint-Remi e de Saint-Nicaise continuaram sendo os senhores das quatro partes da cidade, ou antes, das quatro cidades. Os burgueses são os burgueses de um ou outro desses senhores. **[pág. 058]** Os de Saint-Remi têm efetivamente um corpo de escabinos de seis membros, mas ele é nomeado pelo abade. Os burgueses têm o direito de serem julgados por esses escabinos em qualquer questão civil ou criminal.

A administração do *ban** era exercida em nome do abade por dois oficiais senhoriais, o castelão (um monge) e pelo prefeito, que julgava também os forasteiros (estrangeiros) e presidia o tribunal dos escabinos. Por seu intermédio o abade cobra diversas taxas, como o direito de burguesia (12 denários *por família*, pagos anualmente em Saint-Remi), fiscaliza as transações comerciais, verifica os pesos e as medidas cuja guarda é confiada ao deão de abadia. A comunidade dos burgueses não tem representação permanente e não pode reunir-se ou cotizar-se sem a autorização do abade. Pierre Desportes pode concluir: "Os burgueses de Saint-Remi estão submetidos a um regime senhorial análogo ao das aldeias do campo; o abade apenas concordou em excluir qualquer arbitrariedade." Mas esse último ponto é essencial.

Veremos mais adiante que a condição dos burgueses foi muito variável. Em Reims, alguns burgueses do *ban* arquiiepiscopal tornavam-se "servidores" deste ou daquele cônego, eram seus "franco-sargentos" e, a partir do século XIV, foram chamados "burgueses com cônego". Essa "dignidade" muito procurada colocava o seu titular sob a jurisdição exclusiva do cônego e do capítulo e fazia com que se beneficiasse de importantes isenções fiscais. Em paga, eles ajudavam o cônego a administrar seus bens: escoar seus excedentes de grãos ou de vinhos, aplicar o seu dinheiro. Em Chartres, onde a comunidade urbana só foi realmente constituída, ao que parece, em 1297, a maioria dos burgueses não **[pág. 059]** devia — a partir de 1150, pelo menos — sua posição ao artesanato ou ao comércio, mas ao fato de serem servidores, oficiais do conde ou do bispo: "A burguesia de Chartres cresceu graças ao seu papel de intermediária entre os poderosos e o mundo em evolução, enriqueceu ora encarregando-se de negociar os excedentes das granjas e dos celeiros senhoriais, ora abusando dos poderes que haviam sido consentidos aos seus membros, na qualidade de oficiais condais

* Vínculo de servidão mantido entre os feudatários e o senhor ou o rei, presidindo aos direitos e obrigações de uso dos bens do feudo, cobrança de taxas, etc. (N. T.)

ou episcopais; no fundo, estabelecidos na cidade, eles se aproveitaram do sistema senhoria tal como o fizeram, ao mesmo tempo que eles, os prefeitos do campo." (A. Chédeville). Ante essa presença do feudalismo na cidade, onde uma parte mais ou menos considerável do solo urbano consistia em feudos e em terras enfeudadas, os burgueses, por seu lado, se não eram obrigados a colocar-se a serviço dos senhores urbanos, procuravam introduzir-se no sistema feudal ou, pelo menos, apropriar-se dos elementos dele que lhes aumentassem a fortuna e o poder. Vejamos com Jean Schneider o caso de Metz. Os burgueses, a partir de 1235-1240, adquiriram sem dificuldades terras enfeudadas no interior da cidade e, a partir do final do século XIII, tornam-se possuidores de terras de tipo dominial no campo circundante, apesar de uma certa resistência dos senhores eclesiásticos. Conseguem inclusive adquirir feudos, mas entram em choque com os príncipes vizinhos, os duques de Lorena, os condes de Bar e de Luxemburgo. A burguesia chegava assim aos limites em que os senhores "feudais", por sua parte, não podiam tolerar uma penetração importante. Em Chartres, os burgueses "não adquiriram feudos rurais e muito menos verdadeiras senhorias".

Um dos fenômenos que levaram a crer na constituição das comunidades urbanas e senhorias é a ascendência jurídica que elas geralmente manifestaram sobre o campo próximo, [pág. 060] onde exerceram uma espécie de direito de comando, de direito de *ban*, convertendo-o em seu subúrbio (*banlieue*). No exemplo de Besançon, estudado por Roland Fiétier, pode-se ver, em primeiro lugar, que a existência de um território exterior à cidade e compreendido em sua jurisdição é anterior à constituição de uma comunidade de habitantes e aparece no contexto senhorial. Em 1049 o papa confirma ao arcebispo "a senhoria de toda a cidade, sob sua jurisdição, tanto no interior quanto no exterior". Quando, mais tarde, e sobretudo no século XIII, a parte exterior desse território vê-se novamente ligada aos direitos da nova comunidade urbana, é porque esta obteve para si as franquias que adquirira no interior. O termo subúrbio [*banlieue*] aparece no foral de 1290, sem que este seja definido em seu conjunto. Ora é o que pertence à alçada jurídica dos juízes da cidade, ora o que pertence a uma paróquia da cidade, ou então o que contém zonas de percurso do rebanho comunal ou bosques de onde se tiram as "lavas" para a cobertura das casas da cidade. É, em conclusão, "a zona onde se exerce a autoridade das diversas instituições que regem, nesta ou naquela qualidade, a comunidade dos habitantes de Besançon, mas somente esta". É importante notar, sobretudo, que, se o termo subúrbio é pouco freqüente, encontra-se muito, em contrapartida, o termo território (*territorium*), procedente do direito romano renascente no século XIII e que não se confunde com o subúrbio porque o ultrapassa em extensão e porque pertence à influência de todos os poderes urbanos, incluindo o arcebispo, e não apenas daqueles da comunidade dos habitantes. No século XIII, a maioria das cidades da França atual constituem o equivalente do *contado* das cidades italianas, embora não se tenham tornado, como estas, as cidades-Estado que, pelo nome de *signorie* que receberam, complicam um pouco mais o

estudo das complexas realidades urbanas da Idade Média. [pág. 061]

É fácil imaginar que esse espaço de "liberdades" ligado à cidade se tenha tornado um espaço de dominação do campo pela cidade. É aquele que fornece à cidade o grosso do que ela consome, do que ela revende. Em Besançon encontra-se por vezes, significativamente, *vignoblium* (vinhedo) como equivalente de *territorium* — espaço do endividamento tanto dos senhores quanto dos camponeses em face dos burgueses da cidade; espaço onde outros cidadãos que não os burgueses fazem sentir o peso de sua dominação econômica e social. Não esqueçamos o poder exercido sobre os campos suburbanos pelos senhores eclesiásticos urbanos. Guy Fourquin mostrou muito bem, por exemplo, a importância dos domínios do capítulo de Notre-Dame de Paris na região parisiense — espaço onde se difundem, a princípio e sobretudo, os modelos atuais elaborados pela cidade, a arquitetura da igreja paroquial, a voz dos pregadores dos conventos mendicantes urbanos que estabeleceram seu próprio território, muitas vezes ainda mais vasto que o da cidade e que eles chamaram de *praedicatio*, espaço da palavra, espaço também da coleta, de uma nova forma de exploração financeira do campo pela cidade.

A arte urbana testemunha, sem dúvida, que daí resultaram, por parte dos cidadãos, com relação aos seus camponeses (a recíproca nos é desconhecida, já que os camponeses são quase mudos perante a história), sentimentos mesclados de reconhecimento e superioridade. No portal das suas igrejas, a cidade faz esculpir calendários, os trabalhos dos meses, homenagem ambígua ao labor dos camponeses que a faz viver. O belo manuscrito (ms. latino da Biblioteca Nacional, Paris) em que se consignaram no fim do século XIII os costumes de Toulouse de 1286, e seu primeiro comentário de 1296 contém um título *Defeudis* (*Dos feudos*). A miniatura que o adorna no frontispício representa um camponês lavrando a terra com a ajuda de um arado puxado por bois. [pág. 062]

A cidade ativa: comércio ou artesanato

Viu-se, nas origens das cidades, a tese que privilegia o papel do comércio (H. Pirenne) e a que insiste no do artesanato (Ch. Verlinden).

Comércio e artesanato são, evidentemente, inseparáveis e seu desenvolvimento comum repousa nos excedentes rurais e na imigração dos camponeses para a cidade. Mas quando, em nossa época, se constitui a comunidade urbana e a personalidade da cidade, há predominância de um ou do outro?

Roberto Lopez definiu bem o modelo da simbiose artesanato-comércio: "No entanto, o comércio e a indústria estavam intimamente ligados. A maioria dos artesãos era constituída por comerciantes de tempo parcial, na medida em que vendiam diretamente uma parte de sua produção ao público. Um trabalho de alta qualidade com materiais de valor, a produção rápida de objetos mais simples ou mesmo fatores externos, como uma loja bem abastecida numa

cidade sitiada, uma quantia de dinheiro emprestada a colegas em dificuldade ou ainda um casamento com uma mulher abastada podiam transformar um artesão num empresário-mercador, que não se fatigava com suas mãos, mas vendia o produto de outras mãos. Inversamente, a maioria dos mercadores não praticava apenas o comércio de gêneros alimentícios não-elaborados e de matérias-primas brutas, mas também o de bens manufaturados. Um mercador cujo negócio dependia largamente dos produtos de um determinado artesanato podia ser levado a investir neste último uma parte considerável de seu capital e de seu trabalho e a tornar-se um empresário-artesão de tempo parcial ou mesmo de tempo integral."

Todas as cidades produzem ou vendem o máximo de bens para o consumo urbano, mas a importância relativa [pág. 063] da produção "industrial" e da atividade comercial varia de acordo com as cidades.

Os produtos do grande comércio são os grãos, o vinho, o sal, os couros e as peles, os tecidos, os minerais e os metais e, secundariamente, a madeira, que se encontra em quase toda parte.

Os grãos, os couros e as peles são encontrados no comércio de quase todas as cidades. Só as grandes cidades, que têm uma população considerável a alimentar, são grandes importadoras de grãos, como as cidades flamengas, principalmente Gand. As grandes cidades exportadoras de vinho são sobretudo os grandes portos: Rouen, à qual Henrique II, primeiro como duque da Normandia, depois como rei da Inglaterra, concede em 1150 e 1178 importantes privilégios para o comércio do vinho; La Rochelle, que é, na segunda metade do século XII, a capital do comércio do vinho antes do impulso de Bordeaux no decurso do século XIII. Mas cidades do interior são também grandes centros de comércio do vinho: Laon, que chegou a ser chamada de "uma capital do vinho no século XII", Auxerre, da qual o franciscano italiano Fra Salimbene de Parma, que a visita na altura de 1245, diz: "As pessoas desta terra não semeiam, não colhem, não armazenam nos celeiros. Basta-lhes enviar o seu vinho a Paris pelo rio próximo que, justamente, desce para lá. A venda do vinho nessa cidade rende-lhes belos lucros que lhes pagam inteiramente o viver e o vestir"; Beaune, enfim, que no decorrer do século XIII começa a assistir ao triunfo dos vinhos "fortes" no gosto dos bebedores, passa para o primeiro plano.

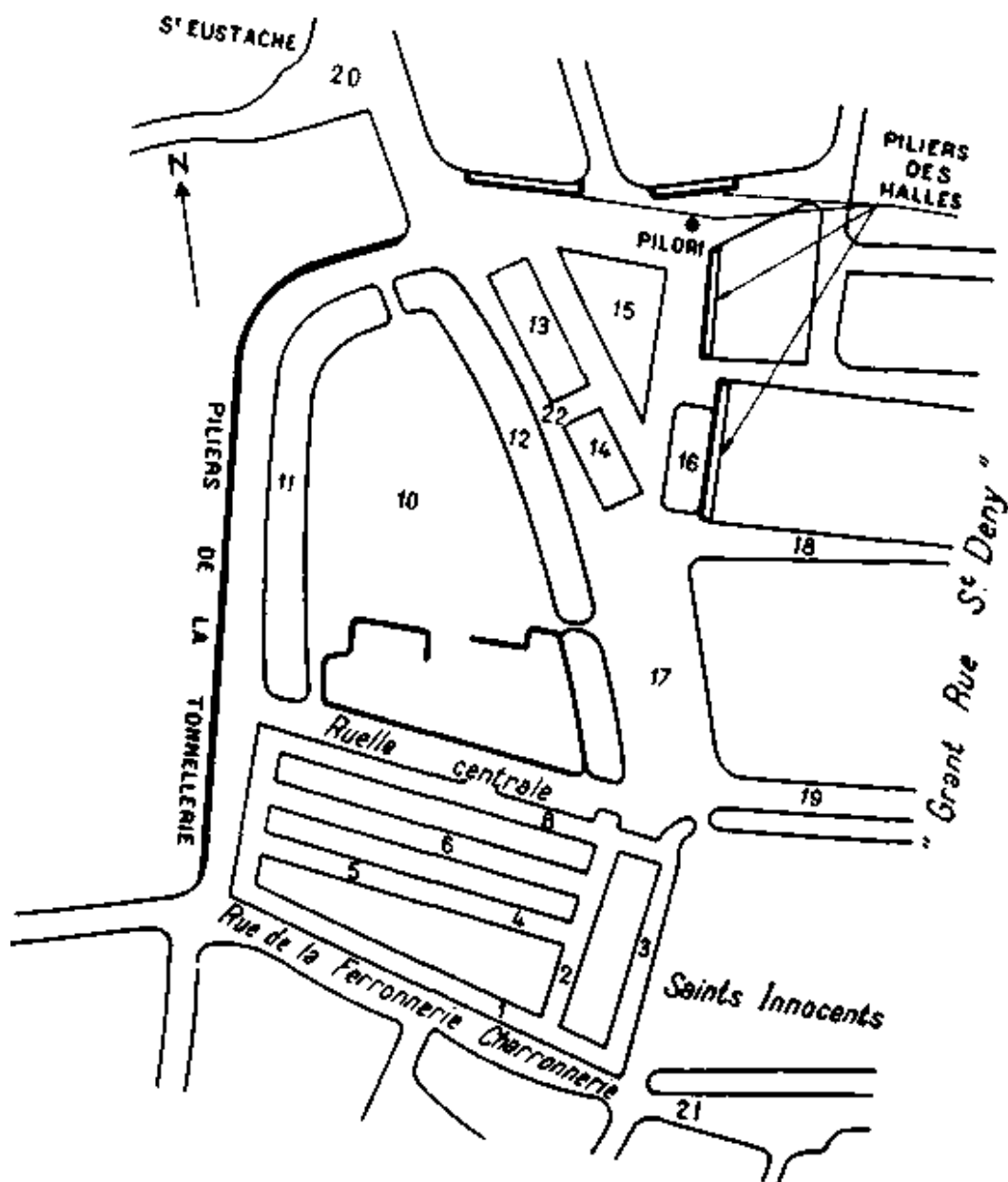
O tecido é, ao lado da construção, o objeto típico ao mesmo tempo da grande indústria e do grande comércio da economia medieval. As cidades de Flandres logo se distinguiram nesse setor, mas não é certo, como pensavam Pirenne e seus discípulos, que a fabricação e a exportação dos [pág. 064] tecidos de luxo tenham sido sua principal fonte de rendas. Recentemente, David Nicholas constatou que só em meados do século XIII as grandes cidades flamengas começaram a fabricar tecidos mais pesados, mais lisos e mais finos do que antes, os chamados tecidos "grandes" (*wet*), e que essas cidades estavam longe de se dedicar exclusivamente aos tecidos de luxo. O abastecimento de sua própria população, na qual

predominavam as pessoas modestas e humildes, era seu principal objetivo.

A tecelagem desenvolveu-se também em outros lugares — por exemplo, em Rouen, onde a pesquisa sobre os moinhos de 1199 fala dos "pisoeiros e tintureiros residentes perto do Robec e donos de cubas e caldeiras". Os tecidos de Rouen são vendidos nos mercados espanhóis no fim do século XII, há doze menções de tecidos de Rouen nos registros dos tabeliães genoveses entre 1200 e 1320, eles são mencionados em Siena em 1221, numa tarifa marselhesa em 1229, em Trier em 1248 e em Veneza pouco depois. Os ruaneses vão às feiras da Champagne sobretudo para vender seus tecidos e têm uma casa em Provins em meados do século XIII.

Os artesãos se multiplicam por toda parte. Em Narbonne, 940 artesãos prestam juramento ao visconde. Em Toulouse, somente no burgo, conhecem-se mais de 200 deles em 1335. Em Paris, o *Livro dos ofícios* [*Livre des métiers*] do preboste Étienne Boileau (c. 1268) nos faz conhecer 101 categorias de artesãos organizados, aos quais devem-se acrescentar os açougueiros.

O comércio de certas cidades não se contenta em atingir regiões européias mais ou menos distantes, países bálticos, Itália, Inglaterra ou Espanha; chega, no fim do século XII, até o Oriente. Marselha, por exemplo, obtém franquias comerciais e judiciárias em Tiro e em Acre em 1187 e 1190. Seu porto transformou-se em escala e mercado onde se trocam notadamente as especiarias do Levante, os couros da **[pág. 065]**



- | | |
|---|--|
| 1. mercado dos caldeireiros | 12. mercados dos forasteiros |
| 2. mercado Cordovês | (Douai, Bruxelas, Malines) |
| 3. roupeiras, sapateiros (no 1º, armarinheiros) | 13. arenques |
| 4. mercado dos tecelões mercado de Beauvais | 14. peixes frescos |
| 5. açougue de Beauvais | 15. setor dos peixes frescos |
| 6. telheiro | 16. bacalhau (salina a varejo) |
| 7. fábrica de telhas | 17. mercado de legumes, frutas |
| 8. mercadores de panos de Paris | 18. aves, manteigas, ovos... |
| 9. mercado do povo | 19. mercado do queijo |
| 10. mercado do trigo | 20. ponta Saint-Eustache (vendas diversas) |
| 11. mercado dos forasteiros | 21. roupas usadas (ambulantes) |
| (Saint-Denis, Gonesse) | 22. queijaria |

Os mercados de Paris: o detalhe do consumo urbano (segundo Biollay). [pág. 067]

Barbaria e os tecidos de Flandres. Os contratos do tabelião Giraud Amalric, em meados do século XIII, mostram que o comércio marselhês se exerce em três direções principais — Levante (263 contratos), África do Norte (134) e Itália do Sul (142) — e duas secundárias: Itália do Norte (98) e Espanha (43). Marselha está ligada por via terrestre e fluvial às feiras da Champagne. Muitos mercadores estrangeiros a freqüentam — genoveses, toscanos, piacentianos, languedocianos e catalães. Há, na margem setentrional do porto, cinquenta mesas de cambistas (E. Baratier).

Étienne Fournial descreveu bem a hierarquia dos homens envolvidos na vida econômica das cidadezinhas do Forez no século XIII, distinguindo "três tipos de negociantes". Na parte inferior da escala os modestos artesãos-lojistas que vendem à sua clientela os objetos que fabricam. Seguem-se os mercadores, que com bastante freqüência acrescentam ao seu negócio o comércio do dinheiro, mas só praticando a usura muito secundariamente. E, enfim, homens para quem a economia é secundária e que são antes de tudo banqueiros. Edouard Perroy traçou em artigo clássico a figura de um deles — a princípio de categoria média —, Mathieu Chambon, açougueiro em Montbrison no fim do século XIII e começo do XIV. Aos seis açougues que lhe deixara seu pai e ao ofício de açougueiro e cevador que também herdou dele, acrescenta uma atividade de mercador de sebo e banha, couros, tecidos, quinquilharia, e sobretudo se dedica ao comércio do dinheiro e à usura. Os principais clientes eram camponeses ou pequenos artesãos que, freqüentemente incapazes de reembolsar, cediam ao credor seu pedaço de terra, seu prado, seu balcão de trabalho, sua casa, que Chambon revendia a bom preço. Quando morreu, possuía onze casas e dez açougues em Montbrison, dois prados, três vinhas e seis terras nos arrabaldes, objetos de prata, mercadorias em estoque, créditos, objetos recebidos em **[pág. 068]** penhor, rendas prediais, mas apenas onze libras em dinheiro líquido. Tornara-se um homem muito rico.

A atividade comercial das cidades manifesta-se a princípio, nas feiras e nos mercados, segundo toda uma hierarquia que vai do simples mercado (às vezes chamado feira) à grande feira internacional, passando por feiras de irradiação local ou regional.

Em Limoges, existe no século XIII a Claustre (o mercado dos trigos), mercados de peixes, de legumes, e dois mercados de carne. Uma rua era destinada aos cambistas, a rue des *taules* [ruas das mesas]. Havia uma feira em 30 de junho em Saint-Martial, coincidindo com uma peregrinação às relíquias dos santos, e outra em Saint-Géraud, em 13 de outubro.

Em Bourges, havia três feiras propriamente ditas na praça do Mercado Velho: no Natal, no dia de Santo Ambrósio (18 de outubro, mas também a 29 de junho, dia dos santos Pedro e Paulo) e no de Santo Ursino, esta confirmada por Luís VII em 1157. A estas se acrescentavam várias pequenas feiras que eram antes mercados, a feira de Saint-Martin, a feira de Saint-Oustrille, feira dos carneiros gordos em maio, a feira das Cinzas ou "feira magra" ou "feira das ameixas secas" na quarta-feira de Cinzas e três feiras dos aros e da

aduela, Saint-Laurent (no cemitério de Saint-Bonnet), Saint-Barthélemy e Saint-Ladre.

Não se deve desprezar, como judiciosamente sublinhou Édouard Baratier, as feiras e os mercados das cidadezinhas que forneciam mercadorias e crédito num raio de vinte a trinta quilômetros. Assim, estudos recentes puseram em relevo a atividade dos mercadores de Brignoles e de Reillane na Alta Provença.

Há, enfim, as feiras internacionais. Por exemplo, as feiras de Chalon-sur-Saône, que aparecem no fim da nossa época **[pág. 069]** (c. 1280) e foram estudadas por Henri Dubois, e as célebres feiras da Champagne, das quais este é o grande período, como bem mostrou Robert-Henri Bautier.

A feira de Chalon só se torna importante em meados do século XIII. A prosperidade do ducado de Borgonha e a crescente importância do tráfico ao longo do eixo fluvial Ródano-Saône é que permitem esse desenvolvimento. A ação do duque da Borgonha (salvo-condutos para os mercadores, franquias, segurança das feiras e de suas operações), grande beneficiário dessas feiras pelas taxas que percebe, é decisiva, como o fora na Champagne a dos condes.

A primeira feira tradicional, feira "quente", que começa no dia de São Bartolomeu, 24 de agosto, junta-se a criação, por volta de 1280, de uma feira "fria", que começa na quarta-feira de Cinzas. Cada uma dura de três a quatro semanas. No essencial ela se realiza fora da cidade, num lugar que lhe é reservado (*feira alojada*), mas transborda para os arredores (*feira do prado*) e para a própria cidade. A feira alojada compreende os mercados, o grande mercado de tecidos, onde vendem por atacado fabricantes de Ypres, Gand, Douai, Tournai, Valenciennes, Châlons, Aubenton, Troves, Chimay, Huy, Namur, Saint-Quentin, Avesnes, Abbeville, Lyon, Malines, Provins, Paris, Beaune, Rouen, Beauvais e Lille, o mercado da pelaria e o mercado dos cambistas. O comércio dos tecidos, sobretudo de lã, ocupava ali o primeiro lugar. A feira "reunia vendedores de tecidos vindos dos centros industriais da Europa do Norte e do Noroeste e compradores originários dos países situados a leste e a sudeste do reino de França". Diferentemente das feiras da Champagne, o comércio das feiras de Chalon era quase exclusivamente um comércio de mercadorias. A despeito de uma atividade local de câmbio, as operações financeiras desempenhavam um papel insignificante. **[pág. 070]**

A força das feiras da Champagne repousa em cinco elementos:

- sua situação geográfica, na encruzilhada das regiões mais povoadas e economicamente mais ativas da cristandade: Flandres, "França", países germânicos do Oeste, países mediterrâneos, notadamente Itália do Norte e do Centro, no centro das grandes rotas terrestres e fluviais dos rios do Norte (Escaut, Mosa, Reno) e do eixo Ródano-Saône; ao norte, saídas das passagens alpinas;
- sua duração: elas se sucedem durante praticamente todo o ano e formam um mercado quase permanente do mundo ocidental;

Calendário das feiras da Champagne

início	fim	cidades	meses
2 de janeiro	segunda-feira antes da terceira quinta-feira da quaresma	LAGNY	jan.-fev.
terça-feira antes da terceira quinta-feira da quaresma		BAR-S.-AUBE	fev.-março
terça-feira antes da Ascensão		PROVINS	maio-junho
24 de junho (São João)	13 de set.	TROYES ("feira quente")	jul.-ag.
14 de set.	1º de nov.	PROVINS (feira de Santo Ayoul)	set.-out.
2 de nov.	1º de jan.	TROYES ("feira fria")	nov.-dez.

segundo M.-Th. Lorcin, *La France au XIII siècle*, Nathan, 1975. [pág. 071]

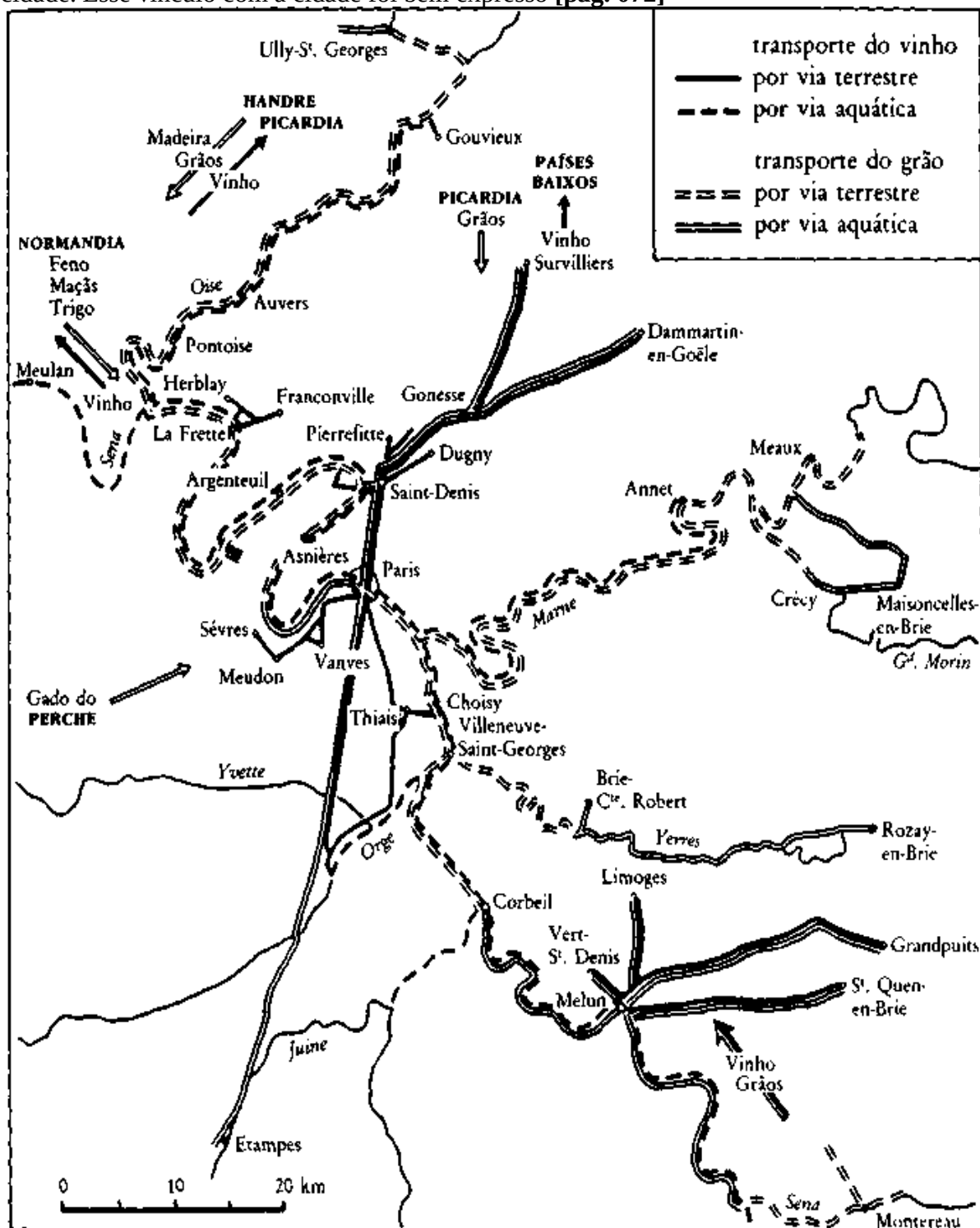
- o papel dos senhores protetores, o conde da Champagne e depois o rei da França, a partir de 1284. O impulso essencial veio do conde Henrique, o Liberal (1152-1181). A proteção senhorial das feiras compreende a segurança dos mercadores e das mercadorias pelo "conduto" ou "salvaguarda" na estrada, a "guarda" da feira, que assegura o policiamento, o controle e a garantia das operações mercantis por funcionários condaís, depois reais, e as isenções fiscais;

- a organização dos próprios mercadores. Os mercadores de uma mesma origem agrupam-se em edifícios e organismos especiais. Os mercadores de quinze cidades italianas têm um representante permanente, o cônsul, e na segunda metade do século agrupam-se numa mesma associação dirigida por um "capitão" eleito. Provençais e langue-docianos agrupam-se igualmente sob a direção de Montpel-lier. Os mercadores da França do Norte (Flandres, Artois), de Empire (Cambrai, Valenciennes), da Champagne e da Borgonha (Reims, Chalon) formam a hansa das dezessete cidades. Dela retiram coesão e eficácia;

- o papel comercial das mercadorias (ainda aqui, os tecidos em primeiro plano), embora subsistindo, cede o primeiro lugar, no curso do século XIII, ao papel financeiro. Nessa grande praça de troca do Ocidente, as transações, afora aquelas que se fazem no próprio local, regulam-se por jogos de escritura, operações de compensação. As feiras da Champagne desempenham "o papel de um *clearing-house* embrionário".

Feiras protegidas, vigiadas por poderosos senhores, funcionando em benefício próprio, as feiras são antes de tudo, porém, fenômenos urbanos. Os produtos que ali se trocam são

fabricados ou financeiramente controlados pelas cidades. Os atores, os mercadores, são a quintessência da sociedade urbana. Elas não poderiam existir fora das vizinhanças de uma cidade. Esse vínculo com a cidade foi bem expresso [pág. 072]



O abastecimento urbano: vias terrestres e fluviais da alimentação de Paris. As vias fluviais são essenciais, mas as vias terrestres são utilizadas para os grãos, o gado e mesmo para os peixes do mar e o vinho, a fim de evitar o pagamento das pesadas taxas fluviais (segundo G. Fourquin, *Nouvelle Histoire de Paris*). [pág. 073]

pelo troveiro Bertrand de Bar-sur-Aube, quando descreveu a feira da primavera de Provins:

*Então começaram os mercadores a errar
Que seus pertences trouxeram para vender
Desde a manhã assim que amanhece
Até a noite quando anoitece
Não param eles de vir e de ir,
E toda a cité deles se encheu
Fora da cidade se alojam no campo
E têm suas tendas e pavilhões fechados.*
A cidade passiva: o consumo urbano*

Cidade produtora, cidade mercantil, a cidade é também, economicamente — e isso a distingue ainda mais do mundo rural, que representa, não obstante, 90% da população —, um centro de consumo, em razão da densidade de seu povoamento e do número de não-produtores entre seus habitantes. Sombart chegou mesmo a definir a cidade a partir disso: "É cidade, do ponto de vista econômico, qualquer aglomeração de homens que dependem, para sua subsistência, dos produtos da agricultura exterior."

É preciso, pois, voltar ao mercado, aparentemente mais humilde, mais cotidiano que a feira, mais próximo da realidade urbana profunda. Onde observá-lo melhor do que em Flandres, que logo à primeira vista aparece como o lugar por excelência do grande comércio no espaço francês de então [pág. 074] e que, pela densidade de sua população, rural, por certo, mas também urbana, representa um ponto de atração considerável de consumidores?

J. A. Van Houtte, estudando o mercado de Bruges, concluiu: "Bruges não foi essencialmente o mercado *internacional* pelo qual a tomaram durante muito tempo. As relações econômicas *internacionais* podiam prescindir de sua função de intermediário... Mas Bugres não tinha necessidade de ser um mercado internacional ou mundial para ser um grande mercado, talvez o maior da cristandade no século XIV." Em nenhuma parte, além da Itália, havia região povoada de maneira tão densa, onde uma *burguesia* numerosa e opulenta apresentasse um poder de compra tão considerável e um mercado tão lucrativo. "Ali se achava o essencial dos consumidores a que se destinavam os carregamentos desembarcados nas margens do Zwin."

Mais recentemente, David Nicholas especificou esse papel do consumo no desenvolvimento das cidades flamengas — cidades exemplares. Observa ele, de início, que Flandres "não era suficiente para assegurar a subsistência de suas próprias cidades" e que, para se alimentar, as grandes cidades deviam tanto mais assegurar o controle de fontes de abastecimento em cereais quanto queriam também proteger-se das altas de preços dos grãos fornecidos pelas pequenas aglomerações regionais nos casos freqüentes de penúria. Nestas

* *Lors commencierent marcheant a errer/Qui les avoires ont a vendre aporté,/Dès le matin que il fu ajorné,/De si au soir que il fut avespré,/Ne finent il de venir ne d'aller,/Que tote enfu emplie la cité./De fors la ville se loge em mi le pré,/Et ont lor trêes et paveillons fermeiz. (N. T.)*

condições, "o monopólio das matérias-primas, o grão e a lã, principalmente, era bastante lucrativo para assegurar a prosperidade das classes superiores urbanas. A indústria têxtil trazia recursos suficientes para fornecer trabalho à massa da população, que por seu turno dependia dos monopolizadores para o alimento e a bebida..., nas especulações da alta burguesia a exportação dos tecidos não tinha uma importância tão grande quanto o monopólio do abastecimento de alimentos". A população de Gand que se dedicava a esse abastecimento provavelmente constituía, por volta de [pág. 075] 1350, 22,45% das famílias da cidade (9,1% de mercadores de vinhos, 12,25% de armadores e trabalhadores dos portos, 1,1% de corretores). Pode-se estimar que muitos cidadãos pobres destinavam, em meados do século XIV, quase metade de seu salário somente à compra dos grãos e de 60 a 80% de seu orçamento às compras de alimentos em geral.

Onde melhor se percebe o peso do consumo sobre a economia urbana é nos dois setores que se pode dizer que são criações da economia medieval e, mais particularmente, da economia urbana: o consumo de carne e o consumo de vinho.

Os homens da Idade Média consumiam uma proporção de carne espantosa, fenômeno cultural, tanto quanto econômico, cujas razões ainda não foram bem esclarecidas. Daí o número e o poder dos açougueiros nas cidades medievais, também surpreendente. Daí, também, o papel social e político desses homens indispensáveis e ricos sobre os quais pesa, não obstante, o desprestígio de uma profissão considerada vil, maculada pelo sangue impuro dos animais, figurando em parte na lista das "profissões desonestas" (*inhonesta mercimonia*) que a Igreja estabelece a partir dos tabus vétero-testamentares e de um sistema de valores herdado do tempo pré-urbano da Alta Idade Média. Como admirar-se, então, da atividade "revolucionária", desde o século XIV, daqueles açougueiros dilacerados, por assim dizer, entre seu poder e o desprezo que os cerca?

Em Toulouse, por exemplo, segundo o estudo de Phillippe Wolff, em 1322 havia 177 açougueiros para uma população que devia atingir no máximo 40 mil pessoas, ou seja, 1 açougueiro para cada 226 habitantes (em 1953 Toulouse contava 285 mil habitantes, 480 açougueiros e salsicheiros, ou seja, 1 para cada 594 habitantes). Havia ainda no século XIV um verdadeiro isolamento dos açougueiros, classificados entre os artesãos e não entre os comerciantes.

Os romanos tinham levado o vinho a uma Gália consumidora de cerveja ruim, a cerveja gaulesa, de sidra primitiva [pág. 076] e hidromel. O cristianismo sacraliza uma bebida cujo uso se democratiza e se generaliza na cidade do século XIII. Roger Dion estudou magnificamente a constituição desses vinhedos urbanos, no extremo limite das condições climáticas de cultivo, até o extremo norte da França. O melhor exemplo é o vinhedo parisiense, que invade as encostas da região parisiense e da Île-de-France e cuja lembrança se conserva nas denominações de "caminho das vinhas" nos atuais subúrbios de Paris. Ainda aqui, uma cultura dominada pela cidade e — antes da exportação para longe, reduzida a

algumas cidades e regiões, de que já falamos — feita para o consumo urbano próximo. A paisagem urbana medieval é composta de vinhedos que cercam as cidades, como Fra Salimbene observava com admiração em Auxerre. Não surpreende, pois, que vinhateiros sejam cidadãos, habitantes das cidades que eles deixam de manhã para ir trabalhar nas vinhas próximas e para onde retornam ao entardecer.

E o abastecimento da cidade que explica em grande parte a dominação que ela exerce sobre o seu território (*vignoblium* = *territorium* em Besançon!). O campo, por outro lado, não apenas sofreu essa dominação mas às vezes também se aproveitou dela.

Alain Derville mostrou que a ação das cidades da França do Norte resultou num aumento considerável do rendimento do trigo. Nas terras do Hôpital Saint-Sauveur de Lille os rendimentos alcançam, já em 1285, níveis de 30 a 40 *rasières* por *bonnier* após dízima, em rendimentos líquidos, 17 a 24 em rendimento brutos: "A região de Lille, a de Saint-Omer, o Douaisis e o Valenciennois constituíam, até prova em contrário, a região mais adiantada da agricultura européia desde o século XIII, pelo menos." Cifras de uma região sem dúvida excepcional, não as encontramos na Picardia vizinha de Robert Fossier. Mas, sob a diversidade regional, sente-se o agulhão com o qual a cidade consumidora instiga o trabalho rural. [pág. 077]

[pág. 078] Página em branco

DO MOVIMENTO À INSTITUIÇÃO

O governo da cidade

O século XI e a primeira metade do XII constituem a fase do desenvolvimento selvagem das cidades. Surge a comunidade dos habitantes, os artesãos se multiplicam. Nosso período é o da organização, da consolidação jurídica desse desenvolvimento. A nova sociedade, cujas existência e responsabilidades são reconhecidas, conquista também os meios financeiros de seu funcionamento.

Lembremos, em primeiro lugar, que as cidades permanecem no *dominium* de um ou vários senhores, conde, duque ou visconde, bispo, arcebispo ou abade, e o rei, imediatamente no domínio monárquico que aumenta consideravelmente durante o período, e em toda parte, em virtude de seu direito eminente. Esses senhores abandonam parte de seus direitos às comunidades urbanas ascendentes, realizam partilhas, acordos, mas conservam seus direitos de alta justiça, a cobrança de certas obrigações e, na teoria ou na prática, a comunidade urbana não pode em muitos casos decidir e agir sem o consentimento deles. Os mais reticentes são, cumpre lembrá-lo, os senhores eclesiásticos, e às vezes [pág. 079] estes conseguem, por outro lado, no começo do nosso período, obter de seu co-senhor ou do rei um aumento de seus poderes sobre a cidade. Em Arras, em 1177, o bispo e o capítulo, num dado espaço, em particular no interior dos muros, obtêm do conde de Flandres a confirmação ou a ampliação de seus direitos, notadamente em matéria de fraude relativa às medidas e às dimensões dos tecidos. Em Paris, Filipe Augusto reconhece ao bispo, em 1222, os direitos de censo e de justiça sobre a parte ocidental da margem direita, de que o prelado se apropriou. Em Narbonne, no fim do século XII e começo do XIII, o arcebispo fortalece seu poder no terço ocidental da *cité* e na totalidade do burgo, em face do visconde, que se reconhece seu vassalo por um certo número de bens e direitos e lhe presta homenagem em 1213. Há exceções: em Poitiers, o poder temporal do bispo    muito frágil; em Toulon, o bispo não    senhor da cidade.

Em princípio todos os direitos e poderes reconhecidos pelos senhores às comunidades urbanas o são por "boa vontade" de sua parte. Eles "outorgam", "concedem". Na verdade, salvo nas cidades novas e em algumas *cit  s* onde eles atraem os habitantes por franquias, na maior parte dos casos as concessões lhes foram arrancadas por pressões irresistíveis, inclusive pela fôrça. Embora insista no papel tantas vezes ignorado dos senhores nas cidades medievais, não quero fazer crer que as liberdades urbanas tenham sido obra de senhores clarividentes e generosos. No essencial, a cidade medieval, em sua personalidade,    uma conquista de seus habitantes. E o resultado de uma luta social, ainda que a paisagem social dessas lutas seja mais complicada do que se tem afirmado com freqüência. Assim, Ferdinand Lot, por exemplo, tem razão ao escrever a propósito de Auch: "Perguntamo-nos como os artesãos e mercadores dessa minúscula *cité*, composta em grande parte de camponeses imigrados [pág.

080] no fim do século XI, colocados sob a dependência de dois senhores, o arcebispo e o conde de Fézensac, ciosos de sua autoridade, puderam entender-se e unir-se de modo a constituir um corpo permanente. O certo é que, já no começo do século XIII, em 1205, eles se impõem a tal ponto que seus dois senhores lhes reconhecem e garantem os privilégios e as franquias".

O fundamento dessa luta, a primeira e fundamental conquista, a base da sociedade urbana, é a liberdade pessoal — liberdade no interior da cidade, como em Lille, onde, no fim do século XII, a liberdade pessoal conquistada pelos burgueses estendeu-se aos "buscadores de trabalho", cada vez mais numerosos após 1175, e transbordou para os campos: após 1209, já não se encontra menção de servos na região. Em Toulouse, em 1147, o conde Alfonse Jourdain renuncia, entre outras taxas, à *queste*, "sinal odioso de servidão". Em Béziers, em 1194, o visconde Roger concede a todo imigrante residente na cidade plena liberdade em relação a ele como a todos os outros senhores, a libertação de qualquer servidão, o que já ocorria com os demais habitantes. Conquanto se encontrem alguns exemplos de servidão "real", ligada à posse de uma terra dita "servil", "o estatuto normal dos cidadãos era a liberdade" (Ph. Wolff).

As comunidades urbanas que se afirmam e conferem à cidade sua personalidade na segunda metade do século XII e no XIII correspondem às teorias dos teólogos e dos canonistas do século XIII. A maioria destes é italiana e sem dúvida refletiu sobre as realidades italianas a partir dos princípios do direito romano renascente. No entanto, suas idéias são, no conjunto, conformes às realidades urbanas francesas e talvez até se apliquem melhor às situações francesas do que às situações italianas¹. **[pág. 081]**

O termo que se encontra nos documentos e que melhor exprime a realidade ideológica da cidade é a *universitas*, a corporação, a coletividade formada pelos habitantes. É "um grupo de indivíduos dotados de características comuns que lhes conferem uma certa unidade e considerados por isso mesmo como um conjunto tanto em sua ação própria quanto em sua atitude para com o que é exterior ao grupo" — consciência de grupo que se afirma na ação e na oposição. A comunidade urbana é mais do que a soma dos habitantes que a compõem e diferente dela: "A partir do momento em que a coletividade está devidamente fundada, existe um novo ser, independente dos indivíduos." O costume de Marmande de 1340, mas que reproduz em grande parte o foral concedido à cidade por Ricardo Coração de Leão por volta de 1182, começa pelo juramento que o senhor de Marmande deve prestar "*á tote la universitat des habitanz de la vila de Marmanda*". No foral de Montbrison de 1223 está dito que os habitantes escolherão seis homens probos [*prud'hommes*] (*probi homines*) em sua coletividade (*de universitate sua*).

¹ A análise que se segue deve muito à magistral obra de Pierre Michaud-Quantin, *Universitas. Expressions du mouvement communautaire dans le Moyen Âge latin*, Vrin, 1970.

O segundo princípio é o direito de associação. Existem associações ilícitas. A formação da comunidade urbana é lícita a partir do momento em que há vontade comum dos habitantes de constituí-la. Por exemplo o foral que o conde Guy II outorga aos habitantes de Clermont em 1219 concede à sua "universidade" o direito de reunir-se e de fazer "o que compete à universidade".

A comunidade urbana funda-se no juramento mútuo que se prestam os "burgueses" da cidade. O juramento burguês difere do juramento feudal no sentido — essencial — de que une iguais, e não, como no caso do senhor e do vassalo, um superior e um inferior. A Igreja conservará sempre uma certa desconfiança em relação a esse tipo de juramento, [pág. 082] já que o juramento coletivo lhe é suspeito. Cumpre notar, entretanto, que muitas vezes o juramento de burguesia deve acompanhar-se de um juramento de fidelidade ao senhor, que também difere do juramento vassálico, visto não acarretar nenhum dos deveres que, entre os nobres, incumbem ao vassalo. Em Pont de Beauvoisin, na Sabóia, por exemplo, em 1288, o juramento de burguesia formula-se assim: "Somos obrigados a receber como burguês todo homem que reclamar a burguesia da cidade e estiver disposto a prestar juramento, de pé, em nossa corte: quem for recebido como burguês será obrigado a jurar a franquia e a observar em toda parte os direitos do senhor e da cidade e a ser fiel ao senhor e à cidade". Às vezes o juramento deverá simplesmente ser precedido por uma autorização do senhor, em particular quando se trata de homens do senhor. Em Evian, por exemplo, em 1265: "Nossos homens, tributáveis ou livres, não devem ser admitidos a prestar o juramento da dita cidade sem o nosso especial consentimento". Seja como for, é um juramento tão característico da burguesia, que em certas cidades aos burgueses eram chamados *jurados*.

A comunidade urbana deve também receber um direito de jurisdição e ter, portanto, seus próprios juízes. Segundo "a definição corrente dada na Idade Média à cidade, a *universitas* é um grupo de homens que têm uma vida comum no âmbito de um mesmo direito" (P. Michaud-Quantin).

O senhor se reservava sempre o direito de alta justiça e contentava-se às vezes, em suas cartas de franquia, em conceder garantias aos cidadãos, que não podiam ser detidos se apresentassem uma garantia ou uma caução, não podiam ser levados perante um tribunal sem uma queixa apresentada por uma pessoa privada, salvo pelos crimes que eram da alçada da alta justiça. Concedia também aos burgueses direitos de baixa e média justiça e a cobrança de multas que podiam constituir um recurso financeiro para a comunidade. [pág. 083] Às vezes esses direitos eram ainda mais amplos, como em Bourges, onde o mais antigo costume de Berry (c. 1312) estipula que "o julgamento na terra do rei faz-se em Bourges pelos burgueses, tanto em caso civil como em caso criminal", e "só se pode apelar de seu julgamento ao rei em Parlamento".

A base das decisões da comunidade é teoricamente tão ampla quanto possível em

virtude dos dois princípios segundo os quais *Quod omnes tangit ab omnibus tractari et approbari debet* ("o que toca a todos deve ser tratado e aprovado por todos") e as decisões lícitas devem ser tomadas pela *maior et sanior pars*, isto é, pela maior parte e a mais sã da comunidade. Este último princípio, a bem dizer, era um pouco contraditório, difícil, pelo menos, de ser definido na prática, e suscitou comentários bastante embaraçados. O papa Inocêncio IV (1243-1254) glosa-o da seguinte maneira: "Chamarei parte mais sã àquela que escolhe o melhor eleito, a menos que haja contra ela uma preponderância excessiva do número e da dignidade dos votantes." Na verdade, a democracia urbana, salvo talvez no começo do movimento urbano, no século XII, nunca se realizou, por duas razões essenciais. Os cidadãos que não descendiam de burgueses "primitivos" ou que não ofereciam garantias de fortuna (posse de um terreno ou de uma casa, recursos financeiros de um determinado nível) foram afastados do governo da cidade e do "comum conselho". E, mesmo no interior dessa camada que se reservava a direção da *cité*, aqueles que asseguravam os cargos representativos e administrativos (prefeitos ou c  nsules, escabinos ou homens probos) se auto-recrutaram quase sempre no interior de um pequeno grupo de famílias influentes que se costuma distinguir pelo nome de *patrícios* (ver adiante, p. 150).

Enfim, a comunidade urbana se definia e manifestava pela propriedade coletiva. Esta teve quatro encarna  es principais: **[pág. 084]** o cofre da cidade, os imóveis da comunidade e notadamente a casa comum (paço municipal), o sino e o selo da cidade.

"Do cofre, a *arca communis*, destinado a receber e proteger os fundos da *universitas*, a existência freqüentemente afirmada raramente    objeto de desenvolvimentos, ou então    preciso procurá-los nos regulamentos e estatutos particulares, cujo testemunho se refere sobretudo    questão das fechaduras; havia sempre várias delas acionadas por chaves diferentes, essas chaves eram repartidas entre diversos oficiais ou simples membros especialmente delegados para o controle das movimentac  es de fundos." (P. Michaud-Quantin) Esse cofre continha também a memória da cidade, seus arquivos, os cartulários que, a exemplo das igrejas, dos mosteiros e dos senhores leigos, os burgueses constituíam para poder eventualmente defender ou reivindicar seus direitos e sobretudo, talvez, memória mais simbólica do que útil, o registo das delibera  es do conselho da comunidade. O primeiro registro de Besançon, aberto em 1290, e que nós possuímos, começa pela página de presta  o do juramento, que se fazia sobre o Evangelho de João.

A propriedade de imóveis de uso comum permitia erigir os monumentos da cidade. Estes serviam ao mesmo tempo às necessidades do funcionamento da comunidade e    "sua glória, que exprimia a própria existência e a beleza que se procurava dar aos edifícios". Os mais espetaculares desses monumentos eram o "paço municipal" e o "mercado". Já os mencionamos ao falar do caráter muitas vezes tardio da casa comum, casa dos escabinos na

França do Norte, casa do consulado na França do Sul.

A posse de um sino da cidade foi, nas mãos da comunidade urbana, um instrumento de primordial importância, [pág. 085] medida de um tempo burguês subtraído ao tempo eclesiástico dos sinos de igreja, meio de recorrer a uma ação coletiva envolvendo a responsabilidade da *cité*, objeto simbólico que, sobretudo no Norte, fez aparecer um novo monumento urbano, a torre. Tornaremos a falar dela a propósito do tempo da cidade. Vê-se aqui, o que pode parecer paradoxal, a personalidade mais pronunciada das cidades francesas em relação às cidades italianas. Étienne de Tournai, constatando que as cidades italianas se contentam geralmente em utilizar os sinos das igrejas, acrescenta: "Talvez o patrício suspendesse lá (na Itália) um sino para convocar todo o povo, do mesmo modo que existem na França sinos de comuna."

E, enfim, o selo, "o objeto mais precioso" da *universitas*, pois o uso de um selo próprio e de valor reconhecido é a prova de que a comunidade urbana "goza não apenas da personalidade... mas da dignidade de ser uma *persona authentica*."

Em Besançon, por exemplo, o mais antigo selo da comuna remonta a 1259 e, após 1290, aparece um grande selo. Metz possui um selo municipal antes de 1230. Às vezes os governantes burgueses da *cité* fazem-se representar no selo da cidade. Assim, no selo de Saint-Omer figuram os membros do conselho. O selo da comuna de Soissons (1228) oferece a imagem do prefeito, armado, cercado dos escabinos — não os senhores, mas no lugar dos senhores.

Há, nos direitos adquiridos pelas comunidades urbanas, graus quanto ao autogoverno dos cidadãos, que nunca é total. Mas não devemos cair nas armadilhas da linguagem jurídica. É preciso repetir aqui o que se percebeu no momento do nascimento das cidades. No século XIX tendeu-se a considerar que a forma ideal da comunidade urbana medieval fora a comuna, e ainda hoje o modelo comunal às vezes é considerado, se não o modelo perfeito, pelo menos o modelo **[pág. 086]** mais avançado de autonomia urbana. Na verdade, percebe-se que o foral de comuna só foi concedido em certas regiões (sobretudo na França do Norte) e cidades, que outros termos recobrem mais ou menos as mesmas realidades, que durante muito tempo comunidades de fato gozam praticamente dos mesmos direitos. Mas a *comuna*, que muitas vezes nasceu na violência e apareceu já no começo do século XII, se não no fim do XI, como vimos, suscitou em geral, por parte dos senhores aos quais ela se opunha, reações violentas que dissociaram sua imagem daquela das comunidades que se formaram por outros meios, sob outros nomes.

Charles Petit-Dutaillis, que investigou o fenômeno comunal na França, define assim a comuna: "*Comuna* evoca antes de tudo a idéia, não de um governo livre, mas de um grupo que se constituiu para gerir interesses coletivos." E ainda, o que é mais preciso mais não

totalmente justo: "*Comuna* tem exatamente o mesmo sentido que juramento comum." De fato, comuna tem efetivamente esse sentido na fase de luta dos juramentados para obter satisfação. Mas, uma vez concedida a comuna, a palavra passa a designar a coletividade urbana regida pelo foral de comuna concedido ao grupo oriundo do juramento comum. Em compensação, quando Petit-Dutaillis nega que haja diferença "entre uma comuna e uma cidade de amplas franquias", esclarece perfeitamente uma realidade capital.

O essencial para a comunidade urbana, com efeito, é a concessão pelo senhor, quase sempre sob a forma de um foral, de privilégios geralmente designados pelo termo *franquias*, às vezes por *liberdades*, que é equivalente, e mais raramente por *burguesia*, que se refere à qualidade dos beneficiários do foral. O documento concedido pode também apresentar-se sob a forma de *costumes* abrangendo as mesmas realidades. [pág. 087]

Sobre o sentido dessas *liberdades*², no plural, que estão ligadas à liberdade pessoal, de que falamos acima, mas que não se confundem com ela, deve-se ler a excelente análise de Pierre Michaud-Quantin: "Seria inexato dizer que os medievais ignoravam o que queriam com tanto ardor; era sob outro aspecto e com a ajuda de um termo diferente que eles o exprimiam, chamando-o de 'liberdade' ou, mais precisamente, 'suas liberdades', pois as aplicações concretas interessavam-lhes mais que a idéia abstrata em si mesma... Essencialmente, a liberdade na Idade Média opõe-se ao arbítrio de um superior, o homem medieval julga-se livre na medida em que as obrigações impostas a ele são objeto de uma definição contratual ou legal que vem substituir sua determinação unilateral e arbitrária por aquele que detém o poder e de quem ele depende. Ser livre é poder discutir os limites de sua submissão, ter um estatuto definido que especifique direitos e deveres."

Os forais atendiam às reivindicações e características da comunidade urbana acima definidas, mas, antes de tomar alguns exemplos insistamos em dois aspectos essenciais dessas cartas: os privilégios econômicos e a instituição de um conselho eleito.

Lewis Munford observou com razão: "A carta de franquia era, para as cidades, a primeira condição de uma organização econômica eficaz." Por exemplo, os célebres costumes de Lorris (1155) estipulam que nenhum habitante da paróquia de Lorris deveria pagar imposto sobre os produtos destinados ao seu consumo pessoal, nem sobre o grão produzido por seu labor; não terá pedágio a pagar nas estradas de Etampes, Orléans, Milly ou Melun; não poderá [pág. 088] ser detido ou maltratado, nem na ida nem na volta, no caminho das feiras e mercados de Lorris; ninguém, nem o senhor nem quem quer que seja, poderá exigir dos burgueses de Lorris uma derrama, taxa ou subsídio, etc. As cartas preocupam-se também em poupar o tempo tomado aos cidadãos, que adquirem a consciência do valor econômico do tempo. Nenhum burguês de Lorris poderá ser requisitado para uma expedição militar, a pé ou

² Lembremos, ao lado do topônimo "Villefranche", a expressão, que se encontra notadamente nos forais saboianos, *vila libera*.

a cavalo, se não puder voltar no mesmo dia para casa, se assim o desejar. Está dispensado de qualquer corvéia para o senhor, salvo duas vezes por ano, para o transporte do vinho senhorial a Orléans, e a nenhum outro lugar. Em Toul, onde a mais antiga carta de franquia conhecida foi outorgada entre 1192 e 1195, "é na defesa dos interesses econômicos, controle dos mercados e das feiras, propriedade e exploração das feiras que os burgueses encontram a oportunidade de dar a conhecer a existência de uma comunidade urbana" (J. Schneider).

Há, todavia, um direito que as comunidades urbanas praticamente nunca obterão, o direito, senhorial e real, de cunhar moeda... Não houve moedas urbanas. Os raros casos de moedas municipais são temporários e quase sempre duvidosos, como o de Amiens. O caso de Metz, onde, no fim do século XIII, os bispos endividados venderam seu direito de cunhar moeda à cidade, é excepcional nos territórios franceses medievais. Esse é um fenômeno germânico. Mas um novo e recente estudo de Thomas Bisson revelou a pressão das cidades sobre os senhores para obter a confirmação do valor das moedas. O interesse das cidades no uso de moedas estáveis, na luta contra a arbitrariedade senhorial em matéria de moeda, é evidente. A moeda é essencial para o sistema econômico urbano. Na Champagne e em Blois em 1165, em Nevers em 1188, em Toulouse em 1205 e 1222, em Cahors em 1212 e em Agenais em 1232 e 1234, **[pág. 089]** os senhores devem fazer publicamente, na cidade, uma confirmação solene de sua moeda. Note-se também, o que corrobora o caráter de "cidade campestre" da cidade medieval, o número e a importância dos artigos das cartas de franquia referentes aos campos adjacentes. Em Auch, em 1301, os costumes especificam o policiamento do campo e dos vinhedos e o direito de caça. Em Tonnerre, o foral de 1212 regulamenta minuciosamente o uso das pastagens e as vindimas. Numerosas cartas saboianas fazem alusão às pastagens e às florestas comunais.

Enfim, tanto no interior como no exterior da cidade, tudo o que se refere aos moinhos, essa nova "fábrica", é minuciosamente regulamentado.

Conselho da cidade

Quanto ao conselho da cidade, deve-se notar em primeiro lugar que os nomes, o número dos membros e de suas atribuições são variáveis, que seu chefe é às vezes nomeado pelo senhor, mas que sua representatividade da comunidade urbana é essencial. Eles são a encarnação e a vitrina humana. Em geral são chamados *échevins* [escabinos] no Norte e *conseillers* [conselheiros] no Sul, presididos por um *maire* [prefeito] no Norte e por cónsules no Sul. A exemplo das cidades italianas, cidades provençais como Marselha, Aries, Avignon, Nîmes e Tarascon, na primeira metade do século XIII, apelam para um magistrado estrangeiro, *opodestade*, e julgou-se que esse gesto correspondia "ao sucesso do partido democrático". Nas cidades dotadas de instituições conformes aos Estabelecimentos de Rouen, como em Dax, por exemplo, havia um prefeito assistido por vinte *prud'hommes* [homens

probos].

As funções e os poderes desses personagens variavam. Em geral eles tinham poderes de polícia e de baixa justiça, **[pág. 90]** a guarda do selo comunal e dos arquivos, e deviam prestar contas de sua gestão financeira. O auto-recrutamento no interior do patriciado ou por diligências do patriciado, nos lugares onde o senhor não os nomeava, ou seja, em quase toda parte, pôs fim antes de 1340 a uma verdadeira eleição desses magistrados³.

Com Georges Chevrier, observemos o prefeito de Dijon no século XIII. Ele é eleito todos os anos no cemitério de Saint-Benigne, na véspera do dia de São João, por todos os homens inscritos na lista da paróquia. Estes se apresentavam um depois do outro perante o escabino mais antigo, que detinha a guarda dos Evangelhos, e ditavam ao escriba o nome de seu candidato, que este inscrevia na margem da lista. Recolhidos os sufrágios, o guarda dos Evangelhos proclamavam o novo eleito e depois o apresentava ao bailio de Dijon. Em procissão solene, o novo eleito dirigia-se a Notre-Dame, igreja da comuna, onde prestava juramento de fidelidade ao duque e jurava conservar as prerrogativas do duque e os privilégios da cidade. Ao longo do século XIII, como em quase todas as cidades, esse modo de eleição declinou. Escabinos e notáveis entendiam-se sobre um nome proposto para a aprovação dos habitantes da comuna. O cargo de prefeito estava doravante nas mãos de uma oligarquia de famílias poderosas. Em 1235 uma lei do duque proíbe a vários parentes próximos (pai e filhos, irmãos) fazer parte ao mesmo tempo do corpo de escabinos.

O prefeito tinha a guarda dos Evangelhos, sobre os quais se prestavam os juramentos dos oficiais da comuna, e detinha o "selo da corte", símbolo do exercício do poder municipal. **[pág. 091]**

Era encarregado da vigilância das portas da cidade e, quando assumia o cargo, investia simbolicamente os guardiães dessas portas, entregando-lhes publicamente as chaves. Organizava a vigilância noturna.

Ele regulava a administração ordinária, convocava o corpo de escabinos para "deliberar e prescrever", zelava pela conservação do "papel do segredo", no qual eram consignadas as deliberações e as decisões. Assegurava sua execução com seu lugar-tenente e o procurador da cidade. Gozava de vantagens importantes: isenção do alojamento dos "homens de guerra" e das contribuições públicas, percepção em proveito próprio da décima terceira parte de todas as multas pronunciadas pela justiça municipal e das taxas sobre os pesos e medidas apresentados para sua verificação. Seus gastos particulares eram cobertos por abonos concedidos pela câmara municipal.

Além do direito banal sobre as vindimas e em matéria de urbanismo, ele executava através de leilão mandados ducais e reais e verificava as cartas de indulto obtidas pelos habitantes da cidade condenados à morte, o que assegurava (com o corpo de escabinos) uma

³ Encontrar-se-á em M. Rossignol, *Histoire de Beaune*, 1954, a descrição da eleição do prefeito em Beaune no século XIV.

relativa independência em relação ao senhor e ao soberano.

Entre os elementos que mostram uma certa realidade coletiva do fato urbano medieval, há a existência de modelos, de cartas de franquia ou forais que foram mais ou menos fielmente reproduzidas numa escala regional e de maneira mais ou menos ampla.

Os Costumes de Lorris conheceram grande sucesso nas cidades do domínio real na segunda metade do século XII. No Forez, a carta de Montbrison (novembro de 1223) serviu de modelo para quase todas as cidades do condado. Na Alsácia, François Himly mostrou num mapa legendado que na baixa Alsácia as franquias de Haguenau (1164) inspiraram **[pág. 092]** doze cidades alsacianas e oito estrangeiras, enquanto na alta Alsácia as de Colmar (1278) foram retomadas por doze cidades, entre as quais sete alsacianas. O maior sucesso é talvez o dos Estabelecimentos de Rouen. Outorgados entre 1160 e 1170 por Henrique II, duque da Normandia e rei da Inglaterra, e remodelados várias vezes até sua abolição em 1321, eles definem mais os deveres que os direitos dos ruaneses. O juramento de comuna é obrigatório para os novos habitantes, com prazo de um ano e um dia, e garante mais a obediência ao duque do que a solidariedade ativa para com os habitantes. Os ruaneses devem fornecer ao duque um serviço militar, sob pena de sanções rigorosas. O prefeito, personagem poderoso, é escolhido pelo duque numa lista de três nomes eleitos pelos Cem Pares, aristocracia urbana hereditária. Ele preside as reuniões do conselho, comanda a milícia comunal, guarda as chaves das portas. No entanto, a vantagem de pertencer apenas à jurisdição comunal e de receber a assistência judiciária da comuna para os processos julgados pelo tribunal era bastante considerável para contentar os ruaneses e ser retomado na maioria das cidades a oeste de uma linha que ia de Limoges a Aire-sur-Adour, sobretudo, portanto, nos territórios sob dominação inglesa. Em Bordeaux, a comuna reconhecida por João sem Terra em 1206 e confirmada por Henrique III em 1224 e 1235 baseava-se também no modelo dos Estabelecimentos de Rouen, mas o prefeito era eleito pelos bordeleses.

Do ponto de vista jurídico, cujos limites já vimos, os historiadores atuais do direito urbano medieval retomam mais ou menos a divisão de Augustin Thierry, que reparte a França urbana em três regiões, o Norte, zona das comunas, o Sul, zona dos consulados, e o Centro, que não teria conhecido "o movimento de revolução municipal do século XII", onde as únicas liberdades cidadinas teriam sido liberdades **[pág. 093]** civis acompanhadas às vezes de algumas liberdades administrativas — o que ele chamava, um pouco desdenhosamente, de "cidade de prebostado, cidade de simples burguesia". Marguerite Boulet-Sautel trouxe alguns matizes a esse quadro que vale para o sul da Bacia Parisiense (Hu-repoix e Gâtinais), sua orla sudeste (planalto de Langres, planícies da Borgonha) e as regiões do Vale de Loire (Borbonnais, Nivernais, Berry, Orleanais, Touraine, Anjou). Na verdade, essa região foi desigualmente repartida entre o modelo comunal, que só obtém um sucesso duradouro em

Sens (comuna restabelecida por Filipe Augusto em 1189 e abolida em 1317), Beaune e Dijon. No mais, as cidades francas não conheceram aí coletividade jurada (*conjuratio*), mas foram uma forma autêntica do movimento comunal, com a generalização da liberdade pessoal (libertação total dos últimos servos da cidade em Orléans em 1180, em Blois em 1190, em Auxerre em 1223) e o direito, para a cidade, de estabelecer taxas para suas próprias necessidades (em Bourges em 1210, em Auxerre em 1215). A justiça continuava nas mãos do senhor ou de seu preboste, mas a comuna de Dijon também parece ter-se contentado em ser presidida pelo preboste ducal.

Pierre-C. Timbal colocou bem o problema dos consulados meridionais: "Explicar-se-ia a oposição da colegialidade das cidades meridionais ao prefeito das cidades de comuna pelo fato de que o feudalismo estava menos solidamente ancorado no Sul e de que as múltiplas co-senhorias, oriundas de partilhas sucessoriais à romana, não haviam criado o hábito do chefe único, que, no Norte, achava-se natural ver à frente tanto da comuna como da senhoria?"

A resposta deve ser ponderada. O essencial, sem dúvida, não está no nível da colegialidade ou da singularidade da presidência da comunidade urbana. O prefeito do Norte [pág. 094] e do Oeste, salvo talvez algumas exceções, como em Bordeaux, é menos importante num governo que não é "presidencial", no sentido atual, do que a oligarquia da qual ele a emana. Ora, também no Sul é uma oligarquia que dá as cartas. Mas, como na Itália, nas cidades do Sul a nobreza (há exceções notórias, como em Toulouse) não reside no campo, mas na cidade. Ela desempenha, sobretudo na primeira fase de instalação dos consulados, um papel importante e, do ponto de vista cultural, marcará a cultura meridional urbana com um cunho aristocrático muito mais forte do que nas cidades do Norte. Por outro lado, o senhor, na verdade, também estará mais presente, nas cidades meridionais do que nas cidades nórdicas, pois também ele é mais urbanizado, porque participa mais de um certo tipo de sociabilidade de pronunciado caráter urbano.

A pátria de eleição dos consulados foi a Provença e o Languedoc, e os limites extremos do movimento consular foram os vales alpinos, a Bresse, o Lyonnais, o Bourbonnais, o Nivernais, a Auvergue, o Limousin, o Périgord e a Gasconha tolosana. A influência dos Plantagenetas limitou-lhe a extensão a oeste. Périgueux, na fronteira, tem um sistema misto: um prefeito acima dos cônsules.

André Gouron assinalou uma progressão do movimento consular a partir da costa italiana. Cônsules são atestados por volta de 1129 em Avignon, em 1131 em Arles, entre 1140 e 1150 em Tarascon, Nice e Grasse, em 1178 em Marselha. Entre 1200 e 1210 os consulados progrediram para o interior, no vale do Durance, notadamente em Embrun, Sisteron e Manosque. Mas Aix, Toulon, Hyères, Digne, Cavillon e Carpentras nunca tiveram regime consular. A oeste do Ródano encontram-se cônsules em Saint-Gilles em 1143, em Nîmes em 1144, em Montpellier desde 1141, mas de maneira efêmera, mais cedo ainda em Béziers

(1131), e Narbonne (1132), em Millau em 1187, em Carcassonne em 1192, [pág. 095] em Perpignan em 1197, em Alès em 1200, em Lodève em 1202, em Gaillac em 1203, em Uzès em 1206, em Rodez em 1214, em Albi em 1220. A oeste do Garonne, há consulados em Agen em 1197, em Muret em 1203, em Auch talvez em 1220, em Condon em 1210, etc. No condado de Toulouse, em 1220, só há consulado em Toulouse; há 16 deles em 1249 e 143 em 1271. É evidente que o fenômeno mudou então de natureza; o consulado já não passa de um órgão administrativo provido de uma autonomia freqüentemente muito fraca e o caráter urbano de algumas aglomerações com consulado é contestável. Em Toulouse mesmo, há em 1152 um "conselho comum da *cité* e do subúrbio", constituído em torno de seis "capitulares", de quatro juízes e dois "advogados", que toma diversas medidas para a punição dos crimes e delitos, a regulamentação do comércio e a proteção dos estrangeiros, com o assentimento do conde. Em 1189 esse "capítulo" impõe ao conde sua autonomia. Os vinte e quatro cónsules, que usarão o nome original de *capitouls* na cidade (doze, um por bairro), provavelmente eleitos, assistidos por um conselho comum, legislam, julgam e administram com total independência. É uma verdadeira "república tolosana", cuja milícia impõe aos senhores e aos povoados da vizinhança uma série de tratados de paz (Ph. Wolff).

Esses consulados têm em geral três órgãos, uma comissão executiva, o colégio dos cónsules, cujo número vai de 2 a 24 (Toulouse e Narbonne), um conselho consular consultivo (de 12 a mais de 100 conselheiros, como em Toulouse) e uma assembléia geral excepcionalmente convocada. Muitas vezes esses consulados tiveram em sua origem os cavaleiros das cidades, aos quais se juntaram, na segunda metade do século XII, representantes dos burgueses. Em Avignon, aos 4 cónsules nobres juntam-se 4 cónsules burgueses; em Aries há 4 cónsules cavaleiros para a *cité* e 8 burgueses [pág. 096] para o burgo; em Nîmes há 4 cónsules nobres, os cavaleiros do castelo das Arenas, em 1144, e, em 1198, 4 cónsules burgueses para a *cité*, até sua unificação num só consulado. A eleição pela assembléia geral é muito rara. Quase sempre a eleição se faz, como no Norte e no Oeste, por uma assembléia eleitoral restrita ou por cooptação.

Por vezes, em circunstâncias difíceis, a hostilidade dos senhores obrigou a comunidade urbana em luta contra seu senhor a se camuflar por trás de uma confraria religiosa.

Em 1212, os marselheses, em conflito com o bispo apoiado pelo papa que decretara o interdito de sua cidade, fingiram submeter-se ao bispo e abandonar o seu consulado, mas entraram em massa na confraria do Espírito Santo, à qual deram novos estatutos, aprovados pelo legado papal e sob cuja proteção retomaram a luta contra o bispo. Em Toulouse, à mercê da heresia, o bispo Foulques agrupou em 1211 os habitantes ortodoxos da *cité* numa confraria, os Brancos, à qual logo respondeu uma confraria adversa, os Pretos, essencialmente recrutados entre os habitantes do burgo, mais ou menos favoráveis à heresia.

Nestas condições, não admira que o concílio de Cognac tenha condenado energeticamente, em 1238, "as conjurações e conspirações a que se chama confrarias".

O movimento político, institucional urbano apresenta na França, na Idade Média, uma grande unidade sob formas e palavras diversas. Há, porém, regiões em que, nessa época, o movimento urbano, talvez mais fraco, mas inegável, oferece formas institucionais nitidamente diferentes e nas quais não se desemboca em novas instituições. É o caso, particularmente, da Bretanha e da Córsega.

Henri Touchard qualificou a vida urbana bretã dos séculos XII e XIII de átona e Hervé Martin mostrou a implantação **[pág. 097]** tardia das ordens mendicantes, barômetros da urbanização. O certo é que malograram as tentativas do duque Pierre Mauclerc (1213-1237) de desenvolver as cidades francas de Saint-Aubin-du-Cormier e do Gâvre. A única tentativa de comuna jurada ocorrerá em Saint-Malo no começo do século XIV. Todas essas aglomerações, aliás, são periféricas, como o são as cidades importantes, Rennes e Nan-tes. Mas a história da Bretanha medieval é muito pouco conhecida para que se arrisque um julgamento.

O mesmo sucede com a Córsega. Mas aqui podem-se fazer duas observações. Algumas cláusulas da carta de fundação de Bonifácio pelos genoveses (1195), carta imitada pela de Calvi (1278), podem lembrar as cartas de franquia clássicas. Ainda que, depois de terem sido diretamente administrados por Gênova, os bonifacianos se tenham dado um conselho de antigos autóctones, a cidade permaneceu como um caso à parte, como bem o mostrou Jean Cancellieri⁴, o que Georges Duby chamou de "uma espécie de Hong Kong mediterrânea". O outro problema é o do que se chamou de *la Terra del Comune*, movimento de revolta ocorrido em meados do século XIV, mas a estrutura *a popolo e comune* difere tanto daquilo que os italianos das cidades medievais denominaram o *popolo* quanto daquilo que os franceses denominaram a comuna, e o fenômeno, ligado a estruturas tipicamente corsas, parece ter poucos vínculos com o fenômeno urbano. Mas, ainda aqui, é preciso esperar por um melhor conhecimento da história da Córsega medieval.

Citarei enfim, em pleno centro da Île-de-France, um caso-limite, se não aberrante, embora alguns de seus aspectos se encontrem em outros lugares: o de Meulan, estudado **[pág. 098]** por R. Cazelles. O conde de Meulan, Roberto IV, criou em 1189 uma comuna em Meulan antes de sua partida para a cruzada, com base no modelo da que Filipe Augusto acabara de conceder aos burgueses de Pontoise. Mas os primeiros doze artigos foram copiados da carta de Mantes. Os pares de Meulan foram escolhidos tanto na nobreza como na burguesia. Os prefeitos da cidade eram com freqüência cavaleiros e até mesmo membros da família condal. Os burgueses só obtiveram a supressão da comuna em 1320.

⁴ J. Cancellieri, *Bonifácio au XIII^e siècle. Fonctions coloniales et société d'une ville génoise en Corse*, Aix-en-Provence, 1972, exemplares datilografados.

A instituição corporativa

Os atores econômicos da cidade não se contentaram em obter as condições jurídicas e políticas necessárias ao exercício proveitoso de sua atividade. Após uma fase de crescimento selvagem, passaram também ao estágio da organização profissional. Mas as motivações são aqui mais ambíguas. A defesa dos interesses profissionais não se limita, com efeito, à obtenção de concessões senhoriais, cuja expressão se encontra antes nas cartas de franquia, nos costumes e nos diversos privilégios. A organização corporativa é uma espécie de polícia no interior do ofício e entre ofícios, onde entram os cidadãos e os estrangeiros. Ela é também o lugar da solidariedade profissional. No entanto, ela faz aparecer sob uma luz mais direta e mais crua as estratificações e os antagonismos sócio-profissionais no interior do ofício. Suas origens são quase sempre obscuras. Sua evolução é desigual, conforme as cidades e os ofícios. Durante o nosso período, muitos ofícios não se transformaram em corporações. Uma cidade inteira como Lyon não conhece corporações antes do século XVI. Seja-me permitido citar-me:

"Se o desejo das autoridades públicas — e em particular monárquicas, à medida que se fortalece a eficácia do poder [pág. 099] da realeza — de controlar o mundo dos ofícios leva à organização em corporações, o estímulo principal vem dos próprios artesãos. Afora uma estreita camada de mercadores que, nas grandes cidades, exercem uma atividade comercial com amplo raio de ação, a maioria dos artesãos e pequenos mercadores move-se no interior de um mundo econômico que ignora, se não o fenômeno de crescimento, pelo menos a busca do crescimento. Assim, uma vez adquiridos os privilégios que lhes asseguram um lugar honroso na sociedade urbana, eles pensam sobretudo em evitar a concorrência. O enquadramento corporativo está cada vez mais destinado a desempenhar uma função de cartel. Ele limita ao mesmo tempo as possibilidades de fraude (controles múltiplos, da matéria-prima ao produto fabricado, interdição do trabalho à noite) e as possibilidades de expansão (limitação do equipamento: de um a quatro teares, por exemplo; interdição do progresso tecnológico: interdição da roda de fiar, por exemplo; limitação do número de aprendizes e sobretudo controle dos preços): dupla freada, qualitativa e quantitativa. Um texto, entre muitos outros, mostra o esforço de uma corporação empenhada em assegurar o mercado urbano. Em Pontoise, em 1267, o prefeito e os pares obtêm do parlamento de Paris o direito de entrada na cidade, todos os dias da semana, de pão fabricado fora, direito ao qual se opunha a corporação dos padeiros. Em Douai, em 1284, um peixeiro é espancado quase até a morte por seus concorrentes porque vende sua mercadoria mais barato. É talvez a esse desejo de se controlar mutuamente, mais ainda que ao desejo das autoridades de controlar o ofício, que se deve o

fato freqüente de os artesãos se agruparem por bairros ou por ruas. No Sul languedociano, parece que a localização corporativa é mais de origem espontânea do que imposta. Entretanto em Montpellier, por exemplo, o estatuto de 1204 já proíbe as mudanças de residência das diferentes [pág. 100] profissões. O único exemplo de profissão que obteve no Languedoc plena liberdade de escolha do local de trabalho é dos ofícios do couro de Toulouse, a quem Raymond VII concede em 1239 a livre escolha das margens do rio para fazer secar suas peles⁵."

O movimento corporativo no meio urbano é favorecido por uma reabilitação do trabalho que se observa durante todo o século XII. O trabalho-penitência, o trabalho-castigo da Alta Idade Média, concepção nascida de uma leitura bíblica focalizada no Gênesis e na queda, cede lentamente lugar à idéia de um trabalho útil aos homens, capaz de conduzir os trabalhadores à salvação. Ainda que, no esquema trifuncional da sociedade dividida em *oratores*, *bellatores* e *laboratores* (homens de oração, de guerra e de trabalho), os trabalhadores do terceiro grupo sejam trabalhadores braçais, eles concorrem para a harmonia da sociedade e a realização do plano divino. Sem dúvida designando os habitantes rurais nos primeiros textos trifuncionais do começo do século XI, os *laboratores* vêm também, no fim do século XII e no XIII, a designar os trabalhadores urbanos. Desenvolve-se um outro esquema que funda ideologicamente seu lugar na sociedade, o das artes mecânicas, isto é, dos ofícios. Em Paris, na abadia de Saint-Victor, nas proximidades da cidade, nas encostas da montanha de Sainte-Geneviève, Hughes de Saint-Victor, falecido em 1141, enumera no *Didascalion* as sete artes mecânicas dignas de figurar simetricamente com as sete artes liberais. São elas a tecelagem, a arquitetura, a navegação, a agricultura, a caça, a medicina e o teatro. [pág. 101]

Entre meados do século XII e meados do XIII, duas novas categorias de homens se introduzem no mundo dos ofícios urbanos e se apresentam, se justificam como trabalhadores: o mercador e o intelectual. No primeiro caso o comerciante, sobre quem pesa uma longa suspeição da Igreja, já que muitas vezes ele é levado a vender o tempo, que só a Deus pertence, justifica-se pela utilidade social e pelo trabalho, que inclui numerosos riscos (financeiros e mesmo físicos, se for itinerante), executado por ele. Nas novas escolas urbanas, das quais tornaremos a falar, um novo tipo de clérigo, que procura viver de seu ensino, aparece e torna-se igualmente suspeito, porque vende a ciência, que também só a Deus pertence. Ele se justifica igualmente como um trabalhador, um homem de ofício semelhante a todos aqueles cujo exemplo lhe é oferecido pela cidade que o suscitou. Onde quer que chegue a formar uma verdadeira corporação, esta adotará o termo *universitas*, cujo significado para a comunidade urbana já vimos. Corporação por excelência, ela receberá o nome de

⁵ J. Le Goff, "Le travail dans la France médiévale", in *La France et les Français*, dir. de M. François, Encyclopédie de la Pléiade, Gallimard, 1972, pp. 324-325.

universidade, adquirido sobre o canteiro de obras urbano.

O nascimento dos ofícios organizados — que chamamos de corporações — é difícil de determinar. Os açougueiros de Paris recebem privilégios de Luís VII em 1162-1163 e, depois, seus primeiros estatutos de Filipe Augusto em 1182-1183; do mesmo modo, os açougueiros de Pontoise vêem sua atividade regulamentada em 1162-1163. Em 1147, o conde Teobaldo IV regulamenta a corporação dos taberneiros de Chartres e, em 1164, Teobaldo V concede privilégios aos peixeiros da cidade. Em Rouen, a corporação dos sapateiros existe antes de 1130, os peleiros obtêm um privilégio entre 1154 e 1189, os curtidores entre 1170 e 1189. Na França de *oil**, os ofícios organizados são atestados antes **[pág. 102]** de 1200 em Paris, Amiens, Bourges, Cambrai, Chartres, Douai, Etampes, Orléans, Pontoise, Rouen, Saint-Denis, Estrasburgo. Na França de *oc*, em Toulouse, os estatutos urbanos de 1152 impõem uma regulamentação aos mercadores de vinho, revendedores de trigo, peixeiros, negociantes de frutas, padeiros e forneiros; os curtidores têm estatutos em 1158 e os açougueiros em 1184. Um regulamento de Raymond V, em 1181, tem por objeto os pedreiros, carpinteiros, peixeiros, açougueiros e revendedores de madeira. Os cambistas de Saint-Gilles têm estatutos em 1176, os tintureiros de Montpellier em 1181, os canteiros de Nîmes em 1187.

Outro tipo de organização dos ofícios é o agrupamento por ruas. Em Montpellier, já em 1204, as mudanças de residência são proibidas aos membros dos diversos ofícios; em Toulouse, em 1222, os açougueiros são imperativamente distribuídos em três grupos geográficos. Em 1278 os cônsules da *cité* de Narbonne fazem a população prestar juramentos por grupos de 15 a 20 pessoas escolhidas como representantes ao mesmo tempo de seu ofício e de sua rua. Em Estrasburgo são mencionados uma rua dos armarinheiros [*rue Merc  i  re*] em 1190, um bairro dos segeiros [*quartier des Charrons*] e uma rua dos tanoeiros [*rue des Tonneliers*] em 1240, uma rua dos peleiros [*rue des Pelletiers*] em 1244, uma rua dos carpinteiros [*rue des Charpentiers*] em 1247, uma rua dos serralheiros [*rue des Serruriers*] em 1266, uma rua dos tripeiros [*rue des Tripiers*] em 1286, um fosso dos alfaiates [*foss  e des Tailleurs*] em 1298.

Numa data desconhecida, mas durante o nosso período, um texto referente    tecelagem em Toulouse testemunha o contexto urbano da regulament  o dos ofícios, a liberdade e a domina  o dos "doadores de obras" e o controle das autoridades urbanas. **[pág. 103]**

Um grande número de homens probos, tanto da *cité* como do subúrbio, foram encontrar-se com os c  nsules de Toulouse para representar-lhes que havia grandes e numerosos conflitos entre os honor  veis fabricantes de tecidos, os tecelões, os cardadores e os acabadores de tecidos de l  , o que ocasionou várias vezes fraude e prejuízo    *universitas* da cidade e do subúrbio de Toulouse, e pediram-lhes humildemente, em razão de sua fun  o, que

* *Langue d'o  il*. conjunto dos dialetos falados nas regiões da França ao norte do rio Loire, em que *oil* significava *sim*. (N. T.)

é a de zelar pelo bem comum, para impor sua decisão na matéria...

Assim os cônsules... depois de convocar numerosos peritos e de liberar longamente em assembléia geral com muitos homens probos que serviam de autoridade, fabricantes de tecidos, tecelões e muitos outros, decretaram esta lei que deve ser perpetuamente observada sem alteração... Todos os tecelões poderão trabalhar dia e noite onde quiserem, na *cité* e no subúrbio... Esses tecelões poderão vender a baixo preço, se assim o desejarem...

... Todos os aprendizes que residem na casa de um mestre poderão trabalhar nos seus ateliês ou em outros lugares com outros homens e mulheres que trabalhem o tecido onde quiserem, com a única condição de trabalharem bem e honestamente...

... Todos os homens e mulheres que fabricam tecido ou o fazem fabricar nas suas casas estão autorizados a assalariar e a manter tecelões, sem que ninguém possa opor-se a isso; enquanto tiverem um contrato com esses tecelões, os outros tecelões não poderão opor-se a isso...

... Todos os tecelões que passaram contrato para tecer a lã deverão pesar o fio na casa daquele ou daquela de quem receberam o fio para tecer ou em qualquer outro lugar que aprouver aos proprietários do fio...

... Todos os anos quatro homens probos, dois da *cité* e dois do subúrbio, serão constituídos guardas do conjunto do ofício da lã. No dia da eleição dos cônsules ou no dia **[pág. 104]** seguinte eles serão instalados pelos cônsules eleitos pelo prazo da duração anual do consulado.

Isto foi ordenado e proclamado pelos cônsules numa assembléia pública na porta Villeneuve.

Um documento excepcional diz respeito às corporações parisienses na segunda metade do século XIII, no final do reinado de São Luís. É a coletânea de estatutos de ofício — com a exceção, notável, dos açougueiros — que o preboste real de Paris, Étienne Boileau, fez redigir para fins de controle e vigilância por volta de 1268. Esse registro, do qual apenas possuímos cópias, entre elas uma contemporânea do original, denominava-se *L'Établissement des métiers de Paris* e é conhecido sob o nome de *Livre des métiers* (*Livro dos ofícios*). Os cento e um ofícios cujas regulamentações ele fornece sob diversas formas — o que testemunha a divisão extremamente minuciosa do trabalho segundo as diferentes operações técnicas de fabricação e segundo os diversos objetos fabricados e vendidos — compreendiam os ofícios da alimentação, do vestuário, da selaria, do armamento, da construção e da madeira, dos utensílios domésticos, dos cirurgiões, dos estufei-ros e dos ofícios de arte e luxo: ourives, fabricantes de rosários, cristaleiros ou lapidadores, cunhadores, fabricantes de imagens (escultores e pintores), tanoeiros (fabricantes de pequenos barris de madeira especial: carvalho, pereira, bordo).

Outro documento ainda mais extraordinário é oferecido pelos vitrais doados pelas corporações às grandes igrejas urbanas góticas em plena construção. Era uma ocasião para os homens dos ofícios se introduzirem no edifício sagrado não apenas com seus santos patronos, mas também com as imagens de sua atividade profissional. Os mercadores e os artesãos entraram no templo e a luz colorida chega ao clero e aos fiéis através deles. [pág. 105]

"Eis a guirlanda dos vitrais oferecidos pelas corporações. Se em todo o centro e no alto do vitral brilham cenas religiosas, a vida dos ofícios — os artesãos trabalhando — cintila na parte baixa. Carpinteiros, segeiros e tanoeiros oferecem dois vitrais: a história de Noé, que, inventor da vinha, suscita o primeiro tonel, e a legenda de São Julião, o Hospitaleiro. Taberneiros e mercadores de vinho colocam-se sob a proteção de Saint-Lubin, bispo de Chartres. Peleiros e fabricantes de tecidos sustentam a história de Santo Eustáquio e a de São Tiago. Os peleiros oferecem ainda o famoso vitral da legenda dos santos Carlos Magno e Rolando. Cambistas e moedeiros evocam a história de José. Merceeiros e barbeiros são os doadores da legenda de São Nicolau. Ferradores e ferreiros suscitaram a evocação teológica da Nova Aliança. Os tecelões dirigiram-se aos santos Saviniano e Potenciano e a São Modesto, por um lado, e a São Teodoro e São Vicente de Saragoça, por outro. Escultores, pedreiros e canteiros encomendaram a história de Saint-Chéron em uma capela e a de São Silvestre em outra. Os sapateiros ofereceram Santo Estêvão e São Martinho e os padeiros a vida de Cristo. Curtidores e correeiros outorgaram-se São Tomás da Cantuária. Os cesteiros honraram Santo Antão e São Paulo primeiro eremita, que trançaram cestos no deserto. Os açougueiros se reservaram o tema favorito da Virgem e aproveitaram para evocar a história de Teófilo. Os carregadores de água celebraram Santa Maria Madalena e os armeiros São João Evangelista."⁶

Cabe dar um lugar à parte aos ofícios da construção, no tempo dos grandes canteiros urbanos de catedrais. Infelizmente estamos mal informados sobre a organização de tais canteiros. Que relações mantinha essa organização com as corporações — por exemplo, a dos pedreiros, canteiros, [pág. 106] gesseiros e cimenteiros, cujo estatuto, o quadragésimo oitavo, tem seu lugar no *Livro dos ofícios* de Étienne Boileau, onde o mestre pedreiro do rei, Guillaume de Saint-Patu (ou Pathus), aparece como o mestre do ofício?

Os mercadores do comércio de grande raio de ação e das operações financeiras de envergadura escapavam freqüentemente à instituição corporativa ou tinham outras formas de organização. Era o caso dos poderosos mercadores importadores e exportadores pela via fluvial do Sena. Desde o século XII, em Paris, a guilda dos mercadores da água é uma potência econômica e política. Em Rouen, o viscondado da água rege tudo quanto concerne ao porto e ao tráfico no Sena. O visconde da água freqüentemente entra em choque com o

⁶ J. Le Goff, *op. cit.*, pp. 321-322.

prefeito.

A organização dos ofícios é muito hierarquizada. Na França do Sul, como na França do Norte, aparecem chefes de ofícios encarregados de supervisionar o controle e o policiamento no ofício. Têm o direito e o dever de visitar as casas e as oficinas dos membros do ofício para verificar se estão respeitando a regulamentação. Têm um grande poder de iniciativa em matéria de revisão eventual dos estatutos. São os intermediários entre o ofício e as autoridades urbanas.

Uma dupla hierarquia, jurídica e socioeconômica, rege o conjunto dos membros dos ofícios. A hierarquia jurídica compreende as três categorias: mestres, aprendizes e serventes. Mas, se o aprendiz é um mestre em potencial, o servente está normalmente destinado a permanecer nessa condição por toda a vida.

Os mestres devem justificar-se por uma certa competência e um certo dever. Em geral a reputação estabelece uma e outro. Mas às vezes é preciso, para provar sua competência, **[pág. 107]** completar uma aprendizagem e possuir um certificado que a testemunhe. Em Paris, já no século XIII, uma obra-prima é prevista para a entrada na mestria de certos ofícios: por exemplo, os *chapuisseurs* ou fabricantes de arções. A capacidade financeira se manifesta pelo pagamento de um direito de entrada. Os mestres são os únicos a desfrutar de direitos corporativos completos: assistência às assembléias, eleição dos novos mestres, votação dos estatutos, designação dos representantes e chefes da corporação. Os aprendizes, em geral, se vinculam — ou antes, são vinculados por seus pais — a um mestre por contrato. A duração da aprendizagem varia. Nos quarenta e sete ofícios do *Livro dos ofícios* de Etienne Boileau, onde é mencionada, ela é de 2 a 4 anos em 4 casos, 5 a 7 em 9, 8 a 10 em 31, 12 anos em 3. Nas corporações do Lanquedoc, André Gouron constatou que a idade dos aprendizes varia de 14 a 25 anos e que a categoria jurídica desses rapazes é a de *menor púbere*, já que a maioridade de pleno exercício só é atingida aos 25 anos. O aprendiz é alimentado e alojado pelo mestre e recebe dele ensino e formação práticos. Em compensação, ele lhe paga quantias muitas vezes consideráveis e lhe fornece gratuitamente uma mão-de-obra cada vez mais qualificada, à medida que se torna mais velho.

Os serventes devem justificar-se por uma aprendizagem e jurar cumprir honestamente o seu trabalho. São contratados por um tempo variável, em geral por um ano, às vezes por um mês, uma semana, um dia, ou por empreitada. Recebem do mestre um salário.

A hierarquia corporativa deixa de fora, em cima e embaixo, duas categorias de atores econômicos. Em cima são os grandes mercadores, que escapam aos entraves do jogo corporativo (fixação dos salários e dos preços, controles, etc). Embaixo é a massa dos trabalhadores manuais, que não se beneficiam de nenhuma das garantias da corporação (duração **[pág. 108]** de contrato, assistência material e espiritual, instância de apelo em caso

de conflito).

No século XIII, novas hierarquias tendem a instalar-se entre os mestres. Em Paris, os mestres de algumas corporações pagam uma espécie de patente, o *hauban*, a taxas diferentes e gozam, em consequência, de privilégios desiguais, mas não se chegará à distinção italiana entre *artes maiores* e *artes menores*. No Sul, distinguem-se por vezes, entre os mestres, os "antigos" dos "modernos" ou "jovens". Sobretudo, vê-se cristalizar-se uma outra hierarquia. Em 1279, o preboste de Paris distingue entre os mestres tecelões os "mestres menores que fazem obras para os outros" e "os que fazem os outros fazer suas obras", os fornecedores de trabalho, a quem mais tarde se chamará "grandes mestres tecelões que fazem os ditos mestres menores fazer os tecidos", e os que eles dominam e mantêm à sua mercê, de tal modo que também eles escapam praticamente à regulamentação corporativa.

Os objetivos das corporações são essencialmente profissionais. Como, no entanto, nas cidades onde os novos-ricos conquistam o poder urbano e fazem a aprendizagem deste, distinguir entre o corporativo e o político? A confusão às vezes se instaura. Em Montpellier, os chefes de ofício estão na base do sistema eleitoral. Mestres de ofício votam com os cônsules para designar o consulado seguinte. Mais ainda, à beira de uma situação à italiana, alguns ofícios se reservam capelos de cônsules. Por exemplo, o primeiro e o segundo cônsul são obrigatoriamente escolhidos entre os cambistas, o terceiro e o quarto entre os fabricantes de panos. Do mesmo modo, às vezes é difícil fazer a divisão entre *corporações* e *confrarias*. Com frequência, não é fácil discernir as relações entre pessoas de ofício e confrarias. A base da confraria é religiosa. Mas no século XII vemos [pág. 109] a "fraternidade dos ourives de Caen" transformar-se de associação de caridade em corporação profissional. Qual a natureza da "caridade" que os barbeiros de Arras formam, em 1247-1248, com os dominicanos da cidade? No Sul da França, as confrarias profissionais aparecem a partir do final do século XIII: em 1283, uma confraria da corporação das almas, dos fabricantes de panos e peleiros e de Saint-Jean, é fundada em Puy. Em Montpellier, os estatutos dos prateiros de 1292 se preocupam com a manutenção do altar dedicado ao seu patrono, Santo Elói, que eles fizeram erigir na capela do hospital Notre-Dame. Na primeira metade do século XIV, as *caritats* profissionais multiplicam-se em Montpellier.

Essas alianças com o clero testemunham progressos na introdução das corporações na devoção urbana e pouco depois na paisagem e na decoração urbanas. As corporações adquirem terrenos e construções, aparecem nas cerimônias públicas. As corporações parisienses desfilam em suntuosas vestes de pano bordado ou de seda durante a festa solene que São Luís oferece em Paris, a 5 de junho de 1267, ao ensejo da sagração de seu filho Filipe, futuro Filipe III.

As finanças urbanas

Dotadas de personalidade jurídica, de uma área de jurisdição, de organismos representativos, de magistrados, as cidades vêem-se imediatamente confrontadas com o problema financeiro. Devem assegurar as despesas. Como fazê-lo? Aliás, que é um poder sem meios financeiros? Philippe Wolff recenseou as despesas que, com um termo que pode parecer anacrônico e que é feliz, ele chamou de investimentos.

O primeiro é o do custo das muralhas fortificadas. Até por volta de 1200, foi o senhor, ou o príncipe territorial, **[pág. 110]** ou o rei, que assegurou os gastos de construção e manutenção. Ao longo do século XIII tais despesas são progressivamente transferidas para a comunidade urbana. Na verdade, esse problema só se tornará novamente agudo, em geral, no segundo terço do século XIV, quando o recente crescimento demográfico de certas cidades e o começo da Guerra dos Cem Anos tornarão necessário um novo esforço de fortificação. A questão, porém, coloca-se durante o período. Em 1286, por exemplo, um processo opõe os cônsules de Agde ao bispo. Os cônsules não aceitam que a *universitas* dos leigos de Agde deva arcar com todo o ônus das construções e reparos a serem feitos nos muros e portas da cidade, cuja responsabilidade compete essencialmente ao bispo. Em 1322 o conde da Sabóia autoriza os habitantes de Évian a cobrar um imposto para pagar as fortificações da cidade.

Já vimos o problema colocado pela construção das pontes urbanas, a demora havida, por falta de financiamento urbano suficiente, na construção da ponte de Agen. Em 1444, ao criar a cidade nova de Montauban, o conde de Toulouse impõe aos imigrantes a obrigação de construir uma ponte sobre o Tarn.

A organização econômica das cidades exigia a edificação de mercados. Em Agde, em 1305, a *universitas* é obrigada, por acordo dos cônsules com o bispo, a fazer erigir à sua custa, na Grand-Place, um mercado, "o maior e o mais amplo que se possa construir".

Uma parte considerável desse equipamento (fornos, celeiros, lagares e sobretudo moinhos) constituía investimentos senhoriais ou privados. Aqui, porém, a comunidade urbana é levada a intervir. Há casos, como o de Agde, em que o bispo Tédise, quando manda construir moinhos sobre o Hérault em 1218-1219, em troca das facilidades de utilização dos moinhos que concede aos habitantes, faz a comunidade urbana pagar uma parte de seu investimento. Em **[pág. 111]** Périgueux, por volta de 1347, o consulado precisa efetuar, por razões desconhecidas, reparos no moinho de Saint-Front, sobre cuja posse quase nada se sabe.

Aqueduto, poços, canais, chafarizes, todos os trabalhos e obras destinados a garantir o abastecimento de água das cidades e o escoamento das águas cabem também em grande parte aos senhores, aos estabelecimentos eclesiásticos e, eventualmente, a particulares. Mas ainda aqui se assiste às intervenções da coletividade urbana. Em Provins, por exemplo, em 1273, o prefeito René Acorre introduz *intra muros* canos de água nas casas e nas ruas. Em 1283, a cidade solicita ao rei o direito de instalar por conta própria quatro novas fontes e em 1292

negocia o direito de fazer passar por vinhas canalizações destinadas à alimentação dessas fontes.

Sem dúvida, esses edifícios, dos quais os mais importantes foram os paços municipais, foram construídos tardiamente, em muitos casos depois do meado do século XIV. Mas já são, no século XIII e na primeira metade do XIV, motivo de despesa para algumas cidades. Assim, Toulouse faz construir uma casa comum sobre terrenos comprados entre 1190 e 1204.

Nesse domínio a Igreja desempenha um papel essencial, mas há também a intervenção das instituições urbanas laicas, se não na construção dos edifícios, pelo menos na manutenção dos doentes ou dos professores. Um célebre artigo de Henri Pirenne revelou a luta dos burgueses de Gand no fim do século XII e começo do XIII para manter escolas urbanas, direito que lhes era reconhecido por um foral de 1191. Jacqueline Caille mostrou muito bem o que ela chama de "comunalização e laicização dos hospitais" em Narbonne. Por certo, trata-se sobretudo de um fortalecimento do controle dos cônsules sobre a gestão das casas de caridade, [pág. 112] e em algumas cidades os magistrados, ao que parece, recorriam às vezes à caixa cheia de certos hospitais para aliviar as finanças urbanas em dificuldade. Mas foi sem dúvida esse embargo da comunidade urbana sobre os hospitais que se fez acompanhar do financiamento pela cidade do reparo dos edifícios hospitalares.

De maneira geral, onde se possuem contas comunais, como em Bruges na primeira metade do século XIV, vêem-se duas rubricas muito distintas para o fornecimento de materiais de construção e as despesas de mão-de-obra, para a execução de trabalhos como o reparo das construções, o calçamento das ruas ou a manutenção das fortificações.

Tomando o exemplo de Bruges no começo do século XIV, vê-se que, salvo esses investimentos mais ou menos irregulares ou excepcionais, as despesas correntes de uma cidade compreendiam o pagamento das indenizações aos membros do conselho da cidade e das remunerações fixas e anuais (*pensões*) de certos funcionários (*oficiais*) municipais, os salários dos guardas encarregados do policiamento, o pagamento dos uniformes de cerimônia dos membros do conselho e da libre dos empregados municipais (duas vezes por ano, na primavera e no outono em Bruges), os vinhos de honra para os hóspedes ilustres e que se transformavam em propinas para os personagens cujos favores a cidade procurava obter. Finalmente, as despesas com os mensageiros eram consideráveis (R. de Roover).

Como atender a tais despesas? Quase sempre as cartas de franquia e sobretudo os costumes, às vezes bastante tardios, que combinam a tradição com a experiência recente, prevêem fontes de renda para a cidade. Em Auch, por exemplo, os costumes de 1301 lembram que a cidade pode tributar a si mesma, fazer "coleta" para as despesas indispensáveis, [pág. 113] tais como fortificações, limpeza das ruas e caminhos, bem como das fontes. Todos os

habitantes devem contribuir para esses impostos, mesmo os que não são cidadãos, burgueses da cidade. Um artigo especifica aquilo que vai determinar um acontecimento de vulto e fornecer ao historiador uma documentação incomparável: todos os habitantes devem fornecer aos cônsules e aos coletores a estimativa exata de seus bens. Sem dúvida, por essas medidas de horizonte fiscal, as cidades criam também a possibilidade de sua história futura fundada em estudos quantitativos. Dotando-se de uma memória fiscal a curto prazo, elas criavam uma memória histórica a longo prazo.

Charles Petit-Dutaillis definiu assim as duas espécies de recursos de que as cidades dispunham na primeira metade do século XIV, as rendas patrimoniais e as receitas extraordinárias: "Elas possuíam casas que alugavam a censo, praças, tornos, fossos, às vezes moinhos, todos os tipos de pequenas rendas que o preboste real consolidava, outrora, e que couberam ao domínio urbano onde tivesse sido suprimido o prebostado. Cobravam multas, direitos senhoriais sobre as transmissões, taxas para a entrada na burguesia ou nas corporações. Colocavam à venda empregos municipais, cargos de oficiais de justiça. Todas essas receitas, somadas, não davam para cobrir as despesas permanentes, mesmo excetuando-se os gastos de manutenção das fortificações. Muitas vezes elas não atingiam nem um quinto do orçamento. Quatro quintos provinham, em Amiens, por exemplo, de impostos anuais, consentidos em princípio pela população e variáveis de acordo com os lugares."

Os conselhos municipais recorreram, pois, a impostos, sejam diretos, como se diria hoje, cobrados sobre a fortuna e que em geral se denominavam *tailles* (derramas), sejam indiretos, cobrados sobretudo sobre a atividade econômica e [pág. 114] que recebiam denominações diversas, mas cujo nome genérico era auxílios (em flamengo *omgeld*, *accise*). Em Périgueux, por exemplo, a derrama é cobrada por simples decisão da cidade, isto é, do consulado. Não é um imposto permanente; é cobrado sempre que a cidade precisa tender a uma despesa considerável. A primeira derrama de que se tem notícia é a de 1314-1315, e as que se cobraram na primeira metade do século XIV visaram quase sempre a assegurar a manutenção das fortificações e os gastos de guerra. As categorias isentas são restritas: em princípio apenas os pobres e alguns clérigos. O montante da tributação era determinado em função da declaração de bens, feita sob juramento, por cada chefe de família. A cobrança das derramas dos recalcitrantes era feita com energia.

Em Reims, onde o essencial das despesas do corpo de escabinos, no começo do século XIV, é em gastos de justiça, em gastos de deslocamento e em propinas, presentes e gratificações⁷, e onde as receitas são magras, o recurso à derrama é quase permanente entre 1300 e 1330. Os burgueses estão sujeitos a ela a cada dois ou três anos. É verdade que Reims tem um problema financeiro excepcional, o da distribuição do custo extraordinário das sagrações reais, que só será regulado em 1321: as derramas de 1315 e 1318 destinam-se a

⁷ Um direito de calçamento especial assegura a manutenção da pavimentação.

regular as despesas das sagrações de Luís X e Filipe V e os processos que se seguiram entre os escabinos e o arcebispo.

Agora, se examinarmos as cidades flamengas e notadamente Bruges, cuja contabilidade comunal no século XIV foi estudada por Raymond de Roover, contrariamente ao que se acaba de ver para Périgueux e Reims, a preponderância das taxas indiretas era uma característica do regime **[pág. 115]** fiscal das cidades flamengas. Essas taxas recaíam principalmente sobre as bebidas. Abramos aqui um parêntese em forma de interrogação. Mas não terá havido para esse tipo de fisco motivações inconscientes? Por uma lado as comunidades urbanas, guildas de mercadores, corporações e associações de todo tipo forjaram entre si uma solidariedade em torno dos banquetes e das beberagens, aquelas *potaciones* nas quais Guillaume de Auvergne, bispo de Paris na primeira metade do século XIII, via o lugar fundamental das comunidades urbanas. Por outro lado, a Igreja cristã, ao contrário das religiões antigas, que concediam um lugar ao entusiasmo sagrado nascido da embriaguez, condenava, através da imagem de Noé, a ebriedade (*ebrietas*), considerada a pior forma do pecado capital da gula, da glotonaria. Talvez esse duplo pano de fundo cultural, combinado, tenha favorecido o estabelecimento de impostos lançados sobre as bebidas. Males da sociedade medieval, anunciadora da nossa, com seus impostos sobre o álcool, o fumo, os carros e a gasolina. Há em Bruges, pois, no começo do século, três impostos chamados *maltôtes* — a *maltôte* do vinho, a da cerveja e a do hidromel — que em geral eram arrendados por uma quantia contingente por períodos de treze semanas. Os arrematantes do imposto do vinho eram cambistas. A *maltôte*, sob suas três formas, produzia até 85% do total das receitas burguesas.

A gestão financeira das cidades era melhor ou pior conforme as cidades e os homens que estavam à sua testa. Parece, porém, que houve uma tendência bastante generalizada ao endividamento das comunidades urbanas. Em Reims, os escabinos, que se mostram prudentes quando precisam contrair empréstimo, fazem-no junto aos seus parentes e amigos, às vezes entregam até penhores pessoais para poder tomar emprestado. Em 1338 vários escabinos dão em penhor peças de ourivesaria de sua propriedade. **[pág. 116]**

Em outros lugares, em contrapartida, não se verifica a mesma prudência. Bruges, no século XIII, contraiu amplos empréstimos junto aos financistas de Arras e em 1300 reconheceu-se devedora de uma das mais ricas famílias dessa cidade, os Crespin, da quantia, colossal para a época, de 110 mil libras *parisis*, amortizáveis em onze anos. Na verdade, a dívida só foi liquidada em 1385, e ainda assim com um abatimento devido à complacência de Roland Crespin, que, contra um último depósito de 2.310 libras, deu quitação para saldo de toda a conta. Em 1328 a cidade tem uma dívida de 20 mil libras de *parisis*, amortizáveis em cinco anos, para com a companhia florentina dos Peruzzi, que possuem uma filial em Bruges. O reembolso se fez, desta feita, nas condições previstas.

O desenvolvimento das operações comerciais transformara os mercadores em contadores e o desenvolvimento do fisco suscitou a contabilidade urbana.

Esta logo se afirmou em Flandres, onde se conservaram para Ypres contas desde 1267 e para Bruges uma prestigiosa série de contas comunais que se estende de 1281 a 1789, com algumas lacunas, das quais a maior é entre 1319 e 1330. As contas são divididas em três seções: as receitas, as despesas e uma lista recapitulativa dos itens não-pagos. Esse sistema era gerador de desordem, porque os exercícios sobrepunham-se uns aos outros. Sucedia freqüentemente de as despesas serem registradas duas vezes, uma primeira vez quando eram efetuadas, uma segunda quando eram realmente pagas. As contas eram estabelecidas sob a responsabilidade dos tesoureiros, em geral homens ricos que deviam, em caso de déficit, fazer adiantamentos com seu próprio dinheiro. Essa honraria não era, pois, ao que parece, muito procurada.

Os registros das contas comunais nos fazem assistir a dois acontecimentos culturais. O primeiro é o fato de que **[pág. 117]** não eram redigidos em latim, mas em língua vulgar. Fenômeno laico, a cidade, no sentido jurídico, contribui para a promoção das línguas vulgares, línguas dos leigos. Por outro lado, vê-se aparecer gradualmente no século XIV, como suporte dos registros, em lugar do pergaminho, o papel, que era comprado nas feiras da Champagne. As contas comunais de Lille em 1301 e 1303 são feitas em papel.

A princípio, em Flandres, não havia controle, os escabinos contavam entre si. Depois os reis da França, que tinham introduzido o controle em seu domínio, apoiaram o desejo dos condes de Flandres de fazer o mesmo. Em 1279, Filipe, o Ousado, a pedido do conde Guy de Dampierre, promulgou uma lei pela qual obrigava os escabinos de todas as cidades flamengas a prestar contas anualmente da gestão de suas finanças perante o conde ou seus representantes e na presença de todos os habitantes interessados, notadamente dos representantes do povo e da comunidade burguesa. Em 1332-1333, por exemplo, em Bruges, notar-se-á no registro de contas que a verificação ocorreu no sábado posterior ao dia de São Basílio (10 de junho de 1333), no Mercado Velho, com todas as portas abertas, na presença de três comissários do conde de Flandres.

Em 1262, com efeito, São Luís ordenara que as comunas da França e da Normandia apresentassem suas contas em Paris todos os anos, em 17 de dezembro, depois de terem, em 29 de outubro, renovado sua municipalidade. Em Lille, sob o regime francês, de 1317 a 1364, os tesoureiros tiveram que contar de mês em mês e encerrar os seus registros todos os sábados. Em Périgueux, depois de um processo movido em 1318 contra o prefeito Pierre Martin, que cobrara abusivamente a derrama dos que dela estavam isentos, a cidade foi colocada provisoriamente "nas mãos do rei" e a conta de 1318-1319 foi estabelecida por comissários reais. [pág. 118]

Em Flandres, o controle das finanças urbanas convertera-se num cacife essencial da

luta entre o conde — que seguia uma política centralizadora — e as cidades. Após a derrota das cidades da Flandres ocidental em Cassei (1328), o conde Luís de Nevers impôs a Bruges em 1329 um "novo direito" que estipulava notadamente, em matéria de finanças: "Os escabinos e os burgueses explicarão os motivos e prestarão contas de sua administração em Bruges, onde o conde determinar, uma vez por ano, no prazo que o conde estipular, perante ele ou perante aquele ou aqueles que ele colocar para esse fim em seu lugar, e perante os homens probos do Povo que o conde houver por bem convocar." Gand, à qual o conde quis impor o mesmo controle, resistiu vitoriosamente. Bruges conseguiu fazer abolir o "novo direito" em 1338.

Nos lugares onde o conde de Flandres fracassou, o rei da França com o tempo iria triunfar. Cumpre notar que, embora fundada em antigas prerrogativas feudais ou monárquicas, a intervenção dos príncipes, como o conde de Flandres, ou do rei da França no controle das finanças urbanas é um fenômeno novo: não é o despertar de um direito senhorial, mas o despontar de um Estado principesco ou monárquico, centralizador.

O sucesso do rei foi grandemente facilitado pela hostilidade que a política fiscal dos "graúdos", senhores das comunidades urbanas, suscitou entre os "miúdos". A maioria dos habitantes das cidades, que não pertencia ao patriciado, tinha uma preferência pelo imposto sobre a fortuna, a derrama, desde que fosse eqüitativamente distribuída. "Mas a alta burguesia, que dirigia os negócios da cidade, era pelos impostos indiretos, os 'auxílios'... Quer se tratasse dos 'auxílios' ou da derrama, a burguesia rica arranjava-se para não pagar o que seria justo que pagasse. Aqui, um privilégio [pág. 119] proporcionava a isenção; ali, o modo de distribuição poupava os mais ricos. Calculava-se que em Amiens os seiscentos e setenta habitantes mais abastados, representando um quarto da população, não pagavam um oitavo do imposto sobre o vinho." (Petit-Dutaillis)

Dessa injustiça as pessoas da época estavam conscientes, não só os "miúdos", que eram suas vítimas, mas também os homens do rei, que viam nela a justificação da intervenção real.

No célebre capítulo L "sobre as gentes das boas cidades" de seu *Costumes do condado de Clerrnont-en-Beauvaisis*, concluído em 1283, Philippe de Beaumanoir, bailio real, escreve: "Muitos conflitos nascem nas boas cidades de comuna por causa de suas derramas, pois ocorre com freqüência que os ricos que governam os negócios da cidade declarem menos do que deveriam, eles e seus parentes, e isentam os outros homens ricos para se isentarem a si mesmos, e assim todos os ônus recaem sobre a comunidade dos pobres. Assim ocorreram muitos delitos, porque os pobres não queriam suportar essa injustiça e não sabiam bem como pleitear o seu direito, a não ser assaltando os outros. Houve, assim, pessoas assassinadas e cidades maltratadas por culpa dos maus exploradores. Portanto, quando o senhor da cidade vê elevarem-se tais conflitos, deve ir ao encontro do povo e dizer-lhe que exigirá uma justa

distribuição da derrama, tanto para eles como para os ricos. E deve fixar a base da derrama em sua cidade por um leal inquérito, tanto para os ricos como para os pobres, cada qual segundo a sua condição e segundo a cidade tenha necessidade de uma derrama maior ou menor, e depois deve obrigar cada qual a pagar a quantia que lhe foi imposta; e em seguida deve fazer aplicar o produto da derrama lá onde o interesse da cidade mais o exija, e assim fazendo o conflito da cidade poderá ser apaziguado." **[pág. 120]**

As finanças foram o tendão de Aquiles das comunidades urbanas. Os burgueses senhores da cidade, quase sempre mercadores e financistas, tinha aprendido nesse século XIII, que é também o do surto do número e do cálculo, a contar bem. Mas os homens do rei, ao mesmo tempo, tinham aprendido a contar com exatidão. **[pág. 121]**

[pág. 122] Página em branco

O FENÔMENO URBANO NO CORPO POLÍTICO FRANCÊS

A monarquia e as cidades

Diferentemente da Alemanha e da Itália, onde o poder central — imperial — declinou ou desapareceu em benefício das cidades, na França as cidades só vieram a consolidar-se ao encontrar seu lugar em sistemas centralizadores, no nível dos principados ou do reino. Havia efetivamente entre as cidades um certo sentimento de semelhança e talvez de solidariedade, de comunhão de problemas. Em 1264, por exemplo, a comuna de Beaune solicita uma consulta sobre seus problemas à comuna de Soissons. Depois de Louis-Carolus-Barré, estudando o *Livre de Jostice et de Plet*, cujo autor foi provavelmente o pai de Philippe de Beaumanoir, Charles Petit-Dutaillis notou que algumas cidades solicitavam ao rei permissão para nomear um prefeito estrangeiro. Um prefeito de Crépy-en-Valois, reputado por sua boa administração, foi solicitado pelos habitantes de Compiègne. Pelas mesmas razões um prefeito de Pontoise foi reclamado pelos burgueses de Senlis. O mesmo sucedeu em La Rochelle, Rouen, Sens, Hesdin. Jean de Champbaudon, burguês de Crépy-en-Valois, foi sucessivamente prefeito de [pág. 123] Montreuil-sur-Mer, Compiègne e Crépy. Na verdade ele era um homem do rei, pois começara como preboste em Crépy em 1246 e foi preboste em Paris. Mas a tendência das cidades foi a de encerrarem-se no interior de suas muralhas e de seu território. A política real, ajudada pelas ordens mendicantes, fez uma rede de todos esses nós que não pediam mais do que permanecer isolados.

A exemplo de seu pai Luís VI, o Gordo, Luís VII (1137-1180) adotou uma política urbana dominada por três tendências nem sempre convergentes: sustentação da atividade econômica, cujo centro era cada vez mais as cidades nascentes; o desejo de apoiar-se nas comunidades urbanas contra o domínio dos grandes e pequenos senhores e a preocupação de não contrariar a Igreja. Ele favorece os mercados de Poissy, Senlis, Meulan, Melun e Châteauneuf-sur-Loire, cria um mercado em Orléans, transfere para Montlhéry a feira de Longpont, institui uma feira em Mantes.

Interessa-se sobretudo por Paris: proíbe a construção de casas na praça de Grève, perto do Sena, a fim de permitir a armazenagem das mercadorias e o estabelecimento de um desembarcadouro, organiza o câmbio na Grand-Pont, favorece a feira de Todos os Santos em Saint-Lazare e a Páscoa em Saint-Germain-des-Prés cria uma segunda feira em Saint-Lazare, outorga privilégios aos açougueiros. Sobretudo, em 1170-1171, concede o monopólio da navegação fluvial no Sena a montante de Paris e a jusante até Mantes à guilda dos mercadores da água, cuja jurisdição sobre os seus membros é ampliada.

Protege em Etampes a nova feira do dia de São Miguel, concede privilégios econômicos a Bourges, aprova os estatutos dos padeiros de Pontoise (1162). Confirma as cartas de comuna de Laon, Soissons e Mantes, outorga uma comuna a Compiègne em 1152, mas, a pedido do abade, por **[pág. 124]** um lado, e do bispo, por outro, reprime movimentos comunistas em Vézelay e Auxerre. Sua ação se exerce principalmente no interior do domínio real e quase não difere daquela da maioria dos senhores laicos.

O estudo das relações entre Filipe Augusto e as cidades mostrou os limites da velha escola medievalista na explicação dos fenômenos históricos. Associou-se afoitamente o anacronismo ("houve uma verdadeira aliança política entre a monarquia e a burguesia", escreve Petit-Dutaillis) ao excesso imaginativo pretensamente baseado na análise rigorosa do vocabulário jurídico (Luchaire define as cidades como "senhorias coletivas populares", Giry assimila "comuna" e "vassalo", aprovado por Petit-Dutaillis, que, por outro lado, critica Luchaire por "nunca se colocar no ponto de vista do jurista").

Ora, o que se vê sob o reinado de Filipe Augusto? O rei exige das cidades o *servitium* (foral de Roye, 1196), o *ost* e a *cavalgada* (foral de Poitiers, 1222), e trata-se *da fidelidade* que as cidades devem ao rei. O *servitium*, especificado no foral, é sem dúvida o serviço militar. Mas as cidades sempre o deveram ao seu senhor, e particularmente ao rei. Em estudo recente, Thomas N. Bisson afirma que "Filipe Augusto foi, em certo sentido, o primeiro rei feudal na França". Mas, como ele próprio diz, "trata-se de uma nova política feudal monárquica". Ou seja, Filipe Augusto serve-se de certos termos e de certas obrigações da linguagem e da prática feudal para agir precisamente, não como seu pai e seu avô, como senhor feudal do domínio real, mas como rei da França. Th. N. Bisson observa que, nas listas que o rei manda elaborar, onde figuram, lado a lado, cidades, castelos, senhores, castelões, vavassalos e comunas, trata-se, para o rei, unicamente de fazer uma lista de serviços militares cuja importância ele pôde medir quando da reconquista da **[pág. 125]** Normandia. "As cidades, se não as comunas", diz muito bem Th. N. Bisson, "só figuram aqui ligadas à coroa pela simples fidelidade". Como no caso dos impostos indiretos "feudais" ainda pagos pelas cidades ao rei no fim da Idade Média, não é a presença nos documentos, a propósito das cidades, de um termo ou de um elemento do sistema feudal que faz das cidades "vassalas". O sistema propriamente feudal, ou antes, feudo-vassálico, é um todo sem relação com a situação das cidades.

O que Filipe Augusto faz também, ocasionalmente, é, saindo do domínio real, apoiar as comunidades urbanas contra o senhor delas, sobretudo se ele for poderoso, como fez em Dijon contra o duque da Borgonha.

Para Filipe Augusto, trata-se de integrar as cidades ao sistema monárquico nacional segundo as duas funções que é lícito esperar de grupos leigos, a função militar e a função econômica. Luís VI e Luís VII viram nas comunidades urbanas, especialmente nas comunas,

quando elas não iam longe demais e não se opunham em demasia aos seus senhores eclesiásticos, instituições de *paz* que caminhavam no sentido de sua política. Filipe Augusto considera-as pontos de apoio do poder monárquico. Aqui termina sua pretensa "aliança" com os burgueses. Os contingentes das cidades estão em Bouvines no domingo de 27 de julho de 1214; concorrem para a vitória, dividem as suas honras. Guilherme, o Bretão, mostra "as legiões das comunas", após a captura do conde de Flandres, Ferrand, "e especialmente a comuna de Corbie, Amiens, Arras, Beauvais, Compiègne... acorrer à batalha do rei... as comunas superaram todas as batalhas dos cavaleiros e foram, à frente do rei, de encontro a Otton e de sua batalha". A *Filípida*, em sua linguagem épica, proclama que, no caminho triunfal do exército vitorioso de regresso a Paris, "nos castelos e nas cidades os clarins ressoam em todas as ruas, para que esses múltiplos concertos proclamem mais altamente os sentimentos públicos". **[pág. 126]**

Observou-se que o último movimento importante de criação das comunas data da década que precedeu Bouvines. Haverá ainda, até o começo do século XIV, outorga e confirmação de privilégios urbanos mediante forais e promulgações de costumes. A fase de conquista das comunidades urbanas cessa sob o reinado de São Luís, reinado estabilizador em que se imobiliza, no essencial, o grande impulso dos dois séculos anteriores.

A monarquia se instala. Instala-se também nas cidades. Toma sob o seu controle e sob sua dependência, para o bem comum das cidades e do reino, domínios essenciais da vida urbana: pesos e medidas, ofícios, justiça, finanças.

Em Toulouse, por exemplo, Filipe III intervém a propósito das medidas para o vinho em 1277 e Filipe, o Belo, faz excluir dos costumes de 1286 os dois artigos referentes às medidas para o trigo, a pimenta, a cera, o azeite e outros gêneros, pois quer "continuar dirigindo a verificação dos pesos e medidas" (H. Gilles).

Emile Coornaert observou a intervenção real, a partir de Filipe, o Belo, no mundo dos ofícios. Em Paris, já em 1281, depois em 1305 e 1306, os reis transferem do padeiro-mor para o seu preboste a jurisdição sobre os padeiros. Em 1306, em Paris, "insurgiram-se muitos do povo, pisoeiros, tecelões, taberneiros e muitos operários de outros ofícios e juntos fizeram aliança". O rei suprime durante algum tempo suas confrarias e teria mandado executar os seus chefes. Em 1313 ele declara: "Ordenamos e mandamos que em cada boa cidade do nosso reino os mestres dos ofícios façam reunir todas as pessoas dos ofícios, e de cada ofício à parte, e eles reunidos, e que os de cada ofício elejam dois homens probos para zelar pela execução dessa decisão."

Para a justiça vê-se, por exemplo, na primeira metade do século XIV, um item não desprezível se abrir nas finanças do corpo de escabinos Reims: são as *pensões* (ordenados) **[pág. 127]** pagos a quatro ou cinco advogados e a dois ou três procuradores para constituir o seu conselho junto ao parlamento de Paris, para o qual apelam cada vez mais. No outono de 1327, quatro escabinos foram juntos a Paris e ali ficaram quarenta e dois dias às custas do

povo de Reims...

As finanças — já vimos exemplos — são o domínio mais frágil, em primeiro lugar, porque a monarquia as controla cada vez mais.

Em 1262 São Luís, como vimos, editara que as comunas da "França" e da Normandia deveriam desde então apresentar anualmente, em 17 de novembro, as contas da cidade "aos homens do rei que são delegados às contas". Essa decisão permaneceu, ao que parece, mais ou menos como letra morta. Mas as intervenções do rei se multiplicaram. Em 1278 a comuna de Noyon, reunida em assembléia geral, solicitou a Filipe III autorização para cobrar uma derrama anual de 6 mil libras até a extinção de suas dívidas, avaliadas em 16 mil libras, e o envio de alguém dentre os homens do rei" para repartir a derrama. O parlamento só tomou uma decisão em 1291: pronunciou uma bancarrota parcial, porque alguns credores tinham feito empréstimos usurários, e o confisco dos bens de maus administradores em proveito dos credores.

A má administração das finanças foi a principal causa do desaparecimento de um certo número de comunas. A bem dizer, o peso cada vez maior, a partir de Filipe, o Belo, do fisco real sobre as finanças urbanas é, tanto quanto a desonestidade dos patrícios e a má escrituração, responsável pelas dificuldades financeiras das cidades no século XIV.

De um modo geral, porém, os reis procuraram ajudar as cidades. Philippe de Beaumanoir, teórico e prático da gestão real, estende-se longamente, no capítulo L dos *Costumes do Beauvaisis*, sobre as cidades. É preciso, segundo ele, **[pág. 128]** zelar para que não se prejudiquem as cidades e seu povo (*li comuns peuples*) e respeitar e fazer respeitar suas cartas e privilégios. O senhor das cidades deve verificar anualmente "a situação da cidade" e controlar a ação dos prefeitos e dos que governam a cidade para que os ricos sejam advertidos de que serão severamente punidos se cometerem delitos e não deixarem os pobres ganhar o seu pão em paz. Se houver conflitos nas cidades, dos pobres contra os ricos e dos ricos entre si, e se não conseguirem eleger o prefeito, os procuradores e os advogados, o senhor da cidade deverá nomear por um ano uma pessoa capaz para governar a cidade. Se os conflitos se referirem às contas, o senhor deverá chamar à sua presença todos os que fizeram receitas e despesas e eles deverão prestar-lhe contas. Há cidades em que a administração é confiscada pelos ricos e suas famílias, dela ficando excluídos os pequenos e os médios. O senhor deve exigir deles contas em público, na presença de delegados do povo. Se alguns fizerem falsas declarações com vistas a uma cobrança de derrama, o excedente não-declarado, se for descoberto, irá seja para o senhor, seja para a cidade.

E aqui se situa a célebre passagem citada acima sobre o mau comportamento dos ricos burgueses para a cobrança de derramas.

Finalmente, se uma cidade estiver endividada, deverá estabelecer uma hierarquia entre os seus credores em função da taxa usurária ou não destes últimos e eventualmente obter

abatimentos do senhor "para que a cidade não se despedace e não se desfaça", para evitar, portanto, a explosão da cidade. Por outro lado, sucede às vezes que o parlamento decida em favor de uma comunidade urbana mesmo quando seu adversário é um oficial do rei. E o caso de La Rochelle, em conflito com o preboste real e que obtém ganho de causa do Parlamento em 1283.

Assim integradas no reino, para o melhor e para o pior, algumas cidades de comuna deixaram de interessar-se por **[pág. 129]** sua situação jurídica e por vezes elas próprias solicitaram a abolição desta última. É o caso de Sens, onde uma maioria de habitantes votou a supressão da comuna, que o Parlamento pronunciou em 1318, de Compiègne em 1319, de Meulan em 1320; de Senlis no mesmo ano, a pedido do povo, que obteve ganho de causa do Parlamento, que, segundo os princípios de Beaumanoir, tratou muito duramente os ricos burgueses, alguns dos quais foram presos e arruinados; de Soissons em 1325, de Provins, em falência como o estivera Senlis, numa data imprecisa.

Papel militar, papel econômico e pouco depois papel fiscal, eis o essencial do que o rei da França espera das cidades e em particular das "boas" cidades. Como bem mostrou Gérard Manduech, há, desde o surgimento do termo — que não se pode esclarecer por uma definição jurídica ilusória —, uma dupla correlação: boa cidade — cidade forte, e boa cidade — cidade rica. Beaumanoir emprega correntemente a expressão, que se tornou habitual sob o reinado de São Luís. Não dá sua definição, mas numa frase mostra muito bem que a boa cidade não tem, aos seus olhos, definição jurídica como a comuna, pois ele diz que não se deve distinguir "boas cidades de comunas e estas também onde não há comuna". Vê-se, porém, no próprio vocabulário da chancelaria real que as boas cidades formam um conjunto — por exemplo, numa lei de cerca de 1256 "sobre as boas cidades da Normandia e a eleição de seus prefeitos".

Gérard Manduech seguiu desde as canções de gesta do século XII a formação da noção de boa cidade, que, no século XIII, leva o rei da França a distinguir entre as boas cidades, praças fortes, e as "cidades do descampado", desguarnecidas. Pelo menos nessa primeira fase da história das boas cidades, trata-se de um conjunto de cidades-fortalezas, ricas, importantes, capazes de fornecer ao rei bons contingentes **[pág. 130]** militares e consideráveis subsídios fiscais. Elas formam uma rede cada vez mais intimamente ligada às estruturas monárquicas que se vão instalando.

Sobre a tomada de consciência, pela realeza, do lugar das cidades — consideradas como uma realidade global — no reino, nenhum texto é mais esclarecedor do que uma passagem ditada por São Luís em seus *Ensinamentos* para uso de seu filho e sucessor: "Sobretudo, conserva as boas cidades e as comunas do teu reino no estado e na franquia em que teus antecessores as conservaram; e, se houver algo a corrigir, corrige-o e repara-o, e continua a favorecê-las e a amá-las; porque graças à força e às riquezas das grandes cidades teus súditos e os estrangeiros temerão fazer algo contra ti, especialmente teus pares e teus

barões."

As cidades e os principados territoriais

Entre a infinidade de senhores, há alguns que pela extensão de seu feudo estão acima dos demais e que, no século XIV, embora suas terras não tenham sido absorvidas pelo domínio real, como a Champagne e o condado de Toulouse, tendem a tornar-se, com base no modelo real, os chefes de principados territoriais. Infelizmente, não dispomos de estudos sobre as suas relações com as cidades de seu território.

O caso da França do Oeste, da Normandia à Aquitânia, é particular, uma vez que o rei da Inglaterra, a título feudal, obviamente, é senhor da maior parte dessas regiões, da Normandia, do Anjou, do Maine e da Touraine, de fato, até 1203-1205 (de direito até 1258), e da Aquitânia durante todo o período. Até o fim do século XII, o movimento político urbano assinala nessas regiões um atraso bastante [pág. 131] nítido, como na Inglaterra, com exceção de Rouen, cujos Estabelecimentos, sob sua forma primitiva, datam, como vimos, de cerca de 1170. Depois de 1175, porém, "as comunas começam a multiplicar-se e as cidades tornam-se cada vez mais autônomas (J. Boussard). Para Bordeaux, João sem Terra aceita em 1206 uma comuna de fato e 14 dos 84 artigos dos Estabelecimentos de Bordeaux inspiram-se mais ou menos nos Estabelecimentos de Rouen, que tinham sido concedidos a Saintes (1199), a Saint-Jean-d'Angély, a Cognac, a Poitiers, a Angoulême (1204), a Oléron (1205) e que o seriam a Bayonne em 1215. Em 1224, Henrique III aceitou oficialmente que Bordeaux tivesse uma comuna e um prefeito eleito. Em 1235 ele confirmou: "O rei concede aos burgueses, perpetuamente o direito de ter e de fazer entre eles um prefeito, de ter igualmente uma comuna, com todas as liberdades e livres costumes pertencentes ao mestre e à comuna." (Ch. Bémont) Em meados do século XIII o *Roole de la vila*, redigido em gascão, especifica que o prefeito é eleito pelos cinquenta jurados, equivalentes dos escabinos. Bordeaux está nas mãos de uma oligarquia que se confunde até certo ponto com os ricos negociantes da cidade. Em 1261, Eduardo I promulga estatutos pelos quais ele se reserva a designação do prefeito. A partir de 1276 o rei da França entra em cena. Aceita e suscita cada vez mais os apelos dos bordeleses ao parlamento de Paris. Em 1294, o senescal de Filipe, o Belo, que arrancou Bordeaux ao rei da Inglaterra, confirma o foral de comuna de 1235, mas ao cabo de uma dezena de anos Filipe, o Belo, restitui a Guyenne e Bordeaux ao rei da Inglaterra. A partir de 1323 instaurou-se o costume de confiar em geral a prefeitura a ingleses e sob o reinado de Eduardo III (1327-1377) as relações entre Bordeaux e a coroa inglesa tornaram-se cada vez mais estreitas.

Na França do Norte e do Leste, nos grandes feudos de Flandres e da Champagne, a

preocupação dos condes parece **[pág. 132]** ter sido, principalmente na segunda metade do século XII, favorecer o extraordinário impulso econômico dessas regiões, do qual as cidades eram as conseqüências e o motor. Como no domínio monárquico ao tempo de Luís VI e Luís VII, a ação condal em favor das cidades situa-se na linha da tradição da paz do conde. Parece ter havido mais com Filipe da Alsácia (1157/68-1191), que Adriaan Verhulst creditou como uma verdadeira "política econômica", marcada notadamente pela criação de novos centros de comércio, portos localizados em estuários nas proximidades da costa, as novas cidades de Gravelines (1163), Nieuport (1163), Damme (1180), Biervliet (1183), Mardick, Dunkerque. O foral concedido por Filipe a Saint-Omer em 1164 destina-se sobretudo a garantir os privilégios econômicos dessa *cité* diante das novas cria  es.

Na Champagne, viu-se, para o mesmo período, a  o decisiva de Henrique, o Liberal (1152-1181). Troyes e Provins tiveram já nessa época uma comuna de fato, se não de direito, que Thibaud IV confirmou pelas cartas de liberdades em 1230. Em 1179 a cidade episcopal de Meaux obteve uma comuna.

A história urbana do condado de Toulouse, conquanto acompanhe a evolu  o geral, apresenta importantes particularidades decorrentes da originalidade das tradi  es meridionais e das particularidades resultantes do catarismo e das interven  es eclesiásticas e setentrionais, cuja principal manifesta  o foi a cruzada contra os albigenses.

Deve-se também considerar o caso excepcional de Toulouse, antiga capital dos visigodos, bem cedo atingida pelo movimento econ  mico e social que desperta o Ocidente desde o século XI. Passam os senhores, com quem se estabelecem laços desejados ou sofridos, mas a comunidade urbana, apesar das diferenças e das oposi  es entre a *cité* e o subúrbio, **[pág. 133]** permanece. Philippe Wolff lembrou que, a propósito de um caso trivial (a história de uma esposa infiel que abandonou o marido por um mercenário brabantino levando dinheiro, roupas e uma "excelente armadura"), já em 1176, um julgamento emitido pelos c  nsules s   menciona o conde na data do auto. Quando, nos estatutos de Pamiers (1212), Simon de Montfort, provisoriamente vitorioso, favorece, após os eclesiásticos, os burgueses, assim como os camponeses, que papel atribuir ao peso das realidades urbanas e    demagogia de um homem grosseiro que busca sobretudo enfraquecer a nobreza meridional cujo apoio    heresia lhe parece particularmente escandaloso? Quando Alphonse de Poitiers, irmão de São Luís e herdeiro, com sua mulher, de seu sogro Raymond VII em virtude do Tratado de Paris (1220), administra o condado e territórios mais vastos, no contexto da monarquia francesa, como interpretar o medíocre interesse que aquele excelente administrador parece dedicar às cidades?

Georges Chevrier, apesar de bom conhecedor dos problemas do ducado da Borgonha, pergunta-se qual foi o papel da iniciativa dos duques no intenso movimento de liberdades urbanas que se manifesta no fim do século XII e começo do XIII. O modelo, em todo caso,   

Soissons, uma das primeiras comunas do domínio monárquico. Há cidades que obtêm o estatuto de comuna: Dijon (1183), depois Beaune, Semur, Montbard, etc. Depara-se aqui com os três casos clássicos de instituições urbanas para o período: cidades providas de simples franquias, com um corpo de homens probos eleitos pelos habitantes formando uma espécie de corpo de escabinos sob a autoridade de um oficial senhorial, cidades de comuna com escabinos eleitos e prefeito eleito, mas sob o controle estrito do duque, como Semur, e cidades de comuna de pleno exercício. **[pág. 134]**

Na primeira metade do século XIV a paisagem urbana, em suas relações com os príncipes territoriais, é confusa. O domínio monárquico dilatou-se. Os principados nascidos dos apanágios (Berry, Borgonha, Bourbonnais, Anjou-Provença) ainda não existem. A Bretanha permanece à parte. As futuras regiões francesas, Lorena, Franche-Comté, Sabóia, Delfinado, Provença, às voltas com distúrbios internos, não oferecem perspectivas nítidas às cidades. Como diz Jean Schneider, "a situação permanecia conturbada na maioria das cidades da Europa ocidental". Quando muito pode-se observar, notadamente em Flandres, um esforço dos príncipes para melhor controlar a vida urbana, sobretudo no domínio financeiro, com base no modelo que se estabelece na França desde São Luís. Talvez os lentos e confusos progressos da administração principesca valorizem cidades destinadas a tornar-se capitais de principados sobre bases mais administrativas que econômicas: Gand, Nancy, Dijon, Grenoble, Aix-en-Provence, Moulins. A realidade mais notável é o poderio das oligarquias urbanas.

Paris capital

Um êxito retumbante, um fenômeno novo é o de Paris, que, de Filipe Augusto a Filipe VI, torna-se capital. O êxito se manifesta no interior de cada uma das partes da cidade: a cité, cidade episcopal e monárquica, a margem direita, resultado de um brilhante sucesso econômico, a margem esquerda, com a formação de uma cidade escolar e universitária onde aparece um novo poder, o *studium*, os intelectuais, ao lado do *sacerdotium* e do *regnum*, a Igreja e a realeza, presentes em toda parte, mas que o estão física e simbolicamente, e mais ainda, na cité, e a burguesia, que, poderosa sobretudo na margem direita, continua sendo mais uma potência de fato que de direito. **[pág. 135]**

Anne-Lombard Jourdan rastreou magistralmente a gênese da margem direita parisiense desde as origens até 1223.

O essencial se deve, pelo que transparece nos documentos, à iniciativa real. O primeiro ato decisivo foi a instauração e o desenvolvimento por Luís VI (1123 e 1137) de um "novo mercado" nos Champeaux. Já no começo de seu reinado, Filipe Augusto transferiu para os Champeaux a feira de Saint-Lazare ou Saint-Ladre, que ele comprara aos leprosos (1181), e fez construir dois grandes mercados (1183) para as mercadorias finas, tecidos, armarinho,

peles. Os mercados tornaram-se uma feira semanal do sábado. O mercado foi fechado e protegido da vizinhança duvidosa do cemitério dos Inocentes, igualmente fechado em 1186.

Na altura de 1186, Filipe Augusto, incomodado, ao que parece, pelo mau cheiro levantado pelas rodas das carroças debaixo das janelas de seu palácio, ordenou aos burgueses que mandassem pavimentar todas as ruas da cidade, o que se fez com blocos de arenito de tamanho variável, de espessura média de 35 a 40 cm, para as vias principais, que, após a construção da muralha, desembocavam nas portas de Saint-Denis, Notre-Dame-des-Champs, Saint-Honoré e Baudoyer. A muralha de 1190 reuniu, numa única "cidade", o "bairro de greve", bairro do porto fluvial e da contratação da mão-de-obra, e o "bairro dos *halles*", bairro do comércio. Finalmente, por um acordo com o bispo de Paris e o capítulo, a *forma pacis* de 1222 definiu e limitou os direitos da Igreja de Paris no interior da cidade, que pôde, sob o controle e a proteção do rei, desenvolver sua atividade econômica.

A partir desse exemplo parisiense privilegiado, em especial pela documentação, vê-se bem, com Filipe Augusto, o fenómeno físico da urbanização instalar-se em Paris. Casas por toda parte entre as muralhas, a terra recoberta pelas calçadas, embora o programa não seja inteiramente nem imediatamente **[pág. 136]** executado; é a supressão, no espaço urbano, da natureza, o triunfo do artifício urbano.

Muita coisa muda também na ilha da *cité*, centro das duas primeiras fun  es da cidade, fun  o religiosa, fun  o regia. As duas fun  es são antigas, remontam ao Baixo Império e    Alta Idade Média, mas o bispo de Paris, que não era arcebispo (este reside em Sens), e o rei, que são episodicamente vinha instalar-se em Paris, não manifestavam sua presença nem por uma catedral nem por um palácio espetaculares. Tudo muda para a Igreja a partir de 1163, e para a real  za a partir do começo do reinado de Filipe Augusto (1180-1223). A constru  o dos dois edifícios desenvolve-se durante quase todo o nosso período.

Em 1160 o bispo Maurice de Sully decide a constru  o de um vasto e suntuoso edifício no lugar da antiga catedral, Notre-Dame, que data do século X, e das ruínas da igreja de Saint-Étienne. A constru  o tem início em 1163 e dura até 1330. O altar-mor    consagrado em 19 de maio de 1182. O essencial foi terminado em 1240. O edifício manifesta a união entre a Igreja e a real  za. Os dois fundadores, Luís VII e Maurice de Sully, figuram na fachada, no portal de Santa Ana; grandes acontecimentos que marcam os progressos da coesão nacional realizam-se ali. Em 1229, após o Tratado de Paris, que põe termo    cruzada dos albigenses, o conde de Toulouse, Raymond VII, faz na Notre-Dame sua retrata  o pública. Em 1302 Filipe, o Belo, nela reúne os representantes do clero, da nobreza e das boas cidades, dos quais solicita apoio contra o papa.

Não longe de Notre-Dame, o século XIII v   igualmente a reconstru  o e a amplia  o do Palais Royal. O velho palácio merov  ngio tinha sido restaurado no começo do século XI por Roberto, o Piedoso, e Luís VI refor  ara suas defesas, notadamente pela constru  o de um

torreão, "a Torre" **[pág. 137]** ou "Grande Torre". Filipe Augusto, que manda construir no limite ocidental da nova muralha, na margem esquerda, o castelo-fortaleza do Louvre¹, que pode servir de refúgio para o rei, amplia o palácio da cité e modifica seu caráter: passa a ser uma residência permanente, um local de recepções oficiais e o centro de um poder que estabelece novos instrumentos de governo. Instala nele os arquivos, memória da realeza e da nação, feitos em duplicata, após a lastimável experiência da batalha de Fréteval, em 1194, onde ele abandonou os arquivos no campo de batalha a Ricardo Coração de Leão. São Luís, que abre as portas do palácio ao povo — por exemplo, ao ensejo de um grande festim oferecido em dezembro de 1194 a Henrique III da Inglaterra — e gosta de ministrar justiça no "jardim", onde, em 1259, Henrique III lhe prestou homenagem por suas possessões francesas, acrescenta uma galeria ao palácio, uma "sala sobre a água" ou "pequeno palácio" com a torre Bonbec, que ainda existe na margem do Sena, e sobretudo, para ali alojar e encerrar num escrínio digno dela, a relíquia do Santo Espinho, a Sainte-Chapelle, munida de seus vitrais em 1246, consagrada em 1248, que substitui a capela Saint-Nicolas de Roberto, o Piedoso. Filipe, o Belo, reconstruiu o palácio e embelezou-o com uma vasta escadaria, entrada de honra que pelos "grandes degraus" levava do pátio de Maio a um portal ornado com a estátua do rei, donde seu nome "porta do belo rei Filipe". Também mandou construir para os soldados e a criadagem as três salas da Conciergerie, as atuais salas dos Guardas, dos Soldados (1.800 m² sob a grande sala do Palácio) e das cozinhas. Esse palácio, que anuncia o Palácio dos Papas de Avignon, impressionou profundamente **[pág. 138]** os contemporâneos e manifesta o despertar do senso estético monumental. Uma obra do princípio do século XV diz a respeito dele: "É uma construção tão grande e tão excelente, que sua beleza ultrapassa a de todos os outros palácios mais e todos os reis e reinos de quase toda a cristandade." Sede dos Arquivos, o palácio o foi também da Câmara das Contas (desde 1303-1304) e do Parlamento que procede da Corte de Justiça Real no fim do século XIII e começo do XIV.

Em meados do século XII, a margem esquerda era sobretudo uma região de prados, vinhas e cercados. Contava, porém, cinco paróquias desde a época merovíngia: Saint-Julien, Saint-Séverin, Saint-Benoît, Saint-Germain-des-Prés e Notre-Dame-des-Champs. Em torno da abadia de Sainte-Geneviève a leste, como em torno de Saint-Germain-des-Prés a oeste, desenvolveram-se burgos e a nova abadia de Saint-Victor convertera-se num grande centro intelectual e espiritual. Um primeiro impulso foi dado para a implantação escolar na margem esquerda após 1127, data na qual o capítulo de Notre-Dame proíbe o alojamento de estudantes "estrangeiros" nas casas do claustro, suprime a despesa dos pátios numa parte do claustro e reserva aos cônegos a admissão à biblioteca da catedral. Um bairro estudantil desenvolveu-se então sobre a Petit-Pont e do outro lado, na margem esquerda, nas encostas da colina de Sainte-Geneviève. Professores e estudantes (como Abelardo e seus discípulos) estabeleceram-se ali e o preço dos aluguéis logo subiu a tal ponto que Jean de Salisbury, estudante e jovem

¹ O Tesouro Real foi transferido do Templo para lá por Filipe, o Belo, em 1295.

mestre em Paris de 1135 a 1147, ao regressar à cidade em 1165 como companheiro de exílio de Thomas Becket, ficou assombrado com a alta dos aluguéis. Um segundo impulso decisivo veio da construção da segunda parte da muralha por Filipe Augusto no início do século XIII. Doravante **[pág. 139]** protegida, a margem esquerda povoou-se de estudantes ao redor dos mestres seculares e dos mestres regulares das novas ordens mendicantes, que acabavam de estabelecer ali os seus conventos, os jacobinos, os franciscanos e os agostinhos. Mesmo uma ordem hostil às cidades e às universidades de mestres e estudantes e dedicada à solidão, a dos cistercienses, decidiu fundar um convento e enviar para lá estudantes da ordem em 1245: foram os bernardinos. A implantação escolar ampliou-se com a fundação de colégios para bolsistas, estabelecimentos em geral modestos no início e que, graças a donativos, estenderam-se rapidamente em sua maioria, contribuindo para modificar profundamente a paisagem da margem esquerda, que por sua vez se urbanizou. O mais célebre foi o que o cônego Robert de Sorbon, capelão e familiar de São Luís, fundou para cerca de vinte estudantes "pobres" de teologia com seus bens e o donativo inicial feito pelo rei, em 1257, de duas casas na rue Coupe-Gorge. O colégio — núcleo da futura Sorbonne — reuniu uma importante biblioteca; o catálogo que dela se estabeleceu em 1338 registra 1.090 manuscritos.

A transformação de Paris em capital, que se anunciava em 1190, quando Filipe Augusto, partindo para a cruzada, determinou ao Conselho de Regência realizar três sessões por ano em Paris enquanto instância judiciária suprema do reino e ordenou aos bailios enviar, a Paris, igualmente três vezes por ano, um relatório de sua atividade, manifestou-se também pela aquisição de residências parisienses pelos prelados e príncipes no século XIII e início do século XIV. O arcebispo de Reims compra em 1222 uma casa perto do Louvre e em 1280 possuía um palacete na rue du Paon, na margem esquerda. O arcebispo de Sens adquire uma casa perto do cais dos Celestinos [quai des Celestins] em 1296. O arcebispo de Rouen possuía um solar em Paris em 1261. O **[pág. 140]** mesmo sucedia, antes de 1300 e perto do *Quartier Latin*, com os bispos de Auxerre, Orléans e Chartres, e outros ainda que Josef Semmler recensou. Desde meados do século XII, no tempo de Suger, os abades de Saint-Denis têm uma residência em Paris na margem direita, que eles transportarão para a margem esquerda, cais dos Grandes Agostinhos [quais des Grands Augustins]. No século XIII os abades de Saint-Père de Chartres, de Saint-Benoît-sur-Loire, de Saint-Laumer de Blois também têm a sua. Cluny, que tem uma casa para estudantes no *Quartier Latin* desde 1260, compra por volta de 1330 o palácio que se tornará o atual palácio de Cluny (Museu de Cluny) no fim do século XV. No final do século XIII, o duque da Borgonha, o duque da Bretanha, o conde da Champagne, o conde de Flandres, o conde de Mâcon, o conde de Ponthieu, o conde de Auxerre, o conde de Bar e o conde de Blois possuíam palacetes em Paris, do mesmo modo que os irmãos de São Luís, Carlos de Anjou (cujo nome permaneceu na rue du Roi-de-Sicile) e Afonso de Poitiers, e o irmão de Filipe, o Belo, Carlos de Valois. Transformada em

residência permanente do rei, cujo policiamento ele confia ao seu preboste, e da administração regia, Paris não viu sua poderosa comunidade de burgueses alcançar uma existência jurídica bem definida. A hansa dos mercadores de água parece ter funcionado durante muito tempo como uma espécie de municipalidade. Mas vários documentos, desde o século XII, mencionam uma "comunidade de burgueses de Paris" que devia reunir-se ao ar livre na "*commune place de Grève*". Foi provavelmente na segunda metade do século XII que se construiu o Locutório dos burgueses, na margem direita, perto da Grand-Pont. É a sede do preboste dos mercadores que desempenha as funções de chefe da burguesia parisiense. Em 1354 esse preboste se chamará Étienne Marcel. **[pág. 141]**

Em todo caso, ainda que a denominação de *caput regni*, "cabeça do reino", "capital", que lhe é dada em textos da primeira metade do século XIV não se torne um título oficial, Paris converteu-se nessa época na capital de fato, uma cidade admirada e louvada no reino e no estrangeiro. Em 1314, na assembléia das "ordens" reunidas pelo rei, os representantes das cidades fazem do representante parisiense seu porta-voz comum. Em 1323, Jean de Jandun escreve um *Tractatus de laudibus Parisius*, "Tratado dos louvores a Paris".

Representação urbana nas assembléias do reino

Restava a essa rede urbana ser reconhecida e ao fenômeno urbano ser considerado, através daqueles que melhor o representavam do ponto de vista econômico, jurídico e social, como um "estado". A coisa se fez no fim do século XIII e começo do XIV, sob o reinado de Filipe, o Belo. Este foi o primeiro rei da França a reunir representantes de cada uma das três "ordens" em assembléias plenárias em Paris ou em outra cidade. A razão disso era menos a de consultá-los do que a de fazê-los aceitar e comprometer-se a fazer executar algumas de suas mais importantes e delicadas decisões: a luta contra o papa, o processo dos templários, a cobrança de impostos extraordinários, as mudanças monetárias. As cidades foram convocadas seja enquanto "terceira ordem", seja por si sós, por serem competentes para certas questões.

Assembléias de senescalias já se haviam realizado com participação das cidades — por exemplo, em Carcassonne em 1271 e 1275. Reuniões do clero e da nobreza foram igualmente convocadas em Paris pelo rei nos últimos anos do **[pág. 142]** século XIII. Vêm-se aparecer as cidades em 1302 (em Paris, para apoiar o rei contra o papa), em 1308 (em Tours, e depois em Poitiers, para ratificar a condenação dos templários), em 1310 (em Paris, para pagar um imposto excepcional por ocasião do casamento da filha do rei, Isabel, com o rei da Inglaterra, Eduardo II), em 1314 (em Paris, com um discurso inflamado de Enguerrand de Marigny, para apoiar o rei em seus preparativos de guerra contra os flamengos). Realizaram-se reuniões igualmente em 1303 e 1312. Outras foram convocadas pelos sucessores de Filipe,

o Belo. Assembléias compostas unicamente pelos representantes das cidades ocorreram em 1308, 1313 e 1314 para tratar de questões monetárias. Os burgueses tinham-se tornado especialistas, interlocutores privilegiados da administração real em matéria de moeda. Em 1302, os representantes de cada "ordem" deliberaram à parte.

Não sabemos com base em que critérios foram escolhidas as cidades designadas ora como *ciudades* ou *boas ciudades*, ora como *burgueses de...* salvo no caso das assembléias "relativas a moedas", para as quais os burgueses são convocados como "conhecedores em matéria de moedas", "sábios", "especialistas em matéria de moedas". Em 1314, em seu famoso discurso, Enguerrand de Marigny dirige-se particularmente "aos burgueses das comunas que ali se achavam reunidos". Em 1302, 91 cidades foram convocadas, em 1208, 295, mas, ao cabo de algum tempo, permitiu-se o retorno da maioria de seus delegados, para conservar apenas os das "sedes de distritos"; em 1312 foram apenas as cidades episcopais, em 1316 houve 227 delas, em 1318, 96, etc. É impossível, portanto, a partir dessas listas, estabelecer a relação completa das aglomerações consideradas como cidades pelos oficiais reais. Mas esses fatos nos revelam a tomada de consciência das cidades como uma "ordem" à parte. **[pág. 143]**

Acrescente-se o reconhecimento da dualidade Norte-Sul. Em 1308, em Poitiers, depois que um cidadão de Paris falou em francês, um cidadão de Toulouse falou por Toulouse, Mont-pellier e todo o Languedoc em língua de *oc*.

[pág. 144]

A NOVA SOCIEDADE URBANA

A estratificação e as lutas sociais nas cidades

Entre 1150 e 1340, uma nova sociedade urbana se instaura. Embora situada no feudalismo, não são as hierarquias da sociedade feudal que melhor podem caracterizá-la, mas um novo tipo de estratificação social ligado à economia, à propriedade urbana, ao dinheiro, à influência na cidade. Porém as "ordens" tradicionais também estão presentes: a nobreza nem sempre, pois com freqüência ela se opõe à cidade; a Igreja, em compensação, é onipresente tanto no temporal como no espiritual. Há um problema quanto à burguesia: falamos da mesma coisa no século XIII e no XIX? Qual o verdadeiro lugar ocupado pela burguesia medieval na história? Para além da burguesia, é preciso ter uma visão panorâmica do importante setor terciário que caracteriza a atividade e a sociedade da cidade. As estruturas sociais urbanas, mesmo englobando o proletariado artesanal, deixam escapar uma parcela numerosa de pobres e de marginais que a cidade tende cada vez mais a excluir. Pode-se encontrar essa paisagem social na paisagem topográfica? **[pág. 145]**

Pode-se fazer a sociotopografia das cidades francesas medievais? Enfim, pode-se detectar uma sociabilidade urbana específica? Em torno de que lugares e de que temas, no interior de que estruturas ela se ordena?

Até aqui o leitor pode ter a impressão de que as cidades medievais, após uma fase de lutas por sua maior ou menor emancipação, vivem tranqüilamente, se não em igualdade, pelo menos em harmonia. O antagonismo não é mais a característica das estruturas e do funcionamento das cidades medievais?

Na fase de conquista de uma certa autonomia, a comunidade urbana parece ter dado provas de uma coesão bastante forte. Embora a luta fosse conduzida por cidadãos já dotados de uma certa posição económica e social e dispondo de um equipamento intelectual suficiente para pensar a situação em termos políticos e utilizar as formas escritas necessárias á obtenção de forais, uma massa de gente do povo ou mesmo de marginais teve sem dúvida um papel importante, sobretudo nos episódios de violência. Em compensação, quando a comunidade urbana se estabelece no século XIII, é no seu próprio interior que aparece — assinalada pelos próprios textos da época — uma clivagem fundamental entre os "graúdos" (*gros*) e os "miúdos" (*menus*). A expressão lembra os fenómenos urbanos italianos dominados pelo conflito entre *Popolo grosso* e *popolo minuto*, mas a diferença entre situação italiana e situação francesa é considerável. Na maioria das cidades francesas, ou que em tais se converterão, as duas partes da população laica não-nobre não se acham tão bem organizadas quanto nas cidades italianas, e a organização corporativa — menos desenvolvida — não

desempenha nelas um papel tão importante quanto, por exemplo, em Florença, onde se defrontam *arti maggiori e arti minori*.

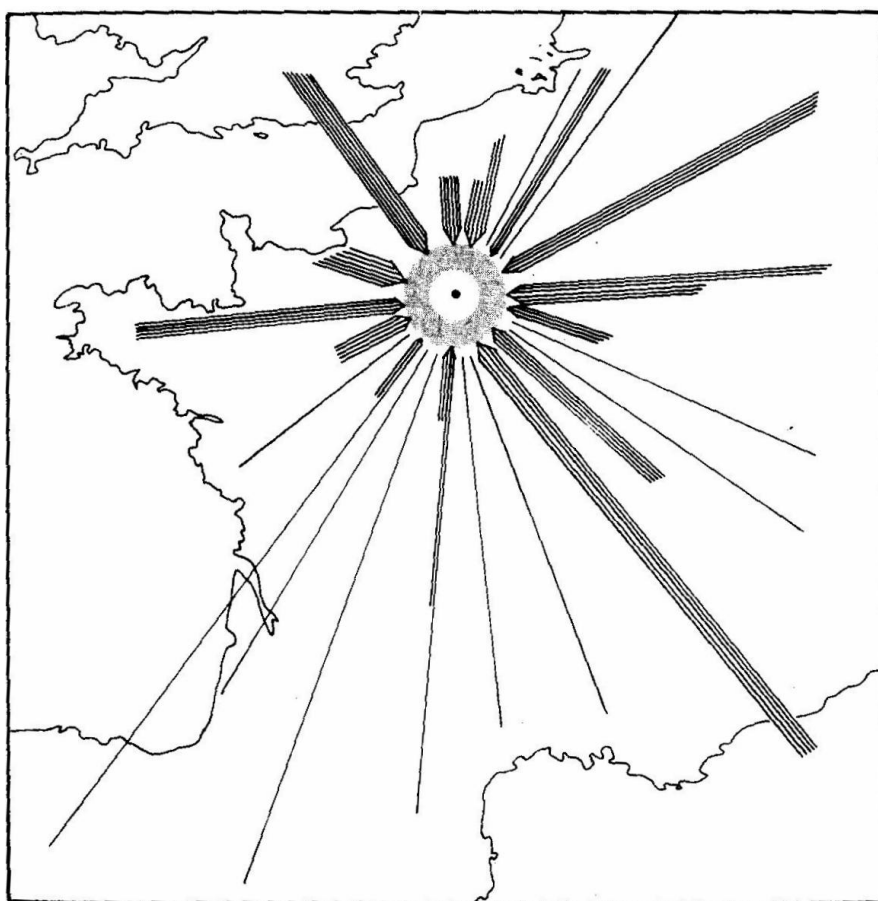
Os "miúdos", sem constituírem uma entidade jurídica propriamente dita, formam contudo, em muitas cidades, [pág. 146] mais que um grupo socioeconómico: surgem como uma categoria fiscal oficialmente reconhecida. Em Paris, por exemplo, nas derramas cobradas para o resgate do imposto extraordinário no fim do século XIII e começo do XIV, as pessoas tributadas em menos de 5 soldos figuram em listas à parte. Pierre Desportes calculou que em Reims, onde o termo *menus* (miúdos) não é oficialmente empregado, a proporção dos que pagam entre 1 e 2 soldos, entre 2 e 4 soldos conforme as derramas, eleva-se para esse período a uma cifra de 40 a 60%.

A estratificação social real e percebida é mais complexa ainda. Com efeito, abaixo da categoria dos "miúdos" existe uma outra, do ponto de vista fiscal, a dos "*nichils*", os que nada têm (*nihil* em latim), isto é, que têm recursos abaixo do limiar tributável, nada têm a pagar mas são às vezes recenseados. O que complica a análise é que, conforme os anos, conforme a conjuntura, conforme as variações de rendas dessas categorias muito frágeis, conforme os critérios de cobrança de derramas, pode-se passar da categoria dos *miúdos* para a dos *nichils*, ou vice-versa. A partir dos *miúdos* entrase numa outra zona de que tornaremos a falar, difícil de determinar com precisão — apesar dos excelentes trabalhos de Michel Mollat e seus colaboradores -, a dos pobres. De fato, do ponto de vista da estratificação social, esse mundo dos pobres é particularmente flutuante. A flutuação é imperceptível entre a zona em que o pobre é reconhecido e assistido e aquela em que ele é abandonado ao seu miserável destino rumo à vagabundagem e à marginalidade, rumo a fome, a doença e, com frequência, a morte. Testamentos de burgueses de Reims de 1270 e 1271 contêm legados em favor daqueles a que chamam, com expressão significativa, os "miúdos pobres" da cidade. Mas Pierre Desportes observa também: "Não havia desonra em figurar entre os 'miúdos', burgueses como os outros. Mas quem, devido a [pág. 147] uma insolvência permanente, permanecesse muito tempo fora das listas, via-se ameaçado de cair definitivamente no mundo dos mendigos, tão desprezados, ou pelo menos tão isolados, que ninguém pensava em recenseá-los."

Essa situação produziu tensões quase perpétuas que resultaram em conflitos por vezes violentos — mesmo na "bela época" de São Luís. O principal esforço dos "miúdos" foi o de obter um sistema mais eqüitativo de cobrança da derrama, a cobrança "por soldo e libra". Em Cahors, o bispo apoiou o "povo" contra os "homens probos" [*prud'hommes*] (equivalente meridional dos "miúdos" e dos "graúdos") e em 1328, por exemplo, assegurou ao "povo" uma indenização das perdas sofridas no curso das lutas contra os homens probos. Em 1268, os populares tendo obtido um acordo satisfatório para eles, os cónsules fazem com que seja anulado pelo parlamento real. A resposta do povo "povo" é violenta e, durante a sublevação que se segue, um burguês é queimado vivo em sua casa juntamente com a família. Em Montauban, Albi e Agen, o sistema por soldo e libra é finalmente adotado. Em Foix, em 1332

há seis cônsules: dois para os ricos, dois para a classe média, dois para os pobres. Em Castres, por volta de 1330-1335, existem quatro cônsules, um para os ricos, um para a classe média, um para os pobres e um para uma categoria misteriosa, os *mégiers*. As revoltas, como se verá, tornar-se-ão violentas sobretudo no final do século XIII. Elas foram particularmente severas em Flandres, onde o número dos pobres era elevado e sua exploração pelos ricos especialmente dura. Os Anais de Gand contam a revolta dos cidadãos pobres em 1301 e 1302.

"No ano de Nosso Senhor de 1301, quando o rei Filipe entrou em Gand, o povo saiu ao seu encontro exigindo em altos brados que o libertasse de um pesado imposto que havia em Gand e em Bruges sobre os artigos de consumo, especialmente a cerveja e o hidromel. O povo de Gand [pág. 148]



A atração de uma grande cidade: uma zona muito próxima, uma zona concêntrica regional, uma imigração distante onde predominam o Oeste e o Norte, ao lado de um grande contingente do Leste e de uma quase-ausência do Sul e do Sudoeste (R. Cazelles).

[pág. 149]

chamava-o de 'dinheiro ruim', os de Bruges de 'sisá' [accise]. O rei, em sinal de boas-vindas, acedeu ao pedido daqueles que gritavam, o que desagradou muito aos patrícios da cidade, que tiravam proveito desse imposto. De Gand o rei dirigiu-se a Bruges. O povo de Bruges foi

encontrá-lo em trajes extraordinariamente ornados e, em meio a justas e torneios, deram-lhe presentes de grande valor. Os escabinos e patrícios de Bruges tinham proibido o povo, sob pena de morte, de reclamar ao rei a abolição da sisa... O povo, ofendido, permaneceu mudo à chegada do rei, que ficou muito surpreso... Os escabinos e patrícios de Bruges, desejosos de se fazerem reembolsar pelos presentes dados ao rei e pela decoração de suas vestes, decidiram que tais despesas seriam pagas com a sisa, enquanto os preparativos do povo seriam pagos com seus próprios recursos, decisão essa que aumentou a cólera do povo. Daí resultou grande distúrbio e revolta na cidade. Diz-se que seu instigador foi um tecelão chamado Pierre, cognominado Coninck, com seus partidários. O bailio, por ordem dos patrícios e escabinos de Bruges, prendeu-o, juntamente com uns vinte e cinco instigadores do povo, e encerrou-o na prisão real, chamada *Steen*. Quando o povo soube disso, cheio de excitação, reuniu-se, obrigou os guardas da prisão a abri-la e soltou os seus amigos, Pierre e seus seguidores. A agitação acalmou-se por um momento, mas eles continuavam cheios de suspeitas da má vontade dos patrícios...

"No ano de Nosso Senhor de 1302 teve início uma guerra dolorosa e terrível, longamente preparada e impossível de apaziguar, que culminou num horrível e abundante massacre de um número incontável de pessoas..." Em face dos "miúdos" há, pois, aqueles que a historiografia moderna chama de "patrícios", forma medieval da oligarquia. Em cada cidade um pequeno grupo de homens e de famílias açambarca o poder social e político. Sua base é o poder económico. **[pág. 150]**

Em Besançon, segundo Roland Fiétier, por volta de 1300, há, para 70% de pequenos contribuintes, 5% de uma classe muito rica, composta essencialmente de grandes mercadores dedicados ao comércio e ao banco, cerca de vinte famílias. Em Rouen, onde o cargo de prefeito confere uma autoridade considerável ao seu detentor, uma família como a dos ValRichin ocupa oito vezes a prefeitura; no século XIII, após 1232, os Du Chastel fornecem, durante o mesmo período, oito prefeitos á cidade. Famílias cuja atividade dominante é o comércio consideram a elevação á prefeitura como a consagração suprema. Em Metz, a partir de 1214, o patriciado se organizou em agrupamentos de famílias aparentadas, os "amigos", aos quais outros burgueses podiam aliar-se por um ato chamado *commandise*. Esses agrupamentos são os *pariages*, que dominaram longamente a história de Metz na Idade Média. Os patrícios formavam, decididamente, um grupo social "cujos contornos não receberam uma confirmação jurídica, pois não se podem confundir esses grupos de homens bastante fechados com a burguesia. E uma fração da burguesia, muitas vezes a mais rica, mas sobretudo a mais poderosa por sua influência sobre o governo da cidade". Esse grupo social "só adquire toda a sua amplitude nas cidades onde a indústria e o grande comércio oferecem possibilidades de enriquecimento quase ilimitadas" (J. Lestocquoy).

Esse mundo restrito do patriciado, que sabe mostrar sua solidariedade em face das demais categorias sociais da cidade, é, contudo, permeado por rivalidades e conflitos. Em

Reims, a rivalidade dos Le Large e dos Chastelain no começo do século XIV ocupa o primeiro plano do palco citadino com episódios sangrentos, embora os homens do arcebispo e os homens do rei tenham tentado domar esses Montéquios e Capuletos champanheses. O verdadeiro cacife da luta era "o primado na cidade e, portanto, o poder para a facção que levasse a melhor". [pág. 151]

As bases econômicas do poder do patriciado eram as mesmas que as da grande maioria dos burgueses, com alguma ênfase particular neste ou naquele posto e um nível superior de fortuna. Há, em primeiro lugar, o patrimônio imobiliário na cidade (cinco a dez casas em Arras ou em Reims), as propriedades no território da cidade, de preferência o mais perto possível (granjas, terras e às vezes feudos), mas também, mais que para os burgueses menores, o tráfico muito desenvolvido das mercadorias (principalmente os gêneros alimentícios, grãos e vinho), do dinheiro (sobretudo o empréstimo a juros) e a manutenção de grande liquidez em dinheiro ou em objetos de ourivesaria, pois seu estilo de vida lhe impõe despesas pesadas. A posse de uma bela residência, "em boa pedra, provida de dependências e de um jardim fechado, bem situada nas proximidades do centro ativo da cidade", como aquela de Reims, ainda conservada, que em 1328 pertencia a Pierre le Chastelain, é também um elemento essencial do *standing* patricio. Pierre Desportes insistiu em certos aspectos do patriciado de Reims, que, com matizes, valem para os patriciados de todas as cidades da França medieval e das regiões circunvizinhas. "A recusa dos patrícios em deixar-se definir por sua profissão decorre da convicção, comum a todos os membros desse grupo, de estar fora e acima do mundo dos ofícios... Esses personagens não carecem de lazeres, têm a possibilidade de consagrar uma parte de seu tempo aos negócios públicos. Mas não são ociosos. Nunca tal censura lhes foi dirigida, ela não teria fundamento. Nossos burgueses usufruem de aluguéis e rendas, mas, para a maioria deles, as rendas dessa natureza não passam de um complemento. O patriciado de Reims precisa de outros recursos para manter sua vida, os quais só lhes podem vir de suas atividades." Como ingressar nesse patriciado, que é relativamente aberto? "O homem enriquecido que deseja ingressar no patriciado deve fazer a aquisição [pág. 152] de uma casa bem construída, de uma granja de boas dimensões, assim como de alguns hectares de terra arável no interior rior do território urbano." O patrício aspira, então, a tornar-se um capitalista? "O patrício raramente aceita viver, como capitalista, da renda de suas heranças. Via de regra ele exerce uma atividade, difícil de determinar devido á sua diversidade e á sua natureza imprecisa, mas sempre fundada no manejo de capitais líquidos."

Georges Espinas estudou minuciosamente e descreveu com brilho um patrício de Douai no fim do século XIII, sire Jehan Boinebroke. Esse mercador e fabricante de tecidos dominava tiranicamente um grupo de "empregados" e "obrigados", humildes vizinhos, devedores, fornecedores, domésticos, operários, pequenos patrões e empregados que "trabalhavam no ou para seu lanifício". Tendo seus herdeiros, cumprindo uma cláusula de seu testamento, prometido reparação aqueles que ele lesara em vida, alguns deles ousaram vir

reclamar, e é o texto dessas reclamações, acompanhadas de alguns documentos justificativos, que nos permite traçar a figura desse tirano urbano, sem dúvida reproduzido as dezenas de exemplares nas "grandes cidades industriais".

Em primeiro lugar, ele tem o poder econômico. Temdinheiro, e exige de seus devedores reembolso antes do vencimento, penhores indevidos de que ele se apodera pela força, quantias superiores, até o triplo, as que lhe são devidas. Tem o trabalho. Dele dependem operários e operárias que trabalham para ele em sua casa ou no domicílio deles, os pequenos artesãos cujo equipamento quase sempre lhe pertence. Engana os outros quanto a qualidade da matéria-prima, quanto ao seu peso, cobra preços exorbitantes e paga salários de miséria, às vezes em gêneros. Tem a moradia onde aloja notadamente seus operários, clientes e fornecedores, **[pág. 153]** que se tornam "verdadeiros prisioneiros do carcereiro que era Boinebroke".

Ele esmaga esses "miúdos" sob o peso de seu poderio social, usando ora do desprezo, ora da ira e da força.

Sua sombra, após sua morte, ainda pesa sobre suas vítimas. "Essa lembrança tirânica do morto parece pairar e pesar ainda sobre eles, ele os detém e os aterroriza ao mesmo tempo que eles hesitam em exprimir suas reclamações perante os executores testamentários do defunto, num meio que não é o deles e que é, ao contrário, aquele ao qual seu opressor pertenceu."

A população dos "miúdos", principalmente dos artesãos e dos "lavradores da cidade" (que residiam no interior da cidade, mas cujas atividades eram unicamente agrícolas — eles são, em 1239, 6 a 7 mil em Montpellier, quase um quarto, provavelmente, da população), é extremamente movel. Em Périgueux, 82% dos 102 novos imigrantes que chegaram entre 1346 e 1350 não são reencontrados nos anos seguintes. E a mobilidade dos homens da Idade Média, maior ainda na cidade.

A dos patrícios é evidentemente muito mais fraca. Arlette Higounet-Nadal observou que, em Périgueux, 84 famílias se mantêm do século XII ao XV e que, numa época em que a mentalidade das pessoas separa a população permanente — os burgueses — da população flutuante dos artesãos, lavradores e simples habitantes, essas famílias "formam um grupo social particularmente característico numa cidade que não tem nobres e onde eles constituíram uma aristocracia burguesa". Algumas dessas famílias usam nomes característicos — e os patrícios, antes dos "miúdos", são em toda parte os primeiros a usar, no século XIII, nomes de família — que lembram sua instalação nos locais "estratégicos", nos pontos "quentes" da cidade: os Laporte, **[pág. 154]** perto da porta Taillefer e da porta das Farges, os Lassalle, instalados perto da sala Grimoart, os Del Pont, perto da porta da pont de Tournepiche.

No entanto, o patriciado se renova com bastante rapidez. Em Reims, "o primeiro plano do palco modifica-se a cada geração". Um fator dessa renovação decorre do hábito — mais acentuado ainda entre os patrícios — de legar por testamento, a sua morte, uma parte

considerável — com seqüência, provavelmente, majoritária — de sua fortuna a igrejas, aos pobres, aos hospitais, aos leprosários, mas no começo do século XIV o patriciado de Reims se compõe em sua maioria de famílias antigas.

A idade de ouro do patriciado é o século XIII e o começo do XIV. Jean Schneider a situa em Metz entre 1224 e 1300, Pierre Desportes em Reims de 1270 e 1338. Em Estrasburgo, Philippe Dollinger estabelece o começo do declínio do patriciado em meados do século XIV.

No outro extremo da escala social urbana, escapando por baixo da categoria dos pobres como os patricios escapam dela por cima, temos os trabalhadores não-qualificados, que deixaram poucos vestígios na história. Mas podemos vê-los através dos regulamentos de contrato e nos canteiros de construção. Bronislaw Geremek, que estudou o salariado no artesanato parisiense nos séculos XIII-IV e, de modo mais geral, as estruturas do mercado da mão-de-obra na Idade Média, escreve que existe, no artesanato, "um segundo mundo, qualitativamente distinto, o dos assalariados não qualificados ou, simplesmente, dos assalariados que não pertencem às corporações". Vamos encontrá-los sobretudo nos trabalhos de construção, onde em plena estação, no verão, eles formam a maior parte da mão-de-obra dos canteiros. Em Paris, no começo do século XIV, eles são 54% no canteiro de construção do asilo Saint Jacques e 59% no do convento dos agostinhos. É uma mão-de-obra instável, frágil, **[pág. 155]** assimilada a uma mercadoria que se contrata por curto prazo, paga por dia ou por tarefa.

A nobreza e a cidade

A imagem tradicional da cidade francesa medieval é a de uma cidade de burgueses no meio de um campo dominado pela nobreza dos castelos. Tal imagem deve ser ponderada. É preciso distinguir tempo e espaço. Em linhas gerais, a uma França urbana meridional onde a nobreza reside nas cidades e participa da vida municipal opõe-se uma França setentrional onde a nobreza está física e politicamente ausente. A uma primeira fase, entre 1150 e 1250 aproximadamente, em que a nobreza participa — e, pelo menos no Sul, às vezes em primeiro plano — da afirmação da comunidade urbana, opõe-se o período seguinte, em que lentamente a nobreza é mais ou menos eliminada dos assuntos das cidades. Essa imagem dualista também deve ser ponderada.

Jean-Pierre Poly escreveu: "A força e o poder dos cavaleiros citadinos dão origem às primeiras comunas provençais, antes de meados do século XII"; e Philippe Wolff: "Ao lado desses burgueses figuram também 'cavaleiros': a importância dessa cavalaria urbana é na França um traço distintivo das regiões languedocianas. 'Cavaleiros das Arenas' de Nîmes, castelões de Carcassonne são em geral filhos da prolífica nobreza dos arredores. Recebendo como feudo partes do interior da muralha, eles são tentados a ampliar esse papel de confiança.

Aqui e nas demais cidades, usam com frequência nomes característicos: de la Tour, de Castelnau..." Mas no Sul, pelo menos no Sudoeste, cidades tão importantes quanto Toulouse ou Périgueux são cidades sem nobreza. Em compensação, na França do Norte, a nobreza **[pág. 156]** não está tão ausente das cidades como em geral se acredita. Éric Bournazel, estudando o círculo da realeza capetíngia sob Luís VI e Luís VII (1108-1180), mostrou que ele provinha de um mesmo meio social: o dos cavaleiros das cidades e dos castelos. Uma parte considerável das linhagens do círculo da realeza depende "do desenvolvimento das cidades e do surto econômico do século XII". São estreitas as relações entre os cavaleiros reais que possuem casas em Paris, no coração da Cité, não longe das pontes, lá onde também estão estabelecidos os "financistas": monetários e cambistas, emprestadores sobre penhores e usurários. Eles estabelecem com esse meio de burgueses relações de família, por casamento. Eles próprios entregam-se a verdadeiras atividades financeiras.

Quase em toda parte, onde havia uma nobreza urbana mais ou menos numerosa, mais ou menos influente, ela deixa de ter importância na cidade entre 1250 e 1340. Isso ocorre nas cidades do Franche-Comté, em Besançon e em Salins, já no século XIII. E também em Reims, onde, na primeira metade do século XIII, os nobres "tornaram-se em grande parte estranhos à vida urbana e já não possuem na cidade mais do que residências secundárias ou rendas em dinheiro". Um cavaleiro de primeiro plano até sua morte em 1223, Baudouin de Reims, teve por sucessores fidalgos rurais, e após 1250 inicia-se uma retirada geral dos nobres para longe da cidade.

Mesmo no Sul a presença e, pelo menos, o papel dos nobres na cidade vão declinando no decorrer do século XIII e começo do XIV. A presença da nobreza nas cidades dera lugar, ali, ao curioso fenômeno do consulado senhorial. Em Saint-Marcel, no Vivarais por exemplo, havia um consulado senhorial e um consulado popular. Em Isle-en-Venaissin foi possível falar em "consulado de co-senhores". O exemplo de Agde é característico. A cidade tem suas instituições **[pág. 157]** definitivas por volta de 1260. Em 1287 surge o primeiro conflito entre os burgueses e os nobres porque, pela primeira vez, não há nenhum nobre entre os doze membros do conselho. O bispo, chamado como árbitro, decide que deverá haver pelo menos um nobre entre os doze conselheiros. Em 1301, há um novo conflito, de ordem fiscal. Os cônsules, representantes da *universitas*, querem submeter os nobres às derramas e notadamente aos tributos por família a serem pagos ao rei. Um acordo estipula que os nobres pagarão doravante sua cota-parte das derramas, sendo assimilados aos plebeus do ponto de vista fiscal. Em compensação, pagarão ao rei os censos que lhe devem enquanto nobres e não enquanto cidadãos. O estatuto de 1319 assinala a expulsão dos nobres do consulado. Quando muito, pode-se estimar que, como na Itália, mas em menor grau, a cultura urbana será marcada por um certo cunho cavaleiresco.

A Igreja na cidade

Se a nobreza se mostra cada vez mais apagada durante o nosso período, a Igreja, pelo contrário, está intensamente presente. E presença física, por seus numerosos homens e impondo-se pelo costume, pelos monumentos que constituem a grande massa monumental urbana e que, pela altura dos edifícios, dominam a cidade e lhe modelam em grande parte a silhueta. É presença econômica, porque a Igreja, em geral, é de longe a primeira potência predial, imobiliária e financeira da cidade. É presença política e social, sobretudo nas cidades episcopais, onde o bispo conservou uma parte mais ou menos importante da senhoria e onde os clérigos formam um mundo de privilegiados. Potência espiritual, religiosa, intelectual, a Igreja continua sendo a grande produtora e propagadora de palavras de ordem ideológica, **[pág. 158]** de modelos e de bens culturais. É uma potência tradicional, mas que sabe, de maneira mais ou menos lenta, adaptar-se, que contribui para dar à cidade sua unidade e personalidade moral, artística, festiva.

É uma Igreja heterogênea que compreende, simplificando, o clero secular, com seu bispo e seu capítulo nas cidades episcopais, sua rede de paróquias, o clero dos cônegos regulares saídos em grande parte do intenso movimento de renascimento canônico do século XII, urbano e suburbano (pense-se em Saint-Victor de Paris, a algumas centenas de metros da muralha de Filipe Augusto), o clero regular do velho monaquismo beneditino, também ele urbano e principalmente suburbano, com seus burgos monásticos que por vezes se soldaram mais ou menos à cidade (Saint-Remi em Reims, Saint-Germain-des-Prés e Saint-Martin-des-Champs às portas de Paris), o novo clero regular dos irmãos mendicantes, intimamente ligado, como vimos, à nova sociedade urbana. Mas há também o mundo feminino das religiosas, o mundo das instituições de caridade governado pela Igreja — hospitais, leprosários, etc. — e o mundo dos clérigos de segundo plano, que só receberam as ordens menores.

É difícil ter uma vista panorâmica dessa sociedade clerical urbana, una e fragmentada em jurisdições, *bans*, *feudos* e *censives* encavalados e avaliar o seu peso na cidade, embora a documentação eclesiástica seja de longe a mais numerosa e a mais precisa (com exceção da documentação fiscal, que, a partir do fim do século XIII, permite uma certa contagem demográfica da população leiga). Mas esse peso é enorme.

Podemos vê-lo em Besançon graças a Roland Fiétier. É uma sociedade eclesiástica que compreende em primeiro lugar um número considerável de nobres, de modo que a nobreza, na cidade, está às vezes mais presente nas fileiras do clero do que por seus representantes leigos diretos, tanto **[pág. 159]** mais quanto freqüentemente, como ocorre em Besançon, os nobres que residem na cidade são personagens de segundo plano, *ministeriais* do bispo.

A população eclesiástica, nessa cidade episcopal onde existem 11 paróquias, chega aproximadamente a: 1. para o clero secular: 100 pessoas em 1200-1210, 140 em 1260-1270, 295 em 1300-1310, 350 em 1330; 2. para o clero regular: 18 pessoas em 1200-1210, 40 em

1260-1270 (das quais 24 dominicanos e franciscanos, 9 clarissas, irmãos de Battant e beguinas, todos e todas surgidos recentemente), 115 em 1300-1310 (das quais 48 mendicantes e 34 irmãos e beguinas), 130 em 1330 (das quais 65 mendicantes, 23 clarissas, 8 irmãos de Battant e 8 beguinas). Portanto, para o conjunto do clero e das religiosas, teria havido cerca de 120 pessoas em 1200, 180 em 1260, 410 em 1300, 480 em 1330. Essa quadruplicação é certamente muito superior ao crescimento do conjunto da população, que, embora tenha aumentado de maneira mais ou menos regular de 1200 a 1330, não o fez nas mesmas proporções. Em 1330 Besançon deve contar cerca de 10 mil habitantes. A população eclesiástica representa, pois, 5% desse total.

Do ponto de vista econômico, o poder temporal dos eclesiásticos de Besançon é proporcionalmente muito superior ao número de eclesiásticos. Ele se compõe de todo um conjunto de bens e de direitos em Besançon, em seu subúrbio, no território e mesmo fora. Compreende "três grandes": o poder temporal do arcebispo, o dos capítulos catedrais e o da abadia de Saint Jean. Mas esses poderes temporais são sobretudo antigos e no fim do século XIII parecem ter perdido a maior parte de seu dinamismo. Servem "muito mais para a manutenção das pessoas e dos bens do que para a expansão".

Quanto á irradiação social e espiritual, pode-se medila parcialmente segundo os testamentos. Para o período [pág. 160] 1200-1349, onze beneficiários se destacam nas disposições testamentarias dos laicos de Besançon. A frente: dois hospitais — Saint-Esprit e Saint Jacques -, os dois conventos dos medicantes — franciscanos e dominicanos —, a paroquia mais extensa da cidade — a da Madeleine -, em seguida os dois mosteiros, de Saint-Etienne e de Rivières. Seguem-se as religiosas: clarissas, irmãos de Battant, religiosas de Santa Brígida e, só em segundo lugar, o capítulo catedral.

Desse conjunto emergem as novas instituições da Igreja, as que se acham mais intimamente ligadas ao movimento urbano: hospitais, ordens mendicantes, movimento religioso feminino.

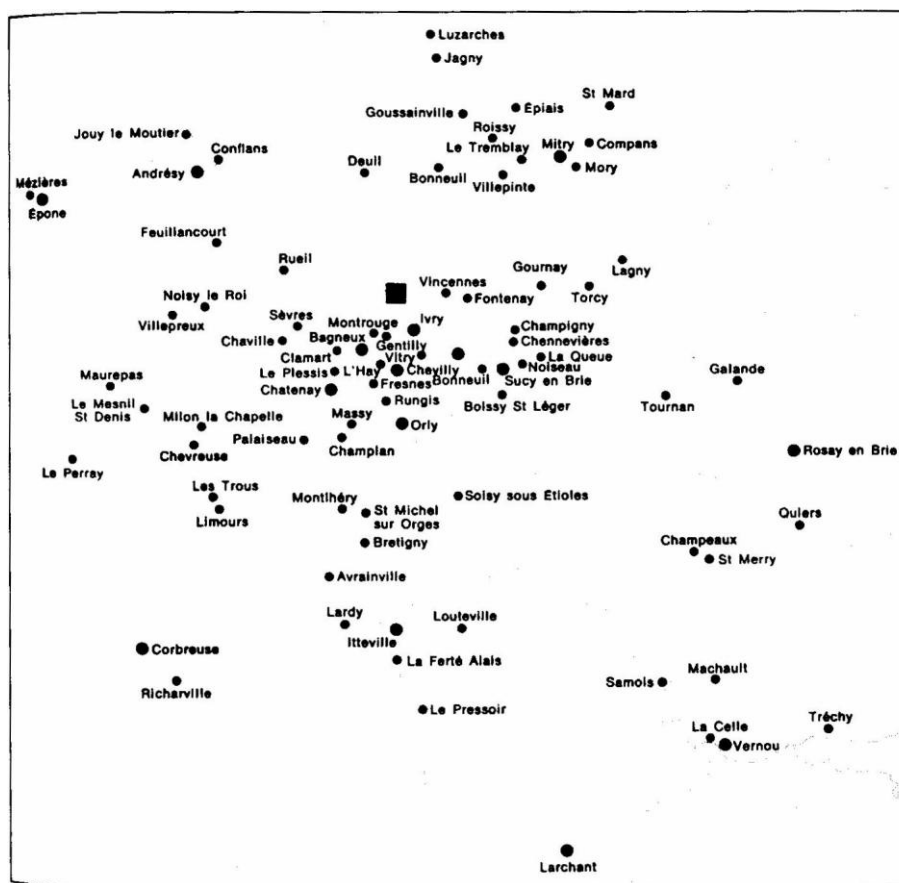
Em Reims, cidade "superequipada" do ponto de vista eclesiástico — cidade arquiépiscopal, onde as épocas merovíngia e carolíngia, e depois a tradição da sagração real, deixaram um equipamento religioso considerável -, Pierre Desportes conta no final do século XIII uma população eclesiástica que representa cerca de 12% da população global. Mas, para mais de 2 mil pessoas que constituem esse meio clerical, 200 a 300, no máximo, asseguram o serviço religioso da população. Os demais se refugiam numa vida canônica ou monástica que pouco ou nada tem a ver com a *cura animarum* (o cuidado das almas) e, sobretudo, numerosos clérigos desprovidos de qualquer benefício, vivendo no século, com mulher e filhos, exercendo um ofício, quase sempre de ordem jurídica, mas gozando de privilégios clericais, em geral os mesmos usufruídos pelos nobres: isenção do direito de burguesia, franquia nos mercados, dependência apenas dos tribunais eclesiásticos, provisórias. Também é grande o poder econômico do clero de Reims — por exemplo, o do capítulo da catedral, a

primeira potência predial de Reims, com numerosos domínios nas Ardenas (as dezessete aldeias das Potées, por exemplo), riqueza que se manifesta pelas vinte e duas belas e grandes casas canônicas. **[pág. 161]**

Em Rouen, as senhorias eclesiásticas são as mais numerosas e importantes: a de Saint-Ouen, que domina os bairros orientais do Bourg-l'Abbé e possui bens em onze paróquias, a do capítulo da catedral, que domina os bairros adjacentes e tem propriedades em todas as paróquias, as das abadias normandas, que tinham quase todas um feudo em Rouen. O poder econômico da Igreja ainda é dinâmico no século XIII. A renda que se constitui no século XIII é um instrumento de crédito que permite contornar a proibição do empréstimo a juros e fornece investimentos muito lucrativos aos ricos da cidade. Os leigos — o patriciado — só se aproveitam disso na proporção de 26%, enquanto entre os eclesiásticos, que se reservam a parte do leão, o capítulo adquire 35% das rendas. Quanto a Saint-Ouen, ele pratica uma política de valorização sistemática dos bairros em via de urbanização dos quais é proprietário.

Em Paris, François de Fontette acompanhou o ressurgimento no século XII do contrato de venda, onde ele observa "a riqueza dos estabelecimentos eclesiásticos, que lhes permite comprar numerosos bens prediais... uma política bastante sistemática de resgate das *censives* por certos mosteiros e conventos". O número extraordinário e a riqueza das abadias, mosteiros e conventos de Paris foram inventariados por Paul e Marie-Louise Biverr. O mundo em plena expansão das paróquias foi minuciosamente descrito por Adrien Friedmann, que investiga a quase identificação no século XIII, das paróquias parisienses com as *censives* e a substituição progressiva da palavra *censive* pelo termo *domais* (domínio).

Enquanto não ocorre a presença cada vez mais invasora do rei e das instituições monárquicas na cidade, o único poder urbano que se ergue em face do poder eclesiástico é o daqueles que se deve chamar efetivamente de *burgueses*. **[pág. 162]**



Localidades da Île-de-France nas quais se encontram propriedades do capítulo de Notre-Dame de Paris no século XII (segundo a *Histoire de l'Île de France*, Privat, 1971).

[pág. 163]

O problema da burguesia

Diante de duas impropriedades, um uso restritivo da palavra *burguês* limitada ao sentido jurídico medieval e um uso lançado sobretudo na época romântica, como utilizar para a cidade medieval o conceito de burguesia, do qual parece difícil prescindir?

Não se deve esquecer, em primeiro lugar, que o termo *burguês*, após um período de flutuação lingüística, passou a designar, de maneira bastante geral, nos séculos XIII e XIV, tanto nas cidades de comuna como nas de simples franquia, uma categoria jurídica freqüentemente definida pelo pagamento de uma taxa, o direito de burguesia, a única habilitada a beneficiar-se de certos privilégios, sobretudo de ordem econômica, e a única chamada a desempenhar um papel político institucional. Desse ponto de vista, um certo número de "miúdos" são burgueses. Mas o freqüente recurso a essas denominações, graúdos/miúdos, ricos/pobres, na época medieval, e o reconhecimento, pela historiografia moderna, de uma categoria superior bem individualizada, embora não o seja juridicamente, a dos patrícios, obrigam-nos a ir mais longe. Houve na Idade Média a tendência a passar do

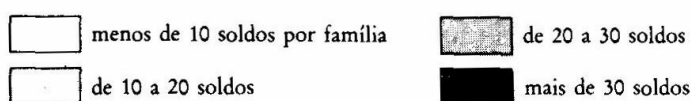
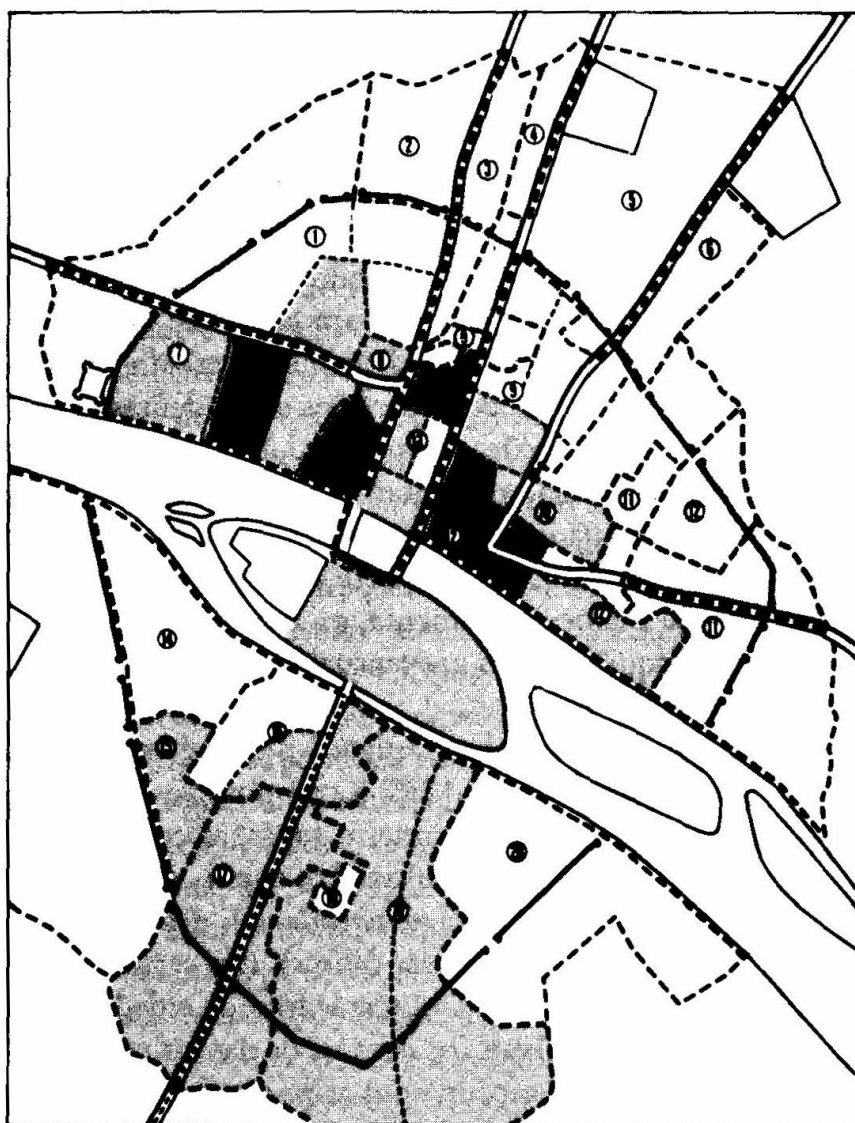
sentido jurídico a um sentido mais concreto e a designar por burguês o habitante da cidade não-clérigo, não-nobre e não-estrangeiro que dispunha de uma certa fortuna, que exercia certas atividades que lhe asseguravam, uma e outras, uma certa independência e que a manifestava levando um certo modo de vida. Não estaríamos longe da verdade, parece-me, se dissessemos que no final do século XIII e no começo do XIV o termo *burguês* se aplica e pode ser aplicado aos membros das duas categorias de cidadãos que textos da época denominam *maiores e medíocres*, grandes e médios.

Como a referência, explícita, continua sendo a da fortuna, voltemos por um instante à estrutura das fortunas burguesas, [pág. 164] das quais a dos patrícios, já estudada, representa um caso superior e particular.

Em Reims, vemos essas fortunas constituídas em primeiro lugar pelo capital imobiliário, propriedade ou direitos sobre o solo e as casas da cidade, em seguida por um capital mobiliário composto por um conjunto de atividades em que se unem o trabalho artesanal (exercido sobretudo através dos artesãos e dos operários dependentes), a prática comercial e operações financeiras. A hierarquia se faz segundo a importância quantitativa da fortuna global e a estrutura interna na qual, quanto mais alguém se eleva no sentido do patriciado, mais a parte da fortuna mobiliária e da atividade financeira aumenta, ao mesmo tempo que a tendência a adquirir terras e, eventualmente, feudos no exterior da cidade.

Um documento fiscal, o *compoix*, permite analisar em Agde, para o período 1320-1330, a composição e a hierarquia das fortunas. Há, em primeiro lugar, as casas, depois as *tenures* (parcelas de terra cultivada), depois os bens móveis e as mercadorias (*moble e mercadaria*), depois o gado (com grande predominância das cabras). Em certos casos, e para as grandes fortunas, há as terras fora da cidade, as vinhas, os prados, os olivais, os censos, os navios para o comércio marítimo. De acordo com as importâncias devidas a título de derrama, para 182 tributáveis (chefes de família e mulheres possuidoras de fortuna a título pessoal), 17, os "grandes", têm entre 270 e 1.520 libras, os médios entre 70 e 269 libras (37 tributáveis) e o restante, 128, entre 1 e 79 libras (dos quais 63 entre 1 a 10 libras), segundo A. Castaldos. Pode-se considerar que, do ponto de vista socioeconômico, as duas primeiras categorias constituem os burgueses de Agde.

Essa proposição deve ser matizada, mas a realidade histórica é feita de fenômenos que não se curvam rigorosamente [pág. 165]



Lista das paróquias

1. Saint-Eustache 2. Saint-Sauveur 3. Saint-Leu, Saint-Gilles 4. Saint-Laurent 5. Saint-Nicolas
6. Hôtes-du-Temple 7. Saint-Germain-l'Auxerrois 8. Os Inocentes, Saint-Opportune 9. Saint-Merri 10. Saint-Jean 11. Saint-Pol 12. Saint-Gervais 13. Saint-Jacques 14. Saint-André-des-Arcs
15. Saint-Cosme 16. Saint-Séverin 17. Saint-Benoît 18. Saint-Hilaire 19. Sainte-Genève 20. Saint-Nicolas-du-Chardonnet

Sociotopografia urbana: fortuna e bairros em Paris. Contribuição média por família em 1297, segundo R. Cazelles (*Nouvelle Histoire de Paris*).

[pág. 166]

nem às definições jurídicas nem às avaliações quantitativas estritas. Renunciar a aplicar-lhes um quadro de descrição e de análise conceitual sob a condição de bem definir e justificar os conceitos seria renunciar a qualquer ciência histórica.

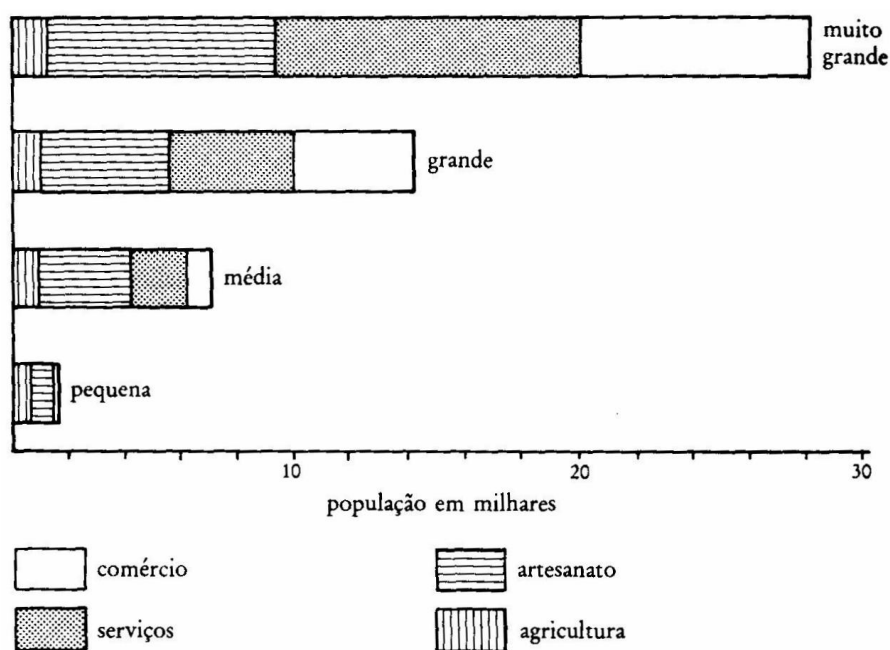
O que complica a paisagem é notadamente que, no alto, os patrícios (os homens

probos, *prud'hommes*, *probi homines* de certos documentos) tendem a introduzir-se na nobreza, se bem que no conjunto esta tenda antes a fechar-se no século XIII. Philippe Dollinger mostrou que em Estrasburgo, por exemplo, onde muitos nobres residem na cidade, patriciado nobre e patriciado burguês "se interpenetram e estão estreitamente associados sob vários aspectos". Casamentos, aquisição de feudos e estilo de vida nobre facilitam tal osmose. A imagem que o conjunto da sociedade urbana tem dessas categorias traduz, no nível essencial dos costumes e das maneiras, tal assimilação. Teoricamente, no século XIII, o título de *Herr* (senhor, sire) em Estrasburgo era reservado á camada superior da nobreza, os cavaleiros armados, por oposição á nobreza inferior dos escudeiros e aos burgueses. Na verdade, desde o final do século XIII o título de *Herr* era concedido "a toda personalidade eminente nobre ou não", notadamente aos mestres das corporações. Em 1309 o imperador Henrique VII recusou-se a examinar uma súplica redigida em nome dos senhores (*Herren*) de Estrasburgo. Ele só se abrandou quando o título da súplica foi mudado e a súplica apresentada em nome dos *burgueses* da cidade.

Por que prender-se a essa história de palavras? Primeiro porque reconhecer uma burguesia, no sentido que acaba de ser definido, é reconhecer o surgimento de uma categoria social original na história do Ocidente e estabelecer o primeiro elo de uma continuidade, pois essa burguesia urbana medieval é efetivamente a primeira forma daquela burguesia [pág. 167] que, com a revolução industrial e o capitalismo, se tornará uma classe, também ela, de contornos mal definidos, mas de presença irreduzível na história. Depois por que o reconhecimento dessa burguesia medieval permite caracterizar o fenômeno urbano medieval. Com toda a razão, a historiografia recente insistiu na inserção da cidade medieval e de seus habitantes — inclusive burgueses — no sistema feudal. Mas no interior do sistema feudal-burguês, para retomar a expressão de José Luis Romero, a burguesia introduz um elemento original e capital. Houve aqui e ali, como em Estrasburgo, uma certa simbiose entre nobres e patrícios burgueses, mas Philippe Dollinger observa que os nobres de Estrasburgo "permaneciam até certo ponto estranhos a vida ativa da cidade" e que "as operações propriamente ditas de negócios, de cambio e de banco eram efetuadas exclusivamente por burgueses". Numa página perspicaz, ele mostra como "essas diferenças de atividades e de modo de vida", "essa oposição de sentimentos e de interesses" conduz a "uma mentalidade oposta" e a "divergências profundas". Mesmo sob o aspecto festivo dos torneios e das cores imaginárias de um ideal cavaleiresco que anuncia o verão de Saint-Martin da Idade Média, os nobres permanecem ligados á vida guerreira. Embora sonhem usar as esporas e cumpram corajosamente o serviço militar que lhes é exigido, os burgueses continuam "dominados pela preocupação com seus negócios". Forçando talvez as relações entre sociedade e ideologia, ainda assim Lester K. Little tem razão quando sublinha que os textos da época, modificando a hierarquia dos sete pecados capitais, substituem, á testa da plêiade infernal, o orgulho (*superbia*), pecado dos nobres, pela cupidez (*avaritia*), pecado dos burgueses. Em todo caso,

nesses textos, quando o diabo casa suas filhas, casa efetivamente o orgulho com os cavaleiros e a cupidez com os burgueses. Que conflito maior opõe a burguesia do século [pág. 168] XIII á Igreja senão aquele em torno da *usura* e dos usurários, que a Igreja quer transformar em heréticos (John Mundy mostrou-o em Toulouse, Michel Mollat em Cahors, esse viveiro de financistas que dá aos usurários seu nome como um substantivo comum: *cahorsins*)? Não há ainda ideal de crescimento, de progresso, mas o espírito de lucro, de ganho, e em face da rapina do nobre, é o novo modo de agressividade econômica trazida pelo burguês. O burguês ainda não sabe o que é a poupança, mas, quando se lança no luxo da habitação, do vestuário, da mesa (a ponto de a partir do final do século XIII os príncipes, mediante leis suntuárias, o lembrarem no sentido de sua condição), é num espírito de ascensão social e de gozo, bem diferente da *largueza*, do desperdício dominador da classe ociosa medieval, a nobreza. Quando os nobres vão a cidade, continuam a ouvir o sino tradicional das igrejas, enquanto os burgueses prestam cada vez mais atenção aos sinos da torre. Há clérigos por toda parte, os nobres estão sobretudo fora da cidade, os pobres estão igualmente por toda parte, nas cidades mas também nos campos e nas estradas. Burgueses, só os há nas cidades. A originalidade da cidade medieval é a burguesia.

O esquema seguinte, que representa as funções das cidades medievais segundo sua importância e o número de sua população, ressalta bem o caráter da cidade medieval, onde, apesar da presença de uma certa atividade agrícola e de uma importante atividade artesanal á medida que o caráter urbano se acentua, o papel do terciário, comércio e serviços, se intensifica. Ela é também bastante diferente do que será a cidade industrial, onde os setores primário e secundário serão preponderantes¹. [pág. 169]



¹ N. J. G. Pounds, *An Economic History of Medieval Europe*, Londres-Nova York, 1974, p. 255.

Retomando um cálculo de Josiah Cox Russel, David Nicholas sublinhou que, nas cidades da Flandres medieval, "a emigração de um único artesão do setor têxtil para a cidade devia teoricamente acarretar um aumento de população de sete a nove unidades".

Cidade de redistribuição dos bens, de consumo e de serviços, a cidade medieval assume também suas funções relativas a uma população passiva muito particular, os pobres.

Os pobres: hospitais, leprosários, caridade

Vimos que os pobres formavam uma parte considerável da população urbana: pobres "fiscais", temporários, admitidos, [pág. 170] assistidos; pobres caídos na miséria permanente, abandonados quase sempre á mendicância desprezada e reprovada, apesar do exemplo simbólico das ordens "mendicantes".

Nessa sociedade urbana onde o abastecimento obedece ás leis do mercado (John Baldwin mostrou muito bem que *o justum pretium* dos escolásticos do século XIII nada mais é que o preço do mercado), regido pelos acasos naturais e pelos mecanismos do lucro regulado pelos ricos, onde não é menor do que nos campos a ameaça quase permanente da fome, é fácil cair por algum tempo ou para sempre na pobreza. Esse pobre socioeconômico encontra nas regiões de pobreza o aleijado e o doente, que, nas camadas inferiores da sociedade, estão condenados á pobreza, á pobreza assistida. De bom grado a Igreja medieval acrescenta a estes o peregrino, outro assistido, que em suas andanças também é recebido pelo hospital, que é a princípio um lugar de acolhida.

Desde o início, a Igreja foi a defensora e a protetora dos pobres: mosteiros e igrejas foram, dentro de certos limites, centros de distribuição de víveres e refúgios dos pobres. Mas, com a multiplicação da população, multiplicam-se também os pobres. Os movimentos de paz que procuram impor-se desde o século XI são também movimentos de proteção dos pobres e as cidades puderam ser consideradas instituições de paz. A partir do fim do século XII, como mostrou Michel Mollat, duas imagens do pobre, duas atitudes para com o pobre se unem e impelem á caridade. Uma, tradicional, é a de que o pobre é feito para o rico, que alcança através dele sua salvação; outra, nova, difundida principalmente pelos mendicantes, é a de que o pobre merece consideração "por seu valor espiritual e humano próprio". A expressão *pauperes Christi*, pobres de Cristo, antes reservada aos monges, estende-se a todos os aflitos. [pág. 171]

O movimento urbano é acompanhado por um movimento hospitalar. Em Narbonne, onde ele foi estudado por Jacqueline Caille, é preciso esperar até 1149 para constatar num testamento legados em favor de instituições hospitalares. Há então dois hospitais — o hospital

Saint Just ou hospital dos pobres da *cité*, o hospital Saint-Paul ou dos pobres do burgo — e duas casas "*del meselhs*", ou seja, dos leprosos ou *misels*, uma para os da *cité*, outra para os do burgo, mas fora das duas cidades. As ordens militares têm também dois abrigos para os pobres e doentes, o hospital Saint-Jean-deJerusal  m e a Casa do Templo. Com o século XIII aparecem o hospital Saint-Antoine-de-Viennois, especializado nos cuidados aos doentes acometidos de ergotismo, o "mal dos ardentes" ou "fogo de Santo Ant  nio", as casas dos Trinit  rios e dos Merced  rios, dedicadas principalmente ao resgate dos cativos cristãos aprisionados pelos muçulmanos, mas também ao abrigo dos pobres, e o hospital do Saint-Esprit. Acrescentem-se a estes duas "caridades", a da *cité* e a do burgo, que não são estabelecimentos, mas instituições ricas em bens e direitos de uso dos quais elas tiram rendas para fins beneficentes. Dois hospitais Saint-Jacques, um da *cité*, outro do burgo, aparecem no princípio do século XIV, elevando para dez ou onze o número dos hospitais narboneses. Desses estabelecimentos, são o hospital Saint-Paul e o hospital do Saint-Esprit estão no interior dos muros do burgo. Todos os demais encontram-se *extra muros*. A capacidade desses hospitais    pequena, os locais "não são às vezes mais vastos que os de uma casa particular". A administração urbana laica substitui aí, salvo para os hospitais das ordens hospital  rias, desde o final do século XIII, a administração eclesiástica. Eles repousam fundamentalmente na caridade privada. Há estabelecimentos mais acolhedores. O hospital de Tonnerre, no começo do século XIV, pode abrigar trinta pension  rios, tem 20 a 30 **[pág. 172]** pessoas a seu serviço e o consumo anual    de 8 presuntos defumados, 300 carneiros, 300 queijos, 100 almudes de frumento e 200 de vinho, etc. O hospital se destina também, e talvez sobretudo, a lutar contra a fome.

No condado Venaissin,    no condado das cidades, dos rios, das estradas que se manifesta antes de tudo o movimento hospitalar, ligado às trocas e às peregrinações; "são os estabelecimentos ligados às pontes que aparecem primeiro, e    significativo ver ainda em 1316 Rostang Bot, de ilustre família de Apt, fundar nos Beaumettes ao mesmo tempo uma ponte sobre o Calaron e um hospital dedicado a São Tiago" (J. Chiffolleau).

Em Aix, onde o impulso do movimento hospitalar    mais tardio do que em Marselha e, sobretudo, do que em Arles, no final do século XII são existem o hospital da catedral, hospital Saint-Sauveur, e os de ordens recentemente instaladas, os templários, os hospitalários, os antonitas. Seis outros hospitais e uma "esmola" (ou "caridade") surgem entre 1217 e 1251. Somente dois hospitais foram construídos no interior dos muros; os demais encontram-se "nas imediações da cidade e    beira das estradas mais antigas e freqüentadas. A quase totalidade da atividade caritativa em Aix, no século XIII, está ligada    sociedade eclesiástica" (N. Coulet, segundo J. Perri  re).

Em todo o Sul, "a rede das instituições de assistência... parece ter atingido o seu apogeu no meado do século XIII".

Em Flandres (como nos demais antigos principados belgas da Idade Média) aparece no

principio do século XIII uma instituição vizinha das "caridades" e das "esmolas", as Mesas dos Pobres, bem estudadas por MJ. Tits-Dieuaide. A de Gand surge em 1266, a de Bruges em 1270. Elas possuem bens e muito cedo os leigos participaram de sua gestão. Os doadores são quase todos burgueses ou padres, em geral de condição média. Essas instituições fazem sobretudo distribuições de pão, de calçados e de esmolas em dinheiro. **[pág. 173]**

É preciso, obviamente, conceder um lugar á parte aos leprosários. A lepra é "a" doença, aquela que aterroriza, como farão mais tarde a peste, a tuberculose, o cancer. Ela é o sinal manifesto do pecado e a conseqüência do pecado, porque os leprosos — ensina a Igreja — são considerados filhos concebidos em período interdito ás relações sexuais, notadamente durante a menstruação da mulher. O leproso é mantido á distancia, fora da cidade, fazendo-se anunciar por uma matraca. Sua exclusão é pronunciada durante uma cerimônia ritual. A respeito dele é levado ao auge a ambigüidade do comportamento medieval, que oscila entre a vontade de exclusão e a atração por um desgraçado através de quem se pode alcançar a salvação. Por um lado, mantém-se os leprosos á distancia, e em 1320-1321 — quando corre o boato de que, de comum acordo com os judeus, os leprosos envenenaram os poços e desencadearam uma epidemia — eles são massacrados. Em contrapartida, servir aos leprosos é obra de misericórdia por excelência, simbolizada pelo "beijo no leproso". Dois grandes santos dão o exemplo no século XIII, São Francisco de Assis e São Luís. Aliás, os cidadãos mantêm esses pobres, esses doentes, a pouca distancia da cidade, fora das muralhas, suficientemente longe para evitar o "contágio", suficientemente perto para ter a consciência tranqüila, olhando-os de tempos em tempos e "assistindo-os".

Marginais e excluídos

O pobre pode tornar-se marginal, o leproso pode ser excluído. Outros são, na cidade medieval, verdadeiros marginais e verdadeiros excluídos. Podem-se distinguir entre eles duas espécies bem diferentes: os que vivem e agem nas fronteiras movediças do mundo do trabalho e do mundo do crime, **[pág. 174]** e os que são, por sua religião ou nacionalidade, estrangeiros ora admitidos, embora mais ou menos perseguidos, ora violentamente rejeitados: judeus e lombardos.

Para os primeiros, o estudo pioneiro e exemplar de Bronislaw Geremek nos introduz ao conhecimento dos marginais parisienses nos séculos XIV-XV, fim do período que aqui nos interessa. Fortalecida pelos progressos da autoridade monárquica, a cidade empreende em meados do século XIII a instauração de um sistema de policiamento que coloca no primeiro plano "o princípio do inquérito, em que a perseguição do crime se torna uma obrigação pública". Essa perseguição do crime põe em evidência três lugares urbanos: a cadeia, que de simples local de espera de julgamento tende a converter-se num lugar de prisão penal (o

Châtelet, sede desde o século XIII do prebostado de Paris, torna-se um dos pontos "quentes" da capital), o pelourinho, essencial num sistema judiciário que recorre freqüentemente á exposição como castigo e ás punições corporais (chicote, ferro em brasa, mutilação de um membro), e finalmente o patíbulo, instrumento *extra muros* de uma sociedade que não hesita em recorrer com freqüência á pena de morte. O roubo é punido com particular rigor. De 30 pessoas julgadas por roubo no território parisiense das jurisdições de Sainte-Geneviève e Saint-Germain-des-Prés, e cuja sorte conhecemos entre 1263 e 1307, 22 foram condenadas á morte.

Mas, ao lado do preboste senhorial ou real, os escabinos zelam, em particular, pela segurança noturna. A noite urbana, noite do crime e do medo, é objeto de abundante regulamentação e o tempo noturno é a pior das circunstancias agravantes para a perpetração de um delito ou de um crime.

Os malfeitores são quase sempre, no que concerne aos ladrões, criados, assalariados ou aprendizes. Associações de malfeitores e criminosos formam-se nos lugares de aliciação [pág. 175] de trabalhadores, na igreja ou na frente da igreja, na taberna, nas ruas mal freqüentadas.

São Luís quis, em 1254, expulsar das cidades e das aldeias as "*ribaudes communes*" e as "*folles femmes*", isto é, as prostitutas. Uma nova lei, em 1256, contenta-se em confiná-las a certas ruas e bairros, na verdade bastante populosos e muito centrais, especialmente perto de Notre-Dame, da Petit-Pont e das margens do Sena, em especial no Port-au-Foin.

Se o mundo da vagabundagem e do crime cresce no século XIV, isso acontece em primeiro lugar, obviamente, porque a crise desorganiza a sociedade, mas também porque a sociedade desenvolve novas atitudes para com o pobre. Mendigar torna-se, para um pobre válido, um crime. A mendicância, até então reprovada, passa a ser reprimida. Num mundo em que o trabalho é instável, em que os artesãos vão de cidade em cidade com uma mobilidade desconcertante, o trabalhador não qualificado, que é quase obrigatoriamente, dada a estrutura do mercado urbano de mão-de-obra, um desempregado intermitente, torna-se, por isso mesmo e pelo modo como é visto pela sociedade, um malfeitor. A maioria dos que cometem delitos ou crimes na Paris do século XIV são imigrantes recentes. Muitos deles têm na cidade, onde o ponto de ligação essencial é a casa, o lugar familiar e fiscal, o mal irremediável de ser "sem eira nem beira".

Bem diferente é o lugar dos judeus e dos lombardos. Uns e outros estão ligados ao movimento do dinheiro, mais precisamente da usura, e por conseguinte residem em geral nas cidades. Uns e outros são estrangeiros. Uns e outros são periodicamente tolerados, mas sob a condição de submeterem-se a circunstâncias de exceção, periodicamente perseguidos e, em certas datas, finalmente expulsos.

O caso dos judeus é geralmente mais grave, pois o problema que eles colocam é antes de tudo religioso. Ora, esse é o período em que a Igreja, principalmente após o Concílio [pág. 176] de Latrão IV (1215), estabelece um dispositivo anti-semita (uso de um sinal distintivo, a

rodela, autorização para os tomadores de empréstimo cristãos de não pagar os juros devidos aos credores judeus, etc.). Muitas vezes tais medidas foram aplicadas com rigor pelos soberanos da época, que eram quase sempre cristãos muito ardorosos, porém estreitos, como Branca de Castela, São Luís e Filipe, o Belo. Ao lado da atitude religiosa, um comportamento animado por motivos econômicos inspirou também a política anti-semita dos reis da França, chegando às formas extremas de perseguição. A 14 de abril de 1288, por exemplo, em Troyes, um grupo de treze judeus de ambos os sexos, cujo principal personagem era Isaac Châtelain, rico e letrado, pereceu na fogueira.

Em 1182, o jovem Filipe Augusto expulsara todos os judeus do domínio real, mas chamou-os de volta em 1196. No fim do século XIII, parece ter havido no reino cerca de 100 mil judeus. Foram novamente expulsos em massa por Filipe, o Belo, em 1306. Daí sua fuga para as terras mais acolhedoras do Império e do papa, como a Alsácia, o Franche-Comté, o condado Venaissin. A crônica em versos de Geoffroy de Paris, que lamenta essa expulsão, teria exprimido, segundo Petit-Dutaillis, "a opinião da burguesia". Segundo cálculos de Gérard Nahon, no reinado de São Luís os judeus viviam provavelmente, e de preferência, nas cidades (40%), mas também nos burgos (27%) e mesmo nas aldeias (21%). Praticavam o empréstimo a juros, mas essencialmente nos campos. Talvez isso explique por que parecem ter sido tolerados, se não acolhidos, pelos habitantes das cidades. Mas, para melhor controlá-los, a realeza ordena-lhes sair das cidades pequenas para concentrar-se nas grandes em 1276, 1283, 1291 e 1299. Em 1315, Luís X, o Teimoso, autorizou os judeus a regressarem por doze anos e lhes impôs pesados tributos fiscais. Em 1320-1321, quando **[pág. 177]** do movimento dos pastores, milhares de judeus (160 somente em Castelsarrasin) foram massacrados ao mesmo tempo que os leprosos. Os grandes *pogroms* ressurgiam em 1349 com a Peste Negra. Em 1322 os judeus foram novamente expulsos. No final do período as graves acusações que serviriam de base para o desencadeamento do anti-semitismo no fim da Idade Média e no Renascimento começaram a aparecer. Em 1290 um judeu parisiense foi acusado de ter profanado a hóstia.

Entretanto, os judeus citadinos do século XIII tinham animado um verdadeiro renascimento intelectual e religioso. Em Paris, onde a judiaria da Cité não sobrevivera á expulsão de 1182, uma nova judiaria se desenvolveu na margem esquerda, nas proximidades imediatas do *Quartier Latin*, ao redor de uma sinagoga e de escolas. As escolas de Narbonne, igualmente estudadas por Aryeh Graboïs, conheceram intenso esplendor no século XIII. Também os judeus se ressentiram muito dolorosamente, como uma opressão ao mesmo tempo religiosa e intelectual, das medidas tomadas pelos reis da França contra seus livros. Em 1268, por exemplo, Alphonse de Poitiers mandou apreender os livros dos judeus do Poitou para forçá-los a pagar impostos especiais e enviou os livros a Paris, antes de mandar devolvê-los, após pagamentos das importâncias exigidas. Sobretudo antes da grande empresa de conversão dos judeus iniciada por São Luís, sem grande sucesso, por volta de 1253, o Talmude foi

objeto de acusação num colóquio em Paris em 1240 e condenado as chamas.

A passagem da Igreja, no decorrer do século XIII, do antijudaísmo ao anti-semitismo manifesta-se sobretudo pelo crescente aparecimento — ao lado das acusações religiosas, das quais a mais grave é a recusa dos judeus em reconhecer Jesus, o Messias, e continuar esperando — de comportamentos ligados á concepção do judeu como impuro. **[pág. 178]** Em torno do código alimentar e dos líquidos sagrados ou tabus — sangue, leite, vinho, esperma — organiza-se uma repressão cada vez mais intensa dos contatos entre judeus e cristãos. A cidade tinha favorecido, em suas estruturas de relações e de trocas, os contatos entre as duas comunidades. Assim, a urbanização acelera a reação de uma Igreja preocupada em constituir uma cristandade "pura" que exclui cada vez mais marginais, estrangeiros, infiéis e heréticos. Daí a crescente interdição, para os cristãos, de comprar carne ou vinho de açougueiros ou mercadores judeus, de fornecer a judeus alimentos cristãos e, ainda mais, de permitir a filhos de cristãos sugar o leite de amas judias, de servir como criados nas casas dos judeus e, acima de tudo, verdadeira obsessão da Igreja e dos príncipes cristãos do século XIII, a proibição das relações sexuais entre judeus e cristãos. A proximidade urbana suscita entre os cristãos uma política de *apartheid*.

Vítimas menos duramente atacadas, nem por isso os lombardos deixaram de ser muito maltratados na França do século XIII e da primeira metade do XIV. Por lombardos deve entender-se os italianos das cidades da Itália do Norte que vieram em grande número estabelecer-se na França, onde praticavam o empréstimo a juros — portanto a usura -, mas também, e em primeiro lugar, o câmbio. Tinham na França uma reputação proverbial de covardia. Dizia-se "medroso como um lombardo". Alguns, estabelecidos nas grandes cidades, tornaram-se conselheiros financeiros dos grandes, sobretudo em questões monetárias, como os florentinos "Biche" e "Mouche", conselheiros muito ouvidos por Filipe, o Belo. Aliás, fora Luís VIII (1223-1226), na mesma época em que proibia pagar os juros aos judeus, que chamara os lombardos que freqüentavam as feiras a instalar-se no reino. Foram taxados de maneira especial e dura, por um censo de um denário e meio por libra sobre todas as **[pág. 179]** transações em 1295, mas tinham sido detidos em massa em 1277 e 1291. Em 1311 foram todos expulsos. Sob Luís X (1314-1316), foram chamados de volta. Muitos, ao que parece, viviam em pequenas aglomerações onde praticavam, de maneira mais ou menos obscura, pelo menos em escala modesta, o cambio, o comércio e o empréstimo a juros. Havia também entre eles, como revela um inquérito de 1317, merceeiros, comerciantes de tecidos, taberneiros. Charles de La Roncière estudou um desses modestos "lombardos", o cambista florentino Lippo di Fede del Sega, que se estabelece em Pontoise em 1323 e ali permanece pelo menos até 1334, antes de instalar-se em Paris. Pode-se ver, através dele, as numerosas perseguições financeiras de que são vítimas os italianos que, como ele, vivem na França na primeira metade do século XIV. É difícil avaliar o que representaram para as cidades francesas medievais a presença e, depois, o exílio forçado daqueles judeus e daqueles italianos. Parece efetivamente

que, no conjunto, a população urbana, que soubera estabelecer e respeitar regras relativas aos "forasteiros", não manifestou hostilidade particular para com eles (*os pogroms* de 1220-1221 são sobretudo obra de pastores, de camponeses). Aqui, os responsáveis pela marginalização e exclusão são a Igreja e principalmente a realeza.

As mulheres na cidade

É difícil, apesar da multiplicação das pesquisas, avaliar a posição da mulher na sociedade medieval e, ainda mais, tentar distinguir uma situação particular das mulheres no meio urbano. A única coisa que se pode fazer é colocar algumas balizas no caminho de um conhecimento da condição feminina no passado. **[pág. 180]**

O meio urbano, e especialmente o meio burguês, é à primeira vista um meio masculino. Não se encontram para o nosso período burguesas comparáveis, guardadas as proporções, às damas de nobreza cuja elevada figura emerge com frequência em primeiro plano, nem às religiosas, dentre as quais avulta também, freqüentemente, a imagem de uma grande abadessa. A mulher burguesa é afastada do conselho municipal, embora nem sempre o seja do conselho feudal e governe casas religiosas. Pode-se perguntar se o modelo da "mulher do lar" não se elabora no meio burguês medieval. Em todo caso, esse afastamento da mulher da vida política urbana impressiona suficientemente os contemporâneos, para ser objeto de uma anedota (um *exemplum*) que fez sucesso juntos aos pregadores e seus auditórios. Eis sua versão de Jacques de Vitry, na primeira metade do século XIII: "Ouvi falar de uma mulher que perguntava freqüentemente ao marido de que assuntos se tratava no conselho da cidade. Mas ele não queria revelar-lhe tais deliberações, porque as mulheres não sabem guardar segredo sobre esse tipo de coisa. Finalmente, como ela o importunas se um dia para saber de que assunto se havia tratado, o marido, para tentá-la, disse: 'Hoje fizemos um estatuto, que não queremos que seja imediatamente divulgado, segundo o qual um só homem poderá ter várias mulheres.' Ouvindo isso, ela dirigiu-se imediatamente ao local onde se reunia o conselho e exclamou: 'Vocês não fizeram um bom estatuto, fariam melhor se decidissem que uma só mulher deve ter vários maridos. Uma mulher, com efeito, pode bastar para vários homens, mas um só homem não pode bastar para várias mulheres.' Todos os conselheiros, que compreenderam como o marido fora hábil, elogiaram-no muito."

Cumpra notar, todavia, que a mulher burguesa parece participar pessoalmente da primeira função da cidade, a função **[pág. 181]** econômica. Como a mulher paga impostos sobre suas próprias rendas, listas de derramas ou de *compoix* nos informam sobre a atividade e a fortuna de algumas delas. Vemo-las ativas nos ofícios da construção, onde provavelmente retomam empreendimentos após a morte do marido. Gesseiras, proprietárias de pedreiras de

gipso² (pedra de gesso) incluem-se entre os grandes contribuintes parisienses no fim do século XIII e começo do XIV (como Dame Marie, a gesseira, e seus dois filhos, tributáveis a 4 libras e 12 soldos; mais modestas são Ysabel, a gesseira, taxada a 3 soldos, Houdée, a gesseira, taxada a 4 soldos, ou Marguerite, a cimenteira, taxada a 1 soldo). Isso permite a Jean Gimpel, não sem um certo exagero, escrever: "O papel da mulher no sucesso da cruzada das catedrais foi decisivo."

Em Agde, no *compoix* de 1320-1330, duas mulheres aproximam-se da barreira das 270 libras, onde André Castaldo situou a entrada nas grandes fortunas: a mulher de B. de Lerchs á testa de 252 libras e a de Francis Domergue, que, em suas 235 libras, tem 24 libras por dois barcos e um quarto de uma outra aplicadas no comércio marítimo.

Há também as religiosas de novo estilo que são as clarissas, as dominicanas, mais tardiamente e mais mal integradas na vida urbana (Micheline de Fontette estudou suas primeiras constituições, ditas de Montargis de 1259), e sobretudo as beguinhas. Surgidas no Norte em Artois, em Flandres, e no Leste (vimo-las em Besançon, houve-as na Alsácia, onde Jean-Claude Schmitt estudou o modo como eram vistas), elas se estabelecem em numerosas cidades ao longo do século XIII. Aqui tratadas com consideração, ali um pouco suspeitas, quase sempre por causa de seu comportamento **[pág. 182]** insólito de mulheres meio religiosas, meio laicas, retiradas mas no centro da cidade, elas são as testemunhas singulares de uma nova forma de vida religiosa urbana. Em Paris, São Luís as instala por volta de 1200 na paróquia de Saint-Paul, na margem direita, e perto da muralha de Filipe Augusto por volta de 1260. Nessa reclusão da beguinaria elas são vigiadas pelo clero masculino, sobretudo pelos mendicantes, que estão em estreito contato com a sua "superiora", cujos despojos mortais eles acolherão, como vimos, em sua igreja do convento de Saint-Jacques. Religiosos e seculares vêm pregar-lhes sermões feitos para elas, recentemente estudados, para as beguinhas de Paris, por Nicole Bériou, e de maneira geral por Carla Casagrande. São palavras especialmente destinadas a mulheres, numa ambigüidade em que se mescla a nova preocupação dos homens em reconhecer-lhes a especificidade e a velha inquietação masculina diante da fragilidade da mulher, logo seduzida pelo diabo e pervertendo, por sua vez, o homem.

Mas as mulheres participam também da nova função docente da cidade. Pierre Desportes encontrou em Reims, no século XIII, surpreendentes "mestras de escola".

Elas se assinalam também, é claro, como a encarnação diabólica da luxúria urbana. Atraem os homens para os bordéis e as "estufas", que são quase bordéis. Mas a cidade acolhe também a pecadora arrependida que sustenta o culto, em pleno desenvolvimento, de Madalena. Na vizinhança dos leprosos, como ocorrerá com frequência, Guillaume de Auvergne, que se tornará bispo de Paris em 1228, faz acolher em 1225-1226 as Filhas de Deus de Paris num hospital fora da cidade, perto de Saint-Lazare.

² Esse período é o da escavação de grandes pedreiras no subsolo parisiense, que em seguida dará lugar á exploração dos campos de cogumelos.

Pode ser também — e esta seria uma grande conquista devida á atmosfera da cidade, que as teria liberado — que elas tenham adquirido uma nova liberdade de costumes, nas fronteiras entre o lícito e o desonesto. Edmond Faral indagava-se, [pág. 183] "particularmente em Paris, cidade em plena transformação social, as mulheres não teriam visto sua condição evoluir muito mais depressa que em outros lugares". E citava os *fabliau* das "três damas de Paris", onde vemos no dia de Reis três burguesas (?), Margue, a mulher de Adam de Gonesse e Maroie, sua sobrinha, longe de qualquer do minação masculina, fartar-se e embriagar-se com Dame Tifaigne, a modista, na taberna de Ernout des Maillez, e finalmente sair em trajes de Eva para ir dançar.

Seria possível ir mais longe e aprender estruturas conjugais e familiares próprias da cidade? Apoiando-se em documentos da Baixa Idade Média em Montpellier, Christiane Arbaret acreditou poder insistir no "movimento comunitário no contexto familiar", caracterizado pela associação entre os filhos recém-casados e os pais, a vida em comum, em grupo. Lewis Mumford, por sua vez, traça um quadro um tanto idílico da família urbana medieval, reunindo patrões, aprendizes e criados sentados à mesma mesa. Na falta de trabalhos suficientes em quantidade e qualidade, notadamente sobre os costumes, que esclareceriam, para uma época anterior àquela amplamente clareada por Jean Yver, os usos sucessoriais e a estrutura familiar, somos reduzidos, para o nosso período, a ignorar e a arriscar com prudência duas hipóteses cuja única referência seria a imagem familiar dada pela literatura dos sermões, pelas anedotas dos *exempla*. Vemos, de um lado, destacar-se a família restrita, o casal marido-mulher e o filho, recém-chegada na história medieval, introduzindo-se timidamente. De outro, aparece nas famílias, mas em posição inferior, um mundo de criados (*servientes*) diferentes dos pequenos *ministeriaux* senhoriais, mais atrevidos, mais livres, mas sem grande esperança de ascensão social. [pág. 184]

Sociotopografia urbana

Ao percorrer a cidade medieval e seus problemas, deparamos diversas vezes com o fenômeno do bairro. O bairro se caracteriza quase sempre pela relativa homogeneidade de sua população. A tendência da sociedade medieval a agrupar-se ou a ser agrupada — para fins de controle — por comunidades confere à cidade medieval o aspecto de grupos sociais justapostos. Mas o estratos históricos freqüentemente embaralharam essa regularidade, que só voltamos a encontrar em "ilhas" isoladas ou a título de nota social, dominantes mas não exclusiva. Ela é mais visível nas cidades "industriais", isto é, em geral, aquelas em que a atividade têxtil é importante.

Em Rouen, por exemplo, o setor têxtil "em razão das necessidades técnicas, implantou-se nos bairros orientais da cidade: pisoeiros e tintureiros estão instalados nas

margens do Robec; os tecelões têm suas oficinas nas paróquias de Saint-Maclou, Saint-Vivien e Saint-Ouen; nas colinas encontram-se os *pentheurs*, ou seja, os campos onde os panos secam antes do acabamento final" (A. Sodourny).

Em Gand, "depois de manifestar uma tendência a emigrar para os subúrbios após 1320, os tecelões conservaram efetivos bastante estáveis nas diferentes paróquias locais" (D. Nicholas). Eram encontrados sobretudo nos subúrbios sul da cidade e notadamente num setor que ia de Saint-Michel até Saint-Jean e Overscelde, passando pela aldeia da abadia de Saint-Pierre. Na paróquia de Saint Jean eles encontravam seus rivais, os pisoeiros, a maioria dos quais vivia na paróquia de Saint-Jean, onde tinham suas oficinas ao longo do Escaut e nos bairros norte de Saint-Michel e sobretudo em Saint-Jacques. Os mercados de alimentos e o mais antigo habitat de Gand estavam situados nas margens do Lys, a montante do castelo condal. A Reep, os mercados de tecidos [pág. 185] e os bairros operários de Overscelde e da aldeia de SaintPierre estavam situados ao longo do Escaut, via de transito das lãs inglesas antes do grande surto de Bruges. Na maioria das cidades flamengas, os mercadores tinham-se instalado no centro da cidade, perto dos mercados de víveres, enquanto os operários da indústria estabeleciam-se na periferia, que só veio a incorporar-se á muralha no final do século XII e no século XIII — "mas, nessa época, as diversas categorias de povoamento começavam a ampliar-se, de modo que nenhuma atividade ou ramo de atividade estava totalmente concentrada num bairro específico".

Em Metz, os loteamentos do século XIII atraíram tanto a nova burguesia quanto os artesãos recém-imigrados. Quando o capítulo da catedral loteou os terrenos próximos a Saint-Polcour, antes de 1250, tintureiros instalaram-se na orla do rio, enquanto patrícios, como Jean Barte e Tiébaut de Champel, construía ali suas casas. No Champel, dezessete corporações, sobretudo os curtidores, estavam representadas no século XIII, mas a família patrícia de Aubert de Champel tinha ali um palacete. Os segeiros estabeleceram-se na saída do Champ-à-Seille, perto de uma nova ponte, enquanto burgueses davam seus nomes a novas ruas, o Wad-Bugle, o Wad-Bouton. O burgo de alémSeille era sobretudo artesanal. O sino municipal, *a bancloche*, estava ali pendurado no campanário da igreja de Saint-Euchaire, e esse foi o centro dos movimentos revolucionários de 1283 e 1326 (J. Schneider).

Em Reims, mais da metade do grupo dos "graúdos" residia nas paróquias de Saint-Hilaire e Saint-Pierre, enquanto os "miúdos" povoavam em sua maioria as paróquias de Saint-Denis e Saint-Etienne.

No Sul, onde as corporações constituíram por vezes a base da organização política, os bairros eram em alguns casos ao mesmo tempo centros de atividade e de implantação [pág. 186] profissionais e circunscrições eleitorais. Era o caso das "gâches" de Castres e de Albi, das "partidas" de Toulouse.

Bronislaw Geremek tentou reconstituir a "topografia social de Paris" no século XIV. Observou, em primeiro lugar, a tendência dos imigrados das diversas "províncias" a agrupar-

se em ruas que recebiam seu nome, fenômeno de capital (rue de Bretagne, rue de Normandie, e rue de Picardie, perto do Templo, e, mais além, rue de Flandres). Mais centrais, os italianos tinham-se agrupado na rue des Lombards, perto de Saint-Merry. Do ponto de vista da riqueza, os "graúdos" estavam concentrados na Cité (Saint-Pierredes-Arcis é a paróquia "mais tributada de Paris" em 1247), principalmente na margem direita. Há também bairros de "miúdos" na Cité, ao longo do Sena, nas paróquias de Saint-Landry e Saint-Denis-de-la-Châtre, e grandes aglomerações na margem direita em direção à muralha, nas paróquias de Saint-Nicolas-des-Champs, de ambos os lados da muralha, e Saint-Laurent, para além da muralha. A Greve e a paróquia de Saint-Paul são bairros da burguesia pobre e de artesãos, enquanto os "graúdos" predominam no território de Saint Jacques-de-la-Boucherie. "Graúdos" e "miúdos" se equilibram na paróquia de Saint-Germain-l'Auxerrois. A margem esquerda tem uma fisionomia particular: é uma cidade de professores e de estudantes com seus colégios (10.000?), de artesãos, pequenos mercadores e lojistas, pergaminheiros, estalajadeiros, taberneiros, carregadores, antiquários, alfaiates, sapateiros, mercadores de madeiras (rue, de la Búcherie). Os pobres se comprimem em torno da praça Maubert.

A geografia da Paris perigosa, onde se misturam a miséria e o crime, é a de certos pontos, como o Grand-Cul de-Sac de Saint-Nicolas-des-Champs, no limite de Saint Merry, a senhoria do Templo, os arredores do cemitério dos Inocentes. Os locais da prostituição são: na margem esquerda, [pág. 187] "a Boucherie", no limite das paróquias de SaintAndré-des-Arts e Saint-Séverin, a rue de Glatigny, na Cité, na paróquia pobre de Saint-Landry ("*fille de Glatigny*" significava "mulher da vida"), e cinco ruas na margem direita: a rue Champ-Flory na paróquia de Saint-Germain-l'Auxerrois, a rue Chapon no Saint-Nicolas-des-Champs, a rue de Baille-Hoe e a Court-Robert perto de Saint-Merry e por fim o "bordel de Tiron" na paróquia de Saint-Paul.

A sociabilidade urbana

Quais os meios sociais, quais os lugares onde se encontram os cidadãos em condições apropriadas para a elaboração das mentalidades e de atitudes comuns? A cidade é um centro de conversação, de diálogo, de intercâmbio. Onde se exerce essa função de sociabilidade? Uma primeira constatação: a vida social num clima geográfico temperado, uma sociedade onde o escrito veicula menos mensagens que a palavra ou o gesto, é antes de tudo uma vida ao ar livre. No princípio, como vimos, as assembleias urbanas se realizam fora. Quando o rei reúne os representantes do reino para lhes expor seus problemas, suas decisões, pedir-lhes o apoio, manda armar um estrado e discursa para eles, ele e seus conselheiros, diante de um cenário significativo, no caso Notre-Dame de Paris. No entanto a cidade medieval, mesmo no Sul, já não é a cidade antiga, com sua ágora, seu fórum, seus criptopórticos. Ela devorou os

espaços livres, construiu as praças, a ponto de a proteção a esses oásis citadinos constituir uma das preocupações da regulamentação urbana municipal ou real. Será preciso esperar por Napoleão III para que haja um verdadeiro adro defronte da Notre-Dame de Paris. Daí o cuidado em salvar ou criar uma praça, a Grand-Place, lugar do mercado municipal em geral, [pág. 188] que é preciso proteger contra a invasão dos galpões e dos tornos. Daí a preocupação das ordens mendicantes, religiosos da cidade nova, de dispor diante das igrejas de seu convento uma praça de reunião, de pregação, de *meeting*. No domingo de Ramos de 1265, por exemplo, uma procissão sai de Notre-Dame de Paris e dirige-se ao exterior da Île de la Cité, no jardim do Palais Royal, onde um pregador faz um sermão do alto de um estrado coberto com tapeçarias. É uma sociabilidade de vida ao ar livre e também, com frequência, sociabilidade "em pé".

Por outro lado, deve-se distinguir, embora nem sempre a distinção seja nítida, os lugares controlados pelos poderes — poder real ou senhorial, poder eclesiástico, poder municipal dominado pelos patrícios — dos lugares livres, freqüentemente suspeitos aos olhos dos poderes, não tanto porque são "desonestos", mas porque constituem focos de elaboração de uma "contracultura" — real ou possível. Conhecemos mal, para o período, as corporações e as associações puramente religiosas ou político-religiosas que são as confrarias, que se desenvolverão principalmente no período seguinte. Uma grande sombra envolve o surgimento das confrarias fundadas pelas ordens mendicantes: confrarias de Notre-Dame ou do Rosário, confrarias de São Domingos, confrarias do Espírito Santo, e mais ainda a formação das terceiras ordens que reuniam piedosos leigos desejosos de levar o máximo de vida religiosa compatível com sua vida familiar e profissional.

Também temos poucas informações acerca da igreja como lugar social e não apenas religioso. A igreja, fora dos ofícios, é lugar de encontros, por vezes galantes, de bate papo, por vezes desrespeitosos, e mesmo de brincadeiras. E, mas oficialmente, o local de reunião, como vimos, dos órgãos da *universitas* quando não existiam (o que durou muito tempo) "casas comuns". Em Dijon, as reuniões do corpo [pág. 189] de escabinos realizaram-se durante longo tempo em conventos mendicantes, nas casas dos jacobinos ou mais freqüentemente no refeitório dos frades franciscanos, às vezes na cadeia da cidade!

A nova palavra das ordens mendicantes, pronunciada do púlpito ou na praça, dirige-se muitas vezes a esta ou aquela categoria socioprofissional e leva amplamente em conta a nova sociedade urbana. São os *sermones ad status* ("sermões aos estados do mundo"), atentos aos pecados considerados específicos de cada categoria, consignando a constituição de novos grupos sociais, como outras tantas comunidades pecadoras, a serem salvas em comum. Jacques de Vitry, um secular, formado no meio parisiense, que escreveu uma vida da beguina Marie d'Oignies, assim se dirige aos estudantes, aos juízes e advogados, aos teólogos e pregadores, categorias clericais novas ou renovadas pelo meio urbano e, entre os leigos, aos "cidadãos e burgueses", aos "mercadores e cambistas", e se interessa particularmente pelos

usurários. O franciscano Guibert de Tournai, mestre parisiense, em meados do século XIII, em sua coleção de modelos de sermões, dirige-se aos cidadãos que se ocupam de negócios públicos, aos cidadãos das comunas, aos mercadores. Retomando uma expressão de Guibert, David d'Avray pode falar de "sermões a alta burguesia" (*magni burgenses: os "grandes burgueses"*).

Durante a nossa época, na qual o medo da morte física ainda não submergiu a sociedade, o cemitério continua a cumprir o seu papel de local de reunião, de mercado e de divertimentos que adquiriu na Alta Idade Média, quando o cristianismo urbanizou o campo dos mortos, repellido como impuro, pela Antiguidade, para fora das cidades e ao longo das estradas. Em Dijon, como vimos, é lá que se elege o prefeito.

Desses lugares sagrados desviados de sua função e de sua dignidade, pode-se facilmente passar aos lugares urbanos, onde, **[pág. 190]** segundo os pregadores da época, tem-se maior possibilidade de encontrar o diabo do que Deus.

Ainda aqui, há os lugares interiores, como os moinhos urbanos ou suburbanos. Um dia, São Domingos, o grande especialista da palavra no meio urbano, depois de dizer a missa para irmãs, vem ao exterior da grade e lhes diz, para grande surpresa delas "para se reunirem perto dos canais onde havia moinhos, a fim de que ele lhes pregasse em tal lugar a palavra de Deus". Nenhum texto, ao que eu saiba, trouxe até nós a conversa das mulheres nos lavadouros, esses parlamentos da sociedade feminina urbana.

Em compensação, ainda repercute intensamente o eco das conversas desenvolvidas nas tabernas e nas estufas. Uma célebre canção de goliardo diz em latim e sabiamente (*In taberna quando sumus*, "Quando estamos na taberna") que todas as classes da sociedade se encontram nesse local de confusão e que, praticando ali o que a Igreja condena formalmente, a bebida, o jogo, as raparigas, bebe-se também a saúde tanto dos que a Igreja recomenda, dos defuntos ao papa, quanto dos que ela rejeita: as "irmãs loucas", os "cavaleiros da floresta", os "irmãos perversos", os "monges vagabundos", os "navegadores", os "semeadores de discórdia"... A taberna integra a contra-sociedade dos excluídos. De uma rixa numa taberna entre estudantes e o estalajadeiro origina-se a grande greve da universidade de Paris em 1229, ao cabo da qual ela obtém o seu reconhecimento do papa e da regente Branca de Castela. Trata-se efetivamente de uma contra-sociedade, a da taberna. Guibert de Tournai escreve que em sua época os pobres seguem o pregador para obter a salvação, enquanto os "grandes burgueses", aspirando o cheiro do veneno da usura e de outros pecados e intoxicados por eles, descem a taberna (*descendunt in tabernam*).

Paris parece ter lançado na ile-de-France a moda das estufas, banhos públicos, talvez sob a influência dos costumes judeus. **[pág. 191]** A capital conta 27 delas em 1290. Entre essa data e 1350, assiste-se á construção de novas saunas em Chalons, Provins, Sens, Troyes, depois em Auxerre, Orléans, Chartres, Beauvais, Senlis, Soissons, Reims e enfim em Le Mans, Caen, Rouen, Amiens, Noyon, Laon. Os conventos das ordens mendicantes são

freqüentemente próximos delas, sinal da inquietação suscitada por uma sociabilidade pervertida — as raparigas de estufa têm má fama, assim como os clientes. São Luís tentara em 1268 regulamentar o ofício de estufeiro. **[pág. 192]**

A FUNÇÃO CULTURAL – A IMAGEM E O VIVIDO

O tempo e o espaço urbanos

Tendo partido de uma visão material, física, da cidade, devemos agora chegar ao seu ser visível e invisível. A cidade medieval, centro ativo de produção econômica, é também um centro de intensa produção cultural. Ela o é, em primeiro lugar, porque criou uma função intelectual nova, diferente daquela do mosteiro ou da catedral da Alta Idade Média, baseada na idéia da ciência, difundida por profissionais, por especialistas, e dirigida a uma população mais largamente alfabetizada. Ela foi uma cidade do ensino, do primário ao superior, como diríamos hoje, e levou ao nascimento da Universidade. Centro de trocas, ela permitiu à cultura popular das camadas rurais, encerrada nos campos, e à cultura erudita dos clérigos, fechada nas escolas eclesiásticas e nos *scriptoria*, reencontrar-se, e mesclou a realidade e o imaginário a ponto de implantar em si o teatro e de tornar-se ela própria um teatro. No domínio artístico essencial da Idade Média, o dos edifícios religiosos, ela criou uma arte urbana logo duplamente encarnada em produções sagradas e em produções profanas: a arte gótica. Pensou a [pág. 193] si mesma como um lugar a ser construído e embelezado em harmonia com sua personalidade e seus valores, e produziu um urbanismo original e cada vez mais seguro de si. Finalmente, dotou-se de um imaginário e colocou-se no centro desse imaginário urbano que ela se empenhou em realizar num novo sistema festivo. Mas, antes de tudo, ela se deu o material dessa criação cultural: um tempo e um espaço seus.

No princípio da Idade Média, houve os sinos. Nos séculos VI-VII, o cristianismo oferece ao Ocidente uma nova proclamação do tempo, graças a essa invenção, o sino, que revoluciona a arquitetura religiosa e produz um tempo novo, o tempo da Igreja, tempo dos clérigos, principalmente dos monges, feito para seu emprego das horas de preces e de ofícios, mas também para o enquadramento do trabalho agrícola. É um tempo clerical e rural, que as cidadezinhas escondidas nos campos adotam facilmente. O movimento urbano não se acomoda a esse tempo. Ele não se adapta nem à faina da cidade, nem ao ritmo de seu tempo passional, nem à satisfação de suas liberdades. A nova regularidade do trabalho urbano não é a dos camponeses conciliados com a natureza e as estações, mas a de artesãos e operários assalariados cujo labor mensurável em dinheiro deve sê-lo também em tempo, um tempo não mais natural, porém tecnológico. O que faz vibrar a nova sociedade urbana são acontecimentos imprevisíveis a horas fixas: o incêndio que faz arder os bairros de casas de madeira, o inimigo exterior que os vigias avistam do alto das muralhas e das torres, a súbita convocação à assembléia ou à revolta para defender ou conquistar as franquias, ir libertar os

companheiros aprisionados pela justiça dos senhores ou dos "graúdos". O essencial foi ter um sino próprio, que podia ser por vezes um sino de igreja, mas para uso exclusivo dos cidadãos. O ideal foi o de dar-lhe um aspecto monumental, encaixá-lo [pág. 194] na pedra, elevá-lo no ar para que fosse visto e ouvido, construir-lhe uma torre que desafiasse o campanário da igreja. O problema foi também o de procurar tornar essa medida tão segura, tão manejável quanto os outros pesos e medidas dos quais a cidade obtivera a propriedade, ou o controle, ou pelo menos o respeito. A solução do problema foi, no século XIV, o relógio mecânico. Durante três séculos, do XII ao XIV, uma áspera luta se desenrolara em torno do tempo urbano, tempo dos mercadores em primeiro lugar, contra o tempo da Igreja, resistência, em seguida, dos "miúdos" ao tempo dos "graúdos", dos patrícios. Vieram o rei e os príncipes, que confirmaram e confiscaram o tempo dos burgueses. Mas o tempo do rei foi um tempo urbano.

A torre [*beffroi*] é encontrada sobretudo no Norte. A luta precoce das cidades para libertar-se da tutela eclesiástica, o desejo de possuir um sino para regular o trabalho nas cidades têxteis e o interesse, logo despertado, por um urbanismo monumental explicam essa precocidade. Já em 1188, Filipe Augusto "concede aos habitantes" (tais são os termos da carta de comuna de Tournai) "o direito de ter um sino na *cité*, em local id  neo, para tocá-lo a seu bel-prazer com vistas aos negócios da cidade".

Em 1221, Cambrai possui "grandes e pequenos sinos e um campanário chamado torre [*befrois*]". A de Abbeville continha tr  s sinos: um denominado *Apple eskevins* [chama escabinos] para convocar os escabinos, outro denominado *Hideuse* [hediondo] para anunciar as execuções e um terceiro para soar as horas de trabalho dos operários. Quando Filipe, o Belo, em virtude de uma revolta dos laoneses em 1295-1296, revogasse a comuna, declara: "e lhes retiramos... o sino, o selo, a arca comum e outras coisas referentes ao corpo ou comunidade". Périgueux logo completa seu paço municipal com uma torre dita do Consulado, "   imagem das torres de sino". Ela    atestada em 1328-1329. [pág. 195]

Tinha seis andares e era ameada. "Um sino no alto da torre escandia a vida municipal e política, como os de Saint-Front e de Saint-Silain convocavam para o ofício divino. Tocava-se o sino para convocar os homens do conselho e eles deviam comparecer imediatamente." (A. Higounet-Nadal).

O controle de um espaço    coisa capital para a cidade. Evoquei-o para indicar as características desse espaço: o jogo entre o interior e o exterior articulado em torno da muralha e das portas, o sistema dos "pontos quentes" da cidade. Tratarei dele ainda a propósito do urbanismo para ressaltar o caráter voluntarista desse espaço. Como para o tempo, quero aqui indicar que esse espaço    para a cidade exercício de poder e que seu controle jurídico    um caso político e uma questão de identidade coletiva. Contentar-me-ei em citar a defini  o desse espaço tal como aparece no costume de Marmande: "O

dito senhor estabeleceu para o comum serviço (*al comunal servicy*) de si mesmo e de toda a universidade da cidade (*touta la universitat de la villa*) todas as águas da cidade e os grandes fossos, os portais e as portas, os caminhos e as ruas, as entradas e as saídas, os portos, as margens, as pontes e os chafarizes e todas as águas cristalinas que estão e vierem a estar na jurisdição (*les dexts*) da cidade."

O espaço é um espaço jurídico que inclui o interior e o exterior, cuja definição e utilização estão subordinadas ao senso comunitário, ao "comum serviço" (variante do bem comum que Tomás de Aquino toma emprestado a Aristóteles). Ele une os lugares de interesse econômico e os elementos de função militar. Repousa numa rede de rotas fluviais e terrestres no exterior, numa rede de caminhos e de ruas no interior. Articula-se em torno dos elementos hidráulicos. É um espaço de comunicação e de intercâmbio. [pág. 196]

A função docente e intelectual

A cidade é o mercado. É também a escola. A escola ligada ao mercado. Certamente a escola continua sendo, em grande parte, assunto da Igreja, mas mesmo as escolas religiosas, em contato com a cidade, na cidade, transformam-se profundamente. Entretanto a grande novidade são as escolas para as crianças destinadas a permanecer laicas, digamos, as escola dos burgueses.

Num artigo célebre, onde estuda o surgimento precoce de escolas laicas em Gand, na segunda metade do século XII, Henri Pirenne confere a esse fenômeno toda a sua importância histórica e retoma-lhe o essencial em sua grande síntese sobre *Les villes et les institutions urbaines*¹: "Em meados do século XII, os conselhos municipais se preocuparam em fundar para os filhos da burguesia escolas que são as primeiras escolas laicas da Europa desde o fim da Antiguidade. Por elas, o ensino deixa de conceder seus benefícios exclusivamente aos noviços dos mosteiros e aos futuros padres das paróquias. O conhecimento da leitura e da escrita, sendo indispensável à prática do comércio, já não é reservado apenas aos membros do clero. O burguês iniciou-se nele bem antes do nobre, porque aquilo que para o nobre não passava de um luxo intelectual era para ele uma necessidade cotidiana. A Igreja não deixa de reivindicar logo, sobre todas as escolas municipais, uma vigilância que provoca numerosos conflitos entre ela e as autoridades urbanas. [pág. 197]

A questão religiosa é naturalmente estranha a tais debates. Sua única causa foi o

¹ O artigo de Pirenne, "L'instruction des marchands au Moyen Age", é o que abre o número 1 da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, 1929, pp. 13-28. *Les villes et les institutions urbaines* são a edição póstuma (Paris, 1939) de uma coletânea de estudos de Pirenne; reedição parcial, sem apresentação, sob o título *Les villes du Moyen Âge*, PUF, 1971.

desejo das cidades de manter sua autoridade nas escolas criadas por elas e cuja direção pretendiam conservar."

Em Reims, no começo do século XIV, Pierre Desportes encontra um número considerável de professores e professoras de escolas laicas, o que permite entrever uma alfabetização bastante desenvolvida. Ela atinge os filhos dos mercadores e dos profissionais do grupo dos "médios". Um açougueiro proprietário de seu balcão, por exemplo, não quer que o filho permaneça iletrado. Em contrapartida, "o analfabetismo era o quinhão normal dos 'miúdos', que, muitas vezes, não tinham sequer os meios para assegurar a seus filhos a aprendizagem de um ofício". Em Tonnerre, a primeira escola pública aparece em 1220.

Esse ensino é o que chamaríamos de um ensino primário, num nível muito modesto. Mas a aquisição por uma fração não desprezível dos laicos urbanos do saber ler, escrever e calcular é uma conquista imensa. Sublinhou-se sua importância para o desenvolvimento econômico, mas não o suficiente para o conjunto da vida urbana. Essa base cultural da nova sociedade urbana é um elemento fundamental de sua ascensão social e de seu poder político. Ela não terá equivalente em nosso país, a não ser a grande onda de alfabetização e de escolarização no século XIX, ligada à Revolução Industrial e à formação do Estado burguês.

A cidade suscita também uma profunda metamorfose no mundo das escolas, onde se dispensa — sempre em latim — o que chamaríamos de ensino secundário e superior. Apesar do belo outono das escolas monásticas, canônicas e episcopais — estas duas últimas ligadas ao meio urbano —, na França do século XII (em Cluny e em Cister, notadamente, para as primeiras, em Saint-Victor, perto de Paris, para as segundas, em Laon, em Chartres e em Paris para **[pág. 198]** as últimas), a iniciativa intelectual e científica passa no decorrer do século XII para novas escolas, intimamente ligadas à cidade e de onde saem no fim do século XII, em alguns pontos, as universidades. Desse glorioso outono das escolas tradicionais citaremos apenas a do capítulo de Notre-Dame de Paris. John Baldwin revelou como, após o ensino do grande bispo, italiano de origem, Pietro Lombardo (falecido em 1160), cujo comentário das *Sentenças* tiradas da Bíblia será no século XIII um dos grandes manuais universitários, outro grupo, em torno de Pierre le Chantre, elabora um setor social da teologia e da escolástica em formação que renova, a partir de observação da nova sociedade urbana, os problemas tradicionais da teologia e da ética. Grande parte da reflexão de Pierre le Chantre e de seu grupo é dedicada à atividade dos mercadores e suas práticas. Ela resulta, é certo, numa condenação, numa verdadeira campanha contra a usura, mas, assim fazendo, esse círculo de teólogos consagra o valor religioso e social do trabalho, da atividade mercantil necessária e lícita. Três membros desse grupo, ou influenciados por esse grupo, dão um impulso decisivo aos progressos da escolástica relacionados aos

problemas da nova sociedade urbana. Robert de Flamborough, que vem de Saint-Victor, escreve entre 1208 e 1213, antes do decreto de Latrão (1215), um Penitencial que anuncia os manuais dos confessores dos mendicantes do século XIII, onde são abordados para os penitentes e os confessores os problemas espirituais colocados pelas novas atividades econômicas, pelas novas formas de trabalho, pelo novo papel do dinheiro, pelas novas relações sociais. Mais ainda, Thomas de Chobham escreve nas mesmas perspectivas, em torno de 1215, antes e após Latrão IV, um manual de confessores que vai mais longe e terá mais influência. Finalmente, Robert de Courson, que se torna cardeal e legado do papa Inocêncio III, membro do círculo, escreve um tratado, *De Usura*, [pág. 199] no qual propõe excluir os ociosos do governo das cidades e das nações e dá em 1215, em nome do papa, os primeiros estatutos à nova universidade de Paris.

Essa é a principal novidade intelectual. Já no século XII, mestres, clérigos (Abelardo foi um deles), ministram um ensino fora do contexto monástico e episcopal, nas cidades. Obtêm dos bispos o direito de ensinar, a *licentia docendi*, mas não conseguem, justificando-se por seu trabalho, trabalho de um novo tipo, o trabalho intelectual, viver dessa profissão, se bem que São Bernardo, o homem da escola do claustro, lhes tenha lançado o desonroso epíteto de "vendedores de palavras" e, mais ainda, a acusação de se entregarem a uma atividade sacrílega, a de "vendedores da ciência que só a Deus pertence". Trata-se, para eles, portanto, de viverem e de continuarem a desfrutar da proteção da Igreja, de permanecerem clérigos, libertando-se suficientemente da tutela do bispo e de seu *escolasta* (*scholasticus*), que concedem a *licentia docendi*. A solução é tirar a conclusão de seu novo tipo de atividade no canteiro urbano, em contato com as outras profissões, é fazer-se reconhecer como uma corporação entre as outras, uma *universitas*, mas uma corporação de um tipo especial e superior, a Universidade por excelência. A italiana Bolonha é a primeira a consegui-lo na segunda metade do século XII, mas sua universidade continua sendo essencialmente uma universidade de estudantes. Oxford e Paris, que chegam quase ao mesmo tempo, nos primeiros anos do século XIII, à personalidade corporativa, tornam-se universidades de professores e de estudantes, onde os professores predominam.

Não cabe aqui fazer a história do surgimento desse grande fenômeno intelectual e científico que é a Universidade. Lembremos que, no espaço francês atual, para o nosso período, aparecem as universidades de Montpellier, de Paris, de Toulouse, de Orléans, de Avignon e de Cahors. [pág. 200]

Montpellier, que só se tornará francesa em 1349, é um caso particular. Essa importante universidade, numa das maiores cidades da Idade Média, procede no decorrer do século XII de escolas tradicionais no meio mediterrâneo, das escolas de

medicina, cujos primeiros estatutos conhecidos são de 1220, e das escolas de direito, sobretudo direito romano, cujo grande impulso parece datar de cerca de 1230.

Toulouse é uma criação pontifical oriunda do Tratado de Paris (1229), que põe termo à cruzada albigense. É, a princípio, o fracasso de uma escola de teologia, destinada a lutar contra a heresia catara, controlada pela Inquisição e pelos dominicanos detestados, efemeramente povoada por "pára-quedistas". Depois, na segunda metade do século XIII, é o triunfo de uma universidade de juristas que dará à monarquia francesa seus primeiros grandes "legistas", em torno de Filipe, o Belo: Pierre Flotte, Guillaume de Nogaret, Pierre de Belleperche. Paradoxalmente, esses meridionais estarão entre os grandes artesãos da unidade francesa.

Na verdade, desde o início do século XIV Orléans substitui Toulouse como fornecedor de juristas régios. As escolas de poesia, descendentes dos círculos poéticos do vale do Loire do século XII, apagam-se no fim do século XIII diante de escolas jurídicas tanto mais interessantes para a monarquia francesa — Orléans está desde sempre no domínio régio capetíngio — quanto o papa recusou à Universidade de Paris uma faculdade de direito civil (romano). Clemente V reconhece a Universidade em 1306.

Avignon não é uma criação dos papas de Avignon. É a do bispo dessa grande cidade que, em 1303, obtém do papa Bonifácio VIII o reconhecimento do estatuto universitário para as escolas da cidade. Os papas de Avignon lhe darão um brilho efêmero e, na verdade, a matarão.

Cahors nada mais é que o presente dado pelo papa João XXII à sua cidade natal, berço dos mercadores ditos cahorsinos, em 1332. **[pág. 201]**

Mas o grande êxito é Paris. Um enorme afluxo de professores e estudantes (10 mil no fim do século XIII?), onde se distinguem, apesar de numerosos e ásperos conflitos com os professores seculares, os professores das ordens mendicantes, agrupados no novo *Quartier Latin*, em torno dos colégios cuja fundação se multiplica na segunda metade do século XIII e na primeira do século XIV, faz de Paris a capital intelectual da cristandade do início do século XIII ao Grande Cisma (1378). Ela é profundamente internacional, com professores como os ingleses Alexandre de Hales, Roger Bacon (que passa em Paris de seis a oito anos antes de ensinar em Oxford), o alemão Alberto Magno, os italianos Boaventura e Tomás de Aquino. Ela assenta seu poder intelectual na atividade de sua faculdade das artes — viveiro borbulhante de gramáticos, lógicos, dialéticos, e também de "cientistas", embora seu brilho seja menor do que o de Oxford — e da faculdade de teologia, mestra das ciências, ela própria ciência (Abelardo foi o primeiro a empregar a palavra), para escândalo, ainda, de alguns espíritos atrasados.

Corporação, a Universidade, notadamente a de Paris, obtém o seu selo, o direito

de greve (a de 1229-1231 contra a intransigência de Branca de Castela é longa e rigorosa), seus órgãos de direção (durante longo tempo sem locais e reunindo-se nas igrejas da cidade), seus estatutos, seus programas, seu sistema de exame, absolutamente novo no Ocidente, que assegura a promoção social pelo conhecimento e pela decisão de um júri profissional, seu método, sua escolástica. Impossível caracterizar em poucas páginas a escolástica, tão rica e tão diversa. Sublinhemos aqui que ela deve ao meio urbano, a suas oportunidades de contatos e de intercâmbios, a sua prática da discussão, que na segunda metade do século XII scandalizava os espíritos tradicionais, horrorizados por ouvirem "a Santíssima Trindade despedaçada nas encruzilhadas". Na Universidade desenvolve-se **[pág. 202]** o uso da *ratio*, que não é a nossa *razão* no sentido "racionalista", mas que é o exercício lógico da inteligência, do mesmo modo que, no sentido de *cálculo*, a mesma palavra designa a atividade maior dos mercadores, em ação uns ao lado dos outros, juntos nesse canteiro urbano onde se forja, sob o controle da autoridade tradicional (e, em 1270 e 1277, o bispo de Paris, Etienne Tempier, tomará uma série imensa de medidas "reacionárias"), a razão moderna.

Na base desse importante edifício universitário — de não menor importância para a história em profundidade —, três fenômenos manifestam as conseqüências, para a sociedade, dessa nova cultura urbana, fundada na alfabetização e no ensino.

O primeiro é a promoção das línguas vulgares. Paralelamente à promoção dessas línguas à dignidade de línguas literárias, desenvolve-se a sua utilização no âmbito urbano.

Os costumes urbanos são consignados geralmente em duas ou três redações, uma versão latina, uma versão francesa e uma versão em língua regional. Já no século XIII, o consulado de Limoges manda redigir os costumes da cidade em latim e em dialeto local. Os costumes do Agenais, editados por Paul Ourliac e Monique Gilles, foram redigidos em *langue d'oc* e já na época traduzidos oficialmente para o francês. Em Reims, em 1351, os escabinos, falsamente modestos e um pouco irônicos, pedem ao arcebispo que empregue o francês quando lhe aprouver escrever-lhes, pois "eram gente simples e não entendiam nada de latim", e sua inteligência dessa língua obrigava-os a colocar um tradutor a par de seu segredo. A língua das contas das pequenas cidades de Flandres é o flamengo. No que concerne às grandes cidades, em Bruges as contas de 1281 a 1299 são em latim, a de 1300 mistura o latim e o flamengo; a partir de 1302, usa-se unicamente o flamengo; em Ypres, o latim é **[pág. 203]** empregado em 1267-1268 e em 1279-1281, o francês em 1276-1277 e de 1281 a 1325, o flamengo de 1325 a 1329, o francês, e depois o flamengo, de 1329 a 1380; em Gand, só se emprega o flamengo desde o começo, na conta parcial de 1280 e depois na série a partir de 1314 (W. Prevenier).

O segundo fenômeno é o acesso à escrita de toda uma camada de categorias e de pessoas que, antes de torná-la um instrumento de comunicação, fazem dela um instrumento de poder, a partilha, com os antigos privilegiados, de um segredo. "Papel do segredo", como se qualificam em Besançon, em Reims e em outros lugares os registros oficiais. Com a escrita e a constituição de arquivos há, para as autoridades urbanas, a possibilidade de criação de uma memória burguesa, ao lado da memória feudal e eclesiástica dos cartulários. Em Toulouse, "desde o começo do século XIV, os cônsules tinham mandado fazer os dois cartulários, da *cité* e do burgo; já em 1229 eles decidiam que quatro tabeliães públicos de Toulouse, dois da *cité* e dois do burgo, conservariam o registro dos estabelecimentos consulares...; ao mesmo tempo, provocavam o depósito nos arquivos comuns de expedições seladas de sentenças da corte consular ou de seus anexos a fim de conservar a lembrança das decisões essenciais    formação do costume" (H. Gilles). Essa consignação por escrito dos costumes não serve forçosamente às tradições regionais.    uma faca de dois gumes. Henri Gilles observa com muita perspicácia: "A evolução, iniciada havia muito tempo, antes mesmo da vinculação de Toulouse    Coroa e contra a qual a redação dos costumes surge como uma reação de defesa, não será absolutamente detida por essa consignação por escrito. Muito pelo contrário, doravante seria mais fácil descartar as regras consuetudinárias que não tivessem sido retidas quando da redação e da promulgação; seria ainda mais fácil interpretar restritivamente **[pág. 204]** e às vezes esvaziar de seu conteúdo as que tivessem sido mantidas. Essa evolução seria fatal ao direito tolosano."

Mais importante ainda talvez seja a proliferação dos   f  cios do direito, mais ou menos humildes, cujos profissionais continuam sendo clérigos, porém munidos apenas das ordens menores, o que lhes permite lucro financeiro pessoal, casamento e constituição de família.

Em Reims, onde a parte mais culta desse meio jurídico permanece quase exclusivamente eclesiástica, há 300 ou 400 clérigos não-beneficiados que agem como not  rios, guardi  es, procuradores, agrupados em torno das oficialidades, no meio de pessoas que gozam do privilégio clerical mas que difundem na cidade e no campo aquela humilde cultura, aquela prática cotidiana do direito que encerra a sociedade laica.

Na Provença e no Languedoc, onde os belos trabalhos de André Gouron e J. P. Poly lançam luz sobre esse meio de juristas, muito numeroso e diversificado, vê-se o direito romano reaparecer nos autos da prática e "os historiadores do direito observaram que essa penetração jurídica se operava ao mesmo tempo que se desenvolvia a instituição notarial e as liberdades comunais" (E. Baratier). A instituição de herdeiro, por exemplo, aparece por volta de 1184 em Aries, entre 1210 e 1220 no resto da Provença. No primeiro quartel do século XIII, os escritórios de not  rios públicos se

multiplicam. Os progressos acarretam aqui também a eliminação, já no fim do século XII — ao contrário do Languedoc — do provençal da maioria dos contratos e forais redigidos num latim mais ou menos correto. Em Nîmes, a importância desse novo meio de profissões jurídicas (e médicas) é tal que, quando em 1272 o conselho que assiste o consulado é reorganizado no âmbito dos ofícios, o nono compreende os jurisconsultos, os médicos e os notários.

São fenômenos essenciais, portanto, mas cuja interpretação deve ser matizada. Roger Aubenas, investigando primorosamente [pág. 205] a influência cada vez maior dos juristas no meio mediterrâneo, constata ali, no plano social, as devastações do direito romano posto a serviço dos poderosos: "Inconsciência de juristas ou pedantismo malfazejo?", pergunta ele.

Gérard Giordanengo, estudando o meio jurista nas universidades meridionais, chama a atenção para o fato de que esse meio se interessava muito, e de maneira prática, pelo direito feudal e de que, ainda aqui, não se deve opor sumariamente direito romano e direito feudal.

A praça, lugar de encontro da cultura erudita e da cultura popular

Mikhail Bakhtin escreveu: "A cultura popular não-oficial dispunha na Idade Média... de um território próprio: a praça pública... Essa praça entregue à festa constituía um segundo mundo especial no interior do mundo oficial da Idade Média. Um tipo especial de comunicação humana a presidia: o comércio livre e familiar. Nos palácios, nos templos, nas instituições, nas casas particulares reinavam um princípio de comunicação hierárquica, uma etiqueta, regras de decoro. Conversas particulares ressoavam na praça pública; a linguagem *familiar*, que formava quase uma língua específica, inutilizável em outros lugares, nitidamente diversa daquela da Igreja, da corte, dos tribunais, das instituições públicas, da literatura oficial, da língua falada das classes dominantes... se bem que o vocabulário da praça pública, de tempos em tempos, se introduzisse também ali... Nos dias de festa, sobretudo durante o carnaval, o vocabulário da praça pública se insinuava por toda parte..."². [pág. 206]

A praça pública parece-me sobretudo o lugar de encontro entre as duas culturas, a popular e a erudita. Por ocasião do mercado e da feira, o mundo camponês penetra na cidade. Lá encontra a cultura mercantil, a cultura eclesiástica e mesmo a cultura cavaleiresca. Mesmo fora das festas, na vida cotidiana, o encontro se realiza. Aliás, neste sentido, a praça pode estar onde quer que haja divertimento, convergência de

² M. Bakhtin, *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*, trad. fr., Gallimard, 1970, p. 157.

curiosos, consumo cultural diversificado. *O Livro dos ofícios* de Étienne Boileau (c. 1268) evoca o bairro do Petit-Pont "como uma espécie de arena" (E. Faral). Os transeuntes detêm-se diante dos jograis, que não são apenas cantores de gesta (cultura aristocrática), dos exibidores de macacos a quem os regulamentos dispensam do pedágio mediante a apresentação do animal em pé ou a recitação de um fragmento de obra literária. Tratam ao modo burlesco de "questões de atualidade". O rei da Inglaterra vem em 1259 assinar no palácio real com o rei da França um tratado que põe fim à querela sobre a Normandia e, provisoriamente, ao conflito pelas províncias francesas do Oeste. Um jogral declama um poema satírico, *A paz dos ingleses*, que, em linguagem contrafeita, descreve uma grande e ridícula assembléia reunida pelo rei da Inglaterra para a reconquista da Normandia. Os ingleses são pintados como fanfarrões e mata-mouros. Em 1264, São Luís pronuncia o Dito de Amiens para restabelecer a paz entre o rei da Inglaterra e seus barões revoltados. Os jograis, desta feita, zombam do rei da França, que dedica aos ingleses um interesse excessivo, que eles não merecem. É a *Carta de paz aos ingleses*. O irmão de São Luís, Carlos, conde de Anjou e da Provença, tornado rei da Sicília, tarda a deixar seu palacete parisiense. Amigo do luxo e das festas, protetor dos poetas, ele é popular, e Adam de la Halle compõe em sua homenagem um *Dito do rei da Sicília*. A praça pública forma também uma *opinião pública* embrionária, que é uma opinião urbana. Os [pág. 207] jograis parisienses são tão reputados, que no começo do século XIII o regente da Inglaterra, Guilherme de Longchamp, chama alguns deles para uma campanha de publicidade por canções em sua própria honra. Às vezes, eles se indispõem com os "provinciais" da capital. No *Privilégio aos bretões* e na *Carta aos bretões* seu alvo são os bretões, que esfolam o francês, acreditam no retorno iminente do rei Artur, embrulham-se em coxins à moda da Bretanha e fabricam vassouras. Rutebeuf, porta-voz de um certo meio universitário, alimenta os jograis com panfletos contra as ordens mendicantes que não têm só amigos.

Sim, a cultura da praça pública é efetivamente a que mostra justas cavaleirescas, mas também a que faz ouvir as proezas e as grosseiras pilhérias dos cavaleiros reprimidos nas canções de gesta, o riso, o escárnio, o grotesco, o obsceno, o escatológico que a literatura erudita repele ou esbate. Mas não é na praça pública que, direta ou indiretamente, os eruditos autores de sermões aprendem aquelas historietas, os *exempla*, com as quais recheiam suas homílias para ensinar alegrando, edificar e despertar fazendo rir? *Audivi*, "ouvi dizer", dizem-nos esses doutos pregadores. Não foi pela praça pública que eles fizeram passear seus ouvidos ou que outros o fizeram por eles? Jacques de Vitry, formado na Universidade de Paris no começo do século, nos diz que, quando seu auditório está sonolento, basta-lhe, para despertá-lo, dizer "um dia, o rei Artur..." Ninguém se interessava tanto pelo monarca celta como os bretões...

Cidade e teatro

Desde o século XI, um teatro renascia no Ocidente. Sua fonte era a liturgia, seu contexto a igreja, sua língua o latim. A cidade leva o teatro para a praça, transforma-se ela [pág. 209] própria em teatro e o faz falar em língua vulgar. Arras, a rica, a culta, produz uma obra-prima ao mesmo tempo única e exemplar para a época, *O jogo da folhagem* de Adam de la Halle, por volta de 1276.

A história é conhecida. Adam anuncia uma próxima partida para Paris, mas seus amigos mostram-se céticos. Aliás, Maroie, sua mulher, não o deixará partir. Adam conta o quanto amou Maroie, mas também o quanto ela o decepcionou. Bela e meiga ontem, feia e rabugenta hoje. O amor não passa de ilusão. E, além do mais, Adam está sem dinheiro. O médico faz então sua sátira dos avaros e dos gluttons. Dona Douce o consulta. Sua barriga está inchando. Qual a sua doença? O médico a tranquiliza e zomba dela: está simplesmente grávida e os personagens masculinos fazem a sátira das mulheres. Chega um monge, portador de relíquias, e esse culto serve de ensejo para passar em revista os loucos de Arras. Um pai chega com o filho simplório (o *dervê*) e faz-se a sátira de um grande burguês de Arras, Robert Sommeillon. A companhia se compadece dos clérigos bigamos que a Igreja quer sancionar e prepara-se a recepção das fadas. Precedidas de Croquesot, mensageiro do rei Hellequin, chegam as três: Morgue, Maglore e Arsile. As fadas dão presentes e Morgue conta seus amores. Uma roda de fortuna aparece e permite fazer a sátira dos grandes burgueses de Arras. Enquanto as fadas se vão, conduzidas por dona Douce, Hane, o armarinheiro, leva a companhia à taberna, onde o monge deve deixar como penhor suas relíquias, a respeito das quais o taberneiro faz um sermão burlesco. Depois que o monge recuperou as suas relíquias, a companhia, depois o *dervê* e seu pai, e finalmente o monge se vão.

A peça foi provavelmente encenada na praça do Petit-Marché de Arras numa espécie de galeria de folhagens — donde o nome da peça — onde se davam espetáculos ao ar [pág. 209] livre sobre estrados, sobretudo na época das festas "folclóricas" tradicionais, no dia primeiro de maio, no de Pentecostes e no de São João.

Sobre esse estrado instalado na cidade desfilam tipos sociais característicos da sociedade urbana: um monge que vem buscar fortuna para sua abadia graças às suas relíquias, um armarinheiro, um médico, um taberneiro e o "intelectual" citadino que sonha ir à cidade da ciência, Paris. Depois, evocados, mostrados na roda da Fortuna, alvo favorito dos personagens, os grandes burgueses de Arras, cúpidos, tolos, desonestos e solícitos junto ao conde. É a sociedade urbana fazendo sua própria revisão sob o olhar do "povo", que intervém soltando o grito do bezerro no verso 378, povo identificado por uns com a multidão de espectadores, por outros com a "gentinha".

Em sua relação com a cidade, a peça vai muito além de uma sátira aos "estados"

urbanos, e mais particularmente ao dos patrícios. Ela é também a peça do desgosto de Adam diante da cidade falaz e inquieta. É a peça da loucura, presente no livro, em várias personagens, em diversas ocasiões. É a cidade demente.

É também, e talvez sobretudo, como Jean Dafournet bem o sentiu, a cidade sitiada, penetrada, ameaçada pela cultura rural, folclórica, envolvente, por dona Douce, mais feiticeira que prostituta, por Croquesot, mensageiro de Hellequin, o rei da caça maldita, cortejo da morte segundo Cario Ginzburg, e sobretudo pelas fadas, que constituem com os cidadãos uma espécie de joguete da roda da Fortuna, na qual giram os mais loucos dentre eles.

É a cidade-teatro onde se exprime sem dúvida a angústia da crise que aumenta após 1260 no Ocidente urbanizado, mas onde se mostra principalmente a outra face da personalidade urbana, não a conquistadora, a auto-confiante, mas a angustiada, diante do mundo feudal e rural sobre o **[pág. 210]** qual ela não tem certeza de que triunfará, diante, sobretudo, de si mesma, como pensa Jacques Chiffolleau, uma das fontes maiores, no século XIV, do novo medo da morte.

A cidade e a arte religiosa: o gótico urbano

Georges Duby, num estudo novo e esclarecedor, emitiu a idéia de que a arte cisterciense era a prefiguração da arte das catedrais. Se essa idéia se verifica do ponto de vista da construção e de sua estética, resulta que a mudança do ambiente, das igrejas cistercienses no ermo às catedrais na cidade, modifica o significado da arte gótica.

Os vínculos da arte gótica com a cidade afirmam-se de três pontos de vista: o das dimensões e do prestígio, o da presença da sociedade urbana e o do estilo.

Embora as causas demográficas não tenham sido mais que um dos fatores de substituição das antigas igrejas, algumas das quais, aliás, datavam apenas de um século ou dois, é certo que o caráter grandioso de muitas igrejas góticas deveu-se a princípio à necessidade de abrigar maior número de fiéis nas cidades, onde, com a imigração acrescentando-se ao crescimento local da população, o surto demográfico foi mais intenso. A esse elemento material junta-se uma mentalidade de descomedimento urbano que aliás, sem dúvida, é tanto, se não mais, o dos bispos e dos cônegos quanto o dos burgueses. Mas percebe-se já no século XIII, a altivez dos cidadãos, que se orgulham de suas igrejas numa época em que o primeiro critério da beleza é o da grandeza. Sabe-se a que delírio essa loucura das grandezas levou certas cidades: é o caso célebre de Beauvais, onde, em 1225, projeta-se construir o coro da catedral com uma altura de 48 metros, o que provoca o desabamento da abóbada em 1284. **[pág. 211]**

As igrejas góticas das cidades, sobretudo as das grandes cidades — nesse século

XIII que é o da grande vitalidade da arte gótica, ativa em numerosos e importantes canteiros ao mesmo tempo — têm também com a nova sociedade urbana vínculos mais ou menos estreitos. Primeiro do ponto de vista econômico e social. Mareei David, estudando com minúcia e pertinência "a fábrica e os trabalhadores dos canteiros das catedrais na França até o século XIV", escreveu: "Como o empresário capitalista, a fábrica serve de intermediário entre o capital e o trabalho; como ele, recorre a um número relativamente elevado de trabalhadores; como ele, contribui, pelos trabalhos que suscita, para resolver ao seu redor as irregularidades e as insuficiências do emprego. Como ele, igualmente, ela pretende subtrair-se aos entraves da regulamentação corporativa e não imagina que entre ela e cada um dos trabalhadores possa, na melhor das hipóteses, instaurar-se outro vínculo que não um acordo sem forma, que exclui qualquer garantia para o assalariado." Não se deve crer, segundo o testemunho de certos textos célebres que mostram o entusiasmo das populações no sentido de contribuir para a reconstrução da catedral românica de Chartres, destruída por um incêndio em 1194, que as grandes catedrais do século XIII tenham sido construídas com o dinheiro e os incentivos dos burgueses. A ação financeira, artística e psicológica é essencialmente a dos bispos e dos cônegos, mais ou menos ajudados pelo rei e pelos príncipes territoriais. Em Reims, onde os burgueses quase sempre se entenderam muito mal com os arcebispos, eles se sublevam em 1233 contra o arcebispo Henri de Braisne e levantam barricadas que eles constroem em parte com as pedras do canteiro da catedral. Em Aix-en-Provence, onde há uma intensa atividade de construção de igrejas no século XIII, só o canteiro da catedral de Saint-Sauveur não avança, porque os burgueses lhe recusam o financiamento em proveito daquele [pág. 212] dos conventos mendicantes, que têm todos os seus favores. Quanto aos mendicantes, em compensação, seu vínculo com a cidade é evidente e estreito. A arquitetura das igrejas dos conventos ordena-se em grande parte em função de um espaço de pregação para os leigos no interior e no exterior da construção. Os grandes burgueses as acumulam de doações, fazem-se enterrar nelas. Mas cabe notar também a presença dos mercadores e dos ofícios no interior das catedrais, nos vitrais que eles oferecem, como em Chartres, ou por intermédio das capelas que mandam construir em louvor de seu santo patrono nas naves laterais, como em Rouen, a partir de 1270. O gótico é efetivamente uma arte urbana. Ele culmina em Paris, com a Notre-Dame, com a Sainte-Chapelle, na vizinha Saint-Denis, necrópole regia. Robert Branner vê nele o triunfo, no reinado de São Luís, de um estilo de corte, de corte urbana, que deve, em Paris, manifestar ostentatoriamente, através de seus monumentos religiosos, "a eminência do rei da França e a posição única da cidade". As destruições do tempo impedem-nos de perceber que, arte religiosa, arte regia, o gótico urbano foi também uma arte burguesa. Os restos de algumas casas de patrícios dos séculos XIII-XIV, um edifício como a Casa dos Músicos em Reims, lembram-nos o

desenvolvimento e o brilho de uma arquitetura e de uma escultura profanas no seio da cidade gótica do século XIII.

Enfim, Erwin Panofsky revelou, no centro da cidade, um vínculo mais sutil e mais profundo entre o estilo e o espírito do gótico e as construções intelectuais da teologia urbana, da escolástica. Em ambos os casos, a construção é o resultado de uma ordem racional, de uma "questão" que encontra sua solução, e Panofsky ilustra seu pensamento analisando as lógicas de três elementos das grandes igrejas góticas: a rosácea da fachada ocidental, a organização da parede abaixo das janelas altas e as estruturas dos pilares da **[pág. 213]** nave. Finalmente, Panofsky recoloca esses monumentos sob o olhar da sociedade para a qual os arquitetos góticos os construíram, e que eram os mesmos que aqueles para quem os mestres universitários construía modelos de sermões e "disputas" escolásticas, "que, tratando de todas as questões do momento, tinham-se convertido em acontecimentos sociais muito semelhantes às nossas óperas, nossos concertos ou nossas leituras públicas".

Sobretudo, espetacular e duradouro até os nossos dias sob seus aspectos arquitetônicos, o gótico urbano transformou também as outras artes. É o caso da pintura sob a forma de miniatura. A partir do século XIII, os ateliês urbanos suplantam os ateliês monásticos e Paris, ainda aqui, torna-se o grande centro. Conseguiu-se localizar uma parte da produção dos ateliês de dois grandes mestres parisienses: no fim do século XIII, mestre Honoré, "Honoratua illuminatus", residente na rue Boutebrie e que, quando da derrama de 1242, pagou a soma mais elevada, e, na primeira metade do século XIV, Jean Pucelle, que só tem clientes da realeza ou da aristocracia, e que desenhou o selo da confraria parisiense de Saint-Jacques-aux-Pélerins.

A cidade como imagem: o urbanismo

A comunidade urbana, o senhor ou o príncipe urbanizados criam uma certa imagem da cidade. Cada vez mais, eles atuam sobre ela, modelam-na. Não voltarei ao caso das cidades de urbanismo voluntarista, cidades novas e *bastides*. São aglomerações modestas, onde se investem idéias urbanísticas simples: praça central, ruas que se cortam em ângulo reto. O urbanismo medieval, que caminha lentamente, segue em quatro direções: a limpeza, a segurança, a regularidade e a beleza. **[pág. 214]**

A higiene inspira as regulamentações inscritas nos costumes. Eis o caso de Avignon e de seus costumes de 1243: "Ninguém deve ter canos ou goteiras que desemboquem numa rua pública pelos quais a água poderia escorrer para a rua, com exceção da água de chuva ou de fonte... Do mesmo modo, ninguém deve jogar na rua líquido fervente, nem argueiros de palha, nem detritos de uva, nem excrementos

humanos, nem água de lavagem, nem lixo algum. Não se deve tampouco jogar nada na rua na frente da casa." Essas infrações são punidas com multas. Um capítulo importante da limpeza urbana é o da pavimentação das ruas. É um assunto que suscita, como já vimos, um episódio régio: Filipe Augusto, incomodado pelo mau cheiro da lama levantada pelas carroças debaixo das janelas de seu palácio, teria ordenado ao seu preboste e aos burgueses que mandassem calçar todas as ruas da cidade com "duras e fortes pedras".

Ao lado da limpeza, está a segurança. Aqui o grande perigo naquelas cidades de madeira é o incêndio. Não existe cidade da França medieval que não tenha sido várias vezes, de maneira mais ou menos grave, destruída pelo fogo. Rouen ardeu seis vezes entre 1200 e 1225. Nos costumes de Marmande, o incêndio é um dos quatro maiores crimes, juntamente com o homicídio, o roubo e o estupro. É — teoricamente? — punido com a morte.

A regularidade assinala um progresso de ordem utilitária, estética e intelectual. Ele se aplica ao sistema essencial do desenho das vias de comunicação e de sociabilidade urbanas: as ruas e as praças. Se há espaços não-construídos — cada vez mais raros e estreitos — no interior das muralhas, as praças propriamente ditas, nas quais desembocam ruas orladas por casas, são raras e pequenas. Uma das grandes preocupações da comunidade urbana é criá-las e preservar ou ampliar as já existentes. Os costumes, como os de Dijon, confiam ao prefeito e aos escabinos a permissão de construir [pág. 215] notadamente nas praças; o preboste de Paris na época de São Luís, Étienne Boileau, observa que seria preciso fazer desaparecer certas construções que usurpam o espaço das praças, sobretudo da place de Greve. O desejo de regularidade no que concerne às ruas — a *ratio* urbanística — é indicado de duas maneiras, misturando-se o útil ao agradável. Primeiro há uma preocupação com a largura. Os costumes de Avignon de 1243, por exemplo, fixam uma largura mínima das vias públicas a serem construídas e ordenam o alargamento das ruas existentes, que seriam demasiado estreitas. Há em seguida a vontade de regularizar traçados quase sempre sinuosos, que levam a dar o nome de *rue Droite* [rua Direita] às novas vias bem-traçadas. Ainda em Dijon, por exemplo, o prefeito e os escabinos devem zelar pelo alinhamento das casas.

O senso e a preocupação da beleza são mais difíceis de perceber. Caberia detectá-los no hábito de esculpir estátuas em madeira no exterior das casas dos ricos e designá-los por tais esculturas? Assim em Paris, em 1274, uma casa entre Saint-Jean-en-Grève e Saint-Merry é designada por uma cabeça esculpida na sua fachada.

Ao longo das estradas de peregrinação desenvolveu-se no século XII um certo turismo, que faz sobretudo desvios para visitar igrejas que contêm relíquias. As cidades parecem cada vez mais tornar-se pólos de atração desse turismo incipiente e a beleza de alguns monumentos parecem cada vez mais fazer parte dessa atração. O franciscano

italiano Fra Salimbene de Parma, visitando Aix-en-Provence em meados do século XIII, estende-se sobre "o mui belo e mui nobre sepulcro" que a rainha da França, Margarida de Provença, mulher de São Luís, mandou erigir na igreja dos hospitalários para ali receber os despojos de seu pai, o conde Raymond Bérenger. [pág. 216]

Nesse espaço urbano, um elemento retém cada vez mais a atenção: a casa. Só possuímos raros exemplos arruinados pelo tempo, casas de patrícios em geral. As miniaturas, como as do manuscrito da *Vie de Monseigneur Saint Denis*, oferecido em 1317 a Filipe, o Alto, pelo abade de Saint-Denis (ms. francês 2091 da Biblioteca Nacional de Paris), onde estão representadas com um certo realismo "verdadeiras" casas, são raras. Duas evoluções em sentido inverso, ligadas à história econômica, social e mental, deixam-se adivinhar. De um lado, nas grandes cidades e sobretudo em Paris, a multiplicação das casas com andares, dois ou três no máximo, continuando a casa de um andar, sem dúvida, a constituir a regra. De outro, o interesse cada vez maior, em razão da fortuna ou da posição social, dedicado pelos burgueses à posse de uma bela casa. Três sinais essenciais de riqueza e de prestígio assinalam esse luxo de habitação que se desenvolve: o material — a procura da pedra —, a ornamentação, o gosto pelas esculturas em madeira ou em pedra, o melhoramento da iluminação pelo uso do vitral. Um caso particular é, para as casas patrícias, para essa camada superior da burguesia, que procura assimilar-se à nobreza, a ereção de uma torre sobre a casa.

Esse sinal urbanístico individual e familiar em que se converte a casa está na base da gravidade dos castigos que podem atingi-la para afetar, através da casa, seu proprietário e habitante. É a penalidade da *abatis* de casa, considerada como característica do direito penal municipal do norte da França. Em Abbeville, por exemplo, em 1232, tendo alguns habitantes constituído uma facção e abjurado a comuna, os escabinos os condenam a uma forma de multa e à *abatis* de casa, a demolição de sua casa, sanção suprema de um delito maior contra a cidade.

A cidade como representação: o imaginário urbano

A imagem ideal da cidade da nossa época, tal como a encontramos nas obras do imaginário — textos literários, [pág. 217] representações artísticas —, obedece ainda a estereótipos tradicionais, elaborados na Alta Idade Média e intensamente marcados pelos cunhos religioso e aristocrático. São eles, por um lado, as imagens bíblicas de uma cidade que oscila entre as sedução da Jerusalém celeste e as abominações de Babilônia, cidade cingida de muralhas como Jericó, onde se abrem portas como a de Gaza, onde Sansão demonstrou a sua força, erigida de torres e tendendo à verticalidade, dominadas pelos dois edifícios hierosolimitanos de Davi e Salomão: O Palácio e o Templo. Por

outro lado, são as visões sedutoras dos guerreiros das canções de gesta atraídos por aquelas presas belas e ornadas como mulheres, com corpo de belo material, pedra, mármore, metais e pedras preciosas, cidades fortes com grandes salas senhoriais, regurgitando de riquezas, cidades pictóricas.

Mas um novo imaginário urbano se prepara enquanto se espera que a silhueta da cidade gótica desemboque no delírio flamejante do final da Idade Média. Quatro tendências principais forjam essas novas imagens da cidade: a ideologia escolástica da *cité*, a historiografia legendária, o patriotismo urbano e o folclore urbanizado.

A reflexão escolástica sobre a cidade deve muito à Universidade de Paris. Ela repousa em parte numa confusão mais ou menos voluntária. Os dois modelos intelectuais desses universitários são Agostinho e Aristóteles. Conserva-se para os termos que eles utilizaram, *civitas*, em latim e *polis* em grego, o sentido duplo e ambíguo de cidade-estado.

Um dos primeiros a elaborar, por metáfora, um imaginário urbano é Guillaume d'Auvergne, mestre de teologia e bispo de Paris de 1228 a 1249. Em sua *Suma*, as metáforas urbanas não cessam de aflorar e a oposição entre cidade e floresta, civilizado e silvestre é fundamental. A ideologia urbana é formulada sobretudo por Tomás de Aquino, que reside em Paris como estudante, depois como licenciado, [pág. 218] depois como professor, de 1245 a 1248, de 1252 a 1259, de 1269 a 1272, e seus discípulos, Gilles de Roma, aluno de Tomás de 1269 a 1272 em Paris — que ele deixa após as condenações de Etienne Tempier em 1277, e para onde volta para ensinar de 1285 a 1291, antes de tornar-se ministro geral da ordem dos agostinhos e arcebispos de Bourges de 1295 até sua morte, em 1313 —, e Pierre d'Auvergne, reitor da universidade em 1275 e depois bispo de Clermont até sua morte, em 1302.

De início, há a fórmula de Aristóteles segundo a qual o homem é um *zoon politikon*, entendido como *animal da cidade*. As duas idéias fundamentais são que o todo é superior à parte e que o todo é composto de diversidades cuja originalidade deve ser reconhecida. A cidade deve, pois, ser um todo, e é a idéia de uma imagem unitária da cidade que domina, mas também os componentes da cidade são específicos e devem ser respeitados na medida em que concorrem para o bem comum da cidade. Assim, para Tomás de Aquino há uma lei dos mercadores que difere da lei dos cavaleiros (*alia lex mercatorum... alia militum*). Para Gilles de Roma, a felicidade do homem passa pela cidade, "viver como homem é viver segundo a felicidade política" (*felicitas civilis*), daí ele afirmar: "Se não se é cidadão, não se é homem" (*si non es civis, non es homo*). Pierre d'Auvergne, indo mais longe, não pensa que a *felicitas contemplativa* de um só seja superior à *felicitas política* de todos. Na verdade, Gilles de Roma e Pierre d'Auvergne colocam sua ideologia a serviço do ideal monárquico, e se suas idéias, na Itália, inspirarão alguns governantes de cidades-estados, na França elas alimentarão

principalmente a ideologia monárquica. Permanecerá, porém, a idéia de que a cidade pode e deve ser um conjunto harmonioso e feliz.

A mitologia urbana, já tão fértil nas cidades italianas no século XIII, mal toca as cidades da França, onde a monarquia [pág. 219] parece ter procurado monopolizar, com a lenda das origens troianas, a historiografia mítica antiga. A meridional Toulouse forja, porém, no fim do século XIII, a lenda capitolina que faz dela uma capital antiga à semelhança de Roma e Constantinopla e atribui à municipalidade tolosana origens romanas. É o espírito legendário das canções de gesta que confere por toda parte uma auréola pseudo-histórica às cidades francesas, e antes de tudo, é claro, através de Carlos Magno, o grande herói épico. Em Bourges, conta-se que foi Carlos Magno quem mandou construir a muralha não só da *cité* como do burgo. O êxito de Montauban    ainda mais surpreendente. A cidade nova criada em 1144 pelo conde de Toulouse, Alphonse Jourdain, vê-se dotada desde o fim do século XII de uma lenda etiológica com a can  o de gesta de *Renaud de Montauban*, onde vemos os quatro filhos de Aymon colaborarem ativamente para a funda  o da cidade: "Fizeram o palácio e suas salas e seus quartos e suas abóbadas, com luxo, em cimento; depois os muros da cidade, com funda  es sólidas, e abriram nelas quatro portas. Sobre a rocha-mestra que desce a pique, fizeram a morada mais alta. E chamaram o povo e as boas gentes para virem morar no castelo, desde que pagassem de boa mente censos e costumes, e durante sete anos nada mais lhes seria exigido. Eis que 500 burgueses vêm de bom grado e povoam o castelo-mestre comunalmente. Contam-se 100 taberneiros, 100 outros são padeiros, 100 são açougueiros e 100 outros pescadores. Contam-se 100 mercadores que fazem negócios até nas   ndias maiores e 300 que são de outro   f  cio. E eis os jardins e as vinhas valorizados." O patriotismo urbano pode ser detectado já num texto latino do século XII, o *De commendatione Turonicae provinciae* (elogio da província de Tours), no qual, como bem mostrou Jean Tricard, tudo girava em torno do prestígio da cidade de Tours e de suas pontes. André Chédeville mostrou [pág. 220] como o *Livro dos milagres de Notre-Dame de Chartres* exprimia, através da ideologia de uma peregrina  o e de um monumento, o orgulho de ser chartriano. Esse orgulho    ainda maior quando se exprime na resistência e no heroísmo.    o caso de Toulouse ante os cruzados do Norte:

*Mas entre os valorosos condes se ergue em meio deles
Um bondoso e sábio jurista, bem-falante e douto,
Todos os chamam de mestre Bernard,
E ele nasceu em Toulouse, e responde docemente:
"Senhores, mercê e graça pelo bem e a honra
Que dizeis da cidade...
Porque são homens probos e bons governantes,
Eles que são do capitol, digo-o por mim e por eles,*

*E por todo o resto do povo, dos maiores aos menores,
Que a carne e o sangue, a força e o vigor,
O ter e o poder, o senso e o valor.
Tudo empenharemos na aventura pelo conde nosso senhor,
Que ele guarde Toulouse e toda a sua honra³...*

O folclore, enfim, contribui paradoxalmente para a formação do imaginário urbano. Em meados do século XIII aparece um *fabliau* onde se encontra pela primeira vez um tema fadado a um grande sucesso: o *Fabliau de Coquaigne*. Ora, o país de Cocagne aparece nele não como um campo mágico, mas como uma cidade maravilhosa. É uma obra [pág. 221] erudita, sem dúvida, mas saída de um fundo folclórico cujas imagens urbanas, que ele veicula com frequência, são muito mal conhecidas.

Nesse mundo às avessas onde deveria reinar o dinheiro tudo é gratuito: os gansos assam nas ruas, encontram-se no chão bolsas de denários, de marabotins e de besantes, há mercadores de panos muito corteses que vendem por nada os mais belos tecidos e sapateiros que fazem e dão sapatos de amarrar, botinas leves e botas altas. Como no centro das praças das cidades, há nesse país uma fonte, e é a fonte de Juventude.

A vida cotidiana e as festas

Os documentos que nos informam sobre a vida cotidiana do cidadão desse período são raros e fragmentários. Apesar dos *fabliaux* e dos ditos, os burgueses, e principalmente os "miúdos", ainda não se impuseram o suficiente, como no fim da Idade Média, para que a literatura e os atos da prática lhes consignem, salvo excepcionalmente, a memória. Contudo, podem-se determinar alguns comportamentos específicos dos habitantes da cidade no cotidiano.

Em primeiro lugar está subsistir, alimentar-se⁴. Vimos que o abastecimento é um grande problema, prioritário, para a cidade. O cidadão, mais ou menos de acordo com os seus meios, é em relação ao camponês um grande consumidor de pão, desde que se libertou (sob Filipe Augusto) da obrigação [pág. 222] de passar pelo forno do senhor, o forno banal. O cidadão assa o pão em sua casa ou compra-o num dos numerosos

³ Canção da cruzada albigense, 191, v. 92-117, citada por M. Zerner-Chardavoine, p. 174. [*Mais entre les valeureux comtes se leve au milieu d'eux/Un bon et sagejuriste, bien parlant et docte,/Tous l'appellent maitre Bemard,/Et il est né à Toulouse, et il répond doucement:/"Seigneurs, merci et grâce pour le bien et l'honneur/Que vous dites de Ia ville.../Car ils sont prud'hommes et bons gouverneurs,/Eux qui sont du capitol, je le dis pour moi et pour eux,/Et pour tout le reste du peuple, des plus grands aux plus petits,/Que la chair et le sang, la force et la vi-gueur,/L'avoir et le pouvoir, le sens et la valeur,/Nous le mettrons dans l'aventure pour le comte notre seigneur,/Qu'il garde Toulouse et tout son honneur...* (N.T.)]

⁴ Extraído aqui muito de Jean Claudian. "L'alimentation", in *La trance et les Français*, sob a direção de M. François, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1972.

padeiros. Mais ainda, em relação ao camponês, o citadino é um grande consumidor de carne e, em relação ao nobre, que por prazer e por prestígio come muita caça, ele consome muita ave. É também maior consumidor de vinho e menor de sidra e de hidromel, salvo talvez em Flandres. Gosta de queijo e em Paris, no século XIII, apreciase o queijo de Brie ("o queijo dos reis e o rei dos queijos"), os queijos da Champagne, da Normandia (*pont-l'évêque*, *gournay*), de Touraine e de Auvergne. A cidade do século XIII é também vítima da mania das especiarias, das especiarias novas, longínquas, trazidas pelo grande comércio (canela, cravo-da-índia, noz-moscada). Ela descobre a mostarda fabricada pelos dijoneses já no século XII. Em compensação, como os camponeses, ela se serve sobretudo, como gordura, do *sain* de porco ("banha" e "toucinho").

Na ordem do vestuário, o principal fenômeno perceptível é a imitação do traje aristocrático pela burguesia rica. As leis suntuárias de Filipe, o Ousado (1279), e de Filipe, o Belo (1294), têm por finalidade recolocar cada qual no seu lugar e antes de mais nada os burgueses ousados demais: "nenhum burguês terá carro, nenhum burguês nem burguesa usará nem pele de esquilo, nem cinzenta, nem de arminho... nenhum burguês nem burguesa poderá usar nem ouro, nem pedras preciosas, nem coroa de ouro ou de prata... nenhum burguês nem burguesa terá tochas de cera"... (E. Faral).

Não poderão comprar tecidos acima de um determinado preço. Um jovem burguês de Paris, rico e instruído, Pierre Gentien, compôs por volta de 1290 um poema, *Le tournoiement des dames de Paris*, onde desfilam as mulheres das grandes famílias burguesas de Paris: os Anquetin, os Arrode, os Barbette, os Bigue, os Boual, os Bourdin, os Chançon, os Gentien (sua própria família), os Mareei, os Pidone, **[pág. 223]** os Savrasin. São só roupas de panos raros, jóias caras, e essas damas têm, a exemplo dos nobres, suas armas.

Por certo, a grande burguesia, sobretudo em Paris, alcançou uma grande fortuna, uma posição incomparável com a situação da qual partiu. Mas a literatura não lhe concederá demasiado? Ela a pinta, sem dúvida, mais sob as imagens do seu desejo do que sob as da sua realidade. São, em todos os casos, os códigos alimentares e indumentários a que ela aspira seguir e mostrar, na sociedade medieval, que é a do parecer. Um parecer que a sociabilidade urbana exacerba e tende a tornar cotidiano.

Em nível de um cotidiano mais modesto, reencontramos as preocupações essenciais da alimentação.

Um regulamento da comissão municipal de Saintes-Maries-de-la-Mer em 1286 — editado e estudado por P. H. Amargier — revela as práticas dos mercadores contras as quais é preciso defender os habitantes. Quatro acusados principais, os açougueiros, os peixeiros, os padeiros, os moleiros, e a totalidade dos próprios habitantes. Os açougueiros se agrupam para impor preços elevados, misturam carnes estragadas às

carnes boas e fazem da rua do matadouro um lugar fétido. Os peixeiros vendem peixes podres misturados aos bons. Os padeiros fazem fornadas suplementares, para as pessoas que têm meios de pagá-los acima do preço fixado. Os moleiros enganam quanto ao peso do trigo ou da farinha. Os habitantes jogam sebo fétido nas ruas. Finalmente, o problema de água potável é sério: alguns a armazenam para vendê-la, outros a poluem por negligência.

Se desse humilde cotidiano nos elevarmos para o nível superior das festas que rompem tal monotonia, tampouco disporemos de uma documentação suficiente para inventariar e analisar um sistema festivo urbano nessa época. O ciclo das cerimônias é dominado pelas festas religiosas, freqüentemente sem vínculo particular com a sociedade urbana, **[pág. 224]** e pelas festas reais e principescas. Quando muito, pode-se notar que em Paris, nos reinados de São Luís e Filipe, o Belo, o Palais Royal se abre ao povo citadino por ocasião dos grandes regozijos reais, notadamente nas cerimônias através das quais os filhos do rei são armados cavaleiros (o futuro Filipe, o Ousado, no Pentecostes de 1267, Luís de Navarra, os filhos de Filipe, o Belo, de Filipe de Valois e duzentos jovens nobres no Pentecostes de 1313).

Arlette Higounet-Nadal observou, além das festas religiosas tradicionais, festas mais diretamente ligadas à comunidade urbana de Périgueux.

Há, em primeiro lugar, as festas de acentuado caráter tradicional que se desenrolam em torno do chafariz da Clautre, no centro da cidade de Puy-Saint-Front, chafariz esse que sempre conservou "um certo caráter sagrado". Lá realizava-se a Vigília de São João, festa "fortemente impregnada de paganismo" (gostaríamos de saber mais a respeito dela). Ela é atestada por documentos de arquivos em 1320-1321, 1321-1322, 1322-1323, 1323-1324 e 1328-1329. Por outro lado, a primeira referência à plantação de uma árvore de maio no chafariz data apenas de 1430.

Outras festas, atestadas desde o século XIII, manifestam também a apropriação, por parte dos burgueses, dos divertimentos tradicionais. São as "caridades", festas durante as quais se distribuíam víveres aos pobres com fundos provenientes das rendas dos burgueses e de doações testamentárias. A caridade essencial era a da Terça-Feira Gorda, do "Mardi Lardier", denominada Baco. Ela era marcada principalmente por uma corrida de mulheres. Distribuíam-se carne salgada aos pobres e levava-se parte dela aos três conventos mendicantes da cidade. A caridade da segunda-feira de Pentecostes, que consistia numa distribuição de pão, era acompanhada de festejos cujos pormenores são desconhecidos.

Em Paris, podem-se observar dois fenômenos festivos particulares. **[pág. 225]**

O primeiro são as festas ligadas ao meio estudantil. Elas se realizam sobretudo por ocasião da promoção dos licenciados à categoria de mestres (são os ancestrais dos nossos "pots de thèse") e dão lugar a danças e cortejos que a Igreja denomina

"procissões do diabo". Há também os divertimentos que se estendem de 6 de dezembro, dia de São Nicolau, patrono dos estudantes, até o Natal, e no decorrer dos quais os jovens universitários dão espetáculos teatrais.

O segundo fenômeno é a prática freqüente, havendo um pretexto para a festa, da dança e particularmente da dança de roda camponesa, a *carole*. Em Paris, o povo se entrega a ela sobretudo no domingo, em Saint-Germain-des-Prés. Contra essas danças, também elas danças do diabo, a Igreja ao que parece, invectiva em vão. Por trás dessas invectivas eclesiásticas, sente-se a urbanização, por esses cidadãos dos quais muitos são camponeses recentemente imigrados, de práticas campesinas. Uma contracultura instala-se na cidade.

Estamos muito mal informados, para esse período, sobre as procissões de corporações e confrarias, de eventos municipais (entrega do cargo, por exemplo — como em Dijon — ao prefeito) que permitem, para épocas posteriores, estudar a hierarquia urbana nos cortejos e os itinerários processionais. A nova sociedade urbana ainda não parece ter constituído um sistema e um espaço festivos. **[pág. 226]**

CONCLUSÃO

A oposição Norte-Sul

Em seu *Essai sur la formation et les progrès de l'histoire du tiers état* (1867), Augustin Thierry distinguia, devido à sua vinculação ao Império, uma zona do Leste, ao lado da Alsácia e do Franche-Comté. Opôs-se sobretudo uma zona setentrional, de língua de *oil*, onde o movimento comunal resultou freqüentemente na formação de comunas, a uma zona meridional, de língua de *oc*, marcada pelo estabelecimento quase geral de consulados e mais submetida ao cunho nobiliário. Em 1927, Marc Bloch dava a essa teoria uma expressão notável: "Estudar as cidades francesas da Idade Média, no instante do renascimento urbano, é confundir numa mesma visão dois objetos diferentes em quase tudo, menos no nome: as velhas cidades mediterrâneas, centros tradicionais da vida interior, *oppida* habitados desde sempre pelos poderosos senhores e cavaleiros, e as cidades do resto da França, povoadas sobretudo por mercadores e recriadas por eles. Este último tipo urbano, por outro lado, por que separá-lo dos tipos análogos da Alemanha renana?"

Estabelecida com base em critérios jurídicos ou sociais, essa oposição não tem grande consistência. Sob palavras e [pág. 227] formas jurídicas diferentes, as realidade políticas das cidades francesas medievais aparecem como muito semelhantes. Fixada, em compensação, através do critério que propus da implantação das ordens mendicantes, hipótese cujo interesse foi corroborado por recente trabalho de Alain Guerreau¹, a oposição Norte-Sul surge como realidade, fundada porém em outras bases. Parece, efetivamente, que na França do Sul "a circulação monetária era duas vezes maior, sendo a circulação de grande e médio raio de ação duplicada por uma circulação puramente local sem equivalente no Norte... Existiam no Sul da França circuitos de troca locais muito animados e permanentes, ligados em grande parte a uma forma de habitat em grandes povoados, intermediários entre a grande aldeia e a pequena cidade" (A. Guerreau). A coesão do sistema urbano é muito mais forte na França do Norte.

O estatuto da implantação das ordens mendicantes e as pesquisas de Alain Guerreau destacaram seis regiões onde a urbanização teve um caráter tardio. São elas a Lorena, o Poitou e a Vendée, a Bretanha interior, a Gasconha e os Pireneus, a Sabóia e o jura meridional, e o Maciço Central. Alain Guerreau acredita poder propor três explicações diferentes para a instalação dos mendicantes ligada às cidades. A Lorena e a faixa que vai da Vendée ao Allier eram degraus, zonas excêntricas e de transição. O Maciço Cenral era uma zona cuja extrema fragmentação topográfica refreava violentamente o desenvolvimento. Bretanha, Gasconha e

¹ "Analyses factorielles et analyses statistiques classiques: á propos du cas des ordres mendiants dans la France médiévale" (artigo inédito em junho de 1979).

Sabóia tinham em comum um particularismo lingüístico que provavelmente não passava do indicio mais visível **[pág. 228]** de estruturas sociais específicas, que opunham uma espécie de "resistência étnica". Pode-se juntar a este último grupo a Córsega e distinguir do grupo de urbanização "normal" a Flandres, lugar de "superurbanização" tanto do ponto de vista da densidade das cidades como daquele da força do fenômeno urbano nas cidades maiores, Gand, Bruges e Ypres.

Léopold Génicot levantou recentemente uma lista das grandes cidades da cristandade no século XIII de acordo com as estimativas (muito aproximadas) do número de sua população. Ele definiu três categorias segundo o número de habitantes: as cidades "importantes", entre 10 mil e 20 mil habitantes, as cidades "de primeira ordem", entre 20 mil e 50 mil habitantes, e as cidades "mundiais", com mais de 50 mil habitantes. O estudo é muito interessante pelo levantamento dos dados em que se apóia a estimativa. A classificação hierárquica, totalmente arbitrária, não tem interesse. A lista coloca (aproximadamente, pois Léopold Génicot nem sempre conclui), na primeira categoria (acima de 50 mil habitantes), Gand e Paris, na segunda (entre 20 mil e 50 mil habitantes) Avignon, Bordeaux, Bruges, Lyon, Rouen, Saint-Omer, Toulouse, Tournai, Ypres, e na terceira (10 mil a 20 mil habitantes) Albi, Angers, Arles, Arras, Béziers, Bourges, Clermont, Douai, Lille, Marselha, Metz, Montpellier, Orléans, Perpignan, Poitiers, Reims, Estrasburgo e Tours.

Numa obra recente que contém alguns elementos sugestivos, Josiah Cox Russel²² dividiu a Europa medieval, segundo princípios ao mesmo tempo simplistas e complicados, num certo número de grandes regiões ao redor de grandes **[pág. 229]**

² Medieval Regions and their Cities, Newton Abbot, 1972.

como em outras regiões, as cidades tendiam a se desenvolver segundo um modelo aproximado de equivalência categoria-dimensão: cidades-mercados que exerciam sua influência num raio de 10 a 15 quilômetros e dependentes das próprias da capital regional, que fornecia serviços mais especializados numa zona de 80 a 150 km². Em meados do século XIV, encontram-se cinco cidades de 3 mil a 5 mil habitantes numa zona que se estende em arco de círculo de sudeste a leste de Gand. Cada uma delas situa-se de 30 a 40 km da metrópole. Uma equivalência estatística é oferecida pelos satélites de Bruges, cidade que atinge três quintos do tamanho de Gand e constitui um centro para várias aglomerações de 1.500 a 3.000 almas, situadas a apenas 10-25 km. O modelo é menos aplicável a Ypres, a menor das grandes cidades e a última a se desenvolver."

Propus³, de acordo com o número de conventos mendicantes instalados em cada uma delas (1, 2, 3 ou 4), uma hierarquia das cidades francesas em 1335 que as classifica em grupos de importância comparável, sem avaliação de população que seria impossível fundamentar em dados suficientes. Ela tem o mérito de corresponder às visões de instituições da época — as ordens mendicantes —, particularmente atentas ao fato urbano e cuja instalação era sempre precedida [pág. 231] de um estudo sério das condições de implantação. O primeiro grupo, o das cidades com quatro conventos, compreende 28 cidades, 20 das quais na França de então: Agen, Angers, Bayonne, Béziers, Bordeaux, Cahors, Carcassonne, Figeac, La Rochelle, Orléans, Limoges, Lyon, Montpellier, Narbonne, Pamiers, Paris, Reims, Rouen, Toulouse e Tours, e 8 fora do reino: Aix, Arles, Avignon, Marselha, Metz, Nice, Perpignan e Estrasburgo; e 24 cidades com três conventos, 17 das quais no reino: Albi, Amiens, Arras, Bergerac, Bourges, Caen, Châlons-sur-Marne, Clermont, Condom, Lectoure, Le Puy, Limours, Millau, Montauban, Nantes, Nîmes e Valenciennes, e sete fora do reino: Bourg, Colmar, Draguignan, Grasse, Haguenau, Verdun e Wissemburg.

A cidade na crise do sistema feudal

Não houvera verdadeira paz social, nem nas cidades nem no campo sob o reino de São Luis (1226-1270), mas o período foi menos conturbado do que o século XII. A partir de 1260 aproximadamente multiplicam-se greves e revoltas de artesãos e criados. Sob o nome de *alliance*, *takehans* (do inglês *takehand*), *harelles*, etc., rebeliões operárias manifestam a entrada dos trabalhadores urbanos no processo das lutas sociais.

Em 1244, há um *takehan* dos açougueiros de Évreux; em 1250 várias querelas opõem em Paris patrões e empregados dos pisoeiros e depois "*moult contens et discors*" [muitas

³ "Ordres mendiants et urbanisation dans la France médiévale", *Annales Économies-Sociétés-Civilisations*, 1970, pp. 939-940.

contendas e discórdias] se elevam em numerosos ofícios. E para pôr fim a isso que teria sido redigido o Livro dos ofícios de Étienne Boileau por volta de 1268. Em 1270 contens, litiges et discors recomeçam entre fabricantes de tecidos e tecelões parisienses e depois, de 1277 a 1279, entre **[pág. 232]** patrões e empregados dos pisoeiros. Sobretudo, o mundo do Norte, notadamente em Flandres, se subleva; o ano de 1280 assiste a uma eclosão quase geral de rebeliões operárias em Ypres, Bruges, Douai, Tournai, Arras, Provins, Rouen, Caen, Orléans e Béziers. Em 1288 ocorrem revoltas em Toulouse, em 1292 em Reims. No entanto, uma legislação "antigreves" fora promulgada em algumas cidades. Por exemplo, um estatuto de Douai de 1245 estipula: "Ninguém deve ter a audácia nesta cidade, só ou acompanhado, homem ou mulher da classe baixa, de começar uma greve. Se alguém a empreender, pagará uma multa de 60 libras e será banido da cidade, estará sujeito á mesma multa, qualquer que seja o seu ofício."

Em Rouen, a agitação levanta antes a cidade contra o fisco real e seus agentes. Em 1289 foi proibida qualquer assembléia dos operários tecelões. Em 1292 o povo se insurge e o prefeito e vários ricos burgueses acabam vindo libertar os conselheiros do rei e esmagar os "miúdos". Esses distúrbios se repetiram de 1315 a 1321.

Na Alsácia, a agitação foi mais tardia. Em Estrasburgo, uma primeira sublevação dos ofícios em 1308 foi reprimida, mas pouco depois os artesãos conseguiram forçar as portas do conselho. Em Colmar, desordens eclodiram em 1331 e resultaram numa nova constituição, em 1347, que previa a entrada dos mestres das corporações no novo conselho. Para chegar á chave da crise, é preciso em primeiro lugar examinar os campos. André Chédeville observa que em Chartres, desde meados do século XIII, a interrupção do progresso agrícola acarreta uma estagnação da cidade.

Guy Fourquin vê esboçar-se uma grave crise nos campos parisienses no começo do século XIV. Ela se anuncia pela fome de 1315-1317 (que faz numerosos mortos em Reims, por exemplo), prossegue com uma crise monetária que, após as desvalorizações de Filipe, o Belo, no começo **[pág. 233]** do século, recrudescer a partir de 1337. O fundo da crise é agrícola. Para responder ao boom demográfico, procurava-se cultivar tudo o que fosse possível. Ve-se quase ao mesmo tempo numa mesma região, mas em datas diferentes em cada uma das regiões, a curva demográfica parar de subir, um número crescente de terras voltar ao pousio e camponeses abandonarem as aldeias. Inicia-se um movimento de corte dos preços; os preços agrícolas desabam e os preços dos produtos fabricados continuam a subir. Os primeiros senhores atingidos pela crise reagem tentando "refeudalizar" suas propriedades.

Nas cidades, a população é atingida pela crise frumentária e pelas incidências da crise sobre o comércio de longo raio de ação que declina.

A agitação social, consequência da crise, agrava-a ainda mais. Nas últimas décadas do século XIII, em Flandres, violentos conflitos opuseram artesãos e patrícios e viu-se a agitação em Gand e em Bruges em 1301-1302. As cidades flamengas tornaram-se o palco de

freqüentes motins nos quais muitos patricios foram prejudicados. O que restava de seu comércio foi muitas vezes submetido ao embargo e ao confisco. A vitória dos artesãos contra o rei da França (Courtrai, batalha das esporas de ouro, 1302) e seus aliados flamengos acabou de arruinar o poderio econômico do antigo patriciado.

Começava, então, a crise para as cidades. A Guerra dos Cem Anos, que acarretou enormes gastos de fortificação, e depois, a partir de 1348, a Peste Negra iriam tornar catastrófico o movimento que se anunciava pelos seguintes sinais: a contração da população urbana em suas muralhas, a exasperação das lutas dos "miúdos" contras os "graúdos", o declínio do antigo patriciado, o progresso do poder real nas cidades que ele contribuía para enfraquecer pelo ônus de um fisco crescente.

Das três conquistas da burguesia urbana durante o nosso período — a riqueza, a quase independência política, o acesso a uma nova cultura — por volta de 1330-1340 a primeira estava abalada pela crise, a segunda se achava sufocada pela penetração da realeza nas cidades e a terceira iria sair dessas provações transformada e enriquecida. Uma civilização urbana iria desabrochar "no cheiro misturado de sangue e de rosas".

Digitalização: *Uther Pendragon*

Revisão: *Dayse Duarte*

Esta obra foi digitalizada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler. Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.



<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>

[http://groups.google.com/group/Viciados em Livros](http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros)